



**UFRRJ**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**TESE**

**GOVERNO, GUERRAS E REDES DE COMÉRCIO:  
A CIDADE DA BAHIA NO EMARANHADO DOS  
IMPÉRIOS IBÉRICOS (SÉCULO XVII)**

**Jéssika de Souza Cabral Corrêa**

**2024**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**GOVERNO, GUERRAS E REDES DE COMÉRCIO:  
A CIDADE DA BAHIA NO EMARANHADO DOS  
IMPÉRIOS IBÉRICOS (SÉCULO XVII)**

**JÉSSIKA DE SOUZA CABRAL CORRÊA**

*Sob a Orientação do Professor  
Roberto Guedes Ferreira*

*Coorientação do Professor  
Stuart Barry Schwartz*

Tese submetida como requisito para obtenção do grau de Doutor em História, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder e Cultura.

*O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001 This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001*

Seropédica, RJ  
Fevereiro 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C824g

Corrêa, Jéssika de Souza Cabral, 1994-  
Governo, guerras e redes de comércio: a cidade da Bahia no emaranhado dos Impérios Ibéricos (século XVII) / Jéssika de Souza Cabral Corrêa. - Rio de Janeiro, 2024.  
250 f.: il.

Orientador: Roberto Guedes Ferreira.  
Coorientador: Stuart Barry Schwartz.  
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

1. História da América Latina Colonial. 2. História Conectada. 3. Homens de Negócio. 4. Cristãos Novos. 5. História do Brasil Colonial. I. Guedes Ferreira, Roberto , 03/07/1970-, orient. II. Schwartz, Stuart Barry, -, coorient. III Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História. IV. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



**TERMO N° 389 / 2024 - PPHR (12.28.01.00.00.49)**

**Nº do Protocolo: 23083.026678/2024-21**

**Seropédica-RJ, 06 de junho de 2024.**

Nome do(a) discente: JÉSSIKA DE SOUZA CABRAL CORRÊA

TESE submetida como requisito parcial para obtenção do grau de DOUTORA EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de DOUTORADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

TESE APROVADA EM : 04 de maio de 2024

Banca Examinadora:

Dr. JOHN DAVID WHEAT, OUTRO Examinador Externo à Instituição

Dra. ANA HUTZ, PUC - SP Examinadora Externa à Instituição

Dr. HERBERT S KLEIN, OUTRO Examinador Externo à Instituição

Dr. MARCELLO JOSE GOMES LOUREIRO, OUTRO Examinador Externo à Instituição

Dr. ROBERTO GUEDES FERREIRA, UFRRJ Presidente

**(Assinado digitalmente em 06/06/2024 08:48 )**

ROBERTO GUEDES FERREIRA  
CHEFE DE DEPARTAMENTO  
Depth/IM (12.28.01.00.00.88)  
Matrícula: 1544079

**(Assinado digitalmente em 08/06/2024 13:41 )**

HERBERT S KLEIN  
ASSINANTE EXTERNO  
Passaporte: 488731363

**(Assinado digitalmente em 12/06/2024 11:23 )**

MARCELLO JOSÉ GOMES LOUREIRO  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 083.130.707-22

**(Assinado digitalmente em 08/06/2024 13:39 )**

ANA HUTZ  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 292.278.348-00

**(Assinado digitalmente em 08/06/2024 13:38 )**

JOHN DAVID WHEAT  
ASSINANTE EXTERNO  
Passaporte: 546233170

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **389**, ano: **2024**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **06/06/2024** e o código de verificação: **e10cebd748**

## **AGRADECIMENTOS**

Esta tese foi realizada em meio a uma pandemia. Em vários momentos, agradeci à vida pelo desfecho da enfermidade e da tese. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Agradeço ao professor Roberto Guedes Ferreira, sempre atencioso e gentil, obrigada por respeitar a minha autonomia acadêmica.

Este trabalho contou com a generosidade intelectual do professor Stuart B. Schwartz, sempre disposto a ler o que eu produzia. Obrigada pelas orientações e indicações de fontes. Por todo tempo que o ocupei, agradeço imensamente. Certamente, este trabalho não seria possível sem as contribuições do senhor. Não posso deixar de agradecer ao professor Herbert Klein pela leitura atenta e as sugestões bibliográficas. Do mesmo modo, me encontro em dúvida com os professores David Wheat, Ana Hutz e Thiago Nascimento Krause.

Agradeço aos meus amigos que fizeram o Rio de Janeiro menos hostil, Manolo Florentino (em memória) e Cacilda Machado. Obrigada pela recepção, vocês estarão em todas as minhas memórias desta cidade. A Anelize Moura e Vinícius Valverde, por me oferecerem um ombro amigo e muitas risadas sempre que precisei respirar. Guilherme Kangussu Donagemma e Raquel Andrade Donagemma, que em sua infinita paciência, foram amigos nas horas mais difíceis. Ao meu tio Genilson de Souza Cabral, que apesar da distância geográfica me deu apoio. Ao professor Walter Luiz Pereira, agradeço a revisão final desta tese. E por fim, à minha família, minha segurança no mundo, Carlos Eduardo Valencia Villa e Eva Cabral Valencia.



## RESUMO

CABRAL, Jéssika de Souza. **Governo, guerras e redes de comércio: a cidade da Bahia no emaranhado dos Impérios Ibéricos (século XVII)**. 2024. 250 p. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

Neste trabalho, investigamos a circulação e a integração dos espaços ultramarinos dos impérios ibéricos, realizadas pelos agentes comerciais, homens do mar, de governança e militares, durante e após a União das Coroas. Uma das hipóteses defendidas é de que a guerra contra os neerlandeses aproximou o Caribe do Nordeste do Brasil, que havia se convertido em uma ameaça comum ao mundo católico, uma base protestante no Atlântico. As autoridades castelhanas logo se atentaram para a potencial ameaça que isso representava às praças caribenhais e colocaram seus presídios em alerta, aguardando pelas notícias do Brasil-holandês. Além disso, apontamos a indissociabilidade das ocupações dos agentes que poderiam simultaneamente participar das campanhas militares, da vida político-administrativa e também do comércio. Demonstramos ainda como operaram as redes mercantis espalhadas pelas principais praças do século XVII. No caso dos negreiros, era imprescindível um período de experiência nos reinos da África, onde adquiriram conhecimento sobre o funcionamento do comércio e adentraram nas redes sefarditas. Por fim, destacamos estes aspectos na trajetória do segundo Conde de Castelo Melhor, homem de origem fidalga, que atuou nas empresas de Pernambuco e terminou em Cartagena das Índias, onde protagonizou um dos principais episódios políticos na campanha da Restauração por Portugal. Coube-nos por destacar sua presença nos negócios do açúcar, durante o período em que governou o Estado do Brasil (1650-1654), a fim de demonstrar que estes agentes encontravam-se inexoravelmente no emaranhado dos impérios ibéricos.

**Palavras-chave:** História Conectada. História da América Colonial. História do Brasil Colonial. Homens de negócio. Mercadores. Cristãos Novos.



## ABSTRACT

CABRAL, Jéssika de Souza. **Government, wars and trade networks: the city of Bahia In the tangle of the Iberian Empires.** 2024. 250 p. Tese. (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

In this work we investigate the circulation and integration of the overseas spaces of the Iberian Empires, carried out by commercial agents, seafarers, governance and military agents, during and after the Union of Crowns. One of the hypotheses defended is that the war against the Dutch brought the Caribbean closer to Northeast Brazil, which had become a common threat to the Catholic world, a Protestant base in the Atlantic. The Castilian authorities soon became aware of the potential threat that this represented to the Caribbean squares, put their prisons on alert, and awaited news from Dutch Brazil. Furthermore, we point out the inseparability of the occupations of agents who could simultaneously participate in military campaigns, political-administrative life and also commerce. We also demonstrate how the commercial networks spread across the main squares of the 17th century operated. In the case of slave traders, a period of experience in the African kingdoms was essential, where they acquired knowledge about the functioning of trade and entered Sephardic networks. Finally, we highlight these aspects in the trajectory of the second conde de Castelo Melhor, a man of noble origin, who fought in the companies of Pernambuco, ending up in Cartagena das Indias, where he starred in one of the main political episodes used in the campaign for the Restoration of Portugal. It was up to us to highlight his presence in the sugar business, during the period in which he governed the State of Brazil (1650-1654), in order to demonstrate that these agents found themselves inexorably in the tangle of the Iberian Empires.

**Key words:** Connected History. History of Colonial America. History of Colonial Brazil. Business man. Merchants. New Christians.



## **LISTA DE ABREVIASÕES E SÍMBOLOS**

WIC	West-Indische Compagnie;
ANTT	Arquivo Nacional Torre Tombo;
PARES	Portal de Archivos Españoles;
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino;
AGI	Archivo General de Indias;
BNDigital	Biblioteca Nacional Digital;
AHN	Archivo Histórico Nacional;
AHNOB	Archivo Histórico Nacional de la Nobleza;

## **LISTA DE TABELAS**

- Tabela 1.1 – Os proprietários da Bahia e seus procuradores na Ilha da Madeira 1640  
Tabela 2.1 – Inventário das *pulperias* de Felipe Lanzarote  
Tabela 2.2 – O segundo inventário da *pulperia* sob administração de Jeronima de Barros  
Tabela 2.3 – Arremate dos bens de Felipe Lanzarote  
Tabela 3.1 – Operações da Companhia de Vanquésel e Mesa no comércio de escravos em 1634  
Tabela 3.2 – Operações da Companhia de Vanquésel e Mesa no comércio de escravos em 1635  
Tabela 3.3 – Operações da Companhia de Vanquésel e Mesa no comércio de escravos em 1636  
Tabela 3.4 – Relação dos devedores da Companhia em 1636.  
Tabela 4.1 – Os agentes de Castelo Melhor por praça (1650-54).  
Tabela 4.2 – Total de açúcar embarcado por Castelo Melhor  
Tabela 4.3 – Outros produtos embarcados por Castelo Melhor  
Tabela 4.4 – A taxa média de avaria por arroba cobrada no reino

## **LISTA DE GRÁFICOS**

- Gráfico 1.1 – Local de residência declarado pelos proprietários do açúcar do Brasil, 1640 e 1671.  
Gráfico 1.2 – Ocupação declarada pelos proprietários do açúcar do Brasil, 1640 e 1671.  
Gráfico 1.3 – Procuradores com maior número de despachos (6,2%), 1640 e 1671.  
Gráfico 1.4 – A relação do total pago em réis e a frequência de comparecimento na alfândega  
Gráfico 3.1– Sexo e faixa etária dos escravos vendidos pela Companhia no Panamá (1625-1640)  
Gráfico 3.2 – As ocupações dos compradores da Companhia no Panamá (1625-1640).  
Gráfico 4.1 – Produtos embarcados por Castelo Melhor (1650-54).  
Gráfico 4.2 – O valor do frete cobrado pelos mestres de navio

## **LISTA DE GRAFOS**

- Grafo 2.1 – A rede com os nomes listados nos conhecimentos de carga feitos pelos mestres em Salvador (1650-54).  
Grafo 3.1 – Os contatos de Antonio Fernandes D’Elvas (1618-1623).  
Grafo 3.2 – “Peixe grande”: Os prestamistas de D’Elvas 1623 (*Grupo 2*)  
Grafo 3.3 – As intercessões entre os *grupos 1 e 2*  
Grafo 3.4 – Os contatos comerciais frequentes de Antonio Fernandes D’Elvas (1618-1623).  
Grafo 4.2 – Os principais carregadores das embarcações de Salvador (1650-54)  
Grafo 4.3 – Os carregadores compartilhados entre Castelo Melhor e Sebastião FRZ  
Grafo 4.4 – A rede do Conde de Castelo (1650-54)  
Grafo 4.5 – Vínculos fortes de Castelo Melhor  
Grafo 4.6 – Antonio Godinho Leitão, articulador da rede do Conde de Castelo Melhor  
Grafo 4.7 – As ligações entre os agentes de Salvador e a cidade do Funchal  
Grafo 4.8 – As ligações entre os agentes de Salvador e a cidade do Funchal (com nomes)

## **LISTA DE MAPAS**

- Mapa 1.1 – Planta da cidade do Funchal, 1570.
- Mapa 3.1 – O lugar de residência e a circulação dos contatos de D’Elvas (1618-1623).
- Mapa 3.2 – O lugar de residência e a circulação dos contatos de D’Elvas em Portugal (1618-1623).
- Mapa 3.3 – A circulação dos contatos de D’Elvas no Atlântico (1618-1623).
- Mapa 3.4 – As ruas das principais *factorias* de Cartagena das Índias no século XVII.
- Mapa 4.1 – São Roque capitania Rio Grande (1626-27).
- Mapa 4.2 – Mapa atribuído ao capitão Francisco Dias Pimenta nomeado “se gano la ysla de Santa Catalina año 1641”

## **LISTA DE IMAGENS**

- Imagen 1.1 – Os procuradores dos senhores e lavradores residentes na Bahia 1640 e 1671
- Imagen 2.1 – Parte do inventário de Felipe Lanzarote com menção ao desterro de Jeronima de Barros no Brasil, 1630.
- Imagen 2.2 – Trecho do caderno do vice-rei Diego Lopez Pacheco, o duque de Escalona, sobre o pedido de socorro recebido pelo secretário do Peru em nome de Juan Bazan, 1639.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO GERAL</b>	<b>3</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	<b>12</b>
<b>As ligações externas: os agentes do comércio entre a Bahia e a Ilha da Madeira</b>	<b>12</b>
INTRODUÇÃO	12
1. Os comerciantes e o panorama político do século XVII	13
2. Os comerciantes	22
3. Da Bahia ao Funchal: as relações entre mercadores, procuradores, mestres e capitães de navio	29
4. Agentes, circulações e trajetórias	41
5. O tempo de permanência nos negócios	52
6. Dos mestres, embarcações e produtos	57
7. Transportes e viagens	59
Considerações finais	64
<b>CAPÍTULO II</b>	<b>66</b>
<b>Circulação de pessoas e notícias entre o Caribe e o Brasil XVII</b>	<b>66</b>
INTRODUÇÃO	66
1. A morte: os enfermos no hospital e os bens de defuntos portugueses em Cartagena das Índias	68
2. O matrimônio: as justificações sumárias de casamento (1610-1620)	79
3. A guerra: a ameaça holandesa como elemento de integração entre o Brasil e o Caribe (1630-1640)	84
3.1. O Brasil nos cuadernos de cartas do vice-rei de Nova Espanha, Diego López Pacheco	94
3.2. Um vecino de Cartagena em Pernambuco	99
Considerações finais	103
<b>CAPÍTULO III</b>	<b>104</b>
<b>De ponta-a-ponta do Atlântico: os negócios dos traficantes Antonio Fernandes D'Elvas e Juan Rodriguez Mesa</b>	<b>104</b>
INTRODUÇÃO	104
1. Antonio Fernandes D'Elvas	107
2. Os contatos de Antonio Fernandes D'Elvas	111
2.1. Os factores	111
2.2. Outros contatos	112
2.3. O local de residência e a circulação dos contatos de D'Elvas 1618-1623	119
3. Negreiros de Cartagena das Índias perante o Tribunal do Santo Ofício	123
4. Sequestros, arrastos, contas e burocracias: o Tribunal do Santo Ofício como um banco	
129	
5. As operações da companhia de Mesa e Vanquésel entre os anos de 1634-1636	131
6. As vendas de escravos da companhia no Panamá 1625-40	142
7. As sociedades entre os traficantes	147

Considerações finais	150
<b>CAPÍTULO IV</b>	<b>153</b>
<b>Ni de aqui, ni de allá: os negócios de João Rodrigues de Vasconcelos, o segundo conde de Castelo Melhor, de prisioneiro em Cartagena das Índias à governador-geral do Brasil</b>	
<b>153</b>	
INTRODUÇÃO	153
1. A Casa Castelo Melhor	156
2. As tensões e conflitos entre o governador geral de Cartagena das Índias e a Armada do Brasil 1640-41	158
3. De aliado a inimigo: A guerra de reconquista de Santa Catalina	171
4. A prisão e a fuga de Castelo Melhor de Cartagena das Índias	177
5. A repercussão e o estado da praça de Cartagena após 1640	182
6. João Rodrigues de Vasconcelos, o governador-geral do Estado do Brasil 1650-54	185
7. De fidalgo a mercador: a rede de contatos do conde em Salvador	190
7.1. Correspondentes em Lisboa	193
7.2. Correspondentes no Porto	195
7.3. Correspondentes em Viana	196
7.4. Correspondentes na Ilha Terceira, São Miguel e Ilha da Madeira	197
8. Análise da rede do conde de Castelo Melhor	198
9. A integração da rede de Castelo Melhor com os agentes da Ilha da Madeira	211
10. Os produtos em circulação na rede de Castelo Melhor (1650-54)	214
Considerações finais	223
<b>CONCLUSÃO: NO EMARANHADO DOS IMPÉRIOS IBÉRICOS</b>	<b>225</b>
<b>Fontes Primárias</b>	<b>230</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>231</b>

## INTRODUÇÃO GERAL

Nesta investigação exploramos as conexões entre as cidades de Salvador da Bahia, no Brasil, e Cartagena das Índias, em Nova Granada, do ponto de vista do comércio e da guerra, ao longo do século XVII. Essas cidades eram espaços vitais da economia colonial, grandes centros de atração para negociantes, e escala quase obrigatória para os homens do mar e da guerra. Podem ser consideradas cidades globais com portos integrados às rotas comerciais mais importantes do período, constituindo-se em espaços cosmopolitas recebendo estrangeiros apenas de passagem ou *vecinato*. Ademais, ambas foram importantes portos negreiros, cujas atividades dependiam da importação de mão de obra africana.

Se num primeiro momento, as ligações entre o Caribe e o atual Nordeste brasileiro não são evidentes, é preciso ampliar a escala de observação e incluir a costa ocidental africana, por exemplo, de onde os comerciantes dessas vilas estabeleceram seus vínculos, operando em redes comerciais e ligando uma América à outra. Quando os homens de negócios eram afetados pelas restrições e embargos oriundos das guerras dos Habsburgos, usavam estratégias para continuar seu livre fluxo nas bordas dos Impérios e comercializar com pessoas de todas as bandeiras, na Ilha da Madeira, nos rios de Guiné, em Cabo Verde e reinos de Angola.

Nossa proposta, portanto, foi conectar as histórias do passado compartilhado entre o Nordeste brasileiro e o Caribe. A tarefa apresenta grandes desafios. O primeiro deles é o eurocentrismo que produziu e disseminou as visões sobre o “outro” (o exótico) como conhecimento legítimo e irretocável. O segundo empecilho seriam as historiografias nacionais, ancoradas no advento das fronteiras do século XIX, cujas abordagens do passado insistiram nas diferenças e negaram as continuidades, atitude que reforçou as distâncias entre elas e acabou por criar grandes “ilhas”. Desse modo, o esforço realizado aqui visa restabelecer o “contato entre os mundos”, buscar as “histórias compartilhadas”, expressões usadas por Serge Gruzinski.<sup>1</sup> Nas palavras desse mesmo autor:

“(...) desconfie das historiografias nacionais, que se esforçaram, por muito tempo, em escamotear essas circulações, impermeabilizando suas fronteiras. São testemunhas disso as que separam ainda Portugal e Espanha e que levaram esses bloqueios até à

---

<sup>1</sup> GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo: história de uma mundialização**. Belo Horizonte: UFMG, 2014; *id.* **O historiador e a mundialização**. Conferência ministrada no ano 2007, como participação no Programa Cátedras. Fundação Ford. UFMG. p.1-14;

caricatura. (...) Esses confinamentos repercutem-se nas divisões da América Latina, cortando o Brasil de uma América Hispânica (...)." (GRUZINSKI, 2012, p.42-43).

Segundo Sanjay Subrahmanyam na abordagem da História Conectada, um dado fenômeno global apresenta manifestações diferentes na escala local/regional, uma vez que os eventos extrapolam suas fronteiras, e ganham significados próprios em cada espaço.<sup>2</sup> Além disso, dentro de determinada sociedade os acontecimentos impactam os grupos ou subgrupos de maneiras distintas. Aplicamos essa concepção para compreender o fenômeno do corso neerlandês no século XVII, o qual consideramos um fenômeno global com implicações distintas em cada porto do Atlântico.

A intensa campanha dos neerlandeses no Atlântico culminou em duas invasões de grande porte no Brasil, a invasão à Bahia (1624-25) e a Pernambuco (1630-54). Não há dúvidas do impacto econômico que isso representava para os cofres da Real Fazenda, tendo em vista o prejuízo das invasões para a produção açucareira. Por essa mesma época, na década de 1620, o Caribe se viu assolado pelas incursões do famoso Cornelis Jol (*Pie de Palo* na América Espanhola), que levaram terror a todos os súditos de Castela.

Os governadores do Caribe tomaram várias medidas de segurança para evitar que se repetisse a experiência de Salvador. Para tanto, aumentaram a arrecadação dos impostos, solicitaram mais recursos ao conselho do rei para a construção e reparo das fortificações existentes, formaram juntas para vigilância da cidade, investigavam as embarcações que vinham do Nordeste, etc. De modo geral, entre 1630-40, o Brasil Holandês havia acendido um sinal de alerta aos vizinhos do norte. E a invasão da Bahia representava a ampliação da arrecadação para eventuais gastos militares nas praças do Caribe.

Além de tudo, os desdobramentos no Nordeste provocaram a saída de um contingente discreto de migrantes para os reinos de Nova Granada, embora o Governador de Cartagena das Índias exagerasse na denúncia, dizendo que os portugueses que entravam naquele porto eram homens procurados, de modo que os portugueses de nação eram apontados como espiões e colaboradores dos holandeses. Poucos grupos desta sociedade foram mais perseguidos que os cristãos novos, frequentemente acusados pelo Santo Ofício de pertencerem à Companhia das Índias Ocidentais - WIC, ou a "Confraria de Holanda", suspeitos inclusive de financiar o ataque a Pernambuco.

<sup>2</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia**. Modern Asian Studies, v. 31, n. 3, p. 735–762, 1997. (The Eurasian Context of Early Modern History of Mainland SouthEast Asia, 1400-1800); *id.* **Connected history: essays and arguments**. 1st. ed. New York: Verso Books, 2022; *id.* **Em busca das origens da História Global**: Aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013. e SUBRAHMANYAM, S.; DE SOUSA PINTO, P.J. **O império asiático português, 1500-1700: uma história política e económica**. [s.l.]: DIFEL, 1995. (Memória e sociedade).

Por sua vez, a prisão dos cristãos novos representava um abalo nas estruturas do comércio negreiro, na importação de cativos para América Espanhola, pois grande parte dos cristãos novos eram traficantes. Aos poucos os portugueses foram retirados do negócio com ajuda da Igreja, que encontrava-se alinhada aos eventos políticos de 1640, período marcado pela intolerância contra os homens de nação. Não tardou para que esse comércio caísse em mãos holandesas.

Como podemos observar, há um “fio” condutor que integra os vários cantos do Atlântico no século XVII, e que pode ser observado através da guerra e seus desdobramentos no comércio, para usar a metáfora do eletricista de Gruzinski.<sup>3</sup> Nesta tarefa nos valemos de documentos produzidos por instituições que consideramos pilares da sociedade colonial, tais como sobre o comércio, a guerra, a Inquisição, além de documentos administrativos. Todos esses documentos, manuscritos ou transcritos, encontram-se em acervos digitais, em português e espanhol. Usamos amplamente o Portal de Archivos Españoles - PARES, onde encontramos muitos documentos dos Archivo General de Indias - AGI, Archivo Histórico Nacional - AHN e no Archivo Histórico de la Nobleza - AHNOB.

Do Arquivo Nacional da Torre do Tombo - ANTT, usamos documentos de cunho fiscal, produzidos na cidade do Funchal: dois *Livros dos Direitos sobre o açúcar do Brasil*, com mais de 200 folhas no total. Do Tribunal da Inquisição usamos os *Fundos dos Livros Particulares dos Penitenciados*, de onde selecionamos o livro de contas-correntes de um mercador preso pelo Santo Ofício de Coimbra. No mesmo acervo, obtivemos as *Justificações Sumárias de Casamento*, disponíveis na cota da Câmara Eclesiástica de Lisboa, cujas audiências datam da primeira metade dos seiscentos.

No acervo da Hemeroteca Digital - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, deparamo-nos com os *Registros das Declarações dos Mestres de Navio à Carga da Bahia* (1650-54), um documento discreto, sem identificação ou atribuição de autoria, consumindo certo tempo para descobrir que eram os conhecimentos de carga de Castelo Melhor, no período em que governou o Estado Geral do Brasil. Ainda na Hemeroteca Digital, encontramos o folheto das *Relações Verdadeiras de Sucesso de Castelo Melhor* em Cartagena das Índias, impressas em Lisboa, na Oficina de Domingos Lopes Rosa, em 1642. Também encontramos disponível um manuscrito com as cartas do Padre Antônio Vieira dirigidas ao Conde de Castelo Melhor.

---

<sup>3</sup> “O historiador tem de converter-se em uma espécie de eletricista encarregado de restabelecer as conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais desligaram ou esconderam, bloqueando as suas respectivas fronteiras.” GRUZINSKI, Serge. **Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories**. Topoi, Rio de Janeiro, mar. 2001, p.176.

Por fim, foi muito útil o conjunto de documentos encontrados no Projeto Resgate do Arquivo Histórico Ultramarino- AHU, em Lisboa, também disponibilizados pela Hemeroteca Digital, utilizando as contas do contrato de Angola de Antonio Fernandes D’Elvas, feitas na Bahia pelo seu antigo feitor Francisco Dias Bayão.

Na metodologia, a intenção no primeiro momento foi elaborar uma base de dados que servisse para armazenar as informações encontradas em todos os documentos utilizados nesta pesquisa, uma *metafonte*. Definimos os campos com o “nome do agente”, o “lugar de ocorrência”, a “data”, a “ocupação”, o “tipo de ocorrência” e as “informações do documento de origem”. O objetivo era verificar se os nomes se repetiam de uma praça a outra. Contudo, quando alcançamos a marca de 3.000 registros tomamos consciência de que o método deveria ser repensado. Os nomes dificilmente se repetiram, e aqueles que tinham alguma semelhança na grafia, eram apelidos comuns e nada garantia que se tratasse da mesma pessoa. Retomei do zero, porque estava diante de uma peculiaridade do século XVII: a ausência de um padrão.

O estudo das redes de comércio e a reconstrução das relações entre os indivíduos, passa por identificar os nomes e *apelidos* dos atores sociais, no entanto, os sujeitos mudavam de nome por questões políticas, religiosas e culturais. Os irmãos de uma mesma família têm sobrenomes diferentes. A isso acrescenta-se as variações de um mesmo nome a depender do idioma. O comerciante madeirense Mateus da Gama, é encontrado em Cartagena com apelido de Mateo Gama, além disso, é citado como um dos grandes exportadores de pipas de vinho na década de 1650, no arquipélago, sob nome Mathew da Gama<sup>4</sup>, para citar apenas um caso. Esse é um dos problemas enfrentados nas investigações da análise de redes comerciais, sempre na fronteira entre História Econômica e História da Família, para usar a colocação de Ana Hutz.<sup>5</sup>

Optamos então por criar uma base de dados para cada capítulo, unindo variados documentos, mas limitando o número de registros. Só consideramos homônimos aqueles que tiveram informações complementares obtidas em outros documentos ou na bibliografia consultada. Depois da coleta dos dados, criamos gráficos e tabelas. Para as visualizações espaciais usamos o *software QGIS*, para os *grafos* usados nas análises de redes sociais, o *Gephi*.

---

<sup>4</sup> HANCOCK, David. **Oceans of wine: Madeira and the emergence of American trade and taste**. New Haven (Conn.): Yale University Press, 2009. (The Lewis Walpole series in eighteenth-century culture and history), p.136.

<sup>5</sup> HUTZ, Ana. **Homens de nação e de negócios: redes comerciais no mundo ibérico (1580-1640)**. Doutorado em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Empregamos muitas palavras estrangeiras, mas não as traduzimos por receio de perderem seu sentido original. Quando possível, apresentamos em notas de rodapé a definição, consultadas sempre no *Diccionario de la Lengua Española*, e no *Diccionario de Autoridades* também da Real Academia Española.<sup>6</sup> Usamos ainda vários termos para designar o mesmo quando nos referimos às “Províncias Unidas da República Neerlandesa”. A intenção era não tornar o texto repetitivo.

O uso da expressão “nordeste do Brasil” ou “nordeste brasileiro” faz referência a cartografia atual. Empreguei-as como recurso para facilitar o entendimento. De modo geral, mantive as grafias das palavras tal como nos documentos, e quando não tinha certeza, expliquei em notas de rodapé as possibilidades de acordo com o que identifiquei na paleografia. Os valores em dinheiro, em pesos, patacones, réis, tostões e vinténs não foram padronizados em uma única moeda, porque essa tarefa por si só constituiria uma nova pesquisa. Optei por não trabalhar com essas informações.

O conceito de análise de redes sociais, amplamente usado neste trabalho, foi tomado de empréstimo do campo da Sociologia, particularmente da visão elisiana, em que considera os laços de interdependências entre os sujeitos, inseridos em determinados grupos e contextos sociais, como a chave para superar a falsa dicotomia entre indivíduo e sociedade.<sup>7</sup> Dentro das “teias”, também chamadas de “redes de dependência” ou “tecido das relações”, se encontram a coerência das associações humanas. Os “fios” dessa grande “teia” se unem para formar uma cadeia de ações.

Em *O Processo Civilizador*, Norbert Elias mostra a importância das redes no movimento de difusão dos padrões civilizados, cujo centro estava no Ocidente. As principais funções eram o controle das pulsões e paixões, a renúncia da satisfação efêmera por uma perspectiva de longo prazo, a uniformização das condutas e o espírito de previsão. As duas últimas características estão muito presentes no comportamento do homem de negócio moderno, uma vez que o comércio a longa distância, responsável por entrelaçar vários centros urbanos comerciais, para usar o exemplo do próprio Elias, necessitava operar com base na previsão dos comportamentos, exigindo a padronização da cultura mercantil, tendo em vista as distâncias e os riscos dos empreendimentos.<sup>8</sup>

A análise de rede, portanto, se constitui na compreensão relacional de um sobre o outro. Para Georg Simmel, o comportamento dos sujeitos é manifesto dentro do grupo, por

<sup>6</sup> Ver em: <<https://dle.rae.es/>> último acesso em: 20 janeiro 2024.

<sup>7</sup> ELIAS, Norbert. *A Sociedade Dos Indivíduos*. [s.l.]: Zahar, 2021.

<sup>8</sup> *Id., O Processo Civilizador (Uma História Dos Costumes)* V. 1. [s.l.]: Zahar, 1996 e também: *O Processo Civilizador-Vol 2-Formação Do Estado E Civilização*. [s.l.]: Zahar, 2021.

isso o grupo é o objeto de estudo, de modo que a sociedade seria a ação recíproca entre os indivíduos, e as instituições (política, religião, economia, a linguagem, o direito etc), ou seja, produto da interação entre eles.<sup>9</sup>

Dedicamos o capítulo I aos vínculos externos da cidade de Salvador, destacando a integração da Bahia na economia das Ilhas Atlânticas, sobretudo a Ilha da Madeira, a *queen of islands*<sup>10</sup>. Consideramos o arquipélago como espaços de circulação para os comerciantes de várias partes do mundo, devido às correntes dos ventos alísios que a tornaram um porto atrativo para os viajantes a caminho das Índias Ocidentais, cujos recursos naturais favoreceram as escalas, e a converteram em uma “esquina do mundo”, ponto perfeito para criação de redes sociais e globais. Desse modo, consideramos as ligações com a Ilha da Madeira um ponto chave para a articulação entre os Impérios Atlânticos, além de uma catapulta para a formação das redes internacionais.<sup>11</sup>

Discutimos os tipos de relações mercantis estabelecidas pelos agentes do circuito do açúcar, seus códigos de comportamento, as instituições e os instrumentos financeiros que viabilizaram as operações. Ademais, iniciamos o tema transversal que estará presente em todos os outros capítulos: o impacto das guerras sobre o comércio e a navegação, bem como as estratégias usadas pelos negociantes para mitigar os danos e contornar os embargos.

No capítulo II, observamos a circulação entre as cidades a partir de aspectos da vida social, o casamento, as epidemias, a guerra e a morte. O hospital de Cartagena era um ponto de encontro para os marinheiros e soldados enfermos, em viagem pelo Atlântico sul, onde acontecia o desembarque de tripulações contaminadas em epidemias, devido às condições insalubres dos navios. Também era um lugar citado pelas viúvas deixadas na península Ibérica, cujas intenções eram contrair novo matrimônio perante a Igreja Católica. Para tanto, precisavam recorrer às testemunhas que tinham presenciado, ou ouvido falar, da morte do marido naquela cidade, e só assim poderiam provar que não havia impedimentos ao novo enlace. Em alguns destes autos de investigação encontramos os trajetos dos falecidos, inclusive alguns deles tinham passagem pelo Brasil.

Ainda neste capítulo, desenvolvemos a hipótese de que o Brasil Holandês se tornou uma preocupação comum aos governadores do Caribe. A guerra no Atlântico mobilizou os

<sup>9</sup> SIMMEL, Georg; CALDAS, Pedro; SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. (Nova Biblioteca de Ciências Sociais).

<sup>10</sup> O termo “Queen of Islands” foi cunhado por cronistas no tempo da descoberta do arquipélago, segundo Hancock. Ver em: HANCOCK, 2009.

<sup>11</sup> Na interpretação de Hancock, a produção da Ilha (do açúcar e depois do vinho) ficava a cargo do grupo português, que era considerado provinciano, porém, o comércio era uma atividade cosmopolita, e demandava intenso contato com ingleses e outros agentes de várias partes do globo, responsáveis inclusive por criar a fama da bebida para o mercado consumidor. HANCOCK, 2009.

reinos católicos no ultramar contra o infiel protestante até mesmo após 1640. O grande medo das autoridades era que os neerlandeses estivessem planejando um ataque às praças de Cartagena, Cuba ou Veracruz. Essa ameaça gerou vários informes, correspondências e boletins a respeito da situação no Brasil. O temor incluía a inspeção e investigação de qualquer pessoa que viesse das “terras levantadas”.

A guerra impulsionou a circulação dos agentes entre as Índias Ocidentais, inclusive de soldados que por algum motivo não retornaram às suas antigas casas, e optaram por viver em Cartagena das Índias. Quando alguém morria sem deixar inventário dos seus bens, era aberta uma investigação para levantar o total dos bens, das dívidas e apurar para quem seria deixado o montante final. Para isso, era necessário ouvir testemunhas que conheciam aqueles homens em vida. Alguns relatos mostraram que em suas trajetórias estavam visitas, credores e negócios mantidos entre as partes da África do Brasil.

O capítulo III, investiga os comerciantes de escravos, ou negreiros, suas relações, associações e companhias, formadas para atuarem entre os espaços do Brasil, Caribe e África. No primeiro momento exploramos o período do contrato de Angola firmado com o assentista Antonio Fernandes D’Elvas (1615-23), com ênfase nos registros dos livros feitos na Bahia. Observamos em sua rede de contatos, que a divisão parece ser explicada pela função dos agentes: de um lado um grupo pequeno de prestamistas ricos estabelecidos em Lisboa, por outro, homens do mar e de negócios encarregados da cobrança de fretes, comissões e outras despesas do transporte de cativos. Trabalhamos com a hipótese de que os negócios do tráfico da D’Elvas tiveram continuidade após a sua falência e morte, na cidade de Cartagena das Índias, pelas mãos do seu cunhado Francisco Rodrigues Solis.

Francisco Rodrigues Solis se inseriu rapidamente na comunidade sefardista, composta pelos homens do tráfico articulados entre Panamá, Cartagena e Lima. Solis fez parceria com uma poderosa companhia de escravos formada por Andrés de Vanquésel e Juan Rodriguez Mesa. Os negócios pareciam prosperar quando, em 1636, Mesa e Solis foram presos, tendo sequestrado seus bens. A partir dos autos do Tribunal da Inquisição tomamos conhecimento dos negócios da companhia, analisamos os volumes, valores, o perfil dos clientes e até o prazo de amortização das peças adquiridas. A companhia sozinha financiou a armação de embarcações próprias, a aquisição das peças diretamente na costa da África, os custos da travessia, da hospedagem até a venda final. Além disso, tinha capital disponível para adquirir grandes lotes de escravos desembarcados no porto.

Certamente, a prisão e o confisco dos bens dos cristãos novos, fenômeno de escala regional, impactou os mercados dependentes da mão de obra africana nas duas margens do

Atlântico. Diante do cenário político desfavorável, os comerciantes reconciliados pelo Tribunal do Santo Ofício, sofreram penalidade de desterro, o que significava mudar de lugar, encontrar novas formas de ganhar a vida e estabelecer novos vínculos. Isso não era uma tarefa fácil, tendo em vista que muitos dos seus conhecidos também tinham sido condenados pela Inquisição, em efeito dominó.

No primeiro momento, talvez, após a saída dos portugueses do comércio de escravos, tenha sido necessário a rearticulação do comércio, afetando eventualmente o ritmo dos portos dependentes da mão de obra africana, como os da América Espanhola, sem contar nas mudanças em Angola e Guiné, enquanto os mercadores se articulavam em novas companhias e associações. Novas estratégias devem ter sido empreendidas pelos portugueses que desejavam manter seus negócios nas Índias de Castela. As redes e os correspondentes podem ter mudado o eixo de atuação, provocando efeitos em escala global durante o rearranjo. Decerto, a resposta sobre o destino dos traficantes após 1640, pode estar na observação de diferentes escalas, mas este seria o tema para outra investigação.

No capítulo IV, realizamos um exercício de micro-história a partir da trajetória do segundo Conde de Castelo Melhor, a qual julgamos reunir vários temas discutidos nos capítulos anteriores, como a guerra, o comércio e a formação das redes mercantis trans-imperiais. Para entender a sua atuação foi necessária a observação simultânea dos fenômenos em escala micro e macro. Sabemos que o Conde participou de uma das campanhas para a expulsão dos holandeses da costa do Brasil, chamada União das Armadas Ibéricas. Esse era um evento de escala macro, como o próprio nome da armada indica, uma vez que convocava toda a Península para lutar na guerra do Atlântico. No Atlântico, a guerra impactava de variadas formas as diferentes regiões. A derrota da Armada em Pernambuco, por exemplo, mudou os rumos da política fiscal no Caribe, pois as autoridades locais passaram a destinar mais recursos para a proteção e defesa daquelas praças, precavidos contra uma possível ameaça neerlandesa. Isso mostra que os eventos ao sul poderiam colocar as províncias do Caribe em alerta máximo.

Após a derrota, os remanescentes da dita armada procuraram ajuda em Cartagena, mas antes receberam auxílio financeiro da *Caja* de Nova Espanha, o que representaria uma colaboração também a nível regional. Uma vez em Cartagena, as rebeliões, cujos os personagens centrais eram os portugueses abrigados no presídio local, terminaram na suposta tentativa de furto de um dos galeões de prata, que seria usado a serviço da causa de D.João IV, ou seja, seria um levante português em demonstração de apoio à Restauração de Portugal, o que pode ser interpretado como um evento de proporção macro.

Nosso intento, na segunda parte deste capítulo, é demonstrar as relações de interdependência entre os Impérios Ibéricos mesmo após a dissolução da União das Coroas. A própria história de vida de Castelo Melhor revela um homem que esteve entre mundos duais, foi fiel a dois reis e falou duas línguas. Podemos dizer, que nos anos em que esteve à frente do governo geral do Brasil, Castelo Melhor solidificou o seu interesse pelo comércio passando de uma ocupação pontual, como aquele registro encontrado na alfândega do Funchal em 1640, para o embarque sistemático de caixas de açúcar ao longo de quatro anos de governo. As redes comerciais, portanto, são um exemplo desse emaranhado de vínculos com o ultramar, pois os interesses dos colonos não reconheciam as fronteiras, não poderiam ser limitados às guerras, embargos, regulações e até perseguições.

## CAPÍTULO I

### **As ligações externas: os agentes do comércio entre a Bahia e a Ilha da Madeira**

#### **INTRODUÇÃO**

O objetivo deste capítulo é apresentar as conexões da economia baiana à global por meio da atuação dos homens de negócios, residentes ou viajantes, que integravam as praças mais importantes do século XVII. No primeiro momento, nos concentrarmos apenas no contato entre os agentes da Ilha da Madeira e dos proprietários da Bahia, usando os registros das cargas dos produtos do Brasil, na Alfândega do Funchal, onde a principal mercadoria desembarcada era o açúcar. Identificamos quem eram os representantes dos proprietários da Bahia, quais operações realizavam, com qual frequência apareciam nos registros, e em nome de quantos proprietários operavam.

No segundo momento, cruzamos os nomes destes agentes, (proprietários, seus representantes e procuradores) com homônimos que encontramos em outros documentos, a fim de observar a integração da Ilha da Madeira com outros mercados coloniais, e verificar a possibilidade dos proprietários baianos usarem a praça como ponte para seus interesses em áreas de acesso restritas aos súditos portugueses. A nossa hipótese é que o arquipélago era uma zona de livre circulação de comerciantes estrangeiros.

Antes disso, nos detemos no panorama histórico, apontamos os possíveis impactos da política econômica adotada pelas monarquias católicas em tempos de guerra, restringindo ou dificultando a ação dos mercadores, que criavam estratégias variadas para lidar com os bloqueios e embargos, como a cooperação trans imperial por correspondência. Apresentamos ainda a antiga parceria entre os portos do Brasil, da Península Ibérica e o norte da Europa, bem como a reacomodação da antiga estrutura das rotas dos cereais para o comércio de açúcar.

Entretanto, reconhecemos aqui, como “comerciantes” tanto os homens do mar (os mestres e capitães) como procuradores, correspondentes, agentes volantes, mandatários, produtores etc. Partimos da premissa de que nem todos os homens de negócios se dedicavam

exclusivamente à atividade, admitindo a possibilidade de encontrá-los em outros tipos de ocupação, complementares ou não à mercancia.

Apresentamos exemplos de algumas trajetórias desses agentes, que tomamos a liberdade de chamar de “procuradores” ainda que não tivessem procuração formal firmada por um tabelião. O termo foi empregado para designar todo aquele que negociava, recebia, entregava, vendia, pagava etc por ele mesmo ou por outrem. Os registros da presença de dado sujeito em mais de uma ocorrência, em datas, e às vezes até em lugares diferentes, permitiu-nos estimar o tempo de permanência do mesmo na atividade, os tipos de mercancia e os diferentes vínculos comerciais que estabeleceram ao longo da vida.

## 1. Os comerciantes e o panorama político do século XVII

A cidade de Salvador não estava isolada do mundo. Seus negócios a conectaram a uma economia em escala global e os mercadores foram atraídos pela posição do seu porto, pois estivera integrado tanto ao comércio insular, com a Ilha da Madeira, Terceira e São Miguel, quanto com a rota da Carreira da Índia<sup>12</sup>, conforme apontado no livro de José Roberto do Amaral Lapa ainda na década de 1960.<sup>13</sup>

Se parte do dinamismo e integração dessa economia estivera nas mãos dos mercadores e suas redes, pouca atenção se destinaria aos mesmos, sempre ofuscados pelo comércio, “sacrificado em favor dos números”, para usar as palavras de Alberto Vieira no prefácio da transcrição das correspondências do mercador da Ilha da Madeira chamado Diogo Fernandes Branco, o moço, publicadas em 1996.<sup>14</sup>

De acordo com David Hancock, os homens de negócio foram responsáveis pela integração dos espaços atlânticos, mediante a formação de suas redes comerciais. Na Ilha da Madeira, no primeiro momento os estrangeiros teriam sido atraídos pelo circuito do açúcar, e

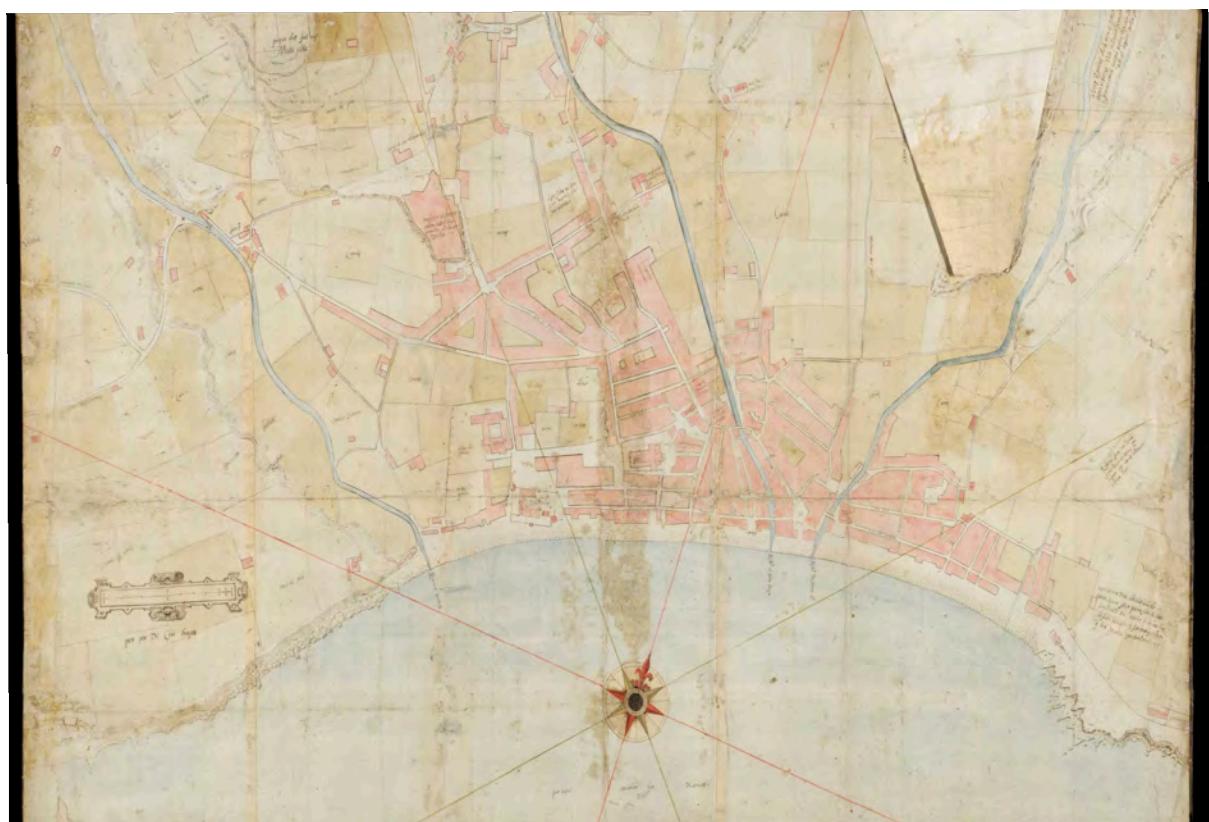
<sup>12</sup> A carreira da Índia era o roteiro que os navios portugueses faziam para chegar ao Oriente, ou entre Lisboa e Goa. Poderiam ser embarcações privadas ou oficiais, segundo José Roberto do Amaral Lapa. LAPA, José Roberto do Amaral, **A Bahia e a carreira da Índia**, ed. fac-similada. São Paulo: Ed. Hucitec, 2000.

<sup>13</sup> O autor diz, na introdução do referido livro, que sua intenção era escrever um trabalho que frisassem a posição do porto de Salvador. Tal proeminência, segundo ele, poderia ser observada na Carreira da Índia, que integrava a economia regional ao cenário internacional, e reconheceu que o tema foi muito estudado, mas circunscrito em si mesmo. E que o problema da integração da economia de Salvador era o acesso às fontes espalhadas por outros continentes, o que exigiria pesquisa na África e Ásia, por exemplo. LAPA, *Op. Cit.*

<sup>14</sup> Ver em: VIEIRA, Alberto, **O Públco e o Privado na História da Madeira. Correspondência particular do mercador Diogo Fernandes Branco (1649-1652)**, 1996. p.15.

depois de 1660, com a consolidação das vinhas, foram eles os grandes exportadores e disseminadores da cultura do vinho, levando a bebida à mesa de consumidores de todo mundo. Para isso, a posição privilegiada da Ilha teve um papel crucial, uma vez que tinha disponível água, bom solo, além de situada em meio as correntes dos ventos alísios.<sup>15</sup> Logo, a cidade do Funchal se transformou em um ponto de encontro dos homens de negócios.

**Mapa 1.1:** Planta da cidade do Funchal, 1570



**Fonte:** ANTT. Cidade do Funchal. [ca. 1570]. 1 planta ms, desenho a nanquim, col. aquarelada, 65,5 x 93. Escala 1:2.500. Acesso em: 20 Jan. 2024.

De modo geral, segundo Christopher Ebert, foram os homens de negócio, organizados e em colaboração inter-imperial, que evitaram a interrupção do comércio mesmo em conjunturas adversas. O comércio de açúcar teria amargado consequências de um Estado mais preocupado com as guerras que com o comércio, e Portugal sentiu o impacto, pois viu seus antigos parceiros comerciais transformarem-se em desafetos diplomáticos durante a

<sup>15</sup> HANCOCK, 2009.

União das duas Coroas na figura dos Felipes.<sup>16</sup> Estes estabeleceram trocas com a Inglaterra e o Norte da Europa, pelo menos desde o século XVI, de onde vinham cereais e tecidos. De todo modo, argumenta o autor, os agentes abriram espaço, encontraram maneiras legais e ilegais, para permanecerem inseridos tanto no comércio com a Península quanto com a promissora colônia produtora de açúcar.<sup>17</sup>

Nos períodos de embargos e guerras contra as “províncias rebeldes”, os agentes adotam várias estratégias, dentre elas a dispersão dos portos de destino do açúcar no Norte da Europa. As embarcações ancoravam em praças consideradas “neutras”, e de lá seguiam para o mercado consumidor de parte expressiva desta produção, Antuérpia e Amsterdam. Para as operações os mercadores contavam com seus correspondentes, ou procuradores, situados nas praças. Para Ebert, o comércio e o transporte do açúcar usaram da experiência acumulada anteriormente no deslocamento de cereais do Báltico para a Península. Inclusive no uso de uma rota pré-existente, que teria mudado apenas o produto principal. E ainda, a experiência naval consolidada, permitiu o emprego de embarcações que atendiam as demandas de um produto volumoso, como o açúcar.

Flandres era um parceiro comercial antigo de Portugal na região, com registros que datam de 1212, pelo menos, e de onde recebia bens de luxo como tecidos, embora menos valiosos do que aqueles encontrados no Oriente. Depois de 1477, houve um movimento migratório para Antuérpia, em parte estimulado pela facilidade de comunicação com os banqueiros alemães, e outra, devido aos conflitos entre Bruges e a Áustria em fins do século XV, aponta Ebert. Já em Bruges se distribuía açúcar oriundo da Ilha da Madeira e São Tomé, antes mesmo do início da produção no Brasil em 1550. Antuérpia tornou-se o novo centro catalisador, enviando mercadorias desde seu porto para Itália e Norte da África, além de oferecer matéria prima, como ferro e cobre, essenciais para os portugueses nas trocas com a

---

<sup>16</sup> A hostilidade contra os protestantes das Províncias Rebeldes foi renovada durante os reinados de Filipe II (1556-1598), Filipe III (1598-1621) e Filipe IV (1621-1665). Ver em EBERT, Christopher, **Between empires: Brazilian sugar in the early Atlantic economy, 1550-1630**, Leiden ; Boston: Brill, 2008.

<sup>17</sup> O autor defende que os mercadores tendiam a escolher, antes de tudo, as vias legais. Um aspecto curioso do pensamento de alguns destes homens pode ser observado no exemplo oferecido por David Grant Smith. Em 1646, um grupo formado por homens de negócios da Bahia se dispôs a pagar uma taxa extra na importação do vinho, tema sensível que promoveu debates sobre qual método de tributação deveria ser adotado. Primeiro porque a arrecadação sob o vinho garantia o pagamento das tropas para segurança do Recôncavo. E segundo, porque a irregularidade do abastecimento, causava a queda das receitas. Diante disso, fizeram a proposta à Câmara e, em contrapartida, pediram para que se proibisse a produção e a venda da cachaça local. Supostamente, o motivo era de cunho moral, da preocupação com a comunidade, sobretudo o consumo do álcool pelos mais pobres. Ver em: SMITH, David Grant. **The mercantile class of Portugal and Brazil in the seventeenth century: A socio-economic study of the merchants of Lisbon and Bahia 1620-1690**. Texas, 1975.p.399.

Guiné e Ilhas atlânticas.

A Península recebia, ainda, embarcações do norte da Alemanha, a cidade de Hansa, e de outras no Báltico como Danzig, Riga e Raval. Hansa ofereceu desde o século XV suprimentos necessários para a população, sobretudo de Lisboa, que encontrava-se em franco crescimento. Em troca, recebia o sal de Setúbal indispensável para a indústria de peixes, e que por condições climáticas não poderia ser produzido na região. Em meados do século XVI, despontaram novos portos intermediários, Amsterdam e Hamburgo, controlando parte do transporte dos grãos do *Baltic-Portuguese trade*.

Para Ebert, o comércio do açúcar representava era um novo produto inserido em uma antiga rota, e se considerarmos a produção em São Tomé e Ilha da Madeira, nem tão novo assim. A relação entre a Península e os Países Baixos, bem como as redes mercantis existentes, teriam sido reforçados com o novo produto. E a evidência seria o surgimento das refinarias em Amsterdam ainda em 1580, em Antuérpia e em Hamburgo, os principais centros de importação, embora Antuérpia, a partir de 1550, tivesse perdido sua primazia, por questões políticas e religiosas.

De todo modo, esta experiência prévia foi aplicada também nos transportes, pois as embarcações utilizadas na rota dos cereais, atendia a necessidades específicas do açúcar que por um lado, não era tão lucrativo quanto o comércio com a Ásia dos bens de luxo, mas por outro, não era desprezível. Os rendimentos deveriam ser compatíveis com os custos do transporte, e os grãos eram pesados, assim como as caixas de açúcar.

Segundo Daniel Strum, a indústria naval holandesa desenvolveu embarcações que atenderam a tais necessidades com a criação da urca, nome com o qual teria ficado conhecida no mundo português, e empregues na rota dos “bulk-traders”. Ambos os autores, Christopher Ebert e Daniel Strum, sublinham o papel destas embarcações quanto à capacidade, pois poderiam transportar de 200 a 300 toneladas, durante o período das Tréguas (1609-1621). Strum acrescenta à observação de Ebert, a necessidade de considerar em seus cálculos os diferentes portos de saída, de escala e destino, se a embarcação teria saído, por exemplo, do Mediterrâneo com destino a Portugal, ou se teria feito apenas uma parada antes do ponto final. Isto deveria ser considerado, argumentou o autor, pois em 1634 as embarcações que teriam partido dos Países Baixos para Portugal e Espanha, tinham cerca de até 400 toneladas. O mesmo volume foi suportado pelas embarcações que transportaram açúcar para Portugal

em 1621.<sup>18</sup> De todo modo, compartilham a ideia de que as características da nave otimizaram o transporte deste produto.

“(...) dotadas de aparelho misto e com dimensões similares às das naus, mas com casco mais arredondado e fundo achatado, e que também podiam ser adaptadas para guerra. A construção arredondada dotava a urca de maior flutuabilidade o que tinha dois importantes resultados: facilitar a entrada em barras onde havia muitos baixios, como a de Amsterdã, e elevar a capacidade de transportar cargas pesadas, como desde a Idade Média os holandeses e hanseáticos faziam, transportando cereais e madeiras do nordeste europeu, sal e vinho do sudoeste do continente, e arenque do Mar do Norte.” (STRUM, 2012. p. 359)

Durante a Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648), quando as Províncias Unidas entraram em conflito contra o domínio Habsburgo, os comerciantes na Alemanha e em Hansa ofereceram suporte à comunidade mercantil aproveitando-se da sua posição de neutralidade, isto quer dizer que os holandeses não foram eliminados do transporte e do comércio com o Báltico, apenas camuflados sob outras bandeiras. A monarquia pouco poderia fazer para barrar a articulação entre mercadores, e assistiu, já nos primeiros anos do seiscentos, as cidades de Lisboa e Sevilha repletas de estrangeiros.

Segundo Ebert, seria impossível pensar no comércio de açúcar, e todas as esferas que o envolvem, como a construção naval, o financiamento, as provisões etc, sem a presença dos estrangeiros, mesmo após a proibição de 1605. Um exemplo eram as viagens dos portos alemães, muito condicionadas pelo clima, que necessitavam partir rumo à Portugal no outono e esperar por lá todo inverno, para então regressarem. Nesse ínterim, inseriram-se nas rotas atlânticas, realizando o transporte inclusive dos produtos do Brasil. Figuravam entre eles, genoveses, flamengos, italianos e alemães, atuando como investidores nos empreendimentos portugueses, tanto nos assuntos do cultivo da cana no Brasil quanto nos recursos empregados nas viagens feitas pela Carreira da Índia. Quando não o fizeram diretamente, valeram-se de outros recursos para alcançar o objetivo pela via do casamento. Alguns homens do sul da Alemanha, em Cologne, tinham interesse em entrar para as famílias de mercadores flamengos, cujas casas de negócios mantinham correspondentes e representantes em Portugal e no Brasil.<sup>19</sup> Havia outros meios indiretos de participação de não-portugueses. A carga de uma embarcação, por exemplo, era assegurada, entre outros mecanismos do sistema financeiro, pelos contratos de apólice de seguros firmados com estrangeiros.

O autor defende que o espaço atlântico, assim como o comércio do açúcar, não era

<sup>18</sup> STRUM, Daniel. **O comércio do açúcar: Brasil, Portugal e Países Baixos (1595-1630)**. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2012. p.384.

<sup>19</sup> EBERT, 2008. p 30.

uma atividade exclusiva dos portugueses, mas de convívio inter-imperial comum a britânicos, franceses e holandeses, sendo a Ilha da Madeira um espaço fundamental para as trocas legais e ilegais. Nesta reflexão, Ebert amparou-se na pesquisa de David Hancock, referência sobre o tema das redes de estrangeiros no comércio de vinho da Ilha, sobretudo os de língua inglesa. Tal argumento, ademais, revisa as interpretações correntes que atribuem demasiado peso à origem étnica dos mercadores. Para ele, o comércio não poderia ser controlado por um único grupo. Além do mais, a identidade dos mercadores seria fluida. E ainda, o segundo equívoco seria a crença no poder irrestrito das autoridades e do Estado, capaz de monitorar o comércio, coisa que para ele não aconteceu nas primeiras décadas dos setecentos.

Para Ebert o comércio do açúcar teria sido livre até 1630, apesar das restrições para comercializar com a Península, usadas como armas de guerra contra as Repúblicas Rebeldes por Filipe II. A estratégia, ainda na década de 1580, como observado acima, consistiu na transferência dos centros importadores para cidades consideradas neutras, na Alemanha e Escandinávia. Ainda assim, pode ser considerado relativamente livre, porque diferente do comércio com a África ou com a Índia, organizado através de factorias, o açúcar não era explorado diretamente pela coroa, isto é, não foi monopólio do Estado e não assentava-se em uma companhia, como era o caso do pau-brasil. Parecia menos ainda com o caso da WIC - a Companhia das Índias Ocidentais, cujo capital privado e o Estado funcionavam em parceria.<sup>20</sup> Portugal só instaurou um monopólio aos moldes da WIC anos mais tarde, com a fundação da Companhia Geral do Brasil, mas com investimentos inter-imperiais.<sup>21</sup>

A exigência exclusiva no comércio do açúcar era o transporte, que deveria obrigatoriamente ser encaminhado para Portugal onde era taxado. Lá os assuntos do comércio e finanças ficaram a cargo dos vedores da Fazenda, integrantes do Conselho da Fazenda. Em 1604, foi fundado o Conselho da Índia, para cuidar dos assuntos externos, no entanto, dez anos mais tarde teria desaparecido. E em 1643, foi criado o Conselho Ultramarino para o mesmo fim. A alfândega que recebia os tais rendimentos exigidos, respondia ao Conselho da Fazenda e cuidava do fluxo de entrada e saída dos portos. Contava com um grupo de funcionários, factor, guarda, juiz, escrivão, oficiais e carregadores. No princípio do século XVI, o principal porto de taxação era a Ilha da Madeira, que também funcionou como um entreposto para redistribuir o produto para outras partes da Europa. As taxas no arquipélago

---

<sup>20</sup> *Ibid.*

<sup>21</sup> COSTA, Leonor Freire, **Merchant groups in the 17th-century Brazilian sugar trade: Reappraising old topics with new research insights**, v. 2 n° 1, 2004.

eram diferentes das do Brasil. A Madeira tinha o “quinto”, cerca de 20%, e a “dízima de saída”, de 8%. No Brasil, a principal era a “dízima”, 10% sobre a produção, pago comumente em açúcar. De certa forma, as taxas poderiam variar de porto para porto. No geral, no mundo português, as principais eram a “dízima” (pagamento sob os produtos de entrada no porto), “sisa”(dos produtos de saída), “venda” e “portagem” (pedágio).<sup>22</sup>

No transporte, a década de 1590, foi marcada pela presença de embarcações não-portuguesas carregando o açúcar do Brasil, em desacordo com os embargos de 1571 que proibiam o emprego de mestres estrangeiros. Em 1598, a tensão cresceu, pois Felipe III manteve os embargos. A situação do comércio se agravou entre 1598 a 1609, com embargo aos holandeses, impactando na oferta de transportes tanto no Brasil quanto na Península. Outras medidas contra a presença de estrangeiros na colônia foram tomadas. A partir de 1605, estava proibida a presença de não-portugueses no Brasil. Os capitães de navio e homens do mar eram exceções, e precisavam para tanto, de uma licença expedida pelo Conselho da Índia.

Em Sevilha foi criado, em 1623, o “Almirantazgo” e , em 1625, o “Consejo, junta y Tribunal Superior del Almirantazgo” de Madri, ambos para controle do comércio, navios e mercadorias. Para Christopher Ebert, um dos principais obstáculos para o comércio foi o envolvimento de Portugal nas disputas dos Habsburgos nos tempos da União Ibérica (1580-1640). Reflexo dessa política despreocupada com os efeitos econômicos, foram os oficiais de Castilha atuando na fiscalização em Lisboa, Setúbal, Porto e Faro, entre 1622 e 1624. Os embargos e restrições não passaram do papel em alguns casos, pois na prática e efetivamente, não havia tanto controle, graças às estratégias adotadas pelos mercadores. No entanto, após a fundação da WIC em 1621, a preocupação e a vigilância tornaram-se eminentes.

Ainda que a década de 1620 tenha sido marcada por tensões no Atlântico, não faltaram capitães holandeses em águas proibidas, em busca do lucro gerado pelos altos preços do açúcar no mercado europeu. Os riscos eram compensados pelos mecanismos financeiros criados para superá-los. Isso explica boa parte da coragem dos capitães. Em 1623, a WIC teria conseguido capital suficiente para pôr em prática a ofensiva contra os Habsburgos. No ano seguinte, tomaram a Bahia, gerando perdas e prejuízos à União Ibérica durante o processo de retomada. Em 1628, tomaram um navio carregado de prata, em Matanzas, que

---

<sup>22</sup> EBERT, 2008. p. 42.

serviu para custear o ataque a Pernambuco, onde o sítio durou muito mais tempo (1630-1654) do que a primeira incursão, na Bahia, e ficou conhecido como o Brasil Holandês.

Nesse período, o açúcar poderia livremente deixar a costa do Brasil em direção ao Norte da Europa, pois agora os holandeses tinham o produto e controlavam o transporte. Porém, segundo Ebert, o retorno foi abaixo do esperado, porque os custos com a segurança diminuíram os lucros. Além disso, o mercado consumidor não teria acompanhado o ritmo de crescimento da oferta. Após a reconquista de Pernambuco o cenário teria mudado e o Brasil tinha perdido o posto de maior produtor mundial de açúcar, devido à concorrência do Caribe. Segundo Stuart Schwartz, um conjunto de fatores ocasionou a crise da economia açucareira na segunda metade do século XVII, dentre eles, o fim das concessões e isenções de impostos sobre os engenhos, a concorrência por mão de obra africana que elevou os preços da mesma; o aumento nos custos fixos da produção, por um lado, com alimentos, tecidos, matéria-prima dos tachos etc; e por outro, a queda do preço do açúcar no mercado externo, diminuindo assim as margens de lucro.<sup>23</sup>

Entretanto, a vitória sobre os holandeses em Pernambuco contribuiu para fortalecer e justificar a criação da Companhia Geral de Comércio do Brasil, que havia encontrado resistência de certos grupos políticos, sendo acusada de ineficiência oriunda da irregularidade na organização das viagens. Em todo caso, a companhia foi criada supostamente para defender o açúcar português, e deteve o monopólio sobre os principais produtos coloniais, como observado por Leonor Freire Costa. A autora, assim como Christopher Ebert, demonstraram a inserção dos estrangeiros no comércio da Península e do Brasil, neste caso através da Companhia Geral.

A autora, baseando-se nos registros alfandegários do Porto durante o período da Restauração, verificou que os estrangeiros cuidavam da reexportação, com registros de foráneos já nos anos 1630. A comunidade de estrangeiros, sobretudo os ingleses, poderia suprir a saída de capitais com a migração dos cristãos novos, em razão das perseguições do Santo Ofício. Os ingleses, porém, souberam vedar a entrada dos estrangeiros no comércio com sua metrópole, ainda que estivessem inseridos nas praças peninsulares. O êxito da comunidade nessa época (1640-1650), foi torná-las centros re-exportadores dos produtos coloniais, para França e Hamburgo, por exemplo, que sozinhos representaram cerca de 40%

---

<sup>23</sup> SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550 - 1835**, 1. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

do consumo. A Itália era outro importante mercado, embora não estivesse nos registros do Porto, pois, segundo a hipótese de Leonor Costa, esse fluxo passava por Lisboa.<sup>24</sup>

De certo modo, estrangeiros eram convenientes, pois supririam a saída de muitos cristãos-novos que levavam consigo a experiência no comércio além do capital. As famílias vítimas de intolerância tiveram, em alguns casos, mais de uma geração envolvida nos processos. A perseguição estendeu-se durante todo período da retomada de Pernambuco, mas o auge teria sido em 1645. Calcada em Stuart Schawtz, Leonor Costa aponta que, após a invasão da Bahia, a propaganda dos Habsburgo alimentou a ideia de traição por parte dos cristãos novos, acusando-os de participarem do ataque, com objetivo de espalhar o antisemitismo. Porém, apesar das dificuldades para garantir a reprodução social, as famílias de mercadores não abandonaram os vínculos com o Brasil, mesmo depois de mudarem-se para Amsterdam e Hamburgo, garantindo seus interesses através dos correspondentes. Muitas vezes, dependendo da conjuntura, era necessário雇用 um cristão-velho, no que Ebert e Costa se aproximam.<sup>25</sup>

Pode-se dizer que o equilíbrio das relações anglo-portuguesas era instável e a prosperidade dos mercadores, sobretudo aqueles ligados a essas praças, dependia da paz diplomática que era então responsabilidade de Portugal, uma vez dissolvida a União Ibérica, em 1640. Portugal, por sua vez, tinha ainda mais razões para zelar pela concórdia, porque os ingleses, na década de 1650, eram os consumidores e transportadores das cargas no Atlântico. Porém, o rei português, João IV, não teria sido cauteloso em suas ações, e abalou aquele vínculo quando escolheu apoiar o Prince Maurice e Rupert, o lado realista, em vez do lado puritano representado por Oliver Cromwell, na disputa pelo poder na Inglaterra. Os puritanos vitoriosos não tardaram a retaliar.<sup>26</sup>

A primeira resposta veio ainda em 1650, por parte de Blake, interrompendo o comércio dos portos ingleses com Portugal, medida que desagradou os mercadores, pois foram privados de participar do comércio com o Brasil. Entre 1650-52, segundo Leonor Costa, desapareceram dos registros os nomes ingleses.<sup>27</sup> Entrava em cena, neste ínterim, a participação do capital de cristãos-novos, sob coerção. A participação coercitiva causou certo equívoco na interpretação do papel dos cristãos novos na Companhia, segundo a autora. Na

---

<sup>24</sup> COSTA, 2004.

<sup>25</sup> *Ibid* e EBERT, 2008.

<sup>26</sup> EBERT, Op.Cit.

<sup>27</sup> COSTA, 2004.

interpretação corrente, a Companhia era formada por um grupo étnico exclusivo, e portanto, representava seus interesses coesos, como se fosse um grupo uniforme. Desconsideram os acionistas italianos, por exemplo, que se inseriram durante os distúrbios, compensando assim as eventuais perdas do empreendimento, mais uma vez causadas por razões políticas. Na sua visão, a história da Companhia é semelhante a de outras instituições da época moderna, marcadas pela fricção entre os interesses do Estado, em constante negociação com os de diversos grupos sociais diferentes entre si, incluindo os estrangeiros.<sup>28</sup>

## 2. Os comerciantes

Os comerciantes como grupo social não poderiam ser reduzidos a uma única etnia, porque configuraram-se de modo mais complexo, conforme visto em Leonor Freire Costa. David Grant Smith, em pesquisa sobre os homens de negócio situados nas praças de Lisboa e Bahia, descobriu que em Lisboa, a maior parte deles era de cristãos-novos, enquanto a Bahia seguiu a tendência oposta, os migrantes eram cristãos-velhos.<sup>29</sup>

Para o autor, Lisboa era um centro cosmopolita que atraiu muitos estrangeiros, e uma das razões era a sua posição geográfica estratégica, logo se convertendo em uma das grandes cidades da época, e, em número de habitantes, maior que a cidade da Bahia. No entanto, a Bahia oferecia vantagens e dispunha de um bom ancoradouro que serviu de abrigo às embarcações contra as tempestades. No mesmo sentido argumentou Roberto do Amaral Lapa sobre a centralidade da Baía de Todos os Santos para as rotas da Carreira das Índias, entre Lisboa e Goa, entre o Atlântico e o Índico.<sup>30</sup>

Tal posição nos levaria a supor a atração e migração de mercadores de outras praças do mundo, mas David Smith adverte que a coroa desde cedo desestimulou a entrada dos foráneos. Comumente, criticou Smith, a historiografia reforça a interpretação de que cristãos-novos povoaram o Brasil ao fugirem das perseguições do Tribunal do Santo Ofício, sendo frequentemente associados à fortuna e ao comércio.<sup>31</sup>

David Grant Smith mostrou que entre os anos de 1620-1690, os mercadores e donos

---

<sup>28</sup> *Ibid.*

<sup>29</sup> SMITH, 1975.

<sup>30</sup> *Ibid.*

<sup>31</sup> *Ibid.*

de lojas residentes em Salvador eram cristãos-velhos, cerca de 55% (98 pessoas), contra 45% (81 pessoas) de cristãos-novos. Os dados utilizados foram os registros de entrada dos membros das ordens religiosas, como a Santa Casa da Misericórdia, que atenderam o objetivo do autor, pois a exigência da pureza de sangue eliminava os descendentes de mouriscos ou judeus. No caso dos cristãos-novos, o autor consultou os fundos inquisitoriais da segunda visita do Santo Ofício de 1618.<sup>32</sup>

Supostamente, os cristãos novos também seriam os responsáveis pelo crescimento de Amsterdam, já que eram especialistas em re-exportação, conforme criticou Christopher Ebert. Para ele, não há evidências de um traço étnico que seja mais ou menos propenso ao comércio. E citando David Smith e Leonor Costa, afirma que tal caracterização não contribuiria para análise do comércio Atlântico, porque não houve diferenças significativas entre cristãos velhos e novos, ambos participavam do mesmo negócio. As redes em que se inseriram eram mais importantes que a etnia ou religião.<sup>33</sup>

Segundo Daniel Strum, é comum pensar que as relações de agenciamento mercantil estivessem restritas à família ou ao grupo religioso, sobretudo no comércio do açúcar. Todavia, em análise dos grupos de origem judaica e com base nos registros notariais, observou que parte dos vínculos no ultramar eram estabelecidos com agentes de fora da família. O tipo de arranjo entre o mandatário e o agente, fixo ou volante, passava pela confiança e o grau de risco. Havia uma gama de agentes e possibilidades de ligação entre eles. Neste artigo o autor os dividiu entre fixos e volantes.<sup>34</sup>

Os agentes fixos poderiam movimentar mais dinheiro, dispor de melhores condições e oferecer infraestrutura para os produtos, além de comercializarem com várias praças sem sair do seu local de residência. A relação travada com este tipo de agente poderia durar anos. Os agentes volantes seriam aqueles que viajavam para acompanhar as mercadorias, operavam com vendas e compras, também creditando e debitando em nome de outrem. Estes desfrutavam de menor grau de confiança que os agentes fixos. Na prática, significava menos autonomia, menos tempo e capital confiados a ele. Entretanto, Strum defendeu a diversificação dos tipos de arranjos, como medida de proteção para o mandatário, pois assim não apostaria todo o capital em um único agente, que estava eventualmente sujeito a

<sup>32</sup> *Ibid.*

<sup>33</sup> EBERT, 2008.

<sup>34</sup> O autor discute com maiores detalhes os tipos de relações de agenciamento em um capítulo específico chamado “À Ultramar: agentes e relações” no livro: STRUM, 2012. E ainda, David Grant Smith no capítulo nove de sua tese, expõe algumas tipologias das relações e dos mercadores da Bahia, fossem profissionais ou não. Em: SMITH, 1975. p 373-375.

infortúnios como falência, imprudência, óbito, má fé, oportunismo etc.<sup>35</sup>

Os contratos com os de fora da família eram feitos preferencialmente com agentes menores, em quem confiavam menos, e, consequentemente, arriscavam menos, por diversas razões, dentre elas, a reputação do sujeito ou por ter poucos bens, geralmente deixados como garantia de que o agente voltaria. Quanto mais viagens o agente realizava, mais confiança passava para a comunidade. À medida em que a boa fama o precedesse, mais recursos poderiam ser entregues a ele.<sup>36</sup>

Já nos arranjos fixos, que implicam em maior risco para o mandatário, a primeira escolha recaía sobre os membros da diáspora, em segundo lugar os familiares. O grupo familiar não era tão numeroso quanto o grupo étnico, e por isso, representou a maior parte das designações. De todo modo, os cristãos-novos, nesse período, não eram um grupo fechado ou homogêneo, e mantinham práticas que variavam de família a família. Casavam-se, inclusive, com pessoas de fora do grupo, tanto no Porto quanto no Brasil.<sup>37</sup>

David Grant Smith investigou a origem dos mercadores estabelecidos em Salvador por meio do exame das correspondências de um dado homem de negócios, entre os anos 1646 e 1656, e os registros dos pagamentos de impostos de 1648. Demonstrou que o comércio na capitania esteve nas mãos dos forâneos, isto é, os naturais da terra dedicavam-se a outras ocupações. Destes, 45% eram da região norte de Portugal; 19% de Lisboa; 10% de Beira e Alentejo; além de alguns oriundos das ilhas Atlânticas, a maior parte da Ilha da Madeira. Aproximadamente, dois terços dos cristãos-velhos eram da região entre o Minho e o Douro, e seus principais destinos eram o Brasil ou Lisboa, atraídos pela crescente urbanização da capital. O fluxo da região de Extremadura estava mais dirigido a Lisboa que ao Brasil, por exemplo. Sobre os cristãos-novos, um terço era de Lisboa, e um quinto do Alentejo.

Os migrantes do Norte buscaram reproduzir sua experiência com a agricultura e o artesanato na Bahia, propensos a criar raízes, ao passo que os oriundos de áreas urbanizadas, tais como Porto, Viana, Alentejo e Lisboa, escolheram-na com o objetivo de se inserirem nas redes comerciais presentes no território, além da aspiração de adquirir experiência, como

---

<sup>35</sup> STRUM, Daniel. **Resiliência da diáspora e expansão do mercado de agentes ultramarinos no comércio atlântico moderno: os agentes dos mercadores judeus e cristãos-novos na rota do açúcar.** Anais de História de Além-Mar, v. 14, p. 145–176, 2013.

<sup>36</sup> *Ibid.*

<sup>37</sup> *Ibid.*

fizeram os homens de negócio das grandes casas de Lisboa. A estadia destes era curta, apenas o tempo necessário para cumprir seus interesses. David Smith usou como indício desta hipótese o local de residência dos sogros. Independente de serem cristãos velhos ou novos, os mercadores chegavam solteiros ao Brasil com a intenção de casarem-se com as famílias estabelecidas. Aqueles com sogro em Lisboa, eventualmente, estavam mais inclinados a voltar. Dos que foram incluídos nas famílias locais, cabia então o talento e a fortuna para alcançar a ascensão social.<sup>38</sup>

Um dos caminhos tradicionais de ascensão, pelo menos na Bahia seiscentista, segundo David Smith, era fazer parte do círculo da elite. No entanto, a sociedade baiana era complexa e vedava a possibilidade de se estabelecer os limites entre ação de um homem de negócio e um senhor de terras. O auge da trajetória de um mercador era transformar seu poder econômico em um assento na câmara local, ou seja, a transição entre o mundo dos negócios à posse de terras, que era requisito para tal posição, sem abandonar, porém, a primeira ocupação.<sup>39</sup>

Nesse sentido, o caminho rumo à ascensão social atribuía aos sujeitos uma condição híbrida ou dúbia. Segundo o autor, não havia homogeneidade dentro deste “grupo”, e as barreiras entre homem de negócio e elite agrária eram porosas à ultramar. Alguns destes ascenderam por vias de integração com famílias locais, conforme já citado, casando-se com as filhas dos aristocratas, e alcançando por seus méritos, posteriormente, os cargos de prestígio e certos privilégios.<sup>40</sup>

O caminho para ter influência política, poderia muitas vezes, começar pelos serviços prestados nas juntas e comitês locais, onde eram discutidos assuntos pertinentes ao custeio da segurança, sobretudo. Poderiam atuar também como cobradores de impostos. Tudo isso servia conforme a metáfora usada pelo autor, como um “trampolim” para as funções de prestígio.

Uma vez reconhecidos como homem de governança, ou seja, tendo os requisitos necessários, como capital e terra, poderiam ocupar cargos de prestígio, como os postos nas irmandades. Uma das instituições de relevo era a Santa Casa de Misericórdia, e o posto mais elevado o de provedor. Entretanto, o caminho poderia ser mais árduo para os cristãos novos,

---

<sup>38</sup> SMITH, 1975.

<sup>39</sup> *Id. Op.Cit.*

<sup>40</sup> *Id. Op.Cit. Passim.*

pois havia exigência da pureza de sangue, vedando assim a participação dos considerados “impuros”. Porém, esta barreira nem sempre funcionou. Mateus Lopes Franco, cristão novo e um dos mais destacados comerciantes locais, iniciou nos negócios sem muitas aspirações sociais. Em 1637 comprou terras e tornou-se senhor de engenho. No mesmo ano foi chamado para discutir assuntos de interesse público, que exerciam influência nas deliberações da Câmara. Depois de participar de algumas juntas e comitês, o reconhecimento por parte da elite ainda tardou. Segundo Smith, sua condição étnica foi responsável por não ter sido indicado a ocupar um assento na Câmara até então.<sup>41</sup>

Apesar das dificuldades, os cristãos-novos também tinham um caminho para ascensão. Em primeiro lugar, a própria condição híbrida destes homens de negócios os tornava próximos de algum senhor de terras de dentro da Câmara. Segundo, porque poderiam se fazer representados e dispunham de mecanismos de pressão para garantir seus interesses dentro da esfera política. Ademais, eram reconhecidos membros dessa sociedade, participando de atividades filantrópicas, como membros da irmandade da Ordem Terceira das Carmelitas, que não tinha barreiras de sangue e aceitava mulheres.<sup>42</sup>

No caso do mercador Franco, o reconhecimento atrasou porque contra ele, pesava ainda o histórico da família da sua segunda esposa. Contudo, em 1646 tornou-se, finalmente, Prior da dita irmandade das Carmelitas. Aparentemente, a barreira de sangue não prejudicou sua descendência, pois sua filha casou-se com um dos membros mais proeminentes da elite colonial, Antônio Guedes de Brito. O genro alcançou o posto de Provedor da Santa Casa de Misericórdia, foi vereador em 1664 e 1669 e Magistrate em 1667 e 1675. Deste modo, observamos que a reputação era algo maleável e a origem, em determinadas situações, apagadas.

Por outro lado, na Bahia, os cristãos novos oriundos de Lisboa tinham mais vantagens sobre aqueles vindos de regiões dedicadas à agricultura. A vantagem consistia em conhecer as pessoas certas, outros homens de negócios situados em Portugal, com quem poderiam manter correspondência. Sem contar que alguns dispunham de certo capital para aquisição de terras, de modo a diversificar seus investimentos, logo, seu *status*.<sup>43</sup>

---

<sup>41</sup> SMITH, 1975.

<sup>42</sup> *Ibid.*

<sup>43</sup> Segundo, David Smith, alguns senhores de terras, que iniciaram sua jornada no comércio, chegaram a investir até mesmo na pecuária, comprando terras no interior do recôncavo e até em Pernambuco. Para ele, teria sido uma transmutação da agricultura para a pecuária, salvando-os em algumas conjunturas dificeis, como a queda do preço do açúcar no mercado externo. *Id. Op.cit.*

Alcançar o status não era democrático, mas também não foi exclusivo. Essa era uma fronteira porosa que dificulta uma análise por grupos sociais, conforme criticou Smith no trabalho de Russell-Wood. Um mesmo homem poderia se ocupar tanto dos negócios e/ou agricultura quanto da política. As oligarquias, pelo contrário, promoveram os casamentos dos seus filhos com comerciantes, inclusive com recém-chegados. Diante desta impossibilidade, o autor cunhou o termo *merchant-planters* para tentar exprimir a realidade baiana seiscentista.<sup>44</sup>

Christopher Ebert se aproximou de algumas conclusões de David Smith, ao defender a heterogeneidade dentro do grupo de mercadores. Os homens do governo estariam envolvidos não só no comércio do açúcar, bem como na rota da Carreira da Índia. Como o investimento no circuito do açúcar era menor que na Carreira da Índia, pequenas redes ofereciam seu capital aos negociantes e mercadores interessados no Brasil, inclusive, os membros destas redes eram cristãos novos e velhos, lado a lado. Apontando, mais uma vez, para o equívoco de considerar a origem étnica como única variável significativa, porque a cooperação dentro do grupo de comerciante era fundamental para contornar as adversidades e conjunturas. Outro equívoco seria encerrá-los em um único espaço, império ou rota, porque essas operações desconheciam fronteiras. Os contratos, por exemplo, não eram celebrados exclusivamente entre os agentes das Índias e os reinóis, posto que uma mesma carga eventualmente era assegurada por vários investidores dispersos em diferentes praças, reforçando assim, o caráter global e colaborativo destes negócios.<sup>45</sup>

Aparentemente, a dispersão pelo globo era uma das finalidades destes mercadores que enviavam até mesmo seus filhos para as bandas do Brasil e Ilhas Atlânticas, a fim de ampliar a sua rede e capital. Alguns estabeleciam-se de forma permanente, outros com previsão de regresso, conforme observado em Smith. Aqueles que voltavam para os Países Baixos tendiam a não retornar, carregavam de uma só vez sua bagagem material e imaterial. Dos portos escolhidos articulavam os negócios com Portugal, Brasil, Norte da África, Espanha, Inglaterra e Ilhas Atlânticas.<sup>46</sup>

Ebert argumentou que as Ilhas Atlânticas tiveram papel fundamental no comércio legal e irregular de açúcar e consolidaram-se como espaços cosmopolitas abrigando flamengos, alemães, franceses e outros forâneos. Alguns deles eram proeminentes, que

<sup>44</sup> *Id. Op.cit. Passim.*

<sup>45</sup> *Id. Op.cit. Passim.* e EBERT, 2008.

<sup>46</sup> EBERT, 2008 p.69.

escolheram Portugal como residência, e conseguiram êxito até na vida política. A título de exemplo, o mercador Pedro Clarris, da Antuérpia, que fez a sua vida em Lisboa, trabalhou para a casa do mercador Antônio Rodrigues de Veiga, investiu nas viagens para o Brasil, e, em 1613, mudou-se definitivamente para a península. Em 1619, integrou-se completamente à sociedade lusa, casou-se com a filha de um mercador local e aumentou seus lucros com a importação do açúcar ao longo dos anos 1620.<sup>47</sup>

A presença dos estrangeiros em Portugal parece um assunto amplamente aceito, no entanto, o mesmo não se aplica ao Brasil, principalmente após as proibições de 1605. Porém, conforme visto acima, boa parte do capital dos empreendimentos das Índias vieram dos cofres estrangeiros, incluindo a Holanda. Ebert observou que havia, inclusive, um grupo de mercadores dos Países Baixos residentes na Bahia, dentre eles a família Hulscher, de origem holandesa, cujos irmãos estavam espalhados pelos principais portos da época, cobrindo uma vasta área sob influência do grupo.<sup>48</sup>

Mas nem todos os negociantes eram de famílias extensas como os Hulscher. Nestes casos, deveriam contar com os correspondentes mercantis em cada porto de escala. Em determinados momentos, os intermediários que ligavam os interesses dos mercadores do Brasil e da Holanda deveriam ser de origem portuguesa para esquivar-se das políticas hostis dirigidas contra os estrangeiros.<sup>49</sup>

Na mesma trilha, Leonor Freire Costa observou a presença de estrangeiros, cristãos novos e velhos, na formação e manutenção da Companhia Geral do Brasil. Contrapondo-se a ideia corrente em História Econômica, cuja concessão do monopólio da Companhia é, geralmente, interpretada como privilégio exclusivo concedido aos cristãos-novos representados na figura de Antônio Vieira. Ainda, segundo tais pesquisas, o capital necessário para fundar a empresa tinha origem nos sequestros de bens dos perseguidos pelo Tribunal do Santo Ofício, reduzindo mais uma vez a atividade a determinado grupo étnico. Para a autora, o ponto de virada na historiografia teria sido o trabalho de David Smith, conforme citamos acima, que revelou a ação dos cristãos velhos no Brasil e o suporte financeiro que ofereciam tanto ao Estado quanto às elites. Em suma, tanto Smith, Ebert e Costa, reforçam o argumento de que a origem social seria irrelevante para entender a prática destes agentes. E que havia canais e códigos mais importantes por onde circulavam os recursos, tais como as redes

<sup>47</sup> *Ibid.*

<sup>48</sup> *Ibid.* p. 79.

<sup>49</sup> *Id. Op.Cit.*

mercantis regidas por uma cultura comum.<sup>50</sup>

Daniel Strum, chamou a cultura comum de “moralidade mercantil”, que seria um conjunto de práticas universais que regeu o mundo dos mercadores em qualquer praça. Essas práticas, de certo modo, poderiam reduzir os custos de transação, uma vez que serviam para delimitar os comportamentos. A cultura mercantil baseava-se na reputação para inibir atitudes oportunistas, e tinha como objetivo acelerar as transações e arbitragens, pois os códigos informais e a reputação evitariam recorrer aos tribunais. Este mecanismo se aplicava a todos, aos mestres, capitães, afretadores, carregadores etc. As partes envolvidas em um contrato procuraram o cartório apenas em casos excepcionais, quando havia desconfiança ou era alto o risco da pirataria nos mares, por exemplo. Esse mecanismo, inclusive, permitia que os cristãos novos estabelecessem relações interdiáspóricas.

A padronização fez com que toda comunidade reconhecesse os eventuais riscos de descumprir as “regras”, e permitiu a circulação e o reconhecimento de papéis, como letras de câmbio, promissórias e apólices de seguro em praças com jurisdições diferentes. Todavia, a reputação também recompensava aqueles que cumprissem sua parte nos acordos. A notoriedade positiva era um estímulo para o agente volante. Significava liberdade para aplicar o dinheiro do mandatário em operações que considerasse rentáveis, além de outras vantagens, como o aumento nas comissões e maior participação sobre os lucros.<sup>51</sup>

A necessidade de se obter informações rapidamente, era muito importante na vida de um comerciante, e aqui estariam incluídos assuntos que diziam respeito a reputação, condições climáticas, problemas na navegação e quaisquer notícias que pudessem impactar o mercado, que segundo Strum, teria sido montado em Amsterdam organizações para controlar estas correspondências, um tipo de correio, essencial para fazer acordos.<sup>52</sup>

### **3. Da Bahia ao Funchal: as relações entre mercadores, procuradores, mestres e capitães de navio**

---

<sup>50</sup> COSTA, 2004, p.4

<sup>51</sup> Para o autor, parte do sucesso ou do fracasso, no empreendimento entre mandatário e agente viajante, advinha dos atributos pessoais deste último, como habilidades de negociar, reconhecer os riscos etc. STRUM, 2012. *Passim*.

<sup>52</sup> Strum menciona outras instituições que cumpriram o mesmo papel, a bolsa, os corretores de produtos e serviços, as listas dos oficiais de preços, os correios, o Banco de Câmbio e a Câmara de Seguros. *Id., Resiliência da diáspora e expansão do mercado de agentes ultramarinos no comércio Atlântico moderno: Os agentes dos mercadores judeus e cristãos-novos na rota do açúcar.* p.155.

Os mercadores desempenharam um papel fundamental na construção das “redes” encurtando distâncias e integrando espaços, conforme destacado até aqui. Contudo, os próprios protagonistas e suas relações, por vezes, foram esquecidos ou ofuscados pelo tema do comércio, segundo uma observação de Adalberto Vieira na introdução às correspondências do mercador Diogo Fernandes Branco, o moço.

Nesse tópico, reconstruímos algumas trajetórias dos agentes que mantiveram, em algum momento da vida, vínculos comerciais com Salvador. Nos concentraremos, em especial, na relação entre o porto da Bahia e o porto do Funchal na Ilha da Madeira, a fim de explorar o modo como fizeram seus negócios, os vínculos estreitos e duradouros, as relações dentro e fora do grupo familiar e a forma como os recursos circulavam.<sup>53</sup>

De modo geral, os agentes poderiam desempenhar funções e tarefas distintas em um único porto, e às vezes até simultaneamente, agiam como seguradores, mercadores, carregadores, procuradores etc. Eram homens de governança, da fidalguia ou detentores de algum título nobiliárquico. Eram os homens da fé, clérigos, freis, padres reitores, padres tesoureiros, cônegos, representantes de confrarias etc. Poderiam ser até mesmo mestres e capitães de navio. Todavia, na maioria dos casos registrados no Funchal, uma massa desconhecida com aparições pontuais.

Para Antônio Vieira, essa riqueza de detalhes são característicos dos documentos privados, aqueles manuscritos que os agentes levavam no bolso para registrar suas operações, por vezes, feitos sem cuidado com a caligrafia, devido à iminência da partida da embarcação no porto.<sup>54</sup> Se por um lado o autor faz o convite, por outro adverte que a natureza desses documentos é heterogênea, porque abrange assuntos muito diferentes. Em uma única carta é possível encontrar as notícias sobre um dado mercado caído em desgraça e logo após, um rabisco sobre o estado de saúde de certo familiar do remetente. Os negócios se misturaram aos assuntos de família, conforme o trecho destacado abaixo, em uma carta escrita por Diogo Fernandes Branco, na Ilha da Madeira, para João Fernandes Pedra, na Bahia, em 23 de novembro de 1649, cujo emissário foi ninguém menos que o Conde de Castelo Melhor.

“Cartas pera saber de sua boa saude e de como se deça banda que tudo espero sera a medida de meu dezeyo esta casa depois que VM se foy há sido hum espiral e tivemos a minha may em o ultimo da vida sacramentada e huma febre maligna mas nosso senhor reconhessendo nosso dezemparo nos fes merce prestarlhe a vida e fica com saode a elle seino dadas as graças Lucas e Antonio e Antonia ficão de cama com muita bexiga e muito atromentados e todos os mais piquenos de casa he o mesmo

<sup>53</sup> Direitos sobre o açúcar e mais géneros do Brasil - Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq. Cota atual: Alfândega do Funchal, livros 416 e 417. Acesso em: abril de 2020.

<sup>54</sup> VIEIRA, 1996.

meu avo em 17 de junho levou nosso senhor pera ssy cuios nojos estamos sentindo nos vejo nestes navios o da morte do mestre de Campo Francisco de França e dezemparo com que fica meu irmão Pedro bendito seja o seo que assim o premito tentarmos a paciencia." (VIEIRA,1996. p. 122)

Se os documentos privados oferecem uma perspectiva detalhada da vida e das operações de um mercador, o mesmo não se pode dizer sobre os registros fiscais do arquipélago, ao menos nos dois anos investigados aqui, 1640 e 1671. Em vista disso, buscamos complementar essas informações consultando as já referidas cartas do mercador Diogo Fernandes Branco (1649) e os Conhecimentos de carga feitos na Bahia (1650-54).

O açúcar era taxado na saída e entrada nos portos tanto do reino quanto nas possessões ultramarinas, regra estabelecida desde fins do século XVI, período da transição entre a administração dos donatários (e portanto Capitães) e o Governo-Geral do Estado do Brasil (1548). A provedoria cuidava dos assuntos da alfândega e da cobrança de 10% sobre o valor do produto, o dízimo. Cabia aos oficiais e os “chalupas” a fiscalização das embarcações no porto. O provedor-mor, foi delegada a função de supervisionar estes funcionários (provedores e almoxarifes) e responder pelos assuntos da Fazenda Real. Havia outras cobranças aduaneiras, o imposto dos comboios criado em 1650, que instituiu uma taxa extra de 140 réis por arroba de açúcar que deveria ser usado para manter as armadas no período da Restauração de Pernambuco. Em 1692, foi fixada uma nova cobrança, o “consulado”, cobrado 3% sobre exportação e importação, com a finalidade de proteger o comércio e navegação. A coroa se beneficiaria diretamente desse tipo de arrecadação, uma vez que não precisaria dividir a receita com a açucarocracia local, ao contrário do que acontecia com a tributação sobre a produção, o dízimo.<sup>55</sup> Estrangeiros pagavam mais taxas, medida de proteção por parte da monarquia, além disso, os moradores de Salvador tinham isenções de taxas para exportar o açúcar.

No entanto, muitos escapavam à tributação por terra (as vintenas e o dízimo) e mar (dízima, comboios, consulado e siza), porque gozavam de privilégios. Por terra, estavam isentos do pagamento dos direitos por se entender que os custos com a criação e manutenção

<sup>55</sup> Em tempos de crise novas formas de arrecadação foram lançadas para proteção da cidade, que consistia na taxação da circulação sobre o vinho, basicamente, e os donativos que seriam voluntariamente oferecidos pela comunidade local para os gastos com o presídio. Ver em: PUNTTONI, Pedro. **O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial: 1548-1700**. São Paulo, SP: Alameda, 2013 e LENK, Wolfgang. **Necessitas legem vincit: norma e prática da Fazenda Real na Bahia (1624-1654)**. in **VIII Congresso Brasileiro de História Econômica e 9<sup>a</sup> Conferência Internacional de História de Empresas**, 2009, Campinas. p. 1-19. Outras formas de exploração também geraram renda à Fazenda Real, como os contratos da madeira e toda a cadeia que engendra, como mão de obra especializada, transporte por barcos e por estradas, o armazenamento até a chegada dos navios e os problemas com os mestres insatisfeitos em acomodá-las nos porões. Sem contar os conflitos entre os interesses da Coroa e a açucarocracia em disputa pela matéria prima também essencial nos engenhos. Em: LAPA, 2000.

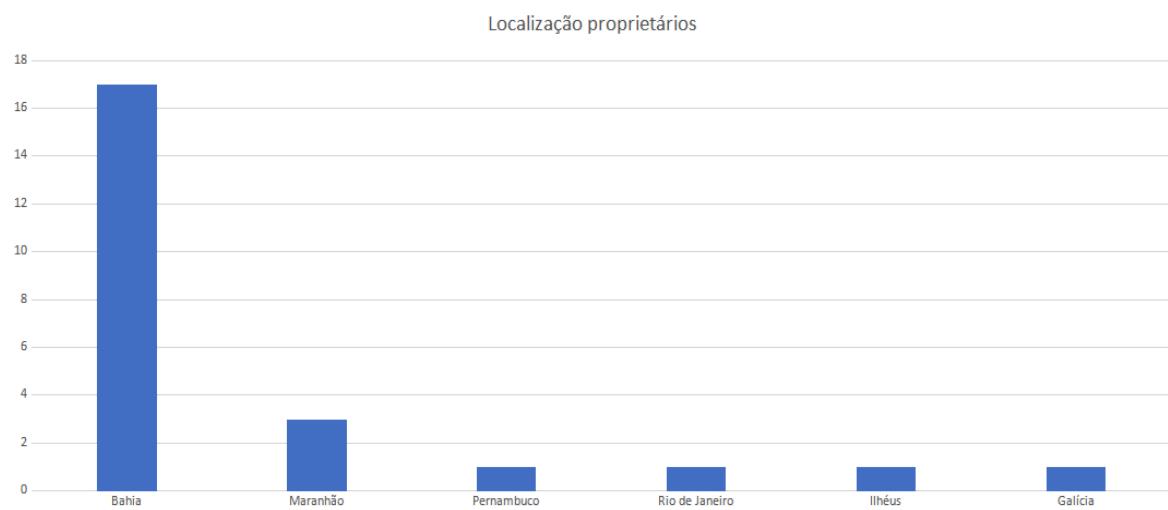
dos engenhos merecia a redução nos impostos, com objetivo de fomentar a produção local privilégios que vinham dos primórdios da colonização, mais precisamente do alvará de 1551 que concedia a isenção por cinco anos, e , em 1570, a dilatação deste prazo para dez anos. Tantas foram as fraudes por parte dos produtores que, no primeiro quartel do século XVII, várias iniciativas foram tomadas para coibir tais atos. A partir de então, ficava a cargo apenas do provedor-mor o reconhecimento das certidões de liberdades. Além do registro em um livro, em cada porto, dos nome das propriedades beneficiadas<sup>56</sup>, das quais encontramos referência nos livros do Funchal, como veremos adiante.

Nos livros do direito sobre o açúcar e demais gêneros do Brasil, na Alfândega do Funchal, a primeira observação que devemos fazer é que nada, ou quase nada, sabemos a respeito dos proprietários do açúcar. Das 434 entradas apenas as de 39 (9%) proprietários foram identificadas, somente 34 (8%) declararam a ocupação e 18 (4%) mencionaram o lugar de residência. Das ocupações dos proprietários, 16 (3,6%) eram senhores de engenho, dez (2,3%) lavradores de cana, quatro (0,9%) clérigos, dois (%) governadores, além de um licenciado, o reitor da Universidade de Coimbra, e seu filho, estudante na época.

---

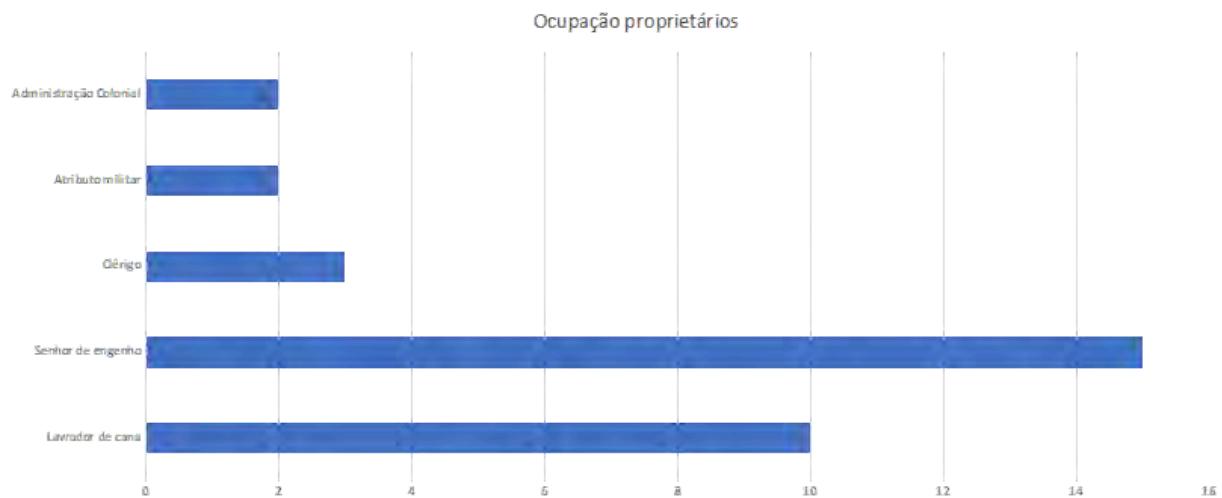
<sup>56</sup> PUNTONI, 2013; LENK, 2009.

**Gráfico 1.1:** Local de residência declarado pelos proprietários do açúcar do Brasil (1640 e 1671)



**Fonte:** “Direitos sobre o açúcar e mais géneros do Brasil” - Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq.  
Cota atual: Alfândega do Funchal, livros 416 e 417.

**Gráfico 1.2:** Ocupação declarada pelos proprietários do açúcar do Brasil 1640 e 1671



**Fonte:** “Direitos sobre o açúcar e mais géneros do Brasil” - Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq.  
Cota atual: Alfândega do Funchal, livros 416 e 417.

Sabemos o nome daqueles proprietários que pediram isenção no pagamento de impostos alfandegários, as chamadas “licenças de meia e inteira liberdade” emitidas pelos oficiais do porto no momento da partida de acordo com o documento, especificando detalhes como nome, ocupação, residência e nome da propriedade, em raros casos. Sendo assim, não sabemos em nome de quem compareceram os demais 395 procuradores. De modo que, eventualmente, alguns proprietários nunca pisaram na cidade do Funchal porque realizavam as operações através do seu correspondente, hipótese defendida aqui. O procurador recebia as caixas, pagava os direitos, vendia ou trocava por outros produtos, remetia-os para outras localidades, empregava os créditos em um novo empreendimento etc.

Em contrapartida, apresentaram-se à mesa figuras proeminentes, como dois governadores, o primeiro Bento Maciel Parente, senhor de engenho, sargento-mor e então governador do Maranhão em 1640, o segundo, Aires Dornelas de Vasconcelos, também governador do Maranhão em 1671. Não se sabe em nome de quem despacharam. Em consoante com o que se espera da posição de um governador, encontramos registros de Aires de Saldanha Meneses e Serra, em 1671, e Luís de Miranda Enriques, em 1640, ambos na condição de representados por seus procuradores.<sup>57</sup>

Havia outras figuras de destaque, o coronel Belchior Brandão, cavaleiro da Ordem de Cristo, residente na Bahia; Nicolau Aranha Pacheco, mestre de campo e proprietário do engenho Sergipe do Conde; o sargento-mor João Batista Anchiali, proprietário do engenho Evocação de São Francisco, em Pernambuco; o capitão Phelipe de Moura, ou Phelipe Moreno, senhor de engenho na Bahia; o reitor da Universidade de Coimbra Gerônimo de Burgos. Por fim, em 1640, o já referido João Rodrigues de Vasconcelos e Souza, o conde de Castelo Melhor, governador geral do Estado do Brasil (1650-1654).

Aparentemente, os únicos que pediram, e conquistaram, a isenção de impostos foram os senhores de engenho, lavradores de cana e nobres. Porém, conforme visto no trabalho de Daniel Strum, o comércio do açúcar era uma atividade comercial com baixas barreiras de entrada, compatível com os custos de oportunidade, que seria o custo do agente no momento de decidir em que atividade investir seu capital.<sup>58</sup> Desse modo, não estaria descartada a participação de agentes oriundos das camadas sociais populares em outras condições, neste comércio.

---

<sup>57</sup> “Direitos sobre o açúcar e mais géneros do Brasil” - Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq. Cota atual: Alfândega do Funchal, livros 416 e 417.

<sup>58</sup> STRUM, Daniel, *A lucratividade do comércio açucareiro e sua composição na década de 1620, in: Ramificações Ultramarinas. Sociedades comerciais no âmbito do Atlântico luso.*, Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2017, p. 25-50.

Se os proprietários raramente foram mencionados, os responsáveis pela carga deixaram registro em todas as operações, apesar de não sabermos em nome de quem atuou, exceto quando apresentou certidão, conforme dito acima. O mesmo agente poderia representar mais de um proprietário. Entre agosto e outubro de 1640, Manuel de Seia despachou pelos lavradores de cana Luis da Mota e Diogo Daragao e pelos senhores de engenho Martim Ribeiro e Capitão Sebastiam, todos residentes na Bahia.<sup>59</sup>

Além disso, havia casos em que o mesmo proprietário tinha dois correspondentes na Ilha da Madeira. Bento Maciel Parente esteve vinculado simultaneamente a Diogo Fernandes Branco, o moço, em 24 de novembro, e a Antonio GLZ de Araújo, em 14 de dezembro. Phelipe de Moura, no mesmo ano, enviou certidão pedindo isenção a Francisco Nunes Machado e João Roiz Tamira, este último por sua vez, representou os interesses do coronel Belchior Brandão e Francisco Casado, ambos senhores de engenho na Bahia.<sup>60</sup>

Os homens do mar também participaram dessas atividades, conforme observamos em um conhecimento de carga feito na Baía de Todos os Santos, em nove de julho de 1650, que dizia: “(...) em dito ptt [porto] dar a entregar (...) aos ditos asima e outra coallquer parte a quem seuz negocioz fizer auzentte a mim mestre (...)”<sup>61</sup>. Tratava-se do mestre Manoel dos Santos, *vecino* de Lisboa, responsável pelo navio de nome “Santiago”, atuou na ocasião como procurador. Outrossim, foi o mestre de navio Gonçalo Nunes Fragoso que cuidou do açúcar do conde de Castelo Melhor e de Manuel Gomes Vitória, lavrador da Bahia. Em 1640, o piloto Bernardo Martelo, representou outro piloto, não identificado, e pelo já aludido, João Roiz Tamira, isto é, pilotos não foram apenas procuradores, mas também poderiam empregá-los.<sup>62</sup>

Em uma tentativa de estabelecer a frequência com que os agentes compareceram à mesa dos oficiais na Alfândega do Funchal, consideramos como critério o número de até três visitas, uma participação “pontual” e os agentes com mais de três participações como “frequentes”. Dos 434 despachos, 147 (34%) foram realizados até três vezes pelo mesmo agente, e somente 27 (6,2%) nomes se repetiram mais de três vezes.

---

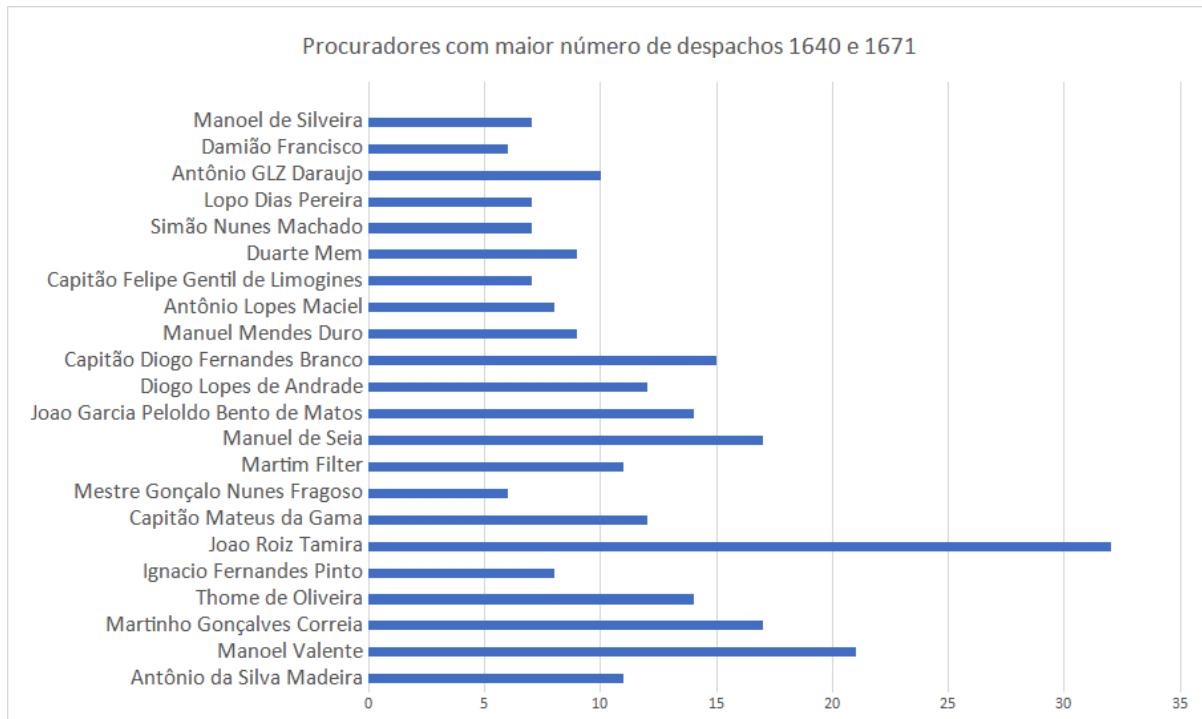
<sup>59</sup> **Direitos sobre o açúcar e mais géneros do Brasil** - Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq. Cota atual: Alfândega do Funchal, livros 416 e 417.

<sup>60</sup> *Ibid.*

<sup>61</sup> **Registro das declarações dos mestres de navios à carga na Bahia de Todos os Santos, nos anos de 1650-1654**. Disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional - BN Digital. Acesso em 10 de julho de 2020. Folhas 15 e 8 do manuscrito.

<sup>62</sup> **Direitos sobre o açúcar e mais géneros do Brasil** - Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq. Cota atual: Alfândega do Funchal, livro 416.

**Gráfico 1.3:** Procuradores com maior número de despachos (6,2% deles), 1640 e 1671



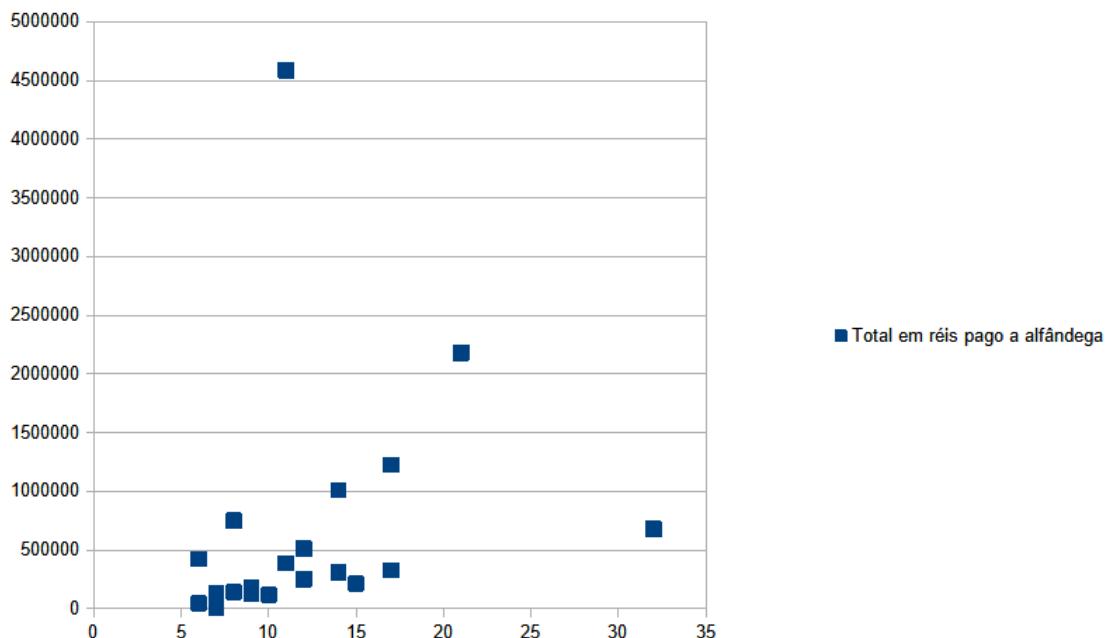
**Fonte:** ANTT - “Direitos sobre o açúcar e mais gêneros do Brasil” - Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq. Cota atual: Alfândega do Funchal, livros 416 e 417.

A lista significa que a maior parte dos agentes incumbidos do açúcar, no Funchal, desapareceram da documentação depois de um ou dois despachos. Por um lado, o dado reforça as interpretações de que este comércio não foi monopolista, devido a ampla adesão dos mesmos e não foi exclusividade de uma Companhia ou da Coroa. Por outro lado, a participação dos agentes era tão curta que não deixou rastro em outros registros, como os de 1671, por exemplo. Em outras palavras, a descentralização, ou “pulverização” que atribuímos aos procuradores, é tirada, na verdade, da ausência e da inconstância dos nomes na documentação.

Se o comércio de açúcar foi descentralizado e praticado a muitas mãos, o mesmo não se aplica ao capital envolvido nas operações. O pequeno grupo formado por aqueles que compareceram com frequência (6,2%), concentrou a maior parte dos recursos. Havia muitos envolvidos, mas poucos com muito. A possibilidade de inserir-se nesse universo poderia atrair algumas pessoas por casualidade. Poderiam ser mercadores sazonais, não especializados, aventureiros etc. Segundo Daniel Strum, juristas e canonistas chegaram até mesmo a desencorajar a participação de camponeses e não familiarizados com a prática mercantil, porque faziam empréstimos dando como garantia suas propriedades, com objetivo

de investir no desconhecido e corriam o risco de perderem tudo.<sup>63</sup>

**Gráfico 1.4:** A relação do total pago em réis e a frequência de comparecimento dos agentes na Alfândega



**Fonte:** “Direitos sobre o açúcar e mais géneros do Brasil” - Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq.  
Cota atual: Alfândega do Funchal, livros 416 e 417.

Encontramos alguns exemplos de pessoas que fizeram do comércio uma ocupação casual, e até accidental. Em 1640, dona Maria Gomes, apareceu em uma certidão levada por seu genro, o galego Gregório Gomes, que por não possuir licença teria tomado a da sogra. Certamente, dona Maria Gomes era viúva de algum proprietário de terras, que tomou a frente dos negócios da família após sua morte. O mesmo parece ter acontecido com dona Violante Araújo, na mesma ocasião registrada pelo escrivão como “senhor de engenho”, tendo como representante o mercador Manuel Mendes Duro. Já a presença da viúva do Capitão Antonio de Passos parece ter sido tão inesperada que não foi sequer identificada pelo seu próprio nome em 1671.<sup>64</sup>

A participação das mulheres não se restringiu às operações de venda, pois atuaram também como seguradoras nos já referidos conhecimentos de carga da Bahia. Dona Mariana de Raiolos foi, ao mesmo tempo, seguradora e procuradora do conde de Castelo Melhor em

<sup>63</sup> STRUM, 2012, p.527.

<sup>64</sup> ANTT- Direitos sobre o açúcar e mais géneros do Brasil - Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq. Cota atual: Alfândega do Funchal, livros 416 e 417.

Lisboa no ano de 1650. Para ser seguradora, dona Mariana de Raiolos provavelmente tinha reserva de capital de giro, pois a atividade financeira demandava disponibilidade de recursos em caixa, além de conhecimento sobre o assunto. Ainda de acordo com o documento, dona Mariana de Lencastre Vasconcelos, a condessa de Castelo Melhor, poderia ser considerada, sem exagero, como a maior parceira comercial do conde de Castelo na capital, recebendo 63 (42,2%) de um total de 149 conhecimentos destinados pelo fidalgo entre 1650 e 1654. Contudo, ela não foi a única encarregada das tarefas. O próprio conde nomeou quatro procuradores ou “a quem seus negócios fizer”, nas praças de Porto, Viana, Ilha da Madeira, Ilha Terceira e São Miguel. Tal exemplo reforça a interpretação de que os mercadores empregavam, preferencialmente, seu círculo familiar em operações de risco.<sup>65</sup>

Voltando aos agentes “dispersos” ou “pulverizados”, responsáveis pela maior parte dos despachos na Ilha, pensamos que cumpriram uma tarefa que poderia ser executada por muitos outros, ou seja, assumiram um papel equivalente nas relações entre mandatário e empregado (procurador). Os agentes “frequentes” concentraram cerca de 10:199\$386 réis contra apenas 1:863\$400 dos agentes com “operações pontuais”. Talvez, o grupo não concentrasse a maior parte do dinheiro porque as quantias mais altas eram reservadas às relações mais consolidadas, com maior grau de confiança, os ditos “frequentes”. Eventualmente, a concorrência para assumir essa tarefa foi mais alta, porque os requisitos e o grau de confiança eram mais baixos.

A restrição à entrada ilimitada de procuradores pode ser explicada, talvez, pelo número de proprietários do açúcar, que no melhor dos casos poderia até três agentes em um único porto. Talvez, o número de proprietários/mandatários não fosse proporcional ao de procuradores. Se pensarmos nos tipos de arranjo que um único mandatário poderia estabelecer em um único espaço, baseado no mecanismo da confiança, dentre os três procuradores que usamos de exemplo, apenas um deles seria responsável por negócios menos arriscados, aumentando assim a concorrência entre os equivalentes, que seria ainda maior. Claro que o proprietário poderia ampliar sua rede de agentes, mas isto, eventualmente, aumentaria seus custos de transação, uma vez que levaria mais tempo para se intuir da reputação dos sujeitos, por exemplo.

Se aplicarmos a interpretação de Daniel Strum sobre as relações de menor grau de confiança, a chance de que as relações entre o grupo dos procuradores “dispersos” na Ilha da Madeira e a Bahia fossem de curta duração aumentariam. Com a ressalva de termos apenas

---

<sup>65</sup> Registro das declarações dos mestres de navios à carga na Bahia de Todos os Santos, nos anos de 1650-1654. Disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional - BNDigital. Acesso em 10 de julho de 2020.

dois anos esparsos, sob a ótica de um documento institucional.

Segundo Daniel Strum, o emprego de agentes permitia ao mercador comercializar simultaneamente com várias partes do mundo sem se locomover. De modo geral, os mercadores fixados eram bem estabelecidos e por vezes, dispunham de mais de um agente na mesma praça. Os arranjos tinham graus de confiança e implicavam em limitações na prática do agente de comprar, vender, pagar, cobrar e receber, conforme elucidamos previamente.

Os chamados comissários volantes estavam sob rígido controle em operações de saques, não tinham autonomia para aplicar o capital que lhes era confiado e deveriam voltar brevemente com o resultado da empresa. Os comissários de bordo eram os viajantes incumbidos de acompanhar a carga, tinham mais autonomia, realizavam viagens longas e de risco, seu itinerário estava em aberto e alguns participavam até mesmo dos rendimentos do projeto. A comissão sobre a compra era de 5% do valor principal, e sob a venda, 8%.<sup>66</sup>

Os correspondentes mercantis mantinham relações horizontais com os mandatários porque a sociedade era estabelecida entre dois mercadores estáveis, e portanto tinham maior probabilidade de duração. Cada qual realizava operações em nome um do outro, com quem mantinham suas contas-correntes. A remuneração era calculada com base nos investimentos tanto no comércio quanto na esfera financeira, mas em certos casos mantinham parcerias e empreendimentos conjuntos.<sup>67</sup>

Estes agentes estabelecidos realizavam muitas operações pelos seus mandatários porque tinham mais tempo para concluir os negócios de longo prazo, como cobrar créditos de vendas, estocar a mercadoria, vendê-la oportunamente, empregar o resultado da venda em outro empreendimento ou transações financeiras, vender ou receber mercadorias antecipadamente etc. Ademais, dispunham de uma boa infraestrutura para realizar estas operações, como armazéns, barracões, embarcações, criados, cativos etc. Sem contar a rede com que contavam, clientes, fornecedores, mandatários etc.

Se para os estabelecidos gastar dinheiro em infraestrutura foi necessário para atrair mais lucro, o papel dos agentes viajantes ou volantes dependia quase inteiramente de seus talentos, na observação atenta de uma oportunidade para comprar, vender ou aplicar os créditos confiados a ele. Caso contrário, precisaria cobrir o valor do empreendimento.

Esses eram os acordos de agenciamento mercantil, no qual o mercador emprestava dado valor a um viajante disposto a realizar uma empresa. Esse viajante aplicava o dinheiro em alguma operação que independente do sucesso ou fracasso, sua obrigação era pagar o

---

<sup>66</sup> Ibid.

<sup>67</sup> Ibid.

valor principal. No caso de sucesso, devolveria o valor principal acrescido dos juros previamente acordados, em casos de força maior como incêndios, naufrágios e pirataria estaria isento da obrigação. Nesses acordos, o viajante quase sempre arcava com os custos das operações ao longo do caminho, tais como as taxas alfandegárias. O mercador ficava com os bens do viajante como garantia do pagamento da dívida. Para o comerciante era vantajoso empregar esse tipo de agente porque garantiria o retorno rápido do seu investimento, a fim de repor seu fluxo de caixa.<sup>68</sup>

David Grant Smith demonstrou a presença de uma variada gama de pessoas ocupando-se do comércio na Bahia, inclusive de não-mercadores, que na ausência de classificação foram descritos como “pessoa que corre com as minhas coisas”. Os comissários, por exemplo, comercializavam livremente com as Ilhas Atlânticas, com os assentos na África e Índias. E ainda, havia aqueles que serviam de representantes das casas mercantis de Lisboa no Brasil.<sup>69</sup>

O instrumento formal de representação era a procuração e as partes envolvidas eram chamadas de “concessor”, aquele que nomeava o procurador, e o “procurador”, quem se encarregava dos assuntos do concessionário em determinada área. Apesar dos variados tipos de arranjos, segundo Smith, os mercadores baianos preferiam formalizar os seus correspondentes, escolhendo-os através de companhias importantes e estáveis na península. E até mesmo dentro das companhias havia funções diferentes, alguns eram proprietários de títulos de remessa de mercadorias, outros cuidavam do transporte, da troca de bens, outros mantinham as contas correntes para concretizar transações futuras etc. O autor reforça a ideia de que precisavam de capital em caixa para cobrir as operações feitas no período de espera entre uma e outra remessa, ainda que fossem volantes e circulassem com dinheiro para realizar e receber pagamentos.<sup>70</sup>

Entre estes tipos de agentes e agências, também tiveram espaço os homens do mar, os capitães e os mestres de navio, a exemplo, do mencionado piloto Martelo e do mestre Gonçalo Nunes Fragoso, de quem falaremos mais adiante. De modo geral, eles também poderiam executar todas as operações comuns aos procuradores, apesar de que nos conhecimentos de carga da Bahia, foram nomeados para cuidar da carga caso houvesse ausência do destinatário. Segundo Smith, poderiam ainda informar quais mercadorias deveriam ser remetidas de volta. E quando precisavam partir rapidamente antes de finalizar

---

<sup>68</sup> *Ibid.*

<sup>69</sup> SMITH, 1975. *Passim*.

<sup>70</sup> *Id. Op.Cit.*

um negócio, deixavam uma representação formal com um advogado. Poderiam até mesmo atuar em benefício próprio, conforme fez Gonçalo Nunes Fragoso. Smith demonstrou que a trajetória de ascensão de alguns capitães passava primeiro pelo comércio, depois pela aquisição de terras e por último, a fixação na Bahia, onde seguiam a escalada por prestígio, conforme os demais mercadores, participando então da vida pública, das instituições caritativas e dos demais símbolos de status.<sup>71</sup>

Por fim, os mercadores da Bahia dispunham de outros funcionários como feitores, caixeiros, assistentes e outros que nem mesmo tinham nome. Quase sempre dedicavam-se a enviar e copiar cartas, comprar e vender, transferir mercadorias e cobrar dívidas. Independentemente de serem mercadores ou homens de negócio, esse grupo de menor vulto tinha pequenos recursos, em alguns casos viviam até mesmo sob o mesmo teto dos patrões. Smith argumenta que o maior ganho seria em experiência, acesso às informações e a redes do então patrão, para eventualmente, lançar-se sozinho à mercancia.

O autor acrescenta ao portfólio os mercadores de loja e os ambulantes, com funções semelhantes a qualquer outro homem de negócios atuante no comércio transatlântico, apesar de manejá-lo em menor volume. Na verdade, poderiam ser até concorrentes, pois ofereciam os mesmos produtos, com a vantagem para os ambulantes que percorriam várias ruas de Salvador e adjacências. Os ambulantes foram até tema de discussão local em 1653, quando os almotacés decidiram fiscalizar, em vão, tanto a atividade quanto a qualidade daquilo que vendiam.<sup>72</sup>

#### 4. Agentes, circulações e trajetórias

Os comentários de Antônio Vieira, a respeito das atividades do mercador Diogo Fernandes Branco, ilustram bem a multiplicidade dos arranjos existentes em uma única casa. Assim que assumiu os negócios da família, Diogo Fernandes Branco, chamado de “o moço” para diferenciar-se do pai, deu continuidade ao arrendamento da loja localizada na rua do Esmeraldo na cidade do Funchal, e adquiriu uma série de outros prédios em 1668. Tinha duas pessoas de confiança, António Gonçalves Pades e João Fernandes Pedra, este último ao qual se sabe trabalhava para Diogo Branco, como caixeiro, desde 1642. A força motriz do seu negócio foi a exploração e exportação do vinho madeirense para Angola, e em menor parte para o Brasil. De Angola recebia cativos que vendia na Bahia por açúcar. O açúcar era

<sup>71</sup> SMITH, 1997, p.363-365.

<sup>72</sup> *Op cit.*, p. 373.

utilizado na sua fabricação de doces em compota, destinados à Europa, assim como parte do açúcar não utilizado no fabrico.<sup>73</sup>

Na Europa, seus negócios integravam os portos de Lisboa, Amsterdam, Rochela e St Malo; no Atlântico, Barbados, Rio de Janeiro e Salvador. Na África, aparentemente, restringiu-se apenas ao mercado de Angola. Há ainda indícios de negócios firmados em São Miguel e Ilha Terceira, inserindo-se no comércio de grãos nesta última.<sup>74</sup>

A sua rede de contatos diretos era composta por Manuel Martins Medina em Lisboa, por Estevão Costa e Francisco Fernandes Furnas, entre Brasil-Europa, ambos da comunidade judaica, além de João Fernandes Vieira, personagem famoso por participar da guerra contra os holandeses em Pernambuco, com quem firmou parceria na Guiné em 1676.<sup>75</sup>

Para atravessar os percalços do comércio, recorreu ainda aos contatos na esfera financeira, porque em uma das cartas, Diogo Branco diz faltar dinheiro em caixa para o pagamento das despesas do arrendamento, as dívidas em geral, e o mais importante, faltava dinheiro para pagar os produtores de vinho. Em situações como esta, recorreu ao crédito, às letras de câmbio<sup>76</sup> e ao pagamento em produtos.<sup>77</sup>

Em relação às letras de câmbio encontramos Martin Filter, contato constante nas correspondências de Diogo Branco. Filter, por sua vez, era um velho conhecido dos negociantes da Bahia, foi procurador do capitão Antonio Godinho Leitão e do clérigo Francisco Gregório da Silva, em 1640.<sup>78</sup> Um sobrenome homônimo ao de Filter é citado por Christopher Ebert, em que descreve um tal João Filter como mercador dos Países Baixos infiltrado em rotas portuguesas de comércio, vivendo entre Lisboa, Bahia e Angola de 1659 a 1643. Teria sido um traficante privilegiado por um rei de Angola.<sup>79</sup> Se tal homônimo não passar de acaso, Martin Filter poderia ser mais influente do que imaginávamos.

Como vimos, os comerciantes poderiam se vincular em variadas condições, simétricas ou assimétricas, com um sem-fim de agentes, durante um período curto ou longo, sucessivo ou simultaneamente. As alternativas eram inúmeras, o que implica em não podermos

<sup>73</sup> VIEIRA, 1996.p.11-32.

<sup>74</sup>Id. Op.Cit. Loc.Cit.

<sup>75</sup> Id. Op.Cit.

<sup>76</sup> Vieira elaborou uma tabela, ainda na primeira parte dos comentários sobre as correspondências de Diogo Branco, com todas as letras que o mercador sacou e que foram sacadas sobre ele. *Op. Cit.*

<sup>77</sup> O pagamento em produtos não significa que o valor do produto não fosse calculado em moeda, porque esse tipo de equivalência só poderia ser feito com base em um sistema monetário. Com isso, não entramos na discussão sobre a ausência de moeda no ultramar português. Ver em: ROMANO, Ruggiero, **Coyunturas opuestas: la crisis del siglo XVII en Europa e Hispanoamérica**, 1. ed. México: Colegio de México : Fideicomiso Historia de las Américas : Fondo de Cultura Económica, 1993.

<sup>78</sup> Direitos sobre o açúcar e mais géneros do Brasil - Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq. Cota atual: Alfândega do Funchal, livro 416.

<sup>79</sup> EBERT, 2008. p. 74

reconstruir parte destas relações, quando muito sabemos apenas sobre um dado período da vida dos sujeitos. O que fizemos aqui, portanto, foi reunir alguns fragmentos de eventuais passagens deles registradas em outros documentos e bases de dados disponíveis.<sup>80</sup>

Feita a ressalva, temos o caso do próprio conde de Castelo Melhor que teria recebido cartas de Diogo Branco em 1649. Certamente, tinham uma relação bem estreita, conforme veremos adiante, e os conhecidos dos seus conhecidos tornam-se próximos também. Seria plausível que o Conde mantivesse contato com outros correspondentes de Branco na Bahia, como Manuel Rodriguez Caldeira, Antonio Martins de Azevedo, o capitão João Velho Godinho e João Fernandes Pedra.<sup>81</sup>

No caso excepcional do Conde, observamos que havia ao menos quatro correspondentes na Ilha da Madeira, mas a ordem e o número de vezes que os escolheu não era igual. Em 1640 incubiu o mestre Gonçalo Nunes Fragoso, já citado, de receber sua mercadoria, apesar de ter à sua disposição, na mesma data e porto, o mercador Manuel Mendes Duro. Entre 1650 e 1654, contou com os serviços de Mateus da Gama e Diogo Lopes de Andrade, no mesmo período trocou cartas com o próprio Diogo Fernandes Branco. Evidencia-se, portanto, que tinha outras opções para as tarefas na Ilha. As relações entre o mandatário e seus procuradores podem ser pensadas a partir do número de vezes em que foram encarregados de executar uma tarefa. Aponta-se assim, para aqueles com mais credibilidade aos olhos do fidalgo, mais em Gonçalo Nunes Fragoso que em Manuel Mendes Duro, por exemplo. Mais em Mateus da Gama que em Diogo Lopes de Andrade.<sup>82</sup>

A relação entre Castelo Melhor e Diogo Fernandes Branco era, aparentemente, assimétrica em 1649. Diogo Branco teria se aproximado dele em um momento delicado, quando a armada do Conde fez uma parada de urgência no arquipélago e ele teria recorrido ao crédito dessa praça, crédito que Branco prontamente tinha a oferecer. Pouco tempo depois, Branco escreveu ao seu empregado na Bahia pedindo a presença do Conde na embarcação que havia armado, porque este representava segurança durante a viagem, “pera mais segurança vistos os muitos riscos prezentes a caravella anda a vela.”<sup>83</sup> Diogo Branco valeu-se claramente do contato estabelecido anteriormente.

Em outra carta de 1650, Branco pediu para que o Conde o recomendasse na cidade de

<sup>80</sup> As bases de dados consultadas foram: *Slave Voyages*, *FamilySearch* e a plataforma *BRASILHIS Database: redes pessoais e circulação no Brasil durante a Monarquia Hispânica, 1580-1640*, através das quais refinamos as buscas pelo nome, considerando, inclusive, as possíveis variações na grafia entre América portuguesa e espanhola.

<sup>81</sup> VIEIRA, 1996. p.206.

<sup>82</sup> **Registro das declarações dos mestres de navios à carga na Bahia de Todos os Santos, nos anos de 1650-1654.** Disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional - BNDigital.

<sup>83</sup> VIEIRA, 1996. p.67.

Lisboa para onde se mudaria logo após.<sup>84</sup> A carta em tom formal e de reverência tipifica relacionamentos mais distantes. Branco passou por momentos difíceis, com um pai, também mercador, caído em desgraça e devedor de outros mercadores e credores. Diogo Branco, o Velho, fez recair sobre a casa uma devassa e deteriorou a imagem herdada pelo filho. Branco, filho, recorreu a vários conhecidos e pessoas influentes para tentar livrar-se dos problemas do pai. É possível, talvez, que tenha recorrido à formalidade por ter sido mal afamado e ter consciência da situação delicada que enfrentaria na Península.

Contudo, Branco e o Conde eram parte da mesma rede, pois tinham um correspondente em comum. Quem fez uma das pontes foi o Capitão João Velho Godinho, *vecino* da Bahia, considerado por Diogo Branco um grande amigo. Em carta de 23 de novembro de 1649, Diogo Fernandes Branco recomenda a Godinho como deveria ser feita a cobrança da dívida daquele socorro financeiro prestado a armada do Conde, e sem rodeios, diz o que fazer com o dinheiro:

“(...) Se valeu aquy de min pera alguns gastos necessarios de 100\$ rs que lhe dey e me paçou 2 escritos de obrigação de pagar tanto que chegar a essa Bahia a VM de que vay com esta huma via pera que VM me faça merce mandar cobrar esta cotia em que tem soman 50\$ rs que lhe larguey e VM sigira deles sua orden os outros 50\$ rs são meus. (...)” (VIEIRA, 1996, p.120)

Ao contrário dos negócios de Diogo Branco, bem documentados e narrados, não dispomos da mesma gama de informações para reconstruir as relações entre os sujeitos, porque boa parte dos proprietários não deixou a licença. Em geral, os proprietários estabelecidos na Bahia concentraram-se no ano de 1640, de acordo com os registros do Funchal. No total de 434 despachos temos 39 (9%) certidões, destas apenas 18 (4%) fizeram menção do lugar de residência. Na tabela abaixo listamos os proprietários e seus respectivos agentes intermediários. Deixamos de fora aqueles que não informaram seu lugar de residência. E mantivemos os nomes dos proprietários repetidos, pois teriam procuradores diferentes, conforme discutimos até aqui.

---

<sup>84</sup> *Id. Op.Cit.* p. 206.

**Tabela 1.1:** Os proprietários da Bahia e seus procuradores na Ilha da Madeira 1640

Atributo do nome	Dono da certidão	Residência	Procurador	Ocupação Dono	Tipo de licença
	João Pais Fluriao	Bahia	Antonio da Silva Madeira	Senhor engenho	Meio direito
	Matheus Lopes Franco	Bahia	Antonio da Silva Madeira	Senhor engenho	Meio direito
	Bento da Costa	Bahia	Antonio Lopes Maciel	Senhor engenho	Meio direito
	Pedro Glz Matos	Bahia	Antonio Lopez Maciel	Senhor engenho	Meio direito
Coronel	Belchior Brandao	Bahia	Antonio Roiz	Senhor engenho	Meio direito
	Pedro Glz Matos	Bahia	Bento da Costa	Senhor engenho	Meio direito
	Pedro Glz Matos	Bahia	Damiao Francisco	Senhor engenho	Meio direito
Capitão	Felipe de Moura	Bahia	Francisco Nunes Machado	Senhor engenho	Meio direito
Frade	Abade de São Bento	Bahia	João Roiz Tamira	Clérigo	Liberdade inteira
Coronel	Belchior Brandão	Bahia	João Roiz Tamira	Senhor engenho	Meio direito
Capitão	Felipe de Moura	Bahia	João Roiz Tamira	Senhor engenho	Meio direito
	Diogo Daragao	Bahia	Manuel de Seia Peloldo	Lavrador de cana	
	Luís da Mota	Bahia	Manuel de Seia Peloldo	Lavrador de cana	
	Martim Ribeiro	Bahia	Manuel de Seia Peloldo	Senhor engenho	Meio direito
	Francisco Reis da Mota	Bahia	Manuel de Veiga	Lavrador de cana	

Bispo	Francisco Gregorio da Silva	Bahia	Martim Filter	Clérigo	Liberdade inteira
	Colégio da Companhia de Jesus	Bahia	O padre procurador	Clérigo	
Padre reitor	Antonio Fortes	Bahia		Clérigo	

**Fonte:** Direitos sobre o açúcar e mais géneros do Brasil - Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq.  
Cota atual: Alfândega do Funchal, livro 416.

Notamos na tabela que o Coronel Belchior Brandão, já referido aqui, manteve suas caixas nas mãos dos irmãos Roiz Tamira de quem falaremos adiante. João Roiz Tamira, por sua vez, representou o Capitão Felipe de Moura (Phelipe Moreno), figura também conhecida na Bahia.<sup>85</sup>

A tabela ainda salienta alguns pontos apresentados até aqui. O primeiro, a possibilidade de um único mandatário possuir mais de um correspondente mercantil. O segundo, a heterogeneidade da comunidade mercantil abrangendo clérigos, senhores da terra, fidalgos etc. Bento da Costa foi registrado mais de uma vez, uma na condição de proprietário e outra representando Pedro GLZ Matos, senhor de engenho, enquanto Bento era lavrador de cana. Ambos tinham entre seus procuradores Antonio Lopez Maciel, que por sua vez, declarou ser senhor de engenho nos documentos alfandegários, mas há registro da sua atuação como um dos principais exportadores de vinho na Ilha da Madeira, em 1650.<sup>86</sup>

De modo que a ação de despachar “pelo” outro não implicava, necessariamente, em uma relação de subordinação. No caso de Pedro de Matos e Bento da Costa, por exemplo, tratava-se de uma relação entre dois senhores de terras. A presença de um agricultor na alfândega do Funchal permite-nos pensar que nem todos os ligados à terra restringiram-se ao recôncavo baiano, alguns viajaram para acompanhar as suas caixas e de outros.

A imagem abaixo permite-nos observar de outro modo os vínculos entre os proprietários da Bahia e seus procuradores na Madeira. Nela está mais claro o compartilhamento de um mesmo procurador entre dois senhores de engenho e, concomitantemente, a existência de proprietários com mais de um procurador.

---

<sup>85</sup> “Direitos sobre o açúcar e mais géneros do Brasil” - Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq. Cota atual: Alfândega do Funchal, livro 416-417.

<sup>86</sup>HANCOCK, 2009. p.136.

**Imagen 1.1:** Os procuradores dos senhores e lavradores residentes na Bahia 1640 e 1671



**Fonte:** ANTT: **Direitos sobre o açúcar e mais gêneros do Brasil** - DigitArq. Cota atual: Alfândega do Funchal, livros 416 e 417.

Na imagem os “nodes” em azul claro representam os procuradores dos senhores e lavradores de cana do recôncavo. Em azul escuro, destacamos apenas Bento da Costa, porque foi o único caso, em que, simultaneamente, foi representado (por Antonio Lopez Maciel) e representante (de Pedro GLS Matos).

A imagem sublinha que os mandatários (os senhores da terra) compartilhavam alguns procuradores, isto é, estavam ligados indiretamente a outros mandatários através de terceiros. O senhor de engenho João Pais Flurião, certamente, teria ouvido falar de Matheus Lopes Franco porque ambos conheciam Antonio da Silva Madeira. Luís da Mota, ainda que nunca tivesse cruzado com Martim Ribeiro pelas ruas de Salvador, muito provavelmente sabia da sua existência por meio de Manuel de Seia Peloldo.

É possível que os procuradores da Ilha da Madeira fossem recomendados nas conversas entre senhores de engenho e lavradores de cana, visto que a confiança era também uma moeda importante na hora de fazer essa escolha. Seria muita coincidência que Bento da Costa e Pedro Matos tivessem escolhido o mesmo agente, porque como vimos, a relação destes produtores era tão estreita a ponto de Bento da Costa acompanhar o açúcar de Pedro Matos. Pedro Matos, porém, contava com outro agente nesta praça, Damião Francisco, conforme indicam as setas da imagem.

As relações ganham complexidade quando observadas a partir dos procuradores. Havia procuradores ligados entre si, indiretamente, por um mesmo produtor de açúcar. Francisco

Nunes Machado e João Roiz Tamira despacharam no mesmo ano por Felipe de Moura. Francisco Nunes Machado, João Roiz Tamira e Antonio Roiz, pelo Capitão Belchior Brandão.

Os procuradores por definição travavam conhecimento com toda a gente, de diferentes lugares. Isto torna toda informação que temos sobre eles incompleta, porque não seria possível reconstruir as múltiplas direções e o alcance de todos os seus vínculos. Ainda sim, tentamos reconstruir algumas histórias com os fragmentos disponíveis.

João Roiz Tamira compôs uma rede extensa, porque sozinho despachou 31 vezes, isso apenas em 1640 e entre os meses de maio a dezembro. Ele teria comparecido em nome de 7,37 proprietários identificados. Foi o correspondente exclusivo, com um único registro, pelo piloto Bernardo Martelo; por Manuel Mendes Mera, lavrador de cana; do senhor de engenho, Coronel e Cavaleiro da Ordem de Cristo Belchior Brandão; de Domingos Rabelo, padre tesoureiro; e de Francisco Casado, senhor de engenho.

Se apenas João Roiz Tamira, serviu como correspondente destes homens, neste ano, seria ele então um agente de confiança? O único sujeito que solicitou os serviços de Tamira sem abrir mão de outros representantes foi o Capitão Felipe de Moura. Observamos ainda, que João Roiz Tamira e um tal António Roiz, dividiram a representação do Coronel Belchior Brandão, e pelo sobrenome poderiam ser da mesma família.

Além disso, sabemos quem eram os “patrões” de João Roiz Tamira, porque tinham licença de meio ou inteiro direito. Apenas em dois casos Tamira aparece como comprador do açúcar de Diogo Lopes de Andrade e Manoel João Pereira. Sabemos apenas que o primeiro estava ligado ao Conde de Castelo e a Diogo Fernandes Branco, com quem trocou correspondência.

João Roiz Tamira foi um daqueles que compareceram com frequência à mesa dos oficiais da alfândega. E apesar do mercado do açúcar se caracterizar pelas baixas barreiras de entrada, conforme citamos, houve agentes que atraíram a confiança dos senhores da Bahia. Talvez, Tamira tenha sido um mercador de grande reputação, e pela fama criou e manteve laços com os homens distintos da capitania, fortalecendo portanto a sua credibilidade.

Outrossim, foi Martinho Gonçalves Correia, com 17 despachos realizados (3,9% dos 434), dez deles pelo já referido, Capitão Aires Dornelas de Vasconcelos, e todos em 1671. Em cinco de março compareceu pelo Capitão Vasconcelos e pelo mestre de campo Nicolau Aranha Pacheco, dono da licença e da fazenda Sergipe do Conde na Bahia, o qual falaremos adiante. O Capitão Vasconcelos também tinha licença de meio direito, mas a apresentou uma única vez, em 25 de fevereiro de 1671, sem que soubéssemos o motivo de não tê-la

apresentado nas outras ocasiões.

Já Manuel de Seia Peloldo fez 18 operações no total (4,1% dos 434), todas em 1640, pelos senhores de engenho Capitão Sebastian e Martim Ribeiro; pelos lavradores de cana Diogo Daragão e Luis da Mota, ambos da Bahia, pelo Ilustríssimo Gerônimo de Burgos, nesse momento reitor da Universidade de Coimbra e seu filho listado como dono da licença, Christóvão de Burgos, estudante na mesma Universidade; por Baltasar Peixoto da Silva, vizinho de Ilhéus; além de Galbez Aspereto da Silva, lavrador, sem local de residência declarado.

Enquanto, João Garcia Peloldo Bento de Matos, provavelmente parente de Manuel de Seia Peloldo, figura muito presente nos registros, fez 13 despachos (2,9%) em 1640, não sabemos em nome de quem atuou, exceto por dois nomes, um “Bento de Matos” e um tal “Matos”, apenas. Se forem parentes, e se forem duas pessoas diferentes, é possível que João Garcia Peloldo Bento de Matos representasse pessoalmente os interesses da família na Ilha.

Thome de Oliveira, por exemplo, representou os membros de uma mesma família, os Vasconcelos. Do total de 14 operações (3,2%), revelou o nome de quem negociava em nove ocasiões, seis delas pelo Capitão Aires Dornelas de Vasconcelos, uma por Nicolau Mendes de Vasconcelos, uma por um tal “Vasconcelos”, e outra por João Machado de Miranda, este último o único sem o sobrenome. Os Vasconcelos enviaram a Thomé de Oliveira açúcar (mascavado, panela e branco) e seis rolos de tabaco no valor de 3.600 réis. Contudo, essa não foi a remessa mais valiosa que Thome de Oliveira se encarregou. Em três de fevereiro de 1671, certo proprietário não identificado, remeteu-lhe de uma só vez 106 rolos de tabaco, pesando 306 arrobas, no valor de 60.400 réis.

Antonio da Silva Madeira e Martim Filter, compareceram 11 (2,5%) vezes cada um em 1640. O serviço de António Madeira alcançava a Bahia, os senhores de engenho. João Paes Flurião e Mateus Lopes Branco figuravam entre seus contatos.

Já Martin Filter, também citado, representou os lavradores de cana da família Alures, Antônio Alures Ferreira e João Alures da Fonseca. Outro lavrador, mas este não se sabe se residia no recôncavo, Jorge Ferreira, lavrador e ao mesmo tempo, o Bispo Padre Francisco Gregório da Silva da Bahia. Filter aparece ainda sacando uma letra de câmbio, no valor de 371\$647 réis, sobre o famoso mercador de vinhos da Madeira, Diogo Fernandes Branco, em 23 de dezembro de 1650, com prazo de três meses.

A princípio, inferimos que os agentes com maior número de operações teriam, consequentemente, o maior número de vínculos, possibilitando assim a reconstrução de uma rede. Não foi o que aconteceu. Primeiro, porque a maior parte dos registros eram de agentes

“pontuais”, como vimos. Segundo, nenhum dos nomes registrados em 1640 se repetiu em 1671. Buscamos, então, outros documentos para conhecer a origem e a trajetória destes sujeitos.

Buscamos os nomes dos listados nos livros do açúcar em registros de batismo e matrimônios do *FamilySearch*. Levantamos cerca de 30 homônimos para 16 pessoas, oito delas com mais de um resultado. Trata-se, na maior parte deles, de registros de batismo. A naturalidade predominante era a portuguesa, com 12 peninsulares, sete entre Funchal e Câmara dos Lobos, quatro da Inglaterra, três da França e dois da Espanha. O critério de filtragem dos resultados foi o cálculo da diferença entre a data registrada no batismo e a data de despacho na alfândega. Para considerar a possibilidade de serem a mesma pessoa, estabelecemos que a idade mínima seria 18 e máxima 60 anos, no momento em que realizou o despacho. Essas possibilidades de naturalidade convergem com a ideia do cosmopolitismo do arquipélago.

O resultado mais promissor foi o de Antônio Gonçalves, que, apesar de ser um nome comum com oito registros para a mesma busca, teria nascido no Funchal em 19 de março de 1619. Foi batizado em São Sebastião da Câmara dos Lobos, filho de Antônio Gonçalves e Maria Rodrigues, na ocasião do despacho poderia ter 52 anos de idade.

Há ainda o registro de batismo de um Thomann Ingram, em Lincolnshire, com caso seja o mesmo, tinha 32 anos quando despachou em 1671. Além da base de dados referida, há outros sobrenomes de origem não portuguesa nos livros, como Jacinto Biard, Martin Filter, Richard Pique Forte e o galego Gregório Gomes.

Os clérigos também atuavam como intermediários na Ilha, com destaque para os padres reitores Antonio Fortes, da Bahia, e Simão Dias de Vasconcelos, do Rio de Janeiro, ambos em 1671. O padre Manuel Mourão, em 1640, identificou-se como “procurador” do Colégio de Irmãos da Bahia. Eles justificavam o envolvimento no comércio de açúcar pela necessidade de sustentar os colégios. Em um trecho reproduzido abaixo, retirado de uma licença enviada pelos padres do Colégio da Companhia de Jesus, da Bahia, observamos que além do açúcar os religiosos também cultivavam tabaco. Na certidão nomearam como representante de seus interesses Antonio Fortes, pedindo para que o lucro da venda fosse remetido à Bahia. A certidão foi reconhecida pelo oficial do porto, o escrivão Antônio Francisco de Andrade.

“Certifico que o padre Antonio Fortes da Companhia de Jesus reitor do collegio da Bahia que chamao por ser vocaçao são Francisco Xavier de que he mestre Domingos Esfrocio tras carregadas por conta deste collegio da Bahia sete caixas de asucar a

saber quatro de branco com cento e treze arobas e meia e tres caixas de mascavado com oitenta e cinco arobas e meya e assim mais coatro rolos de tabaco com dezesseis arrobas o qual o asucar e tabaco he de lavora e colhita do mesmo collegio e o remete a seus procuradores pera seu rendimento lhes mandarem o que lhes pede pera sustentação dos religiosos que asistem no ditto collegio e suas residências por assim ser verdade o yuro (...)" (Livro dos Direitos sobre o açúcar e mais géneros do Brasil 1640 - ANTT. Folha 41)

Entretanto, ser membro do clero nem sempre era garantia de isenção das taxas. O padre Palos Pereira, por exemplo, pagou 2.400 réis sobre um fecho de açúcar branco, não sabemos se era proprietário do açúcar ou apenas representante de alguma ordem, visto que esta foi a sua única aparição.

As licenças dos clérigos eram feitas pelos oficiais no porto de origem no momento de partida das embarcações e direcionadas para os funcionários da alfândega de destino. No final do livro de 1671, depois do balanço de prestação de contas do provedor que seria entregue ao Tribunal das Contas do Reino, há certidões dos clérigos e ordens religiosas como anexos.<sup>87</sup>

As certidões, conforme observado na passagem acima, contém dados específicos da embarcação e dos produtos, tal como um conhecimento de carga. Era um documento emitido na hora do embarque. Portanto, não se tratava de uma garantia de isenção no porto de destino. Isto poderia explicar porque em algumas operações elas foram apresentadas e em outras não.

As licenças não seguiram um padrão e poderiam assumir um tom diferente dependendo do solicitante. No fim do livro de 1671, na parte dedicada ao balanço e prestação de contas, foram anexadas as certidões e alguns comentários a respeito de certas licenças. Dentre eles, aparecem os pormenores do processo de legitimação da certidão do mestre de campo e proprietário do engenho Sergipe do Conde, Nicolau Pacheco Aranha.

"Sergipe do Conde, termo desta cidade a coal tem registada no livro quarto dos registos dos engenhos e canaveais desta alfândega a folhas cento e vinte oito como consta de sua sentensa de que goza [...] liberdade e declarou pelo dito juramento dos santos evangelhos que o dito assucar hera pago a dizimo a ordem de nosso senhor yesus christo que hia por sua conta e risco sem hir vendido nem trocado nem por outro modo a [...] sobre que se dizerao as diligencias necessarias conforme a provisao de sua alteza que assim o certificamos por esta por nos asinada que nesta alfândega serve aos oito dias do mês de julho de mil seis centos e setenta anos cuya ocual Henrques Tourinho escrivao que he da dita alfândega a fim escreuer [...] e assinei com os provedores Antonio de Brito de Castro // Joao Henrques Tourinho [...]" (Livro dos Direitos sobre o açúcar e mais géneros do Brasil 1671 - ANTT. Folha 39-40)

A primeira informação interessante é, sem dúvida, a existência de um livro com

<sup>87</sup> Direitos sobre o açúcar e mais géneros do Brasil - Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq. Cota atual: Alfândega do Funchal, livro 417. Folha 40 do manuscrito.

registros de propriedades e seus respectivos proprietários na Bahia, mas disso não trataremos aqui. O segundo ponto é a precisão com que quase todos os detalhes foram narrados, como a numeração da página onde se encontrava o despacho, as referências a outros documentos (como das propriedades) e até um juramento feito diante dos Santos de que o carregamento teria pago as devidas taxas no porto de origem.

No balanço do livro, realizado em 25 de outubro de 1673, dois anos depois do despacho do mestre de campo, o escrivão Hieronimo Vieira fez uma retificação da certidão. Ao julgar que nenhuma outra certidão recebeu essa atenção, observamos que o escrivão se preocupou em demonstrar a veracidade da licença, pois teria sido “conferida” pelo próprio dono. E termina dando seu aval para que o papel fosse levado ao Tribunal dos Contos no reino, em Lisboa.

Chamou-nos atenção uma pequena mudança entre o que foi registrado em 1671 e a ratificação de 1673. No registro de entrada em 1671, o escrivão anotou 38 caixas de açúcar branco e 20 de “mascavado”. A rasura feita em 1673, apressada e com tinta de cor diferente do texto original, dava conta de 40 caixas de açúcar branco e 18 de “mascavado”.<sup>88</sup>

Apesar de Nicolau Pacheco Aranha possuir certidão de meia liberdade e integrar uma família importante conforme veremos adiante, é possível que se trate de fraude, pois duas caixas de açúcar branco se passaram por mascavado na primeira ocasião, em 1671, com o propósito de pagar menos taxas, visto que o preço do açúcar mascavado era menor que o branco, e portanto as taxas sob o valor deste seriam inferiores. Ademais, o escrivão assinou a nota com outros dois funcionários Roque Ferreira e ninguém menos que o almoxarife da alfândega, Luis Soares Pais<sup>89</sup>, nessa época detentor de mercê conferida por D. Afonso VI. A fraude, portanto, foi feita por gente importante e com consentimento de pessoas influentes.

## 5. O tempo de permanência nos negócios

Em 1671, na alfândega do Funchal, o Capitão Aires Dorlenas de Vasconcelos foi identificado como Governador do Maranhão, segundo seus representantes Martinho Gonçalves Correia e Thomé Fernandes de Oliveira, conforme destacamos. Sabemos que o capitão era o genro do poderoso mercador e proprietário de terras da Bahia, Francisco Fernandes do Sim, segundo informou-nos David Smith.<sup>90</sup> A história da família nos ajuda a

<sup>88</sup> ANTT. “Direitos sobre o açúcar e mais géneros do Brasil” - Cota atual: Alfândega do Funchal, livro 417.

<sup>89</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo - ANTT. **Registo Geral de Mercês, Mercês (Chancelaria) de D. Afonso VI**, liv. 1, f. 447. Acesso em 09 de setembro de 2021.

<sup>90</sup> SMITH, 1975.

compreender como operaram no comércio. Os primeiros registros de Francisco do Sim na Bahia datam de 1624, no negócio do vinho. Do Sim era natural da Ilha da Madeira e protagonizou uma carreira de sucesso. Foi de mercador a senhor de terras. Chegou até a opinar em assuntos da administração local, participando de juntas e debates de relevância pública como a segurança (em 1637, 1639, 1649 e 1651). Em 1650, realizou a transição completa ao empenhar-se a cultivar suas terras em Jaguaripe, de que era proprietário pelo menos desde 1630, embora não se dedicasse à agricultura até então.

Do Sim contava com o apoio de seu sobrinho Matias Lopes, também madeirense e importante “merchant-banker” em Lisboa. Em 1649 tornou-se diretor da Companhia do Brasil, no mesmo ano em que trocou carta com Diogo Fernandes Branco, o moço, por coincidência ou não. A filha mais velha de Do Sim casou-se com o capitão Aires Dorlenas de Vasconcelos, enquanto uma outra filha com o mestre de Campo Nicolau Aranha Pacheco, que supostamente escondeu duas caixas de açúcar branco na Alfândega do Funchal.

Nicolau Aranha Pacheco teria lutado na guerra contra os holandeses e posteriormente se tornado senhor de terras na Bahia, oferecendo apoio militar ao governador- geral do Brasil conde de Óbidos (1663-1667), responsável por criar atritos com a elite local, contrariando o Senado e até mesmo o Conselho Ultramarino. A tensão culminou em uma suposta tentativa de deposição do governador, em 1665, encabeçada por seu inimigo Lourenço de Brito Correia, que o acusava de desvios, autoritarismo e uso dos ofícios e cargos públicos em benefício dos seus privilegiados. Graças ao mestre de campo e a Antônio Guedes de Brito, dois membros influentes do grupo dos produtores baianos, o conde conseguiu manter-se no cargo até o fim do seu governo.<sup>91</sup>

Há ainda dois registros de Nicolau Pacheco na Ilha da Madeira em 1671, um como carregador de um navio da Bahia, e outro como correspondente de Martinho Gonçalves Correia, o mesmo procurador do governador do Maranhão Aires Dornelas de Vasconcelos, seu concunhado.

Desse modo, a família de Do Sim mantinha suas conexões entre Lisboa, Ilha da Madeira e Maranhão. Os genros de Do Sim se ocupavam do comércio, bem como de assuntos militares e de governo, seguindo os passos do sogro. Ambos dispunham de um mesmo agente intermediário para cuidar do açúcar da família no arquipélago. Sem contar o apoio dos oficiais locais para encobri-los quando necessário.

---

<sup>91</sup> Ver em: KRAUSE, Thiago. **A Formação de uma Nobreza Ultramarina: Coroa e elites locais na Bahia seiscentista.** Tese de doutorado. PPGHIS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2015. p.243-244.

Em 1626, Do Sim participou junto com outros três mercadores, todos considerados pela comunidade homens bons e esclarecidos, de um contrato de taxação do vinho, dentre eles o já mencionado, Mateus Lopes Franco. Data de 1640 o primeiro registro que temos de Mateus Lopes Franco, na certidão apresentada por seu procurador Antonio da Silva Madeira, no qual foi identificado como senhor de engenho. Pode-se considerar a ascensão de Mateus Lopes Franco acelerada, pois, se em 1626 era um afamado comerciante de vinho na Bahia, em 1640 já encontrava-se como produtor de açúcar. A diferença entre as datas, nos permite ainda estimar que Franco dedicou, pelo menos, 14 anos de sua vida ao comércio, entre vinho e açúcar na Bahia.

Aliás, o correspondente de Mateus Lopes Franco, Antônio da Silva Madeira, era ele próprio um comerciante de longa data. Tinha ao menos nove anos de atuação entre a data do despacho realizado em nome de Franco e a correspondência trocada com Diogo Fernandes Branco em 1649.<sup>92</sup> Outrossim, foi procurador do Padre Frei Palomo da Purificação, do Convento de São Francisco, chamado André Afonso, durante os nove anos. Este aparece também nas cartas de Diogo Fernandes Branco, em que disse em 1649, ter deixado o Funchal para viver no Rio de Janeiro.

Em alguns casos, por mais que os agentes assumissem a função de procuradores, permaneciam fiéis à sua ocupação principal. Isto ocorreu a Feliciano Borges, natural do Porto, que em 1652 se identificou como mestre de navio nos conhecimentos de carga da Bahia, apesar de ser também o agente responsável pela carga do Conde de Castelo.<sup>93</sup> Tudo indica que nos seguintes 12 anos continuou como homem do mar, pois em 1664 aparece como proprietário do navio chamado “Bom Jesus d’Além”.<sup>94</sup>

De certos procuradores tivemos mais notícias que nos permitiram conhecer seus percursos. Mateus da Gama é um bom exemplo. Em 1651-52 assistiu às cargas do Conde de Castelo na Ilha da Madeira, permaneceu no Funchal pelos seguintes 19 anos. Ainda na Ilha, recebeu o atributo de capitão que manteve desde então em todos os despachos realizados de janeiro a outubro de 1671. Ainda no ano de 1650, foi descrito como um dos dez maiores exportadores de vinho madeirense, com cerca de 107 pipas.<sup>95</sup>

É possível que Mateus da Gama tenha passado por Cartagena das Índias em 1630, mas antes disso esteve em Santo Domingo e só depois decidiu voltar à Madeira. Ele foi

---

<sup>92</sup> VIEIRA, 1996. p.77

<sup>93</sup> ANTT -**Registro das declarações dos mestres de navios à carga na Bahia de Todos os Santos, nos anos de 1650-1654.** [S.l.: s.n.]. BNDigital.

<sup>94</sup> SMITH, 1975, p.365.

<sup>95</sup> HANCOCK, 2009, p.136.

listado em um levantamento feito em 1630 que visava regularizar - e multar - os portugueses residentes naquele porto. Na ocasião disse ser natural da *Isla da Madeira*, com idade de 32 anos, *mercader* apenas “*de passo*” e teria “llegado de Santo Domingo”. Porém, foi multado em 32 pesos por não ter licença.<sup>96</sup>

A circulação entre Salvador, Ilha da Madeira e Cartagena é reforçada quando observamos outras trajetórias como a de Sebastião Duarte, nome já aludido. Segundo David Smith, Sebastião Duarte foi um mercador da Bahia que formou em 1664 uma companhia junto com outros dois mercadores, o Sargento-mor Francisco Ferreira de Vasconcelos e o Capitão Francisco Rocha Fagundes, para negociar entre Bahia, Portugal e África.<sup>97</sup>

Há registro da passagem de um tal “Sebastian Duarte” no mesmo censo de 1630, em Cartagena, onde também foi encontrado Mateus da Gama. Sebastian declarou se ocupar como “mercader”, de 36 anos, natural da Vila de Montemayor, sem nenhuma informação do tempo de estadia na cidade e aparentemente sem cônjuge. Teria desembarcado de um navio de escravos da Guiné, sendo ele próprio tratante em Lima, já que “bajava” a Cartagena para comerciar. Por não ter licença, nem permissão, foi multado em 400 pesos, carregando consigo na ocasião 7.000 pesos no total.

Aparentemente, para 1664 a rota de negócios de Duarte teria mudado, embora o produto fosse o mesmo. A experiência adquirida nos mercados de Lima e Cartagena podem lhe ter sido útil na tarefa de comprar e vender “peças” para Salvador e Lisboa. Possivelmente, Duarte teria testemunhado as mudanças do seu tempo, a primeira delas, a da região de fornecimento dos cativos, pois se em 1630 desembarcou da Guiné, na década de 1660 estaria interessado em Angola, onde se encontrava seu sócio Fagundes, responsável por enviar escravos e marfim para a Bahia.

Caso se trate da mesma pessoa, poderíamos pensar que no auge dos seus 70 anos de idade Sebastião Duarte presenciou ainda a crise econômica de Cartagena, na segunda metade do século XVII, arrastada pela crise na extração de prata em Potosí,<sup>98</sup> que diminuiu a demanda por mão de obra africana, levando Duarte a investir em outras praças.

Muito provavelmente, naquele empreendimento de 1664, os mercadores fossem homens de idade avançada, visto que uma das cláusulas do contrato, segundo Smith, era em caso de

<sup>96</sup> VILAR, Enriqueta Vila, Extranjeros en Cartagena (1593–1630), *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas. Anuario de Historia de América Latina*, v. 16, n. 1, 1979.

<sup>97</sup> SMITH, 1975, p. 349.

<sup>98</sup> CASTILLO MATHIEU, Nicolas del. *La llave de las Indias*. Bogotá: Planeta, 1997. Ver también: VIDAL ORTEGA, Antonino. *Cartagena de Indias y la región histórica del Caribe, 1580-1640*. Sevilla: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Escuela de Estudios Hispano-Americanos : Universidad de Sevilla : Diputación de Sevilla, 2002. (Catálogo del Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Escuela de Estudios Hispano-Americanos, núm. general catálogo 417).

falecimento de um dos sócios o lucro passaria à família, reforçando a possibilidade de “Sebastian” e “Sebastião” serem a mesma pessoa. Desse modo, Sebastião soube reconhecer o cenário e, mesmo com mudanças na oferta e no mercado consumidor, continuou na atividade mercantil por mais de 30 anos.

O mestre Gonçalo Nunes Fragoso dedicou ao menos seis anos de sua vida à atividade, com passagens pela Ilha da Madeira e Bahia na década de 1640. Em 1646-48, segundo as cartas analisadas por Smith, Fragoso tornou-se um dos principais correspondentes do também mercador na Bahia, João Serrão de Oliveira. Ambos mantiveram correspondência. Quando Oliveira voltou para Lisboa, as notícias e os conselhos discutidos eram a respeito de qual mercadoria remeter a Salvador, quais bens deveriam ser despachados de Salvador, o preço do açúcar etc.<sup>99</sup>

Os interesses de Oliveira, no entanto, não se limitaram ao Nordeste do Brasil, pois em fevereiro de 1648 reportou a Gonçalo Nunes sobre negócios na Ilha Terceira e Açores.<sup>100</sup> Possivelmente, Oliveira e o conde Castelo participavam da mesma rede, uma vez que confiavam ambos no mesmo agente, o mestre Fragoso, e circulavam pelos mesmos espaços.

Por dez anos, pelo menos, o capitão Felipe de Moura, ou Phelipe Moreno, de quem já falamos, dedicou-se ao comércio. Encontramos seu nome pela primeira vez nos registros da Ilha da Madeira em 1640, e em seguida nos conhecimentos de carga feitos na Bahia, em 1650. Na primeira ocasião se apresentou como produtor do açúcar, e dez anos depois parece ter migrado para as finanças sendo o segurador dos dois únicos nomes que carregaram nas embarcações durante o período de quatro anos, o conde de Castelo e Sebastião FRZ. Ao que tudo indica, o comércio de açúcar apresentava baixas barreiras de entrada para os agentes interessados, já o âmbito das finanças era mais estrito. Ao contrário de certos seguradores do conde, que cobriram parcialmente o carregamento, o Capitão Felipe de Moura detinha tantos recursos que cobriu todas as caixas “por sua conta e risco”.<sup>101</sup>

Na Ilha da Madeira, os procuradores de Felipe de Moura foram Francisco Nunes Machado e João Roiz Tamira, figura já conhecida. Tamira faz parte do conjunto com frequência de despachos, cerca de 7,3%. Já o primeiro, Francisco Nunes Machado, o oposto, com apenas um registro. Isso significa a possibilidade de abertura desse grupo coeso, centrado e estruturado no conde de Castelo Melhor, Diogo Fernandes Branco e Felipe de Moura, para novos intermediários.

---

<sup>99</sup> SMITH, 1975, p.375.

<sup>100</sup> *Id. Op. Cit. Loc.Cit.*

<sup>101</sup> **Registro das declarações dos mestres de navios à carga na Bahia de Todos os Santos, nos anos de 1650-1654.** [S.l.: s.n.]. BNDigital. Folha cinco do manuscrito.

E por fim, em 1640 compareceu à mesa dos oficiais no Funchal, Diogo Lopes de Andrade, com 33 arrobas de açúcar das quais vendeu pouco mais de três para o mesmo João Roiz Tamira. Sabe-se que na ocasião o valor da transação foi recebido por Diogo Fernandes Branco.<sup>102</sup> Segundo David Smith, Diogo Lopes de Andrade era comerciante de origem madeirense, residente na Bahia, e um dos integrantes da sociedade entre António Simões de Castro, homem de negócio e produtor ligado aos mercadores de Lisboa, Antônio da Veiga de Lemos, ambos comerciantes estabelecidos na Bahia, e ainda o Capitão Diogo de Aragão Ferreira e Baltazar Peixoto da Silva, os últimos a entrarem no empreendimento.<sup>103</sup>

Se as cartas trocadas entre João Serrão de Oliveira e Diogo Lopes de Andrade datam de 1652 a 1685, significa que Diogo de Andrade passou, no mínimo, doze e, no máximo, 45 anos, ocupando-se no comércio.

## 6. Dos mestres, embarcações e produtos

Uma vez reconhecido o papel dos mestres de navios no comércio de açúcar, além de transportá-lo, realizamos algumas observações sobre as múltiplas habilidades destes agentes tanto na lida com as embarcações, quanto com o comércio e, claro, com as mercadorias carregadas em baixo das cobertas na rota entre Salvador e Ilha da Madeira.

Segundo Daniel Strum, em capítulo dedicado aos transportes, onde dialoga com Leonor Freire Costa, a embarcação era propriedade de vários investidores, assim como o espaço fretável nos porões, dividido em terços, quartos, sextos e até oitavos. Os proprietários contrataram um mestre para a embarcação, que dentre outras funções, deveria: contratar os tripulantes, receber o lucro, pagar as despesas do navio, dividir os rendimentos que cabiam a cada marinheiro, cuidar da carga à bordo, prestar contas e fazer a contabilidade.

A estrutura hierárquica dentro do navio era primeiro o mestre e segundo o piloto. Este último possuía conhecimento específico no tema da navegação. O resto da tripulação não tinha soldo. Recebiam os lucros da viagem, geralmente uma parte dividida entre os donos do empreendimento e a outra metade com a tripulação. Havia cargos menores que recebiam pouco menos, como grumete e page.<sup>104</sup>

<sup>102</sup> Não sei se Diogo Fernandes Branco trabalhou na instituição, embora em um dos livros dos direitos sob o açúcar seu nome foi citado na condição de “provedor da fazenda”, em 1639. Em 1676, segundo Alberto Vieira, foi comissário dos comboios, um tipo de donativo estabelecido a partir de 1664, que cobrava uma taxa das embarcações. O testamento de Diogo Branco foi, inclusive, alvo da Real Fazenda que pretendia cobrir as dívidas feitas pelo comerciante no período em que foi administrador do donativo. VIEIRA, 1996, p.13.

<sup>103</sup> SMITH, 1975.p 347-348.

<sup>104</sup> STRUM, 2012.

Segundo Leonor Freire Costa, entre pagamentos e despesas com a tripulação, cada homem consumia cerca de 60 réis por dia.<sup>105</sup> Encontramos alguns homens do mar despachando e vendendo mercadorias, entre eles: o page Manoel Dias, o chantre Pedro Glz Fontes e o piloto Bernardo Martelo, já citado.

Alguns mestres poderiam ser proprietários das embarcações também. João Borges, residente na Bahia, era senhor do seu próprio navio por nome “Nossa Senhora da Conceição” em 1653. Das embarcações ancoradas nos primeiros quatro anos da década de 1650 na Baía de Todos os Santos, eram seus mestres-proprietários Guilherme Granules, Jacques Louis, João Iure Costa, Roberto Moras e Thomas Vaz.

Houve ainda quem precisasse contratar apenas um piloto, pois já exerciam as funções de mestre-proprietário, como Francisco Viana, Gaspar Glz, João da Costa Lima e Miguel Luis Carneiro. Já os atributos de mestre e capitão possuíam ao menos sete sujeitos nos conhecimentos de carga, além de casos excepcionais, como o de Manuel Alves, *vecino* de Lisboa, o único mestre, capitão e almirante que encontramos, tudo isso simultaneamente na nau chamada “São Pedro”.

O espaço disponível nos navios era fracionado porque assim os proprietários das mercadorias corriam menos risco em caso de perda da carga, por naufrágio ou ataque corsário.<sup>106</sup> Dessa forma, a travessia era uma tarefa realizada a várias mãos e necessitava desde os responsáveis por conduzir as embarcações, passando por carregadores, seguradores, proprietários da carga, dos navios etc.

Consequentemente, não só o comércio, mas também o transporte foram atividades de cooperação. Conforme defendido por Christopher Ebert, um mesmo carregamento poderia envolver mais de um investidor e, por isso, qualquer tentativa de estabelecer relações de exclusividade entre um mercador e seu correspondente metropolitano já estaria comprometida antes mesmo de deixar o porto.

Dessa forma, os próprios mestres eram parte destas redes de cooperação, pois poderiam ter livros de contas, atuar em nome de outrem, e até representá-lo eventualmente, em uma praça, como fez o mestre Feliciano Borges, pelo Conde de Castelo, na cidade do Porto.

Assim que uma embarcação chegava na alfândega do Funchal, recebia uma breve descrição com os dados do mestre, da embarcação e, às vezes, até dos produtos

---

<sup>105</sup>COSTA, Leonor Freire. **O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002. p. 251-270.

<sup>106</sup> STRUM, 2012.

descarregados. Por mais que a regra estabelecesse que o açúcar deveria ser registrado à parte, em livro próprio<sup>107</sup>, há presença de tabaco, escravos e couro, em menor quantidade, na mesma embarcação. Abaixo, um trecho de uma das descrições.

“Em os doze dias do mês de abril de mil seiscentos e quoarenta annos nesta alfa comeza desp<sup>a</sup> do navio chamado N. Sra do Rosario e Santo Ant<sup>o</sup> de que he mestre Goncalo Nunez Fragozo vez da cidade da Baia q veo aqui arribado da Baia com assuquares e couros.” (Direitos sobre o açúcar e mais géneros do Brasil - ANTT. Livro 416, folha três do manuscrito)

O uso da palavra *arribada* não tem a mesma conotação das *arribadas forçadas*, pois incorpora as brechas encontradas na lei por alguns capitães que pretendiam desembarcar em dado porto sem pagar os tributos, sob alegação de força maior, como o reparo do barco ou falta de suprimentos para tripulação.<sup>108</sup> Este trecho citado, na verdade, tratava-se de uma declaração padrão com objetivo de anunciar a qual navio pertencia os produtos que seriam despachados em seguida “na mesa grande do provedor da Fazenda”, para usar as palavras do escrivão Belchior Berengue no auto de abertura de um dos livros, encomendado pelo então provedor, Manuel Vieira Cardoso em 1640, que entre tantas formalidades, mencionava que este posto teria sido ocupado pelo próprio Diogo Fernandes Branco, em 1639.

## 7. Transportes e viagens

O açúcar da Bahia foi transportado à Madeira em oito embarcações, quatro em 1640 e outras quatro em 1671. Dentre elas, duas charruas, duas naus, duas fragatas, uma caravela e um navio, embora essa classificação não fosse rígida, ora o escrivão dizia ser uma nau, ora um navio. Sabemos, pois, através da literatura disponível, que as naus e os navios eram os de maior porte.

Os detalhes da travessia não eram revelados, exceto por uma nota que acompanhava a fragata “O sol do oriente e São Francisco Xavier” que teria navegado “em direitura para esta Ilha”, transportando açúcar e tabaco.<sup>109</sup> Em nenhum dos “resumos” das embarcações foi

---

<sup>107</sup> VIEIRA, 1996.

<sup>108</sup> Segundo vocabulário marítimo do século XVII: “Es dejar caer la cabeza o proa del navío hacia donde va el viento cuando navega; también se dice arribar quando, por mal tiempo u otro accidente, se vuelve al puerto de donde se salió, u otro puerto o paraje que no sea donde se hacía el viaje; entre los políticos se dice arribar aun siendo a el puerto deseado.” Ver em: JIMÉNEZ, Lídio Nieto. *El vocabulario marítimo de 1696*. in. *Archivo de filología aragonesa*. CASTAÑER, Rosa M.<sup>a</sup> Castañer; y ENGUITA, José M.<sup>a</sup> (eds.). Vol. 59-60, 1, 2002-2004, p. 655-670.

<sup>109</sup> ANTT - Direitos sobre o açúcar e mais géneros do Brasil - Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq. Cota atual: Alfândega do Funchal, livros 416-417.

mencionado o transporte de produtos secundários, apenas o açúcar e tabaco eram listados. Somente no momento do despacho apareceram crianças cativas, couro e algodão.

A maior concentração em unidades de couro, em suas várias formas, pertencia à fragata “O sol do oriente e São Francisco Xavier”, que apesar de ter o mesmo nome daquela citada anteriormente, não se tratava da mesma embarcação. Ambas desembarcaram no mesmo ano, a segunda em fevereiro de 1671 e a primeira em setembro. Por coincidência, seus mestres chamavam-se Domingos Esfrosio e Domingos Cordeiro, residentes na Ilha da Madeira.

Entre os cativos havia ao todo cinco “molecas” registradas em três despachos. No primeiro, duas avaliadas em 40.000 réis, no segundo duas em 41.000 réis e, no último, uma no valor de 18.000 réis. Todas vieram na Charua ‘‘Nossa Senhora da Ajuda’’ do mestre Antônio Vaz de Silveira, em 17 de setembro de 1640.<sup>110</sup>

Possivelmente, as “molecas” não destinavam-se à venda, pois eram poucas e poderiam ser até mesmo nascidas na Bahia. Ademais, não encontramos na base de dados do *Slave Voyages* nenhum dos nomes dos capitães e mestres de navios que transportaram o açúcar da Bahia para o Funchal nestes dois anos.

Do mesmo modo, não encontramos nas viagens de cativos nenhum dos oito nomes de embarcações ancoradas no Funchal em 1640 e em 1671. Pensamos, portanto, na possibilidade de especialização do portfólio dos homens de negócios. Aqueles que atuavam no comércio e transporte do açúcar não se dedicavam, simultaneamente, ao comércio e/ou transporte de cativos, pelo menos não nos dois anos observados aqui. Talvez o circuito do comércio do açúcar corresse em paralelo ao tráfico, apesar de se empregar mão de obra africana na produção açucareira.

Os conhecimentos de carga do Conde de Castelo Melhor também apresentam algumas crianças cativas. Nestes casos, o mestre adicionou poucas informações, como nome do cativo e a cargo de quem deveriam ir, localizadas no fim da página, antes da sua assinatura. Dera a entender que seriam destinados ao trabalho doméstico da Condessa de Castelo em Lisboa. Decerto, também nasceram na Bahia, pois declarava um dos mestres, “veio mais duas negras mãe e filha, uma por nome Isabel e outra Maria”. Enquanto Francisco FRZ Rios registrou da seguinte maneira, “duas molecas uma por nome Lucrecia outra por nome Maria.”<sup>111</sup>

Se por um lado havia divisão entre as embarcações da rota do açúcar e as da costa

---

<sup>110</sup> ANTT - **Direitos sobre o açúcar e mais géneros do Brasil** - Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq. Cota atual: Alfândega do Funchal, livros 416. Folha 66 a 63. As folhas do verso não apresentam numeração.

<sup>111</sup> **Registro das declarações dos mestres de navios à carga na Bahia de Todos os Santos, nos anos de 1650-1654.** [S.l.: s.n.]. BNDigital. Folhas 101 e 103 do manuscrito.

africana, por outro, um mesmo navio poderia atender mais de um porto do Brasil. A charrua “Nossa Senhora do Amparo e São Marcos” saiu do Rio de Janeiro em 24 de março de 1671 e em seis de novembro do mesmo ano, deixou o porto de Salvador. Em ambas as ocasiões com o mestre António Vaz Domingues.<sup>112</sup> A nau Nossa Senhora do Rosário saiu em 13 de julho de 1640 da Bahia, e em 8 de novembro de São Luis do Maranhão, também com o mesmo mestre, um tal Manuel Fernandes.

Apenas no ano de 1640 ancoraram quatro embarcações de Salvador no Funchal. O período mais longo entre as arribadas foi de três meses e um dia, no intervalo de 12 de abril a 13 de julho. Uma embarcação arribou no primeiro semestre e outras três no segundo. Se levarmos em conta o tempo de cultivo, o período de processamento do açúcar, o carregamento das embarcações e o tempo de travessia, arriscamo-nos a dizer que o aprovisionamento do arquipélago, neste ano, foi ininterrupto.<sup>113</sup>

Esse fluxo pode ser explicado, talvez, pelos conflitos travados em Pernambuco com os neerlandeses, atrapalhando o envio do açúcar para o arquipélago, obrigando-os a recorrerem à capitania vizinha. Além disso, a Bahia tornou-se o ancoradouro das mercadorias para o socorro ao levante no período da Restauração, recebendo e distribuindo os recursos.

Em um parecer de 1640, o provedor da Fazenda, Marquês de Montalvão, faz uma lista aos “encarregados de levar as embarcações para o Brasil e assim sanar o ataque dos holandeses na Bahia”<sup>114</sup>. As embarcações que estavam em Cochim eram uma naveta, um patacho, que disse ter 40 toneladas avaliadas em 22.000 escudos; um galeão de 600 toneladas; duas urcas, uma nau inglesa, com 34 peças pesando 500 toneladas; sal e peças de artilharia em bronze.<sup>115</sup>

Em uma carta do mesmo ano, foi mencionada a partida de 1.900 alqueires de farinha; 240 de sal; oito caixotes (113 unidades) de queijo flamengo e 22 pipas de vinho da Madeira, que seriam remetidos a Pernambuco.<sup>116</sup>

Contudo, a Bahia também enfrentava problemas internos, conforme uma carta também de 1640, em que certo agricultor declara carestia do açúcar, tendo ele apenas 80

<sup>112</sup> ANTT - Direitos sobre o açúcar e mais géneros do Brasil - Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq. Cota atual: Alfândega do Funchal, livro 417. Despachos registrados em vários fólios não consecutivos. Folha 37, 29, 28, 27, 26 e 25, todas frente e verso.

<sup>113</sup> ANTT - Direitos sobre o açúcar e mais géneros do Brasil - Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq. Cota atual: Alfândega do Funchal, livro 416.

<sup>114</sup> AHU, Arquivo Histórico Ultramarino, disponível no Projeto Resgate na Biblioteca Nacional Digital. AHU\_ACL CU\_005, CX.1, D.31

<sup>115</sup> Em 1640, no mesmo manuscrito, há uma reclamação sobre a falta de sal generalizada na Capitania da Bahia. AHU\_ACL CU\_005, CX.1, D.31

<sup>116</sup> AHU\_ACL CU\_005, CX.1, D.32

cargas, devido a ausência de chuva e os ataques que se fizeram nos engenhos.<sup>117</sup>

Em 1648, as embarcações ainda saíam de Salvador com gêneros alimentícios para as tropas da Reconquista, com cerca de seis arrobas de peixe; 98 feixes de farinha da terra; 105 alqueires de farinha comum; 42 arrobas de vacas; 20 alqueires de sal; 14 pipas de água para conserto, dentre outros produtos listados no manuscrito.<sup>118</sup>

Os conflitos não atrapalharam apenas a produção, mas elevaram os seguros de viagem e incidiram no preço do frete, devido à menor oferta de embarcações.<sup>119</sup> Ao longo do tempo foram criados mecanismos de proteção para evitar a interrupção do fluxo, como investimentos em artilharia e em escoltas, e ainda, nos mecanismos financeiros como contratos à dinheiro, à ganho e risco, em apólices de seguros, além da dispersão das mercadorias entre várias embarcações.<sup>120</sup>

Segundo Leonor Freire Costa, a estratégia de dispersão da carga entre várias embarcações, eventualmente, acarretaria a subutilização do espaço fretável, quando se transportava menos que a capacidade ideal, e por conseguinte elevando o valor do frete. Para ela, a otimização e a rentabilidade dependiam do preenchimento da tonelagem útil, sem comprometer a navegação e flutuabilidade.

A tonelagem ideal, aquilo que o navio poderia suportar além do seu próprio peso (arqueação total), seriam 4 caixas de açúcar para cada tonelada, antes de 1640, e cerca de três caixas após o período. Isso ocorreu porque as caixas aumentaram de volume em 1618, antes tinham entre 18 e 20 arrobas, enquanto na década de 1640 poderiam pesar 20 ou mais.<sup>121</sup>

Havia alguns desvios, como uma caixa de açúcar branco de 126 arrobas, cuja taxa cobrada foi 6.240 réis em 1671. Ainda neste ano, há registro de outra caixa de açúcar branco de 22 arrobas, pagando quase o mesmo valor, apesar de ter cinco vezes menos volume que a primeira, ou seja, 6.160 réis. Na verdade, poderia se tratar de fraude dos funcionários locais. De acordo com Costa, devido às variações ao longo dos seiscentos, os organizadores das embarcações passaram a condicionar três caixas para cada tonelada como padrão de volume.

Sabemos que a primeira embarcação do ano de 1640, “Nossa Senhora do Rosário de Santo Antônio”, carregou cerca de 10.156,5 arrobas; a segunda, chamada “Nossa Senhora do Rosário”, 2.138,5; a terceira, “Santo Antônio”, 6.016,5; E a última, por nome “Nossa Senhora da Ajuda” 5.157 arrobas. Totalizando pouco mais de 23.400 arrobas.

---

<sup>117</sup> AHU\_ACL CU\_005, CX.1, D.32

<sup>118</sup> AHU\_ACL CU\_005, CX.1, D.78

<sup>119</sup> COSTA, 2002.

<sup>120</sup> Ver em: STRUM, 2012, E também: EBERT, 2008.

<sup>121</sup> COSTA, 2002. p. 200-281.

Na primeira viagem foi transportada cerca de 169 toneladas, confirmando o total registrado pelo escrivão que a carga viera em um navio, visto o porte necessário para abrigar tal volume. Contudo, o volume em viagens seguintes não manteve o mesmo ritmo. A segunda, teve pouco menos de 36 toneladas; a terceira, 100; e a quarta 86 toneladas. A razão pode ter sido a redução do tempo entre uma viagem e outra, com intervalo de um mês entre elas no segundo semestre.

Possivelmente, houve sobre peso nas três primeiras viagens, se considerarmos a organização de três caixas de 20 arrobas para cada tonelada, proposta por Leonor Freire Costa. Sabemos que a primeira transportou 705 caixas de açúcar, que deveriam ser acomodadas em 235 toneladas, e no entanto ocuparam pouco mais de 169 toneladas, isto é, 66 toneladas acima do ideal. A segunda, 123 caixas que correspondem a 41 toneladas, mas foram acomodadas em apenas 36, gerando 5 toneladas de sobre peso. A terceira, com 224 caixas, ocupariam 75 toneladas, mas foram em 100, com 25 toneladas de excesso.

Enquanto a última embarcação estaria eventualmente subutilizada, às 305 caixas deveriam ser distribuídas em 102 toneladas, mas foram em apenas 86, sobrando 16 toneladas de espaço. Ficaram de fora desse cálculo as unidades como fechos e os rolos, além dos outros produtos secundários, de modo que o sobre peso poderia ser ainda maior ou a subutilização menor.

Consideramos então o peso das caixas como o volume ideal, porque as caixas estavam sujeitas a variações, ao passo que as toneladas em arrobas seriam o real, aquilo que de fato se aproxima do volume transportado. Desse modo, a diferença entre o peso ideal e o real, nos leva a duas hipóteses. A primeira de que mais de três caixas foram acomodadas para cada tonelada. E a segunda, que as caixas poderiam ter menos que 20 arrobas. Por fim, acreditamos na primeira hipótese, porque os porões também poderiam ter organizações irregulares.

Em vista de toda complexidade não só dos transportes, mas também das operações, os agentes envolvidos, os tipos de arranjos entre eles, os custos, os riscos, os mecanismos de confiança, o tempo de espera, de carga e descarga nos portos etc., poderíamos considerar expressivo o volume de açúcar exportado por Salvador em 1640, ou pelo menos, daquele que sabemos ter desembarcado no Funchal. E mesmo diante da conjuntura hostil, o espaço de tempo entre os desembarques foi curto, o que significa oferta de transporte e elevada produção.

Em síntese, as informações tratadas neste capítulo reafirmam o vínculo entre a Bahia e a Ilha da Madeira, sem perder de vista a dimensão global do comércio e o impacto que as

políticas econômicas impuseram à prática dos homens de negócio. Destacamos o papel de entreposto do arquipélago como ponto de encontro inter-imperial, um espaço de circulação do comércio do açúcar e em geral, legal ou ilegal.

### **Considerações finais**

Neste capítulo analisamos os agentes envolvidos nos negócios do açúcar na cidade de Salvador – Bahia tomando como base os registros alfandegários dos livros sobre o direito do açúcar e demais gêneros do Brasil, de 1640 e 1671, considerando-os elementos centrais na articulação entre a economia local e global. Para entender as ações e limitações dos agentes foi necessário recorrer a temas relevantes desta ocupação, como o transporte, a mercadoria e os instrumentos financeiros. Não obstante, era necessário acrescentar os interesses da administração real sobre a atividade, que foi usada em certas ocasiões como instrumento de guerra contra as Províncias Rebeldes, por exemplo.

Se a economia de Salvador estava inserida na esfera global, então não poderia escapar às tensões políticas que tinham resolução entre as potências europeias, mas impactavam toda comunidade mercantil. O momento em questão foi marcado pela ameaça do corso inglês e neerlandês, este último o adversário mais persistente dos Habsburgos, sobretudo após a fundação da WIC em 1621. Desse modo, os interesses econômicos dos portugueses teriam sido afetados durante a União Dinástica (1580-1640), pela prioridade dada às disputas e guerras, impactando a diplomacia com antigos aliados no comércio como a Inglaterra, os portos do mar Báltico, além de Antuérpia e Amsterdam, que sofreram com as restrições para o desembarque na Península. Em conjunturas desfavoráveis era necessário encontrar saída para as restrições. Nesse aspecto, foi necessário cooperação entre os agentes e, segundo Christopher Ebert, resiliência.

Fazia parte do mundo dos comerciantes lidar com as tensões trans imperiais em um mundo onde sabiam circular muito bem. As suas operações dependiam não apenas da indústria naval, disponibilidade de frete e a ameaça da pirataria, mas também do desenvolvimento de dinâmicas intra grupo, como o estabelecimento de diferentes tipos de vínculos dentro e fora do grupo familiar, o estabelecimento e regimento de um código de conduta próprio e universal, além da adoção de novos instrumentos financeiros como “os papéis” cambiáveis e recambiáveis por várias praças.

O caráter cosmopolita dos homens de negócio também marcou a trajetória dos estabelecidos na Bahia, com uma peculiaridade que permitia a simultânea atuação na produção, no comércio e nas atividades financeiras, sem abrir mão da posição social no grupo aristocrático ao qual pertenciam ou aspiravam. Estas múltiplas ocupações também podem ser observadas nos atributos dos procuradores do Funchal, em que havia desde de senhores de engenho, lavradores de cana, instituições religiosas a homens do governo.

Traçamos algumas hipóteses com base nestas histórias de vida a partir de fragmentos deixados pelos agentes em outros documentos. Sabemos onde os comerciantes poderiam estar, em muitos lugares, através de correspondentes, procuradores, agentes volantes etc, mostrando que não eram apenas as mercadorias que viajavam, mas também pessoas e papéis deveriam acompanhar o ritmo dos embarques e desembarques. Às vezes os papéis poderiam viajar muito mais rápido que uma pessoa, e por isso a necessidade do envio das notícias aos correspondentes e sócios *vecinos* em outros lugares por correio, em mais de uma via, em um navio que partia antes, através de algum conhecido e outros modos de se fazer ouvir.

Utilizavam-se de espaços de posição geográfica estratégica como os pontos de encontro para os estrangeiros e abrigo das práticas legais e ilegais, os entrepostos que permitiam a comunicação rápida como as Ilhas Atlânticas com ramificações na Costa da África e os interesses na mão de obra escravizada, o acesso aos cereais da Ilha Terceira, o tecido e outros gêneros obtidos no contato com os ingleses nas Canárias, etc. Encontramos ainda a presença portuguesa continental e madeirense, na cidade de Cartagena das Índias, porto fundamental para o fluxo de metais preciosos do Reino do Peru, mercado consumidor de mão de obra que nesse momento era oferecida por portugueses, e a porta de entrada para o Novo Reino de Granada. Os residentes na Bahia reconheciam, portanto, a necessidade da ponte que os agentes do arquipélago da Madeira poderiam fazer através da mobilização da sua própria rede de contactos. O grau de interação do contato poderia variar, conforme discutiremos no capítulo seguinte, mas era parte dessa atividade diversificar os laços para ampliar, assim, as possibilidades de sucesso.

## CAPÍTULO II

### Circulação de pessoas e notícias entre o Caribe e o Brasil XVII

#### INTRODUÇÃO

Este capítulo destaca as conexões entre os espaços do Brasil e o Caribe a partir de relatos de guerra. Buscamos nos documentos consultados aqui, temas importantes da sociedade colonial, tais como: o hospital, o casamento, a guerra e a morte. Para tanto, consultamos os inventários de portugueses falecidos nas Índias de Castela, as informações das embarcações com luso-brasileiros e portugueses desembarcados no hospital de Cartagena das Índias, além de explorarmos a circulação e o impacto das notícias do Brasil holandês nas correspondências dos governadores das principais praças do mar das Caraíbas.

A idade moderna é um período marcado pela redefinição dos limites do mundo conhecido até então, que permitiu o encontro de culturas e fomentou ainda mais a curiosidade sobre o “outro”. Logo, a circulação de notícias, principalmente as narrativas de viagem, transformaram-se em um gênero literário popular. Segundo Sanjay Subrahmanyam, tratava-se de um mundo conectado, cujos eventos em escala global tinham desdobramentos sobre a vida das pessoas em cada *rincón* do planeta. Os eruditos da corte Otomana, por exemplo, consumiam notícias a respeito da conquista da América.<sup>122</sup>

No Norte da Europa, formou-se um público leitor interessado nas notícias do Atlântico, sobretudo depois da formação da West India Company - WIC (1621) e das suas incisivas campanhas em territórios ibéricos. A Holanda que tinha um papel importante como distribuidor de bens e produtos, assumiu também o posto de difusora das notícias do Novo Mundo. O consumo das notícias foi acompanhado pelos avanços técnicos da imprensa e o impressionante número de pessoas alfabetizadas.<sup>123</sup> Antes mesmo da década de 1620, os

<sup>122</sup> SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Em busca das origens da História Global**: Aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013. In: [s.l.: s.n.], 2013. *Id.*, **Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. Modern Asian Studies**, v. 31, n. 3, p. 735–762, 1997. (The Eurasian Context of Early Modern History of Mainland SouthEast Asia, 1400-1800). *Id.*, **O império asiático português 1500 - 1700: uma história política e económica**. Linda-a-Velha: DIFEL, 19. (Memória e sociedade).

<sup>123</sup> GROESEN, Michiel van. **Amsterdam 's Atlantic: print culture and the making of Dutch Brazil**.

neerlandeses já consumiam, sem tradução, publicações ibéricas sobre os avanços cartográficos e as descobertas na navegação.<sup>124</sup>

Segundo Mariana de Campos Françozo, neste período cresceu o desejo por colecionar objetos e artefatos que contassem a história das sociedades a ultramar. Nos séculos XVI e XVII, os objetos conferiam *status cosmopolita* aos colecionadores e nobres com seus gabinetes de curiosidades. Os textos, os mapas, as gravuras, as penas, os animais vivos e empalhados, tudo isso permitia a circulação e a ressignificação dos saberes das sociedades americanas nos círculos europeus, e lá ganhavam novas funções simbólicas.<sup>125</sup>

Contudo, neste capítulo interessa-nos mais a circulação e o impacto que as notícias das Índias de Portugal tiveram sobre o Caribe espanhol. Até mesmo a distância geográfica entre esses espaços era percebida de maneira diferente pelos agentes daquele século, de modo que um ataque à Baía de Todos os Santos, por exemplo, representava uma ameaça muito próxima de Cartagena das Índias, conforme relatado na carta do governador geral da cidade em 1625 (Capítulo IV).

Sendo assim, na primeira parte deste capítulo destacamos as trajetórias de vida de alguns homens do mar com ampla circulação entre a Península Ibérica, a África, o Brasil e o Caribe. Observamos como o hospital de Cartagena foi um ponto de atração, onde esses marinheiros terminavam suas viagens vitimados pelas doenças contraídas a bordo. Alguns militares da armada do Conde da Torre, por exemplo, não esperavam terminar seus dias naquela cidade, por isso não deixaram testamento pronto, obrigando as autoridades a abrirem investigação para levantar os bens do defunto. As viúvas desamparadas, quando desejavam recomeçar suas vidas em um segundo matrimônio, precisavam provar a morte do cônjuge perante a Igreja Católica.

Na segunda parte, dedicamo-nos às narrativas da guerra no Atlântico, principalmente do ponto de vista das autoridades caribenhas. A nossa hipótese é que a guerra contra os neerlandeses foi um elemento de integração entre domínios ibéricos ultramarinos. Buscamos os desdobramentos que os ataques à Bahia e o sítio a Pernambuco tiveram na correspondência dos oficiais locais, e de como impactaram efetivamente na condução dos assuntos de segurança daquelas praças. Ademais, apontamos o envolvimento direto do vice-rei de Nova Espanha no financiamento da armada derrotada do Conde da Torre, a qual

---

Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2017. (*The early modern Americas*).

<sup>124</sup> Os neerlandeses reuniam informações dos avanços ibéricos pelo menos desde a primeira metade do século XVI. FRANÇOZO, Mariana. **De Olinda a Holanda: o gabinete de curiosidades de Nassau**. Campinas, SP, Brasil: Editora Unicamp, 2014.

<sup>125</sup> *Id., Op.cit.*

tratamos no capítulo anterior.

Por fim, utilizamos como fonte as *justificações sumárias de casamentos* feitos em Portugal e os *bens dos defuntos* portugueses em Cartagena das Índias para a primeira metade do século XVII. Os documentos sobre as invasões e ameaças holandesas encontram-se nas *relações verdadeiras de sucesso* das armadas ibéricas, em correspondências da administração colonial e nos cadernos do Conde Duque de Escalona, todos para a segunda metade da centúria.

Para que o texto não ficasse repetitivo optamos por usar sinônimos para designar as Sete Províncias Unidas da República Neerlandesa, tais como “Holanda”, “Países Baixos”, “Províncias Unidas” e “neerlandeses” para seus habitantes. Em dados momentos, por empregar termos citados nos documentos ibéricos, reproduzimos alguns termos de época como “Províncias Rebeldes”. Para denominar a Bahia e os domínios dos holandeses (Recife, Olinda, Paraíba e Fortaleza), empregamos o genérico “nordeste”, apenas para facilitar a compreensão.

## **1. A morte: os enfermos no hospital e os bens de defuntos portugueses em Cartagena das Índias**

Em 1641, o então governador don Melchior de Aguilera escreveu ao rei relatando a situação dos hospitais de Cartagena das Índias. Disse que os cofres da administração não tinham dinheiro suficiente para ampliar o número de leitos dos hospitais *San Lázaro* e *Hermanos de la Capacha*. Na verdade, o “mal contágio”, como era chamada a epidemia, teria feito suas primeiras vítimas no ano anterior, quando os galeões da frota de terra firme deixaram o porto. Com o desembarque da armada portuguesa, a situação teria saído de controle, uma vez que um dos hospitais mencionados tinha a capacidade máxima de 200 camas, mas abrigava naquele momento 300 enfermos.<sup>126</sup>

Segundo Aguilera, os enfermos estavam em condições precárias, inclusive a aproximação entre os pacientes provocava um ciclo de reinfecção, colapsando o hospital, que naquele momento funcionava com o dinheiro das *limosnas*. O governador propunha então a criação de um novo anexo para os “combalecientes”, a fim de evitar a reinfecção dos 170 enfermos que se encontravam na cidade por volta de 28 de janeiro de 1641.<sup>127</sup>

Pode-se imaginar que a preocupação do governador exprimia uma retórica com objetivo de angariar recursos do soberano, tal como acontecia com as reclamações pela falta

---

<sup>126</sup> AGI. Santa Fe. Leg.40.R.3.nº.86. Ano 1641. (PARES).

<sup>127</sup> *Ibid*;

de munição e segurança da praça, a qual trataremos adiante. No entanto, um documento datado de 1678 apresenta informações de uma outra epidemia na cidade que teria levado mais de 70 pessoas ao hospital, número que por essa época era considerado elevado.<sup>128</sup> Sendo assim, os 300 leitos mencionados pelo governador parecem ser mesmo um caso de superlotação, além de risco para a cidade.

Para 1652 a situação parece não ter melhorado muito, segundo o informe do português Pedro Ferrera de Barros, marquês *de Basto, vecino de Cartagena*. Em uma de suas cartas, Barros descreveu o cenário de miséria deixado por outro "mal contágio" que vitimou cerca de 1.200 pessoas entre nobres e plebeus, com número maior entre os últimos. Além de revelar o estado de insalubridade da praça, tinha em mente obter apoio a sua causa, denunciando o sentimento antilusitano instaurado desde os eventos de 1640. Pior que a doença era a situação econômica que amargava os cartagineses, em especial os portugueses perseguidos e falidos, cujo tratamento dado poderia ser comparado aos dos turcos e mouros na Península.<sup>129</sup> O marquês acreditava que o fato de possuir origem lusa o impedia de assumir um posto na administração colonial, e sentia o peso do "*pecado original de los portugueses*"<sup>130</sup>, mas que com boa vontade tudo aquilo poderia ser superado.

O hospital de Cartagena recebia um fluxo de pessoas, que por infelicidade, terminava ali seus dias vitimados por alguma doença súbita. Em certos casos eram homens com uma trajetória de circulação ampla por muitas cidades atlânticas que nem sequer possuíam testamento.

Quando uma pessoa falecia na cidade, independente de ser residente ou não, eram feitas investigações por parte das autoridades locais para levantar o inventário dos seus bens e realizar uma busca dos familiares. Para tanto, era necessário convocar testemunhas. Enquanto o *alcaide* fazia as averiguações, os bens permaneciam sob a custódia do defensor geral dos bens de defunto. Caso não encontrasse os herdeiros eram *pregonados* em praça pública e o dinheiro era enviado à Espanha na frota seguinte.

Escolhemos os registros daqueles defuntos que tiveram passagem pelo Brasil e deixaram seus bens em Cartagena. Exploramos a mobilidade característica dos agentes dos seiscentos, com destaque a trajetória de dois militares da armada do Conde da Torre e o inventário do *tendero* Felipe Lanzarote.

Thome Matoso, natural de Lagos, chegou à cidade como capitão da frota do Conde

<sup>128</sup> AGI. Contratación. Leg. 555, nº.1, R.4. (PARES).

<sup>129</sup> AHN.Diversos-colecciones. Leg.27.nº 25. Ano 1652. (PARES).

<sup>130</sup> AHN.Diversos-colecciones. Leg.27.nº28. Ano 1653. (PARES).

da Torre e fez o seu testamento às pressas, em quatro de fevereiro de 1660, pois havia descoberto a gravidade de sua enfermidade.<sup>131</sup> De início declarou ter vindo sob as ordens de Rodrigo Lobo, mas logo depois permaneceu na cidade e fez amizade com Juan Matoso e Maria Lorena, ambos falecidos. Matoso esclareceu que havia deixado em poder de Francisco Dias, comerciante em Lisboa, o valor de 1.000 réis a razão de 4% ao ano desde maio de 1638. Tinha ainda dois cativos, um por nome Domingo Angola de doze anos “y una negrita nombrada Dorotea de la misma edad”<sup>132</sup>. Alguns de seus devedores residiam na Bahia, como o mercador Pedro Fernandes:

“(...) Y declaró que Pedro Fernández Mayo mercader vecino en la Bahía del Brasil me debe diez y seis mil reis por un conocimiento firmado de su nombre su dicha en dies y ocho de noviembre de seiscientos y treinta y nueve que esta en mi poder.” (AGI. CONTRATACIÓN. Leg.555.N.1, R4. Año 1660. (PARES).

Aparentemente, Thome Matoso não tinha intenção de ficar na cidade, conforme sugere o acordo costurado com Phelipe Peixoto Silguero, morador na *Calera Nova*, em Lisboa, com quem teria deixado uma negra de 12 ou 13 anos, em 1638, chamada Leonor Angola. O trato feito há 22 anos atrás, consistia na educação da menina em troca do trabalho que esta mesma prestaria a casa de Silguero e sua esposa.<sup>133</sup>

Um ano depois faleceu em Cartagena don. Rodrigo Lobo<sup>134</sup>, companheiro na mesma armada de Pernambuco, e responsável pela condução das averiguações do caso de sublevação de Castelo Melhor, conforme apontado no capítulo anterior. Em sua relação constam apenas 200 pesos remetidos para *caja de juzgado*, pertencentes à Real Câmara, uma vez que aquele defunto teria incorrido a graves delitos por tratar e contratar ilegalmente nas Índias de Castela.<sup>135</sup>

O terceiro caso é o de um comerciante, Felipe Lanzarote, português de nação, que viveu com os rendimentos de duas *puperias*, uma localizada embaixo da própria casa e a outra embaixo da casa do fiscal do Santo Ofício, Baltasar de La Cruz, na *calle Santo Domingo*. Era solteiro, não tinha filhos, apenas uma mãe e duas irmãs deixadas em Aveiro, Portugal. Lanzarote não deixou testamento, porque estava em processo de recuperação de certa enfermidade, confiante no tratamento recebido na casa do seu médico, lugar em que veio a óbito em abril de 1631. Como Lanzarote tinha alguns bens, foi necessário que o

<sup>131</sup> AGI. Contratación. Leg.555.N.1, R4. Ano 1660. (PARES).

<sup>132</sup> *Ibid*;

<sup>133</sup> *Ibid*;

<sup>134</sup> AGI. Contratación. Leg.669.nº.19,R3. Ano 1662. (PARES).

<sup>135</sup> *Ibid*;

defensor dos bens de defunto, Diego de Horosco, abrisse uma petição para apurar algumas informações, tais como: quem era o defunto, de onde vinha, se possuía familiares, o total em bens, qual alcance geográfico dos seus negócios, quem eram seus credores etc.<sup>136</sup>

Iniciaram as investigações sobre Lanzarote tomando os depoimentos dos empregados responsáveis pelas *puperias*, Jerônimo Mendes e Jerônima de Barros. Sob juramento Jerônima disse ter conhecimento que o defunto era natural de Aveiro, tinha mãe, apesar de não saber se viva ou morta, e que há muito tempo havia passado à Cartagena:

“(...) vino el dicho felipe lanzarote de cabo verde donde había venido de la Bahía de Brasil y que no sabe esta declarante si tuvo o no hacienda más desta ha entendido que viene pobre y que de recogio en la cassa Antonio de Olival.”(AGI. CONTRATACIÓN. Leg.531A.nº.1.R.1. Ano 1631. (PARES)

Quando perguntada sobre o estado da *pulperia*, a qual gerenciava e usava como habitação, respondeu Jeronima que estava tudo no devido lugar, exceto a cama que o proprietário teria levado até a casa do médico para realizar o tratamento. As botijas de vinho, azeite e vinagre se encontravam como Lanzarote as tinha deixado. Disse não ter sociedade na *pulperia*, porque quando o conheceu, havia três anos pouco mais ou menos, era uma mulher pobre e enferma em São Tomé e por aqueles anos havia perdido o esposo, falecido em viagem para Lisboa. Diante desta situação, Lanzarote prometeu a dita Jerônima trabalho em Cartagena, uma vez que devia dinheiro ao falecido marido por negócios feitos na Ilha, e esta seria a maneira encontrada de compensá-la.<sup>137</sup>

O segundo depoimento foi do médico Luiz Fernandes Lorde, morador da cidade. Confirmou que Felipe não deixara testamento por se tratar de uma doença muito antiga, chamada *morbegalico*<sup>138</sup>, e que há um mês, mais ou menos, tinha feito estadia na sua pousada, onde recebeu toda medicação necessária, tendo sido sua morte motivada por uma recaída inesperada. E para se livrar de qualquer acusação de negligência, disse que assim que percebeu a fragilidade do paciente chamou o padre para realizar os ritos de passagem. Felipe não resistiu e faleceu pela manhã.<sup>139</sup>

Quando perguntada sobre os negócios de Felipe, Jeronima disse que tinha um mancebo português a seu cargo na primeira *pulperia*, referindo-se a Jerônimo Mendes. Sabia

<sup>136</sup> AGI. Contratación. Leg.531A.nº.1.R.1. Ano 1631. (PARES).

<sup>137</sup> *Ibid*;

<sup>138</sup> O que conhecemos hoje por Sifilis. Há um manual de medicina interessante, em dois volumes, sobre os métodos de cura do morbo gálico. Ver em: ARRAIS, Duarte Madeira. **Methodo de conhecer, e curar o morbo gallico: primeira parte pelo Doctor Duarte Madeira Arrais.** Em Lisboa: na oficina de Lourenço de Anueres, 1642. - 2 vol. ; 4º (19 cm). Biblioteca Nacional de Portugal digital.

<sup>139</sup> AGI. Contratación. Leg.531A.nº.1.R.1. Ano 1631. (PARES).

que na mesma *tienda* um tal Bartolomeu Montero tinha tomado 400 pesos para empregar na compra de mercadorias que seriam embarcadas na frota, mas com o atraso dos galeões as mercadorias ainda estariam sob seu poder. E disse ainda que um tal Francisco de Brado o devia certa quantidade de prata, e por fim, uns mancebos aplicaram dada quantia de Felipe em negócios realizados em Havana, por intermédio de Bartolomeu Montero.<sup>140</sup>

Outras testemunhas foram ouvidas, mas ninguém parecia chegar a um consenso quanto ao total de bens do defunto. Bartolomeu Montero disse que havia mais 25 botijas de vinagre, 6 de azeite, um pouco de pescado e 12 pesos em caixa na primeira *pulperia*, e que Diego Lopes mulato tinha contraído uma dívida de 12 pesos restantes pela compra de um barco de Felipe, sendo ele declarante, o encarregado da cobrança. Lopes também foi designado a pagar quatro meses adiantados de uma dívida com o capitão Andrés de Vanquésel, a contar de primeiro de abril daquele ano.<sup>141</sup>

Aparentemente, Lanzarote encontrou uma oportunidade de prosperar seus negócios em escala regional, passando de pobre a proprietário. Segundo o testemunho de Domingo Ferreira, o comerciante chegou à cidade com os padres da Companhia de Jesus em situação de total pobreza, recebendo comida e bebida de *limosna*. Os itens listados no seu inventário mostram que Lanzarote tornou-se comerciante em escala local e até senhorio de casa de aluguel. Há registros de produtos trazidos de Lisboa, da *laguna de Maracaibo*, da Nova Espanha, Havana, sem contar nas referidas passagens por São Tomé e Brasil.<sup>142</sup>

**Tabela 2.1:** Inventário das pulperias de Felipe Lanzarote 1631

Puperia Jeronima de Barros	volume	Tipo volume	Item	Obs.
	8	botijas	azeite	
	50	maços	tabaco	
	2	itens	roupas	ropillas y dos calzones de tafeta viejo
	2	botijas	vinagre	
	2	botijas	mel	llenas

<sup>140</sup> *Ibid*;

<sup>141</sup> *Ibid*;

<sup>142</sup> *Ibid*;

	3	botijas	azeite	
	41	mudes	garbanzo <sup>143</sup>	
	1	pipas	vinho	llenas
<b>Pulperia Jeronimo Mendes</b>	1	pipas	vinho	llenas
	2,33	pipas	vinho	
	25	botijas	vinho	
	6	botijas	vinagre	
	8	botijas	azeite	
	14	botijas	vacias	
	3	botijas	mel	
	0,5	botijas	azeite	
	0,5	botijas	vinagre	
	38	itens	Panos de jabón <sup>144</sup>	
		mudes	garbanzo	
	2	itens	Papeles de alquiler <sup>145</sup>	
	5	pipas	vacias	
	13	itens	baquetelas <sup>146</sup>	pequenas

**Fonte:** AGI, Contratación, 531A, n.1, R.1. (PARES).

Os bens acima ficaram sob custódia do *alcaide ordinario*, quem deveria liquidá-los, enquanto os eventuais ingressos de transações pendentes na praça seriam remetidos à medida

---

<sup>143</sup> Leguminosa, o grão de bico. Consultado em: <https://www.rae.es/>. em 30 de novembro de 2023.

<sup>144</sup> Pode ser um tecido.

<sup>145</sup> Imóveis alugados.

<sup>146</sup> Se for uma variação da palavra “baqueta” há duas definições no dicionário: “Vara cilíndrica, geralmente de madera, con que se tocan ciertos instrumentos de percusión como el tambor o los platillos.” E a segunda: “Vara delgada y ancha en un extremo, que se introduce por el cañón de un arma de fuego para limpiarlo, o antiguamente, para compactar la pólvora, taco y proyectil antes del disparo.” Consultado em: <https://www.rae.es/>. Acesso em 30 de novembro de 2023.

que fossem identificados no período das diligências.

Os interesses do defunto se concentravam em Cuba. Domingos Ferrera atuava em nome de Lanzarote, fazendo pequenas operações que envolviam vinho, lã e frutas em Santiago de Cuba.<sup>147</sup> Já o comerciante Domingo Monteiro, tinha 4.000 pesos a seu encargo, dos quais deveria descontar 14 pipas de vinho que eram da sua própria *pulperia*, e outros 400 pesos que Bartolomeu Montero tinha levado, com ordens do próprio Felipe, para comprar gêneros da terra que também seriam vendidos em Cuba. E os 1.000 pesos restantes poderiam ser usados livremente na compra de outros produtos. Como ambos tinham o sobrenome semelhante, é possível que se tratasse de um negócio familiar.

Diego Lopes, mulato de 35 anos, que havia comprado o barco, contou que aplicou cerca de 400 reales em Cuba com o dinheiro do defunto. Ambos tinham um acordo com Lanzarote na pesca de *tortugas*, e que das 31 “cuentas de oro gorditas y un cuarton de pano berde guardados” na *pulperia* administrada por Jerônimo Mendes, metade era sua, e queria a sua parte para pagar uns 20 reales tomados de empréstimo com uma determinada mulher residente na outra “banda” da cidade.<sup>148</sup>

Em 22 de abril de 1630, o *alcaide* ordinário e o defensor dos bens de defuntos mandou prender Jeronima de Barros e Bartolomeu Montero, acusados criminalmente por ocultação dos bens. Foram até a casa da dita Jeronima e lá encontraram Maria Angola, cativa comprada 15 dias antes da morte de Lanzarote. O inventário precisou ser refeito adicionando os bens ocultados.<sup>149</sup>

A nova relação era ainda mais detalhada. Não ficaram de fora nem mesmo roupas gastas, porque tudo fazia parte do patrimônio deixado por Felipe. A ocultação era um delito grave contra a Real Fazenda, pois todos os itens vendidos pagariam impostos antes de serem entregues aos donos. Era de interesse das autoridades levantá-los, registrá-los e vendê-los.

**Tabela 2.2:** o segundo inventário da pulperia sob administração de Jeronima de Barros, 1630

---

<sup>147</sup> AGI. Contratación. Leg.531A.nº.1.R.1. Ano 1631. (PARES).

<sup>148</sup> *Ibid*;

<sup>149</sup> *Ibid*;

Vol.	Item	Observação
2	Cofrecitos	Cofrecito de carey sin guarñecer
12	Panos de nariz	
1	Pedacito gase	
1	Papel testemunho	Do secretário da chancelaria do Brasil
	Meias de algodão	
4	Panuellos de nariz	Nuevos
1	Caxa	De Flandres
5	Alfinetes de plata	
1	Zarcillos de oro <sup>150</sup>	Oro com piedras coloradas y fue perlidas por punzantes
1	Bolsita de damas	Que foi de reliquia
1	Maletita	De seda carmesí y tres o quattro destas de hilo blanco
1	Papel	Con 4 botoncillos de plata y tres de medios reales
1	Botija de oro	Con una piedra verde
1	Totuna	Tenía dentro lo siguiente un papel que tenía detalles de plata y dos sortijas de plata y una ropita de niño jesus de plata y un zarcillo de cristo com otros tres añitos de oro
5	Panuellos de nariz	
1	Tocador <sup>151</sup>	Lavrado de color azul
2	Pares de meia	De llana de color
5	Camisas de mujer	Raidas
4	Camisas de hombre	Raidas
16	Servilletas	Traidas
5	Panos de mano	
1	Liensso viscaino	De una vara
2	Sabana	
1,5	Pano Amarillo	Una vara e media

<sup>150</sup> Um pendiente ou arete (brinco). Consultado em: <https://www.rae.es/> (30 de novembro de 2023).

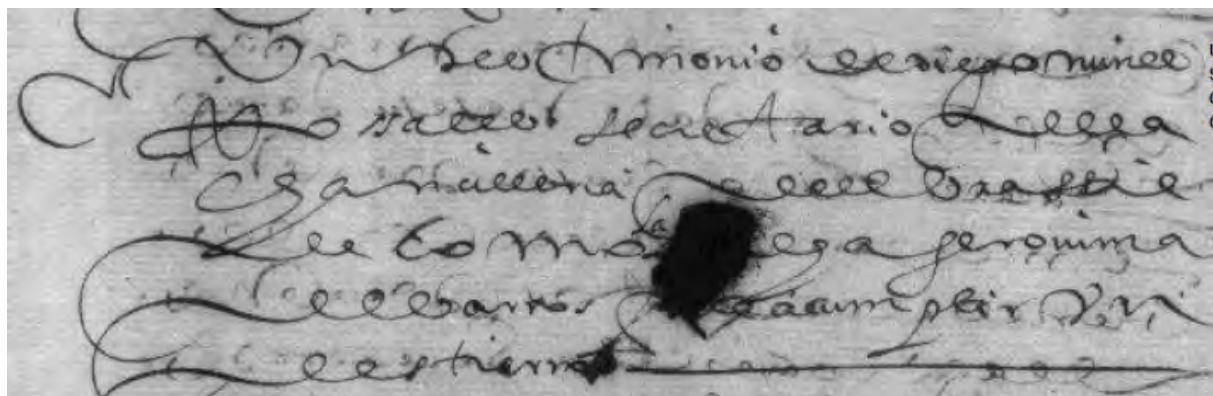
<sup>151</sup>“Mueble, por lo común en forma de mesa, con espejo y otros utensilios, para el peinado y aseo de una persona”. <https://www.rae.es/>. Acesso em: 30 de noviembre de 2023.

2	Cortes de camisas	De lienzo
1	Gasa	Vara
2	Papeles de alquiler	
	Alfinetes de mujer	
1	Almohada	
1	Colchon	
1	Maderico	

Fonte: AGI, Contratación, 531A, n.1, R.1. (PARES).

Havia na loja uma caixinha com objetos pessoais, dentre eles um papel de “testemunho” de Diego Nunes, secretário da chancelaria do Brasil, informando que Jeronima de Barros era na verdade uma desterrada de Portugal. Sendo assim, observamos que tanto Jeronima quanto Lanzarote viveram períodos de suas vidas circulando entre Brasil e África. No caso de Jerônima, estabelecer-se em Cartagena não era uma opção, mas uma falta de alternativa, visto que depois da morte do seu esposo teria caído na miséria e estaria desamparada, precisando aceitar a proposta de Lanzarote.

**Imagen 2.1:** Parte do inventário de Felipe Lanzarote (1631) com menção ao desterro de Jeronima de Barros, no Brasil



Fonte: AGI, CONTRATACIÓN, 531A, n.1, R.1. (PARES).

Bartolomeu Montero, acusado de atentar contra o patrimônio do falecido, teria sacado dinheiro da loja, sem autorização, para aplicar na compra de seis *botijas* de mel e 19 maços

de tabaco. O defensor dos *bienes* deu ordens para vender os produtos e com o valor arrecadado quitar as despesas com fretes dos agentes em Cuba. Domingo Ferrera aproveitou para arrematar algumas miudezas, seis *botijas* (no valor de 14,5 *reales* cada) e 19 maços de tabaco (1,5 reales cada). Tudo isso seria depositado como adicional na conta do falecido.

**Tabela 2.3:** Arremate dos bens de Felipe Lanzarote

Arremate pulperia Jeronimo Mendes	Vol	Item	Valor pesos	Valor reales	Obs item	Arrematador
	1	Pipa vino llena	100		8 dias para pagar. Fiador Domingo Montero	Jeronimo Mendes
	1	Pipa vino	21		una tercia y dos dedos vino	Alonso Nunos
	8,5	Botijas azeite	4,5		a arroba	Domingo Montero
		Botijas vinagre	2			Domingo Montero
	3	Botijas miel		6	y un poco que tiene em outra	Jeronimo Mendes
		Garbanzos		12		Jeronimo Mendes
	2	Papeles alquiler	0,5			Jeronimo Mendes
	1	Par de jabon		12		Jeronimo Mendes
	3	Velas	9			Joseph de Leyba
	5	Pipas vacias		50		Domingo Montero

<b>Arremate pulperia Geronima Barros</b>					
	1	Pipa vino	100		Juan de Carnero
	7	Pipa vino	28	una tercia vino	Juan de Carnero
	11	Botijas azeite	5	5 pesos la arroba	Juan de Carnero
	2	Pipas vacias		20	Juan de Carnero
	50	Maços tabaco		18,5 Tabaco de Cuba	Juan de Carnero
	2	Botijas miel	2		Juan de Carnero
	2	Botijas vinagre	2		Juan de Carnero
		Garbanzos	1,5		Juan de Carnero
		Maria Angola	340		Juan Guisano
<b>Arremate em praça pública MAIO 1630</b>					
	4	Camisas	3	Camisas viejas	Juan Guissamo
		Ropillas	5	Ropilas y dos cauciones viejos	Pedro Fernandes
	1	Caja cedro	3,5	Caja de cedro mediana	Diego Marques alferes
<b>Arremate bens da residência Lanzarote</b>					
	1	Sombrero	21		Francisco Vasques

	1	Cintillo de oro	16		Cintillo de oro de piezas menudas	Licenciado Flores medico
		Ropillas	12		Un vestido, calsson, ropilla y revestidos de zergueta y un viejo	Bernabe Seneses platero
	1	Colchon		26	Viejo	Martin Velasco
	1	Cama de biento	2			Alonso Fuente
	4	Sabanas			Dos sabanas y dos almonadas viejas una com lana y outra sin	Limosna a los padres

**Fonte:** AGI, Contratación, 531A, n.1, R.1. (PARES).

A trajetória de Lanzarote exemplifica o sonho do imigrante nas Américas do século XVII. Da pobreza, que ocasionava a circulação por vários espaços atlânticos em busca de oportunidades, até alcançar o sucesso em alguma empresa colonial. Sua relação com seus funcionários e agentes encarregados de seus negócios, mostra como era o funcionamento das redes de solidariedade entre os comerciantes e seus familiares, conforme a trajetória de vida de uma mulher desterrada que encontrou em outra cidade uma ocupação que lhe permitiu seguir em frente.

## 2. O matrimônio: as justificações sumárias de casamento (1610-1620)

As viúvas com intenção de contrair novo matrimônio precisavam antes de tudo de uma autorização por parte da Igreja, que realizava a investigação para confirmar a morte do primeiro cônjuge, dando origem às justificações sumárias de casamento. Era uma investigação para saber se ambas as partes, a viúva e o novo pretendente, não tinham impedimentos para realização dos votos perante Deus e os homens. Para isso, eram chamadas testemunhas para dar fé a respeito das circunstâncias envolvendo o desaparecimento do

antigo companheiro.<sup>152</sup>

Tanto os maridos quanto às testemunhas que consultamos para esta investigação, eram homens do mar que passavam temporadas entre o Caribe, as Ilhas Atlânticas, a costa da África e o Brasil. Em geral, as menções ao tempo eram imprecisas, porque suas memórias estavam mais marcadas pelos nomes das embarcações e dos portos que pelos meses e anos. Uma outra armadilha da memória, era o compartilhamento de lembranças que não sabiam ao certo durante o depoimento, se eram suas ou dos companheiros. Poderiam ser de conversas ou cartas trocadas em certas circunstâncias. Não sabemos, porém, se a imprecisão da memória humana compromete a veracidade do depoimento. Seja como for, nosso interesse são os lugares em que circularam os marinheiros.<sup>153</sup>

Em 23 de agosto de 1614, a viúva Ana da Silva e Antonio de Carvalho, residentes na freguesia de Santos O'Velho em Lisboa, tinham interesse em provar a morte de Thome Gonçalves. O marido de Ana teria embarcado há nove anos com destino a Cartagena em uma nau chamada *Almirante da Prata*, que naufragou em Havana por causa de um furacão.<sup>154</sup>

A primeira testemunha foi Domingos Afonso, contramestre da Carreira da Índia do Brasil, morador da vila de Matosinhos, vindo na ocasião diretamente da Paraíba na caravela “N. S Conceição”. Fez juramento sobre os santos evangelhos e confirmou conhecer o antigo casal Ana da Silva e Thome Gonçalves. Disse que esteve na companhia de Gonçalves durante nove ou 10 anos, embarcados em uma frota que fazia o trajeto Cartagena-Havana e que em certo momento a testemunha decidiu trocar de barco. Aqueles que ficaram na “almirante” não tiveram um bom destino, pois a embarcação naufragou durante um furacão no Caribe, e soube da morte de Gonçalves pela boca de um amigo no Brasil.<sup>155</sup>

A segunda testemunha era Antônio Afonso, marinheiro de 52 anos, que confirmou que Gonçalves embarcou na dita nau de Cartagena para Havana nove anos atrás, e que a embarcação foi tomada pelas águas, sendo ele próprio sobrevivente. Já a última testemunha do caso, João Meguara, morador nas Índias de 40 anos, confirmou as versões anteriores.

Todavia, não era necessário ouvir várias testemunhas para que a justificação fosse aceita. Para o futuro casal Antonio Teixeira e Maria Dias, bastou apenas a palavra de Fernão Vasques sobre o finado esposo Gaspar Fernandes. Maria Dias não sabia exatamente o tempo de ausência, se eram 15 ou 16 anos. A única certeza era que a morte ocorreu em Cartagena.<sup>156</sup>

<sup>152</sup> ANTT. Câmara Eclesiástica de Lisboa, Sumários Matrimoniais, mç. 546, proc. n° 47, mç. 558, proc. n° 182, mç. 567, proc. n° 22, mç. 563, proc. n° 154, mç. 544, proc. n° 18, mç. 569, proc. n° 38 e mç. 569, proc. n° 213.

<sup>153</sup> *Ibid.*

<sup>154</sup> Câmara Eclesiástica de Lisboa, Sumários Matrimoniais, mç. 546, proc. n.º 47

<sup>155</sup> *Ibid.*

<sup>156</sup> Câmara Eclesiástica de Lisboa, Sumários Matrimoniais, mç. 558, proc. n.º 182.

Fernão Vasques era um soldado castelhano da guarda real em Salamanca, que disse ter conhecido o dito Gaspar somente de “vista” em 1619, quando ambos tomaram uma urca de Castela rumo a Cartagena. Na viagem Gaspar caiu “doente do mar” e após o desembarque foi rapidamente levado ao hospital local, onde ficou por 24 dias antes de falecer. Vasques assim que tomou conhecimento veio ao reino informar a viúva. Sendo assim, Fernão era a única testemunha tanto perante a igreja, quanto para a viúva.<sup>157</sup>

Enquanto Maria Dias esperou 15 anos para realizar um segundo matrimônio, Catarina de Páscoa, de Santa Catarina de Monte Sinai, em Lisboa, esperou apenas 15 meses para fazer os votos com o italiano João Batista de Âncora. Aparentemente, a pressa em fazer “correr os pregos” se devia ao regresso do italiano à Nápoles na Armada de D. Fradique (futuro restaurador da Bahia em 1625) que se encontrava às vésperas da partida.<sup>158</sup>

A petição de 21 de abril de 1619 só foi finalizada em 24 de novembro de 1621, pois foram exigidas investigações sobre a vida pregressa de João Âncora, pois queriam saber se era realmente solteiro em Nápoles ou se já havia se casado alguma vez. Testemunhas foram ouvidas de ambos os lados para que a Igreja não cometesse o erro de formar um casal de bígamos.

Andres Manoel, de 35 anos, marinheiro da armada portuguesa e morador na “rua do sol”, confirmou conhecer João Batista de Âncora. Disse que deixou a Itália para viver naquelas bandas havia 20 anos e garantiu que era homem desimpedido, que na sua opinião era maldade a difamação que corria na cidade de que Catarina Páscoa era mulher de viver em pecado. Enquanto isso, João Âncora queixava-se da tardança no andamento da petição, visto que a hora da partida se aproximava, e por ser o mar perigoso, corria o risco de Páscoa ficar viúva antes mesmo de casar pela segunda vez.

A segunda testemunha foi Peters Cruiz Filen, morador na cidade de São Paulo de 70 anos, o qual conhecia o italiano desde Nápoles, onde nasceram. Falou pouco, disse que queriam se casar, e não havia mais tempo a perder, porque João Batista embarcaria logo na Armada. Essa queixa sugere uma crença no matrimônio para acertar a vida na religião por medo de morrer em pecado.

Da parte de Catarina de Páscoa, se apresentou como testemunha Francisco Lopes, soldado da companhia de don Fernando Altamirano, morador em Lisboa na “rua da metade” de 24 anos. Ele não tinha certeza se o homem que conheceu em Cartagena era o mesmo António João, marido de Catarina, mas arriscou uma descrição. Contou que estando no

<sup>157</sup> *Ibid.*

<sup>158</sup> Câmara Eclesiástica de Lisboa, Sumários Matrimoniais, mç. 567, proc. n.º 22.

hospital de Cartagena para visitar um amigo, viu um homem entre 30 e 34 anos, de bigode preto e estatura mediana, que se encontrava enfermo de “câmara”, e declarou estar casado em Lisboa. Dias depois, quando a testemunha voltou ao hospital para saber notícias do mesmo amigo a quem visitava, descobriu que tinha falecido o tal Antônio João.

Se apresentou ainda como testemunha, Francisco Roiz, marinheiro, de 32 anos, morador na “rua da Atalaia”, e declarou conhecer Catarina enquanto estava casada com Antônio João, mas não sabia ao certo de que nação era ele, pois falava tanto em espanhol quanto em português. Ambos viajaram na armada real, mas devido a uma enfermidade terminaram no hospital de Cartagena, embora Antônio João estivesse em pior estado, desembarcando quase morto. Segundo Roiz, Antônio João era de aparência de 26 anos, moreno, baixo e de barba negra (divergindo da descrição feita por Francisco Lopes). Quando a testemunha ficou curada, buscou informações sobre Antônio João, mas lhe disseram que já havia sido sepultado na cidade.

Para defender-se das difamações, Catarina apresentou evidências do casamento realizado na Igreja de Santa Catarina, nove anos atrás, e falou do seu sofrimento quando soube da notícia de falecimento, e que nos meses seguintes não esteve com ninguém e nunca saiu de Lisboa.

Na justificação de Paula de Oliveira para realizar um novo enlace com Pedro de Freitas, encontramos relatos de deslocamentos entre a Península Ibérica, África, Brasil e Caribe. Paula de Oliveira, de Lisboa, teria feito vida de casada durante três anos com Salvador André Castelhano, e há nove anos tinha se despedido dele numa embarcação com destino a Angola, de onde teria passado a Cartagena e lá findado os seus dias. A viúva recebeu a notícia por carta e desde então não se juntou a homem algum.<sup>159</sup>

A sua versão foi confirmada por cinco testemunhas. A primeira delas era Pedro Freitas, marinheiro experimentado que antes de atingir a maioridade já tinha feito viagem para o Brasil. Nos últimos dois anos residia em Lisboa, apesar de continuar entre idas e vindas. A segunda testemunha, Salvador André, homem do mar, jurou sobre os evangelhos que Salvador Castelhano tinha falecido. O terceiro, Manoel Dias, morador de Cosme Velho, marinheiro, 48 anos, que fez sua vida na rota para o Brasil, disse tê-lo conhecido quando viveu em Lisboa. Andres Esteves, 60 anos, marinheiro “sem passageiros” entre Lisboa e o Brasil, que se dedicava a esta ocupação nos últimos 10 anos, conhecia o casal há pelo menos seis. Por fim, Miguel Glz, atuava no mesmo circuito há pelo menos seis anos, e conhecia o

---

<sup>159</sup> Câmara Eclesiástica de Lisboa, Sumários Matrimoniais, mç. 544 (2), proc. 180.

casal há três, confirmou que o dito marido veio a óbito em Cartagena. Aparentemente, era de amplo conhecimento entre os marinheiros a perda desse companheiro. Manoel André, grumete, morador de São Cosme Velho, que fazia vida nas Índias Ocidentais havia três anos, sendo ele de apenas 19 anos de idade, todos tinham, portanto, conhecimento da perda de Paula, pois reconheciam o enfermo no porto daquela cidade.<sup>160</sup>

Além das viúvas, os estrangeiros que quisessem se casar em Portugal também deveriam comprovar que eram desimpedidos perante a Igreja. É o caso de Simão Rodrigues, morador de Lisboa, natural de Cartagena das Índias, que pretendia casar-se com Madalena de Oliveira, também de Lisboa, em 12 de abril de 1622. Na petição, o noivo disse ter migrado para Portugal há cerca de sete anos, de modo que não poderia ser casado nas Índias. Independente do seu argumento, foi mandado vir testemunhas de Cartagena para responder às seguintes questões: ele sempre viveu no reino ou em dado período viajou para outras partes? Se viajou para onde e quando? Certamente, o objetivo era obter garantias mínimas de que Simão não era casado em outros lugares, que não tinha família nas Índias.<sup>161</sup>

Dessa forma, os candidatos ao novo matrimônio dependiam diretamente das notícias dos ocorridos nas Índias para prosseguirem com suas vidas. A circulação de testemunhas e correspondências evidenciam a interação frequente entre os espaços da Península, África, Brasil e Caribe. Os grupos dos marinheiros, mercadores e militares foram sem dúvida dotados de mobilidade extraordinária na sociedade colonial, no entanto, o vínculo com o hospital de Cartagena não é evidente à primeira vista. Seria, talvez, o hospital um lugar de referência para o tratamento dos problemas que acometiam os homens nas travessias atlânticas, como as epidemias?

Seja como for, o mundo colonial era simultaneamente muito perto e muito longe dos olhos da Igreja. Era muito perto porque desde os processos de colonização a Igreja se fez presente sendo um dos braços das monarquias ibéricas. No entanto, a circulação de pessoas por entre os espaços ultramarinos pode ser vista como um desafio à fé cristã, sendo as justificações sumárias de casamento um mecanismo para inibir os desvios morais e heréticos. Não era segredo que muitos homens e mulheres eram acusados de bigamia, alguns varões poderiam até mesmo contrair casamento ou concubinato em outras partes das Índias Ocidentais.<sup>162</sup>

---

<sup>160</sup> *Ibid*;

<sup>161</sup> Câmara Eclesiástica de Lisboa, Sumários matrimoniais, mç. 569, proc. 213

<sup>162</sup> Recentemente foi lançado um livro que aborda um caso interessante de bigamia que levou a escrava Páscoa Vieira a responder um longo processo na corte de Lisboa no século XVII, o que mostra que o desvio da fé cristã não era tolerado em nenhum estrato social. Ver em: CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. **Páscoa Vieira, uma escrava perseguida pela Inquisição.** 1<sup>a</sup> Ed. S.l: Bazar do Tempo, 2020.

Estes documentos retratam as preocupações e os impactos da guerra sobre as famílias. As viúvas eram deixadas à própria sorte em um mundo onde não se aceitava uma mulher em pecado. A aflição de Páscoa, que corria o risco novamente de ser difamada, caso a armada de don Fradique de Toledo saísse em campanha para expulsão dos neerlandeses na Bahia, antes do casamento ser realizado.

### **3. A guerra: a ameaça holandesa como elemento de integração entre o Brasil e o Caribe (1630-1640)**

Nas décadas de 1630-40, o Brasil tornou-se uma das preocupações dos governadores do mar dos Caraíbas. A província de Pernambuco, tomada pelos holandeses em 1630, tinha se transformado em um reduto protestante do ponto de vista religioso,<sup>163</sup> Na perspectiva política significava um risco à segurança da navegação e das principais praças em todo Atlântico. O porto de Recife oferecia todas as condições de infraestrutura e recursos naturais, como água potável e alimentos, para abrigar as embarcações vindas das Províncias Unidas por um período de longa instância. Inclusive, a ideia de obter uma colônia para servir de proteção naval e mercado consumidor foi um dos argumentos usados na propaganda para angariar fundos para criação da Companhia.

A West Indian Company (WIC) foi criada em um momento delicado da economia mundial, em meio a uma crise que se estendeu de 1621-1647.<sup>164</sup> A economia holandesa passava por um período de estagnação, buscando uma nova posição no comércio mundial depois do fim da trégua com a Espanha e o retorno dos embargos de Filipe IV (1621-1665). A proibição de ancorar qualquer navio de origem holandesa em portos ibéricos fez declinar o comércio de grãos entre a Península e o Báltico, cuja primazia era dos neerlandeses. Diante disso, voltaram sua atenção para as Índias Ocidentais tirando do papel o projeto da WIC.<sup>165</sup> Nos primeiros anos a Companhia amargou alguns fracassos, mas em 1625 a união das armas ibéricas conquistaram a Bahia, conforme observamos no relato de Bustamante. No mesmo ano foram afugentados de Porto Rico, do Amazonas e de Elmira, zona de influência portuguesa na Guiné.<sup>166</sup>

---

<sup>163</sup> O único assentamento protestante na América do Sul, o que empolgava a opinião popular daqueles grupos mais engajados no debate moral na República Holandesa, estes apoiavam a empresa da WIC no Brasil como uma missão religiosa. GROESEN, 2017.

<sup>164</sup> O capital inicial para criação da companhia foi levantado sobretudo nas câmaras das cidades do interior que não tinham ligação com os assuntos do mar, cuja motivação era principalmente o tema religioso. ISRAEL, Jonathan I. **Dutch primacy in world trade, 1585 - 1740**. Reprint. Oxford: Clarendon Press, 2002. p. 158.

<sup>165</sup> ISRAEL, 2002.

<sup>166</sup> *Id. Op. Cit. Passim.*

No entanto, não se deve subestimar o poder de dano da Companhia apesar dos insucessos, nos primeiros treze anos de funcionamento teriam capturado cerca de 547 embarcações ibéricas. O grande sucesso viria em 1628 com a captura de uma embarcação com metais preciosos da frota de Nova Espanha, na costa cubana. Todos os planos da empresa foram compensados com a conquista de Recife e Olinda, sobretudo entre 1637-1644, período do apogeu do Brasil holandês. Na década de 1640, com o domínio da Costa Africana e o controle do tráfico de escravos, os planos da WIC pareciam ir de vento em polpa.

As campanhas no Atlântico eram acompanhadas pela opinião pública urbana em Amsterdam, que além de um porto redistribuidor de mercadorias e matérias primas, foi ainda um centro de difusão das informações por toda a Europa. As Províncias Unidas reuniram condições favoráveis para manter esse interesse, tais como os avanços tecnológicos da imprensa, a liberdade de opinião que atraía pensadores livres e o maior público letrado da Europa. Segundo Michael Van Groesen, os informes de guerras, relatos e boletins de notícias circularam mais que o pau brasil e o açúcar, converteram-se em força propulsora na construção do mundo Atlântico.<sup>167</sup> Para o autor, acompanhar as manchetes do além mar representava a extensão do conflito e a rivalidade contra o Império dos Habsburgo, as manchetes mais frequentes eram sobre o Caribe, Elmira e o conflito no Brasil.

A boaventura dos holandeses impactava na condução dos assuntos administrativos, políticos e econômicos no Caribe. Nas correspondências eram comuns as queixas sobre a presença de corsários no mar dos Caraíbas, algumas mencionaram ataques reais e outras não passavam de pânico e especulações. Havia rumores de uma suposta colaboração entre luso-brasileiros e os holandeses para atacar as Índias de Castela, sobretudo no pós Restauração de Portugal, quando foram firmados acordos de paz entre ambos. A campanha contra os sefarditas teve início na década de 1630 e ganhou força em 1640, culminando em perseguições e interrogatórios inquisitoriais cujo alvo eram os cristãos novos e a suposta participação na confraria da Holanda.<sup>168</sup>

Segundo Stuart Schwartz, toda a histeria nas Índias Espanholas repousava em um conjunto de fatores: nos rumores de associação entre portugueses rebeldes e os inimigos neerlandeses; na fragilidade na segurança das possessões de Castela e no grande contingente

---

<sup>167</sup> GROESEN, 2017.

<sup>168</sup> Nas prisões e arrastos de bens da década 1630 em Cartagena das Índias, não faltaram referências a sefarditas que teriam que teriam aportado para a WIC, contribuindo assim para o financiamento da tomada de Pernambuco. Ver em: FRANÇOZO, 2014. e também: NAVARRETE, María Cristina. **La diáspora judeoconversa en Colombia, siglos XVI y XVII: incertidumbres de su arribo, establecimiento y persecución.** 1. ed. Cali: Universidad del Valle, 2010. (Colección Ciencias sociales).

de estrangeiros residentes nas Índias dos quais a coroa não tinha controle.<sup>169</sup>

O governador de Cuba, Don Álvaro de Luna Sarmiento (1639-1647), acusou abertamente os portugueses de colaborarem com os invasores em 1642, nas suas palavras, “con las paces que tiene sentadas con Portugal y no tener en qué ocupar sus armas en aquellos Estados trata de emplearlas en las Indias, y en particular ocupar esta placa, como la más importante.”<sup>170</sup> O governador relatava ainda o prejuízo sofrido na Ilha diante dos saques, devastações das criações e plantações, além do rapto de moradores.

Em muitos casos as notícias do que acontecia ao sul do continente chegavam ao Caribe por meio de prisioneiros fugitivos e pessoas sequestradas, que depois de certo tempo, eram abandonadas em alguma praia. Estas eram usadas como mensageiros entre os governadores-gerais e os corsários, como veremos a seguir.

A preocupação das autoridades caribenhas com o que acontecia ao sul do continente não era nova. Em 19 de julho o *cabildo* de Cartagena reportou o ataque à Bahia de Todos os Santos, na carta diziam ter conhecimento de que os holandeses tinham reunido 35 *bajeles*<sup>171</sup> para tomar e saquear o porto de Salvador. Diziam ter muito medo de que a proximidade entre a Bahia e Cartagena os encorajasse a realizar uma nova incursão, pois eram apenas 20 dias de viagem até aquelas costas. O conteúdo da carta chamava atenção para a importância daquele porto na economia colonial, e portanto, para a necessidade de defendê-lo para que não se tornasse um alvo fácil, uma vez que encontravam-se desprevenidos, desprotegidos e sem condição de oferecer resistência.

“(...) esta ciudad se halla esta falta grande de artillería y municiones y la muralla por acabar por no a se continuado la fabria Vm<sup>a</sup>d se sirva atendiendo a esta ciudad es de las importantes plaças de puertos de mar de las yndias (...)” ( AGI. Santa Fe. Leg.63. nº.52.. Ano 1624. (PARES).

Não podemos deixar de considerar a possibilidade de que as autoridades tivessem exagerando no tom dos apelos para angariar mais recursos da Real Fazenda, conforme observamos adiante (no capítulo IV), quando os soldados do presídio de Cartagena denunciaram o governador Aguilera de desviar os recursos destinados para a guerra de Santa

<sup>169</sup> SCHWARTZ, Stuart B. *Panic in the Indies: The Portuguese threat to the Spanish empire, 1640–50*. Colonial Latin American Review, v. 2, n. 1–2, 1993. p.172.

<sup>170</sup> WRIGHT, I. A.; VAN DAM, C. F. A. (Orgs.). *Nederlandsche zeevaarders op de eilanden in de Caraïbische zee en aan de kust van Columbia en Venezuela gedurende de jaren 1621-1648: Documenten hoofdzakelijk uit het Archivo general de Indias te Sevilla*. [s.l.]: Kemink en zoon, 1935. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=ygIBAAAAYAAJ>>.. “Don Alvaro de Luna Sarmiento ann Blas de Pedroso”, Havana, 1 februari, 1642. p.48.

<sup>171</sup> AGI. Santa Fe. Leg.63. nº.52.. Ano 1624. (PARES).

Catalina em benefício próprio.

Para além dos interesses secundários, os eventos ocorridos nos anos seguintes confirmaram a efetiva preocupação das autoridades, tais como as incursões à Tortuga (1635), a batalha Pan Cabañas, à noroeste de Cuba (1638), os acontecimentos em Havana (1639), a invasão da lagoa do Maracaibo (1640-41) e em Santo Domingo (1640).<sup>172</sup>

Francisco de Tajagrano e Diego Nuñez de Peralta escreveram em 1640, relatando as tentativas de expulsão dos holandeses e franceses de Tortuga, apontaram os estragos feitos e sublinharam a importância da criação de uma força conjunta entre os presídios do Caribe para enfrentar os estrangeiros. De Santo Domingo tinham recebido o reforço de cerca de 50 homens e algumas *facciones* para enfrentar o famoso corsário *Pie de Palo*, responsável por disseminar o terror no caribe na década 1630.

“(...) se apoderaron de la dicha ysla y que su fuerza --- que se componía de seis piezas de fierro colado--- y de las refriegas y encuentros que tuvieron, y que mataron ciento y noventa y cinco hombres y tomaron treinta y nueve a prisión--- inclusos en ellos tres mujeres ---, sin más presa que las dichas seis piezas y algunos mosquetes y arcabuces y otras cosas de tan poca consideración como consta de la relación de todo remitimos entonces y ahora lo volvemos a hacer con esta.” (WRIGHT; VAN DAN Orgs. 1935.p.65)<sup>173</sup>

Antes da vitória final das *facções* enviadas a Tortuga, *Pie de Palo* realizou mais uma tentativa de povoar a Ilha em 1636. Na ocasião capturou um navio com doze peças de artilharia e 97 escravos, avaliados em mais de 40.000 ducados. Em um ato desesperado para retomar o controle do arquipélago, Don Juan de Barga reuniu cerca de 60 homens para destruir as próprias lavouras e retirar os escravos que trabalhavam nelas, com objetivo de deixar o inimigo sem suprimentos e mão de obra.

*Pie de Palo*, era na verdade o almirante Cornelis Jol, uma figura bastante conhecida pelas vitórias sobre os portugueses na África, como as fortalezas de Benguela, São Tomé e Luanda.<sup>174</sup> *Pie de Palo* protagonizou junto com o almirante Carlos de Ibarra a batalha de *Pan Cabañas* na costa de *La Habana* em 1638. Ibarra era o responsável pela frota de Tierra Firme naquele ano, e teria saído em 20 de abril do porto de Cádiz em direção à Cartagena das Índias. Em 28 de abril quando já se encontrava na cidade foi surpreendido pela notícia de que os holandeses planejavam um ataque contra a frota, graças aos espiões que Filipe IV

<sup>172</sup> WRIGHT; VAN DAN (Orgs.), 1935. *Passim*.

<sup>173</sup> “Francisco de Tajagrano en Diego Nuñez de Peralta” aan de Kroon, Santo Domingo, 24 jul 1640. *Id. Op.Cit.* p.65.

<sup>174</sup> GROESEN, 2017. p. 103.

mantinha em Flandres, o almirante não foi pego de surpresa.<sup>175</sup>

A armada holandesa tomou a decisão de espreitar os galeões de Ibarra durante o trajeto para o Brasil, onde estavam *Pie de Palo* e um capitão de origem pernambucana a cargo de um comboio de 14 embarcações. O objetivo inicial deste comboio era buscar reforço para a conquista em Pernambuco, mas durante uma escala no Caribe decidiram aproveitar a oportunidade, pois tinham informação que a frota de Ibarra era composta de sete embarcações, sendo a maioria galeões e não navios de guerra. O caráter de improviso dessa mudança de planos fica evidente na desobediência com que alguns tripulantes responderam ao general, “los dichos capitanes se inquietaron diciendo no traían orden de pelear (...)<sup>176</sup> , porém os descontentes foram presos sob acusação de covardia.

O confronto foi deflagrado em agosto no noroeste de La Habana, a primeira disputa levou aproximadamente duas horas, já a segunda o tempo dobrou, obrigando o general da *Almiranta*, *Pie de Palo*, a se retirar após sofrer duras perdas. O relato de Sancho de Urdanivia, um dos capitães de infantaria de Ibarra, é bastante detalhista, em suas palavras:

“(...) [embarcações holandesas] navegando tão perto da minha proa que ataquei com todos os tiros de mosquete e canhões à minha disposição (...) foram tão barrados que não puderam alcançar o navio do nosso vice-almirante. Lutei com eles duas horas que a batalha terá durado. E um deles quebrou meu gurupês e danificou o casco do meu navio. Com isso, o inimigo se retirou. Mas depois de um tempo ele atacou nossa armada novamente. E como soubemos depois dos prisioneiros de guerra que ele colocou nesta Ilha, foi porque ele soube naquele momento que seu vice-almirante havia sido morto. Ele baixou a bandeira, convocou um conselho de guerra e escolheu outro. Isso e a demissão de alguns de seus capitães, que se comportaram covardemente, tomaram o resto do dia. (...)(WRIGHT; VAN DAN. Orgs., 1935.p.49)<sup>177</sup>

Aparentemente o confronto não terminou naquelas horas. Três dias depois retornaram com outros 12 navios, “(...) Todos os doze vieram até mim e brigaram comigo durante as quatro ou cinco horas que durou o encontro (...)<sup>178</sup> Ainda segundo Urdanivia, a frota do

<sup>175</sup> RAULT, Didier. **La información y su manipulación en las relaciones de sucesos. Encuesta sobre dos relatos de batallas navales entre españoles y holandeses (1638).** In. *Critión*. n. 86, 2002. p. 97–115.

<sup>176</sup> A Transcrição das relações verdadeiras estão nos anexos do texto citado, ver em RAULT, 2002. A batalha de Santa Catalina foi bem documentada, se encontram em: 1) a “Relación verdadera de la refriega que tuvieron nuestros galeones de la plata, en el Cabo de San Antón, con catorce navíos de holanda, de que era general Pie de Palo, y de la vitoria que de ellos alcanzaron, sucedido en el mes de agosto pasado de este presente año de mil seiscientos y treinta y ocho.” Biblioteca Nacional, Madrid, MSS 2369 f. 80-81; 2) AHN. Diversos-colecciones, 26, N.79 (PARES); 3) A “Muerte de Pie de Palo. Segunda relación, y muy copiosa, de una carta que envió el señor Duque de Medina a la Contratación [sic] de Sevilla”. Biblioteca Nacional, Madrid, V.E. 66/41. e também 4) Catálogo de la colección de documentos de Vargas Ponce que posee el Museo Naval. Madrid, Museo Naval, 1979. Tomo 4. Leg.11. XIII. p.189-204.

<sup>177</sup> WRIGHT; VAN DAN (Orgs.), 1935. Documento nº 73: Sancho de Urdanivia AAN de Kroon, Havana, 15 novembro 1638. p.49. [Tradução nossa].

<sup>178</sup> *Id. Op.Cit;* p.50.

inimigo tinha a bordo 150 prisioneiros de guerra, que informaram sobre o que traziam no barco, cerca de 44 canhões a bordo, 60 soldados de infantaria e 200 homens ao todo. O barco do vice-almirante tinha 42 “peças” de artilharia. Outros três navios, não identificados, estavam equipados com três fileiras de canhões e quarenta soldados de infantaria cada. Os demais com 26 e 28 canhões cada.<sup>179</sup> A frota de Ibarra foi obrigada a “invernar” em Havana, onde esperava que outras frotas chegassem e ajudassem na escolta até a Península, enquanto um dos barcos holandeses, com sobreviventes, naufragou quase chegando ao porto de Sanlúcar, sendo resgatados pelo capitão inglês Duque de Medina Sidonia.<sup>180</sup>

O corpo documental que observamos apresenta o caráter apologético, com a descrição detalhada dos confrontos e abundância de números, datas, relações dos homens envolvidos, o número de munições, a duração do confronto em dias, etc. Esses números, que têm a função de reforçar as narrativas construídas em torno dos eventos, poderiam demonstrar a superioridade no confronto, expressa pela força naval e, portanto, em números impressionantes, ou do contrário, poderiam exaltar a coragem daqueles que com poucos recursos enfrentam inimigos muito maiores, uma espécie de recriação da história de Davi e Golias. Seja como for, a propaganda era parte da guerra. Do lado Ibérico as “relações verdadeiras” se converteram em um gênero literário amplamente popular, enquanto para os holandeses cresceu o público consumidor dos *news-maps*, folhetos de propaganda dos feitos da WIC à ultramar, contando inclusive, com cartógrafos oficiais da companhia.<sup>181</sup>

Os confrontos geraram um vai-e-vem de informações entre o Caribe e a costa brasileira realizado pelas mãos dos prisioneiros nas décadas de 1630-40. Don Álvaro de Luna Sarmiento, governador de Cuba, escreveu, em 6 de novembro de 1640, relatando ao rei que naquele ano, a costa estava infestada de inimigos. Ele, por prevenção, decidiu inquirir algumas pessoas, e apurou que:

“(...) se esperaba en esta costa para el mes de agosto una armada gruesa de Holanda, que habiendo ido de socorro al Brasil volvería a ella a esperar galeones y flotas para procurar rendirlos, o ocupar alguna plaza de importancia; en diferentes avisos le di destos dissinios a los generales a Cartagena y a la Vera Cruz, para que conforme a esto dispusiese en sus viajes lo que más conviniese al servicio de vuestra magestad y seguridad de su tesoro.” (WRIGHT; VAN DAN. Orgs., 1935.p.37)<sup>182</sup>

---

<sup>179</sup> *Id. Op.Cit, Loc.Cit.*

<sup>180</sup> RAULT, 2002.

<sup>181</sup> Os mapas de notícia eram uma espécie de folheto que combinava uma ilustração seguida das informações com objetivo de dar credibilidade à notícia. Entre 1620-30 o cartógrafo escolhido para relatar as vitórias da WIC foi Hessel Gerritsz. Ver em: GROESEN, 2017. p. 51.

<sup>182</sup> Documento nº 75: “Don Alvaro de Luna Sarmiento AAN de Kroon, Havana 6 novembro 1640.” *Id. Op.Cit.* p.37.

A passagem deixa clara a constante preocupação com a segurança das frotas, além do trabalho em cooperação entre as autoridades do Caribe para encontrar formas de mitigar os danos. Segundo o governador, a necessidade das frotas “invernarem” em Veracruz prejudicava todo o comércio, pois prolongavam os prazos da viagem, e consequentemente, prejudicavam os lucros da Real Fazenda. Até o sistema financeiro era baseado no mês de saída das frotas do porto, de modo que os atrasos poderiam ser empecilhos para todos os negócios nas Índias de Castela, conforme discutiremos no capítulo seguinte ao analisarmos as contas dos traficantes Juan Rodriguez Mesa e Andrés de Vanquésel.<sup>183</sup> O governador relata ainda a chegada da armada derrotada no Brasil ao porto de Cartagena das Índias.

“La flota de Nueva España, a quien alcanço está nueva en la Vera Cruz, tomo resolucion de imbernar allí. De los galeones de la plata, hasta ahora no se ha tenido noticia ninguna, aunque de vuelta de los avisos que despache a Cartagena le tengo del governador della y de Don Juan de Vega Baçan, que llegó allí con la armada que se derrotó del Brasil, de que los 16 de septiembre no se sabía cosa alguna dellos.”(WRIGHT; VAN DAN. Orgs., 1935.p. 37)<sup>184</sup>

Além disso, Don Álvaro de Luna Sarmiento denunciava os danos provocados pelo cerco incessante naqueles anos finais da década de 1630, dizendo serem poucos os “bajeles”, “piraguas” e “canoas” que paravam na Ilha, pois aqueles que tentavam, corriam risco de serem atacados no caminho. Diante disso, Cuba estava correndo grave risco de desabastecimento, porque além da dificuldade de tráfego no mar dos Caraíbas, haviam os ataques a plantações e currais de gado.

“E a hecho muchos daños entrando la tierra a dentro a algunos corrales de ganado que están de la mar a dos y tres leguas, y rouadoles y quemado otros, y las embarcaciones que ha cogido, con lo qual está la tierra muy esterilizada, assi por los daños que a receuido como por falta de comercio. (WRIGHT; VAN DAN. Orgs., 1935.p. 37)”<sup>185</sup>

Para ele, a Ilha tinha muitos prisioneiros e vigias lançados pelos neerlandeses em diferentes tempos. Estes homens perambulavam entre a costa cubana e Cartagena, onde esperavam o retorno de *Pie de Palo*, enquanto o corsário socorria os holandeses no Brasil. Disse ter conhecimento que *Pie de Palo* teria prometido buscá-los em fins de agosto para então emboscar outros galeões da Espanha. O suposto plano incluía ocupar uma praça

<sup>183</sup> Nas contas de Vanquesel e Mesa há menção de várias vendas de escravos com prazo de pagamento para “a data da partida da frota”, no documento é geralmente o mês de maio. AHN. INQUISICIÓN, Leg. 1608. Exp.2. (PARES).

<sup>184</sup>nº 75: “Don Alvaro de Luna Sarmiento AAN de Kroon, Havana 6 novembro 1640.” *Id. Op.Cit.*p.37.

<sup>185</sup> *Id. Op.Cit. Loc.Cit.*

considerável nas Índias, tanto em Cartagena quanto em Havana especularam sobre essa possibilidade e pediram armamentos para um eventual confronto.

Após o boato, o governador deu início a uma corrida bélica, colocando vigias nas paragens do Cabo de Corrientes e Isla de Pinos, abasteceu os presídios com alimentos, espalhou o alarde geral a todos os presídios vizinhos para que estivessem preparados com armas e pólvoras, ordenou que todos estivessem no exercícios das armas e que fossem feitas prevenções para qualquer ocasião. Solicitou ainda que os *situados* fossem remetidos pela *caja* do México na primeira ocasião pela frota, porque seriam usados na finalização das obras de fortificação.<sup>186</sup>

Os rumores logo se confirmaram quando o governador reconheceu os 6 “vajeles” inimigos no horizonte.<sup>187</sup> Apesar de todo preparo, a sorte também desempenhou um papel importante, quando em 11 de setembro, pela tarde fez cair uma tempestade sobre o norte e noroeste da Ilha, deixando a armada holandesa vulnerável.

Aos 13 dias do mês de setembro, chegou à Jamaica um patacho de 100 toneladas com 17 homens que confessaram a tentativa de atear fogo na armada da Espanha. No dia seguinte chegaram notícias de uma urca de 400 toneladas, parada há sete léguas de Cuba, com 100 homens e 30 peças de artilharia, sendo 12 de bronze. O sargento mor e tesoureiro da Real Hacienda fez relação de tudo para proveito do tesouro do rei.

Há duas léguas dali, outra urca de porte semelhante caiu de presente nas mãos da Espanha com 19 peças de artilharia, porém dos 130 homens a bordo, apenas 22 sobreviveram para interrogatório.<sup>188</sup> Aparentemente, o volume da artilharia tinha um potencial destrutivo muito grande, pois afirmava o governador que poderiam com isso limpar a Costa inteira, sem que ninguém os pudesse impedir, exceto a chuva.

Contudo, Sarmiento precisava lidar com cerca de 230 sobreviventes deixados na Ilha, os quais aguardavam as ordens do capitão que se encontrava no Brasil Holandês. Aos 20 dias daquele mês de setembro, desembarcou em Cuba uma “lancha con una banderilla blanca, y reconociendo que era del enemigo”, as forças locais foram de encontro a embarcação que trazia uma carta do general *Pie de Palo* para o governador, e outras cinco cartas de certos religiosos da Ordem de São Francisco capturados pelos corsários.<sup>189</sup>

Na carta, *Pie de Palo* dizia ter conhecimento de que duas de suas naus, com muitos prisioneiros, estavam sob posse do governador de Cuba, e sendo assim, ele por estratégia

---

<sup>186</sup> *Id. Op.Cit.* p. 40.

<sup>187</sup> *Id. Op.Cit. Loc.Cit.*

<sup>188</sup> *Id. Op.Cit.* p.43.

<sup>189</sup> *Id. Op.Cit.* p.47.

teria retido os cinco religiosos da Ordem de São Francisco, 12 soldados e 40 civis de reféns, dentre eles mercadores e marinheiros. E pedia para que “vuestra señoría con buen ánimo e voluntad” oferecesse bom tratamento para os prisioneiros até o momento da troca dos “seus” pelos “nossos”. Em tom de ameaça prometeu que se lhes fosse feito mal, o mesmo aconteceria com os que estavam sob a sua guarda no Brasil.

“(...) Y no repare vuestra señoría en que el número de los nuestros sea mayor, pues podremos coger en estas costas todos los que quisiéramos hasta igualarlo. Y entienda vuestra señoría que no saldremos de ellas vacías, sino que procuraremos restaurar el daño que hemos reçeuido (...) Pero mejor de vuestra señoría, porque siendo soldado y caballero, deseamos que proceda como tal. En el entretanto, esperamos que vuestra señoría nos responda por la misma persona que lleva esta [carta]; pero si vuestra señoría no tuviere por bien de respondernos, lo recibiremos a disfavor y este çerto que haremos demostraçion dello.” (WRIGHT; VAN DAN. Orgs., 1935.p. 44)<sup>190</sup>

Em resposta o governador disse que era característica da gente de sua posição se compadecer do sofrimento do outro, por isso teria acolhido os naufragos que chegaram à sua praia, e que estavam acomodados na cidade com todo “bastimento” necessário. Garantiu que os rendidos estavam sendo tratados com toda humanidade, e esperava portanto o mesmo tratamento por parte do corsário. Afirmou estar interessado em realizar a troca dos prisioneiros, mas que por ordem do rei deveria remetê-los à Espanha no primeiro galeão, e em tom jocoso termina o bilhete dizendo que não precisava devolver um tal Guillermo, morador da ilha, por “ser persona de poco porte.”<sup>191</sup>

No entanto, os holandeses não desistiram de obter sucesso no mar dos Caraíbas na década de 1640. Em 10 de março de 1643, Sarmiento tomou conhecimento de um suposto plano preparado em Recife para atacar o Caribe. A informação chegou de Cartagena, levada por um determinado grupo de prisioneiros fugidos do Brasil que estaria ali procurando abrigo. Contaram que os inimigos tinham se armado com 20 naus de guerra, e aguardavam outras 40 embarcações chegarem da Holanda. Segundo os prisioneiros, os holandeses declararam que a armada estava sendo formada para conquistar o Rio da Prata, mas que eles, pessoalmente, não acreditavam nisso, porque “(...) tanta armada é sino para acometer los galeones o alguna plaça importante de las Indias.”<sup>192</sup>

Diante disso, nota-se que o Rio da Prata, assim como o Caribe, estava nos planos expansionistas dos holandeses no Atlântico, embora os prisioneiros acreditassem que tudo não passava de uma “cortina de fumaça” para despistar o verdadeiro alvo. Ademais, é curioso

---

<sup>190</sup> Id. Op.Cit. p.44.

<sup>191</sup> Id. Op.Cit.Loc.Cit.

<sup>192</sup> Id. Op.Cit., p.50.

que a movimentação no Nordeste do Brasil fosse acompanhada e tivesse repercussão nas correspondências das autoridades castelhanas.

As viagens dos holandeses para o Brasil colocavam de sobreaviso as autoridades locais. Em 30 de junho de 1640, Don Juan Bitrian de Biamonte escreveu ao rei relatando que os inimigos tinham planos para Santo Domingo, e supôs que o intento era formar uma praça “a la otra banda de esta isla a poblar algunos puertos”<sup>193</sup>, na sua opinião teriam uma guerra mais larga que a do Brasil. Havia denúncias de que desde 1644, pelo menos, os holandeses vinham sequestrando pessoas residentes em vilas próximas do mar. Nos anos de 1645-46 as incursões se concentraram na banda norte do arquipélago, vitimando nas suas contas aproximadamente 69 pessoas.<sup>194</sup>

Em 1641, os holandeses invadiram a lagoa de Maracaibo, e de acordo com Francisco Rubio de Avila, da Real Audiência de Santa Fé, a motivação era reproduzir a cultura da cana de açúcar, pois logo se dirigiram aos trapiches. Lá encontraram algumas condições favoráveis para instalação de engenhos, tais como a disponibilidade de mão de obra indígena e a existência de madeira de boa qualidade na região. Na opinião de Ávila, os holandeses tinham se arriscado muito mais por praças que valiam muito menos que a governação da Venezuela.

“Hay en la dicha laguna mucho palo de Brasil, y dentro de la misma barra grandes salinas de donde se provee todo este gobierno y Maracaibo, y en ellas cargo este corsario en esta ocasión. Muchas menos comodidades son las que ofrecen las plazas de Brasil, San Cristóbal y Pernambuco y otras que ocupa el enemigo...” (WRIGHT; VAN DAN. Orgs., 1935.p. 99)<sup>195</sup>

No entanto, essa incursão holandesa não passou de uma breve pilhagem, pois na ocasião não tinham exército suficiente para assegurar o território e não aguentariam esperar reforços. Precisaram deixar Gibraltar carregando apenas aquilo que conseguiram.

A insistência dos holandeses no mar dos Caraíbas pode ser interpretada como resultado dos anos de espera para inserção no comércio caribenho. Segundo Jonathan Israel, entre 1621-47, os holandeses foram repelidos de todos os modos pelos poderes ibéricos neste espaço. Ficava claro para as Repúblicas neerlandesas que a única forma de expansão no Atlântico seria através dos conflitos armados,<sup>196</sup> o que ocorreu nas décadas de 1630-40 de

<sup>193</sup> *Id. Op.Cit.*, p.67.

<sup>194</sup> Seu desespero foi grande a ponto de recrutar os estrangeiros para proteção da cidade, em 5 de outubro de 1646, cerca de 759 homens , sendo 442 das companhias da milícia local, 55 sem armas, 186 do interior da ilha e 131 do mar (totalizando 814 pessoas, apesar da fonte dizer 759) . AGI, Patronato, leg. 273. R3. (PARES). Folha 25 frente e verso.

<sup>195</sup> WRIGHT; VAN DAN (Orgs.), 1935. Documento nº 110: ”Don Francisco Rubio de Avila AAN de Audiência van Santa Fe, Merida, 4 Dezembro 1641.” p. 99.

<sup>196</sup> ISRAEL, 2002. p.108.

acordo com as correspondências das autoridades reproduzidas acima.

De modo geral, nas Índias de Castela ouviam-se muitas notícias do Brasil Holandês, e sem dúvida os desdobramentos ao sul provocaram pânico nas autoridades locais. O temor logo se converteu em ações práticas, tais como o término das obras de infraestrutura dos principais portos da economia americana, a compra de munições, o aumento dos exércitos etc. As despesas exigiam cada vez mais arrecadação da Real Hacienda, sobrecarregando os tributos existentes ou impondo a criação de novos. As *cajas* com maior arrecadação deveriam ajudar aqueles vizinhos na manutenção das armadas e nos presídios que guardavam o Caribe.<sup>197</sup> O vice-rei de Nova Espanha, inclusive, teve de enviar recursos para ajudar os dissidentes da armada do Conde da Torre a atracar em Cartagena.

### **3.1. O Brasil nos *cuadernos* de cartas do vice-rei de Nova Espanha, Diego López Pacheco**

No capítulo anterior, vimos como a armada do Conde da Torre, formada pelos dissidentes das guerras em Pernambuco, foi recebida em Cartagena das Índias e a tensão social provocada pela presença portuguesa após o fim da União Ibérica. No entanto, para alcançar o Caribe a armada precisou do financiamento da Real Hacienda da Nova Espanha.

O vice-rei Diego López Pacheco (Duque de Escalona) reportou em seu caderno que tinha conhecimento dos insucessos da armada em Pernambuco através de um bilhete enviado pelo secretário do Peru, em que solicitava socorro aos homens do general e futuro governador do Panamá, Juan de Vega Bazan. Pacheco não sabia ao certo em qual porto a tropa desembarcaria, mas ofereceu Veracruz como ancoradouro, garantindo que não lhes faltariam os mantimentos. E o vice rei anexou a cópia da carta que o general Bazan o teria enviado, em 6 de junho de 1639, contando as desventuras e os pormenores da batalha.<sup>198</sup>

É interessante notar a cooperação entre os vice-reis da América Espanhola nos assuntos de guerra em Pernambuco. Juan de Vega Bazan enviou a referida carta para os

<sup>197</sup> SANTIRÓ, Ernest Sánchez. *La Armada de Barlovento y la fiscalidad novohispana (1636-1749)*. In: *Guerra y fiscalidad en la Iberoamérica colonial (siglos XVII-XIX): Guerra e fiscalidade na Ibero-América colonial (séculos XVII-XIX)*. 1. ed. Juiz de Fora: Editora UFJF ; México, D.F. : Instituto Mora, 2012, p. 65–90.

<sup>198</sup> AGI, Mexico, Leg. 35, N.13.(PARES). Folha 113 verso. Este documento é parte das cartas transcritas e anexadas aos cadernos do vice-rei de Nova Espanha na relação enviada por Bazan ao rei em 1640. Ao todo são 126 pastas contendo 40 tipos de documentos variados. Os que tratam do Brasil são 36 e 37: “36.- El General Juan de la Vega Bazán al virrey, acompañándose la relación de lo sucedido a su armada en las costas del Brasil con el temporal que tuvo, y de cómo estaba en Cartagena y el socorro que ha pedido. Cartagena, 6-VII-1640” e “37.- Relación que el general Juan de Vega Bazán envió al virrey del suceso de su armada con el temporal que corrió en las costas del Brasil. 1640”.

vice-reinos de Nova Espanha e do Peru, esperando o socorro dessas partes. Já os vice-reis comunicavam-se entre si a respeito da situação, apesar de não termos os documentos que permitam conhecer o teor do que foi discutido entre eles sobre a guerra no Brasil. Outrossim, foi a carta do governador de Cuba, o já referido Don Álvaro de Luna, em que se dizia a par de toda história sobre desembarque da armada do Brasil em Cartagena.<sup>199</sup>

De qualquer forma, a menção ao financiamento da armada do Brasil pela Nova Espanha já aponta para a preocupação conjunta nos rumos que a situação poderia tomar mais ao sul. Em outras palavras, seria um indício da integração militar entre o Nordeste do Brasil e o Caribe na segunda metade do século XVII.

---

<sup>199</sup> WRIGHT; VAN DAN (Orgs.), 1935. Documento nº 75:"Don Álvaro de Luna Sarmiento aan de kroon, Havana, 6 novembro 1640.p.37.

**Imagen 2.2:** Trecho do caderno do vice-rei Diego Lopez Pacheco, o duque de Escalona, sobre o pedido de socorro recebido pelo secretário do Peru em nome de Juan de Vega Bazan (1639)

También he ciui otra por la Secretaría del Perú con orden  
 de que si el General Don Juan de Vega aportare con una  
 armada por estos mares le acuda contado lo necesario p  
 su agusto y provision, pertrechos, municiones, y bastim  
 i yayo havia tenido aviso de dho Don Juan de Vega  
 de 6. de Julio dera arribada a Cartaxena, dando cuenta  
 del mal successo q hauian tenido en Pernambuco y pendida  
 de la Capitana galvirante de Portugal al entrar  
 en el Puerto de Cartaxena y me pide poluoma y bastim  
 que le permita ala flauina como todo lo podra Comaj  
 mandar correr por la copia de Carta y relación que ba  
 con mi carta de Guerra, i yo tengo ya ordenado que  
 desde la Veracruz se le vaya y mirando con las  
 embarcaciones que se fueren ofreciendo todo lo que ba  
 podido =

**Fonte:** “Cuaderno de cartas del virrey Diego López Pacheco, duque de Escalona.” AGI, Mexico, 35, N.13. (PARES).

A descrição do general Juan de Vega Bazan é um tanto catastrófica, porque o objetivo era angariar recursos das autoridades para sua causa. Bazan critica constantemente os responsáveis da armada de Portugal, julgando-os como despreparados, responsabilizando-os por parte do fracasso, enquanto a outra parte seria “(...) una mala disposición por nossos pecados”.<sup>200</sup> E havendo sua majestade nomeado o Conde de Linhares para governar os Estados do Brasil e o incumbido de restaurar as praças das mãos do inimigo, percebeu que as coisas não teriam saído como deveriam, razão pela qual o mandou prender e nomeou em seu lugar don Fernando Mascarenhas, o Conde da Torre. Ofereceu-lhe uma armada de 24 galeões com 2500 homens<sup>201</sup>, além de oito meses de provisões e mais 200.000 ducados para iniciar a

<sup>200</sup> AGI, Mexico, Leg. 35, N.13. Folha 113 do manuscrito. (PARES).

<sup>201</sup> Eram 2.500 castelhanos e outros 700 homens portugueses. Ver em: *Op.Cit. Loc. Cit.*

empresa. Aparentemente, a armada do Conde da Torre foi desbaratada antes mesmo de iniciar o plano de reconquista.

Partiram da Península Ibérica no dia 7 de setembro de 1639 com a *capitana* de Castilla, e toda a gente de Portugal integrante da frota. Deveriam se reunir na Ilha de Cabo Verde. As embarcações a cargo de Francisco Dias Pimenta (ver capítulo anterior) chegaram ao ponto de encontro 40 dias depois, com metade da tripulação enferma por um mal contágio que lastimou tanta gente que não tinham como salvar os marinheiros. Muitos foram deixados na areia da praia esperando a morte. Diante da situação, fizeram uma junta para buscar socorro na Bahia, don Rodrigo de Lobo tomou a frente da armada de Portugal, mas o plano não durou muito tempo, pois foi contaminado pela doença. Ao todo, as baixas causadas pela epidemia vitimaram mais de 1.000 vidas. Os 3.000 sobreviventes seguiram para a Bahia.

Depois de 50 dias do início da viagem, a *capitana* de Portugal, com nove *bajeles*, chegou a Salvador onde receberam uns “pliegos” de sua majestade que deveriam ser entregues ao Conde da Torre. O Conde tomou a decisão de recrutar gente no Recôncavo Baiano para compensar os soldados abatidos em Cabo Verde. Além disso, encarregou o Conde de Óbidos e o mestre de campo Barballo para levantar todas as embarcações que pudessem. O tempo era um fator importante, porque quanto mais tempo a tropa passasse estacionada, mais recursos consumiria.

Para Bazan, o tempo na Bahia foi marcado pela má administração dos recursos, faltando inclusive o pagamento do soldo dos oficiais, o que teria provocado uma situação tensa na cidade, inclusive com ameaças de rebelião. A situação foi pacificada com a chegada de Diego Lobo, que trouxe reforços de soldados das Ilhas Atlânticas. Do Rio da Prata, chegaram outros barcos carregados de carne salgada e soldados recrutados. Interessante notar que nessa guerra contra os holandeses estiveram envolvidas direta e indiretamente todas as possessões ibéricas nas Américas, do Rio da Prata ao Caribe.

Por essa mesma época, chegou ao porto um barco de aviso anunciando a substituição do Conde da Torre (Jan 1639 a out 1639) que estava tão desacreditado “por no auer hecho nada desde que llegó y por otros procedimientos que se escribían del que auia abusos que se certas en la cabeza”.<sup>202</sup> Em meio a turbulências políticas e econômicas, a armada deu início aos preparativos para o confronto, segundo Bazan eram tão desordenados que não reservaram espaço suficiente para os alimentos e a água, o que provocou outro episódio trágico.

Em 19 de novembro de 1639 saíram com 20 naus, 60 velas e cinco mil homens.

---

<sup>202</sup> *Ibid.*

Depois de 35 dias na água, tendo deixado para trás seis embarcações, estavam na altura do rio San Miguel esperando a *capitana*, pois sem ela não poderiam navegar em segurança no mar de corsários. Receberam informação de que os holandeses tinham quatro velas à espreita de qualquer embarcação que se desprendesse da frota.

A armada ibérica avistou o inimigo na altura do Cabo de San Agustín, lugar estratégico porque dali se poderia navegar para qualquer costa. O primeiro confronto ocorreu a 12 de janeiro de 1640, os ibéricos foram atacados a barlovento. A *capitana* fez-lhes frente com seis ou sete naus, mas não puderam manter a posição, embora conseguissem matar a um general holandês não identificado, e levaram a pique uma vela. Contudo, a sorte mudou quando desapareceu a pequena urca San Pedro e logo fez desbaratar a sotavento as forças católicas. Pelejaram até a noite, houve muito dano com três navios da armada do rei naufragados, “(...) y así fue la batalla más sangrienta (...)<sup>203</sup> Em dado momento, os combatentes se deram conta que tinham sido arrastados para o Cabo de San Roque, no Rio Grande, considerado um lugar perigoso para navegação, os holandeses partiram em retirada, (ver mapa 4.1).

Sem mencionar quanto tempo passaram sem vento, Bazan disse apenas que a sede tinha lastimado muita gente, alguns homens se puseram cegos e outros perderam os sentidos. Alguns se lançaram a navios pequenos com o propósito de procurar terra para matar a sede, com autorização do Conde, que preferiu ficar na embarcação. À noite, com uma ventania forte, um dos cabos da vela se rompeu tornando a situação ainda mais dramática. Na manhã seguinte não havia mais de cinco navios. Os capitães e os práticos discutiam entre si qual seria a forma de consertar a embarcação.

O Conde da Torre permitiu que o capitão de mar e de guerra Pedro Gonçalves Rota, fosse buscar água, mas depois de três dias de espera deram-no como morto. Bazan suspeitava de morte por afogamento, uma vez que teria saído a nado na costa da terra dos índios Caribes. A segunda expedição conseguiu água suficiente para navegarem até Cartagena das Índias.

O relato descreve a dificuldade das embarcações para adentrar a baía da cidade, porque alguns dos pilotos tinham morrido, enquanto outros voltavam para a guerra no Nordeste do Brasil sob as ordens de Fernando de Silveira, cunhado do conde da Torre.<sup>204</sup>

O que fica muito claro nos relatos é a existência de uma geografia bélica em escala Atlântica que mobilizou vários espaços americanos para custear a guerra com recursos

---

<sup>203</sup> *Ibid*;

<sup>204</sup> Depois da derrota, o cunhado do conde da Torre teria atracado em La Margarita de onde recebeu autorização para voltar ao Brasil levando mais de 400 homens consigo. AGI, Mexico, Leg. 35, N.13. (PARES).

materiais e humanos. O fluxo de informações era constante, a tal ponto que quando a armada derrotada desembarcou em Cartagena, os vice-reis do Peru e Nova Espanha já estavam a par de toda situação.

Para os integrantes da armada ibérica, os confrontos em diferentes regiões do mundo Atlântico faziam parte do mesmo fenômeno, a ameaça protestante nos domínios católicos. Segundo Bazan, muitos soldados da armada dissidente encontraram na guerra de Santa Catalina (ver capítulo anterior), uma oportunidade de descontar os fracassos e perdas anteriores, independentemente do inimigo ser inglês e não holandês.<sup>205</sup>

Por fim, não podemos pensar que o interesse coletivo motivou o general Juan de Vega Bazan a pedir ajuda às autoridades caribenhias. Uma consulta ao Conselho das Índias em 13 de abril de 1643, revela que a jornada do Brasil, de 1640, serviu de alavanca na carreira dos generais e capitães que estiveram à frente. Juan de Vega Bazan foi indicado para ocupar a primeira governação vacante nas Índias após o conflito de Pernambuco.<sup>206</sup>

### **3.2. Um *vecino* de Cartagena em Pernambuco**

Dois anos mais tarde, os problemas do Brasil ainda eram tratados nas correspondências de autoridades de Cartagena. Em 1643, o governador Don Artuño de Aldape, sucessor de Don Melchor de Aguilera, dizia-se preocupado com os eventuais impactos que os eventos no Brasil poderiam acarretar naquela cidade, tal como a conspiração e levante dos portugueses do presídio local em 1640.<sup>207</sup>

Jonathan Israel, demonstra a existência de um fluxo dos judeus do Brasil para o mar dos Caraíbas, sendo que desde 1645 levavam consigo o conhecimento do mercado do açúcar praticado no Nordeste. Em fins da década de 1640, formou-se em Barbados uma expressiva comunidade composta de famílias de origem judaica holandesa que possuíam vários vínculos econômicos com Amsterdam e Londres.<sup>208</sup> De modo que o temor das autoridades locais, da existência de um fluxo migratório de judeus e “homens da nação” vinculados a eles, e por

<sup>205</sup> Porém, os acontecimentos da primeira incursão na Ilha abalaram o ímpeto dos combatentes, pois perderam em batalha o herói da Guerra de Pan Cabañas (1639) Juan de Ibarra e o irmão de Castelo Melhor, Capitan Nicolas de Sossa. “(...) y se volvieron sin haberlo conseguido de tanto quantidade de muertos y entre ellos el Capitan Nicolas de Sossa que yba fazendo oficio de almirante hermano del Conde de Castillo Millor en portugal q abian benido entre los derrotados del brasil y quisiera hallarse en esta facción y también falta aunque no le viera morir sino yr delante de todos con seis o siete soldados suyos cayendo y levantando el capitán Juan de Ibarra que lo era de una de las compañias de mi capitán a soldado antiguo y de valor (...)” AGI, Mexico, Leg. 35, N.13.(PARES)

<sup>206</sup> “Pretensiόn de Juan de Vega Bazán”. AGI. Panamá. Leg.2.nº.83. Ano 1643. (PARES).

<sup>207</sup> AGI. Santa Fe. Leg.41, R.1.N.3.Ano 1643. (PARES).

<sup>208</sup> ISRAEL, 2002

consequente a WIC, poderia ter fundamento.

Em 23 de maio de 1642, um contingente de fugitivos do Brasil holandês teria passado ao porto, e logo se “avecinaram” por ali, e por terem muitos inimigos declarados, o governador temia pela segurança da cidade, porque na sua opinião a “gente de nação” não era confiável.<sup>209</sup>

Em 25 de fevereiro de 1643, um barco de Pernambuco desembarcou na cidade, pilotado por Pedro Luis de Almeida. A entrada de uma embarcação vinda do Brasil Holandês era um sinal de alerta para as autoridades locais, pois “estando aquella tierra alterada y levantada por el enemigo (...)”<sup>210</sup>. Logo, o piloto e mais três homens que o acompanhavam foram presos para realização das diligências necessárias.

Pedro Luis de Almeida declarou nos autos que há 24 anos vivia naquela cidade, e teria se ausentado nos últimos seis ou sete anos. Sua viagem começou quando decidiu servir de piloto no navio de Manuel Madeira<sup>211</sup>. Dali seguiram a Campeche, e de Campeche à Espanha. Na Espanha embarcou na armada do general Don Carlos de Ibarra em 1636, a mesma da batalha de *Pan Cabañas* em Cuba. Em 1639, depois de um temporal, deixou a armada e foi à Ilha de São Miguel, nas Terceiras, onde a embarcação veio a pique. Neste momento, decidiu ir a Portugal no navio do Conde de São Miguel, que transportava trigo para Lisboa, onde ficou durante 15 meses.

Depois disso, embarcou para a Ilha da Madeira e conseguiu emprego no transporte de vinhos para os reinos do Congo, de onde carregava a embarcação com escravos. Neste trecho do depoimento, o piloto sublinhou que todos os cativos transportados eram vendidos nas Índias de Castela respeitando o número das licenças. Porém, certo dia, enquanto seguia a rota habitual, a embarcação precisou *arribar* em Cabo Verde. No arquipélago foi capturado por holandeses que o roubaram e abandonaram-no em São Tomé, onde passou 27 meses doente. Depois disso, trabalhou para Miguel Martins que fez a rota Angola-Cartagena por cerca de um ano.

Em uma das suas viagens, cujo carregamento deveria ser entregue a um tal Antonio Rodriguez de Leon, o navio naufragou na altura da *Ysla de Azenction*<sup>212</sup>:

(...) con todos los negros por aver abierto un rumbo que no pudieron remediar y alguna gente de mar y passajeros y este declarante entre ellos que se an hasta treinta y

<sup>209</sup> “Carta de D. Ortúñ de Aldape, Gobernador de Cartagena”. AGI. Santa Fe. Leg 41.R.1.nº3. Ano 1643. (PARES).

<sup>210</sup> *Ibid*;

<sup>211</sup> *Ibid*;

<sup>212</sup> Acreditamos se tratar da atual Ilha de Ascensão, Santa Helena.

seis perssonas se guarçieron en el batel y vinieron al sur de catorce dias a dar al Brasil junto al rio grande que estaua por el olandes abiendose muerto muchos de los que vinieron en el batel de hambre y sed. Y de allí con pasaporte que les dio el olandes a este declarante paso a Pernambuco (...) (AGI. Santa Fe. Leg 41.R.1.nº3. Ano 1643).

Em Pernambuco ganhou um passaporte holandês, mas disse que não era sua intenção ficar no Brasil, pois tinha família em Cartagena. Os neerlandeses teriam lhe oferecido muitas oportunidades para realizar viagens naquelas costas do Caribe, mas ele nunca teve intenção de aceitar por ser fiel vassalo de sua majestade. Permaneceu no Nordeste do Brasil por dois anos, pilotando um barquinho de propriedade de Jerônimo da Rocha, morador no “rio dulce”, onde enviava produtos como cal, ladrilho e madeira para construção de edifícios na cidade de Recife. O rendimento das viagens permitiu ao piloto comprar o barco com o qual navegou até Cartagena, mas na pressa de sair, deixou para trás alguns fretes que lhe deviam e um escravo de seu serviço.

Deixou o Brasil no dia de Nossa Senhora da Conceição e, sem ter dito nada a ninguém por medo que o denunciasse, compartilhou seus planos apenas com dois marinheiros e dois *muchachos* que decidiram o acompanhar. Um deles era Antônio Espinosa, natural das Canárias, criado em *La Habana*; o outro Manuel Fernandes Baquiano, natural da Terceira e criado em Cartagena, além de dois outros *muchachos*, o primeiro Joan de Vila de Plasencia e o outro um criollo de Jamaica que teria desembarcado em Riohacha.

E para alimentar a histeria do governador, o piloto trouxe notícias que supostamente havia ouvido dos holandeses. Disse que no Brasil se fazia um levante de gente bem prevenida, e só em Recife tinham cerca de 20 naus, além da previsão de chegada de mais 40, enviadas pelo Estado e a Companhia das Índias Ocidentais. Embora os neerlandeses dissessem que a artilharia seria usada em outras partes, desconfiava o piloto que iria para o Caribe. E deu fé de ter ouvido da boca de certo general o desejo que tinha em tomar La Habana, Puerto Bello ou Cartagena, mas ele teria respondido que eram aquelas praças fortificadas. A resposta do general foi:

(...) que si entraba el sol entraría él también y que sabe que unos holandeses que estuvieron prisioneros en esta ciudad y otro olandes que bajó de lima llevaron diseñadas las fuerzas (...). (AGI. Santa Fe. Leg 41.R.1.nº3. Año 1643)

O segundo depoimento nos autos é o de Antonio Espinosa, 26 anos, passageiro no dito barco do piloto Almeida. Espinosa confirmou que era natural das Canárias, mas teria sido criado em Havana, onde ainda mantinha sua família. Sua ocupação inicial era

carpinteiro da ribeira, mas a maior parte da sua vida adulta trabalhou no transporte de escravos entre Canárias e Angola, junto com um tal Pedro Rodriguez.

Em uma de suas viagens, logo depois de fazer a armação, chegaram as novas do levante em Portugal. Ele foi testemunha de como aquele reino se alvoroçou, e por esse motivo teve de atrasar sua estadia na costa africana. Por esse tempo entrou em Angola o famoso *Pie de Palo* e o levou como prisioneiro até São Tomé, saqueada e queimada. Logo depois, desembarcou em Pernambuco, onde trabalhou para Geronimo de Rocha e conheceu Pedro Luis de Almeida.

O depoimento de Espinosa sobre as notícias do Brasil era semelhante à versão de Almeida, exceto por um detalhe: disse que a armada holandesa recrutava gente de todas as partes para participar da guerra, desde que estivessem dispostos a pelejar em mar e terra. E acrescentou que se preparavam para atacar o Rio da Prata.

O terceiro a ser ouvido foi Manuel Fernandes, de 48 anos, natural da Ilha Terceira, cuja atividade de navegação tomou o seu tempo desde os 15 anos de idade. Antes de ir para o Brasil, seu último trabalho foi para Don Balthazar, na rota do vinho das Ilhas Atlânticas para Angola, onde obtinha escravos. Conheceu o piloto Pedro Almeida numa viagem feita por um traficante chamado Leon, a embarcação contudo veio a pique na altura da Ilha de Ascension, tendo ele e alguns tripulantes sobrevivido. O batel flutuou até o Rio Grande, na costa do Brasil. Lá passou a trabalhar no transporte do açúcar.

O último tripulante a ser ouvido foi Joan Barbero, de 20 anos, natural de Vila de Plasencia, que prometeu dizer a verdade diante da cruz. Falou que foi levado à força por soldados a Cádiz, de onde foi enviado em um navio de aviso para as Índias de Portugal, devido aos eventos políticos ocorridos ali. Atracou em São Tomé, quando foi atacado por franceses que afundaram a sua embarcação. Os poucos sobreviventes enfrentaram um novo ataque à ilha, dessa vez por parte de *Pie de Palo*, cujo resultado foi fazê-los prisioneiros de guerra, levando-os para o Brasil. E respondendo a pergunta sobre a intenção dos holandeses concentrados no Brasil, disse acreditar que tivessem interesse verdadeiro em Buenos Aires.

A inspeção feita pelo governador no barco por nome São Pedro e Santo Antônio comprovou parte da história, porque não traziam muita coisa debaixo da coberta e das escotilhas, apenas o necessário para uma viagem que parece ter sido apressada. Eram baús com roupa de vestir e menudencias sem valor, como pipas vazias, carne salgada e pouco mantimento. Tudo foi confiscado pelos fiscais da Real Hacienda, Pedro Cordero Castillana, tesoureiro, Don Pedro de Estrada, contador e Andres Pacheco, escrivão público.

Esses homens tinham uma história parecida. Trabalhavam como pilotos transportando

escravos das costas africanas para o Caribe, todos foram capturados no Atlântico e levados como prisioneiros ao Brasil, ou pelo menos era isso que precisavam fazer o governador acreditar. Uma vez no Brasil passaram a trabalhar no transporte de cargas para os holandeses, fazendo algum dinheiro no comércio do açúcar, o que lhes permitiu voltar para Cartagena. As perturbações políticas com o fim da União Dinástica, cujo impacto foi sentido em diferentes reinos, e a ameaça do Brasil holandes aos vizinhos, as praças do Caribe e no Rio da Prata, perpassam todos os depoimentos, como podemos notar.

## Considerações finais

Observamos portanto que, para além dos vínculos econômicos, o Caribe e o Nordeste do Brasil estavam relativamente próximos política e socialmente. Na primeira parte deste capítulo notamos como o hospital de Cartagena foi o ponto de convergência para as frotas e marinheiros de passagem pelo Atlântico. Certamente, as epidemias, desordens e conflitos deflagrados ao sul do continente impactaram a vida cotidiana da população, vulnerável a epidemias, sequestros, ondas migratórias e destruição das lavouras. Além disso, estavam compelidos a contribuir para a proteção da cidade durante os períodos de crise, contribuindo financeiramente ou se voluntariando a participar das juntas locais.

A década de 1630 foi marcada pelo crescimento da ameaça neerlandesa nas águas caribenhas, sobretudo com o apogeu do Brasil holandês (1637-1644), onde Pernambuco se transformou em uma base inimiga no Atlântico. Toda a navegação na região era um risco para os pequenos barcos, devido aos frequentes sequestros e saques.

Foram frequentes os interrogatórios de testemunhas, ex-prisioneiros e a gente comum que fazia transporte de cargas de escravos entre as costas da África e o Nordeste do Brasil. As testemunhas confirmaram os temores de um suposto grande plano em curso contra uma daquelas praças caribenhas. Tudo isso gerava impactos indiretos na Real Fazenda, com despesas em armamentos e infraestrutura de guerra visando preparar a cidade para um possível ataque.

Na década seguinte, observamos o envolvimento direto dos recursos da *caja* de Nova Espanha no financiamento da armada do Conde da Torre, o que demonstra a integração militar destas praças. Essa integração perdurou até o fim da União Dinástica, pois como vimos no capítulo anterior, o presídio de Cartagena ainda abrigava soldados portugueses após o levante de 1640. Desse modo, o Nordeste do Brasil e o Caribe estavam a um boato de distância.

## CAPÍTULO III

### De ponta-a-ponta do Atlântico: os negócios dos traficantes Antonio Fernandes D'Elvas e Juan Rodriguez Mesa

#### INTRODUÇÃO

Neste capítulo nos concentramos nos traficantes de escravos, em seus negócios e na ampla rede de contatos estabelecida nas praças do Atlântico. Tentamos responder à seguinte pergunta: havia conexão dos negreiros de Cartagena das Índias com o Brasil? Sustentamos a hipótese de que esta conexão foi realizada pela família D'Elvas, passou do próprio Antonio Fernandes D'elvas e continuou com o seu cunhado Francisco Rodrigues de Solis, em Cartagena das Índias.

Antes de tudo, é necessário entender o funcionamento legal da *trata*, o sistema dos *asientos* e *avensas*, além dos mecanismos fraudulentos recorrentes como *arribadas* e subornos às autoridades locais. Assim saberemos o papel dos envolvidos: o assentista, fatores, carregadores, mestres de navio, proprietários das embarcações etc.

O comércio de escravos no século XVII se dividia, pelo menos, em duas esferas, uma em escala ampla e a outra local. A primeira, regularizada pelas instituições e centrada na figura do assentista, quem detinha o monopólio sob as vendas das licenças. Enquanto a segunda, era centrada no *factor* que operava nos portos permitidos para embarque e desembarque das mercadorias e eram os responsáveis pelas tarefas cotidianas, por fazer acontecer o comércio de escravos. Dentre as várias atribuições estavam: vender os lotes, encontrar clientes e firmar as *avensas*, contratos de venda particulares.

Esta segunda esfera do comércio é menos explorada pelos investigadores que o tema do comércio legal, como os assentos e seus contratadores. Por razões óbvias, os contratos particulares celebrados entre comerciantes são de caráter privado, e portanto, não são localizados com facilidade. E quando sobrevivem a ação do tempo, o seu conteúdo, as contas e registros, são hoje difíceis de entender. Os documentos que usamos neste capítulo

apresentam informações pormenorizadas dos negócios de alguns negreiros, mas foram produzidos por instituições como a Real Fazenda e o Tribunal da Inquisição.

Escolhemos a trajetória de dois homens de negócios que exemplificam bem essas duas escalas de comércio. O primeiro é o já referido António Fernandes D'elvas, visto que entre 1615-1623 foi o responsável por todo comércio legal de escravos de uma ponta a outra do Atlântico. Já o segundo, Juan Rodriguez Mesa, era um comerciante estabelecido em Cartagena das Índias que comprava e vendia grandes, médios e pequenos lotes através de companhias que formava a depender da situação, ora para obter crédito, ora para vender as peças.

Portanto, através de D'elvas podemos observar as grandes transações entre o assentista e sua rede de banqueiros e pessoas influentes. Por outro lado, os negócios de Juan Rodriguez Mesa, oferecem-nos pormenores da compra e venda, das condições de pagamento e inclusive, quem eram os compradores dos escravos no mercado do Panamá.

D'Elvas fez passar às Índias de Castela um contingente de escravos nunca antes visto, sendo notória a sua fama de contrabandista e aliado dos inimigos da Real Hacienda. Usaremos aqui o livro de contas feito na Bahia pelo seu feitor Francisco Dias Bayão entre 1618-1623, com registro de dívidas e pagamentos dos carregamentos negreiros, tais como fretes, despesas com alimentação, dívidas com mestres de navio, etc.<sup>213</sup>

Os documentos de Juan Rodriguez Mesa revelaram-nos a sociedade firmada com Andrés de Vanquésel, notável *negreiro*, homem de negócio e possuidor de um posto na administração provincial. Ambos eram de origem portuguesa e enriqueceram com o comércio em Cartagena, de onde o ampliaram para os reinos do Peru e Caribe.

O poder de Juan Rodriguez Mesa era tão grande que conseguiu reunir capital suficiente para equipar suas próprias embarcações, a fim de buscar os cativos na África. Para tal feito, contava com várias sociedades estabelecidas com judeus conversos residentes em pontos estratégicos. Contudo, para o azar dos mercadores da “nação”, na década de 1630 o Tribunal do Santo Ofício de Lima e Cartagena promoveram a grande caçada aos portugueses judaizantes.<sup>214</sup>

Juan Rodriguez Mesa foi apreendido e teve seus bens confiscados, entregou vários cúmplices no seu delito, sendo acusado de “Rabi”, em 1636. Nesse momento, seus sócios, credores e devedores procuraram o Tribunal para cobrar o que lhes era devido. As contas do

<sup>213</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL CU\_005,CX.3.DOC.294 e 279.

<sup>214</sup> SPLENDIANI, Anna María; SÁNCHEZ BOHÓRQUEZ, José Enrique; LUQUE DE SALAZAR, Emma Cecilia. Cincuenta años de Inquisición en el Tribunal de Cartagena de Indias, 1610-1660. 1. ed. Santafé de Bogotá: Centro Editorial Javeriano : Instituto Colombiano de Cultura Hispánica, 1997.

tradicante foram alvo de auditoria até a década de 1650, durante a visita do inquisidor Pedro Rico Medina. Eram tantas operações que os Tribunais de Lima e Cartagena se viram afundados em papéis de pleitos civis daqueles envolvidos nos negócios do acusado.

Um dos sócios que moveu ação contra Mesa foi o próprio capitão Vanquésel, que precisou levantar provas da existência da sociedade. Para isto, chamou várias testemunhas para contar a história de como iniciaram o negócio. Logo depois, apresentou as *escrituras* outorgadas e as “de cabeça” que pertenciam a ambos, sendo todo o lucro dividido metade a metade.<sup>215</sup>

Os registros apresentados por Vanquésel possuíam os nomes dos comerciantes envolvidos nas operações da companhia, assim como valores, prazos e condições de pagamento. Anos mais tarde, depois que o dito Mesa foi reconciliado pelo Tribunal da Inquisição, cumprindo a pena de desterro, ainda havia registros dos seus negócios no Panamá, de acordo com o levantamento das escrituras realizado pelo inquisidor visitador Martim Real.<sup>216</sup>

Dessa forma foi possível estabelecer uma comparação entre as contas apresentadas por Vanquésel ainda em 1636, e o levantamento das escrituras no Panamá em 1644-45. Constatamos que as contas da companhia eram vultosas, com capital suficiente para pagar à vista pelos lotes adquiridos. Os sócios também dispunham de casas onde acomodavam os recém-desembarcados. Os grandes lotes eram destinados ao abastecimento do mercado de Lima. A revenda estava nas mãos de comerciantes portugueses de origem cristã nova, o que pode ser confirmado na documentação inquisitorial do período da “grande cumplicidade”.

Já as transações no Panamá revelaram um perfil completamente diferente do mercado consumidor. Eram predominantemente pequenas vendas destinadas a negócios familiares e artesãos urbanos. A documentação revela casais e escravos libertos que adquiriam peças majoritariamente do sexo feminino, certamente para o emprego em atividades urbanas. As condições de pagamento eram parceladas com juros. Em determinados casos precisavam dar hipoteca, em outros apresentar um fiador.<sup>217</sup>

Encontramos ainda fortes indícios da ligação da família de D’Elvas e de Vanquésel em 1634, quando o genro de Vanquésel, Juan de Luricay, e Francisco Rodríguez de Solis, o cunhado de D’Elvas, declararam ter entrado em sociedade para compra de uma partida de escravos. Inicialmente, Solis teria sido enviado a Cartagena para liquidar as contas de

<sup>215</sup> AHN. INQUISICIÓN. Leg. 1608. Exp.2. Ano 1639. (PARES).

<sup>216</sup> *Ibid.*

<sup>217</sup> AHN. INQUISICIÓN. Leg.1601. Exp.18. (PARES)

D'Elvas em 1622-23, atendendo ao pedido da sua irmã viúva. No entanto, decidiu ficar no porto e, conforme apresentaremos adiante, continuou no tráfico até 1636, quando foi preso pela Inquisição.

Por fim, trabalhamos com as relações entre os traficantes em três dimensões: 1º) A dos grandes comerciantes, os possuidores do monopólio e vinculados com os banqueiros da Península; 2º) Os agentes atuantes em cada porto, como fator do assentista; como mercador; como intermediário ou desempenhando todas essas funções simultaneamente; e 3º) os encarregados de vender as peças no que consideramos “varejo”, para atender um outro tipo de demanda.

## 1. Antonio Fernandes D'Elvas

Antonio Fernandes D'Elvas foi um mercador do seu tempo cuja prosperidade estava amparada na habilidade de alinhar sua fidalguia às boas escolhas. As boas escolhas eram os enlaces familiares visando a concretização de um bom acordo. As parcerias, companhias e sociedades eram a forma de obter riquezas no período da era moderna, pois a riqueza era o comércio, e na base do comércio estavam as redes mercantis estabelecidas em firmas.<sup>218</sup>

Antonio F. Delvas casou-se com Elena Rodrigues Solis, filha do rico mercador Jorge Rodrigues de Solis. Anos depois, estabeleceu aliança com os Mendes de Brito mediante ao matrimônio da sua filha Luisa. Casou seu filho Jorge Fernandes D'Elvas com a filha de Duarte Gomes Solis, poderoso banqueiro de Filipe IV. E para não perder de vista a estratégia da nobilitação, enviou sua filha Antonia para o serviço na Ordem das Carmelitas.<sup>219</sup>

Segundo Ana Hutz, o primeiro negócio de D'Elvas foi na Ásia, onde junto com o sogro detiveram os direitos sobre o contrato da pimenta no século XVI. Depois de 1610 orientaram os investimentos para o Atlântico, pois era visto como mais promissor que o comércio com a Ásia já em decadência por esta época. Para a autora, a flexibilidade ao reorientar o fluxo do capital para o Atlântico é uma característica do grupo cristão novo, que mantinha sempre aberta a possibilidade de mudança nos negócios. É possível que a

<sup>218</sup> HUTZ, Ana. **Homens de nação e de negócios: redes comerciais no mundo ibérico (1580-1640)**. Doutorado em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. *Id.* Os cristãos novos portugueses no tráfico de escravos para a América Espanhola (1580-1640). Dissertação (mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2008.

<sup>219</sup> Segundo a autora, ter algum familiar em função eclesiástica era uma estratégia para se proteger de eventuais perseguições do Tribunal do Santo Ofício. Ver em: HUTZ, 2015. A mesma ideia está presente no trabalho clássico: VILA VILAR, Enriqueta. **Hispanoamérica y el comercio de esclavos: los asientos portugueses**. Sevilla: Escuela de estudios hispano-americanos, 1977. (Publicaciones de la Escuela de estudios hispano-americanos de Sevilla, 239).

experiência adquirida nesse ramo, com a manutenção de uma rede de longa distância e a administração de correspondentes nas praças europeias, tenha sido um ativo importante no tráfico de escravos.<sup>220</sup>

Para Enriqueta Vila Vilar, os fatores eram peças-chave para o funcionamento do negócio. Eles eram mercadores autônomos, não meros empregados do assentista, desfrutavam de inteira liberdade para tratar e contratar nas Índias. Alguns poderiam ter a própria rede de funcionários a sua disposição para carregar e descarregar embarcações, realizar pagamentos etc.

O mais importante para o assentista era garantir que nos portos autorizados para desembarque houvesse homens de sua confiança. Assentistas diferentes poderiam escolher uma mesma família como seus representantes em determinada praça, tendo em vista a tradição construída naquela região, além de dispor dos meios e infraestrutura necessária. Esse foi o caso de Gramajo atuando em favor de Pedro Gomes Reinel (1595-1599) e também no assento dos irmãos Coutiño (1601-1603).

Para Vilar, as razões que fizeram D'Elvas entrar no negócio da *trata* são um tanto obscuras. Os relatos mencionam uma vida segundo os costumes dos homens de negócios, mas a sua fortuna estava de certa forma vinculada à terra e ao grupo de fidalgos portugueses. Inclusive, o capital para investimento na atividade veio das influentes amizades de prestamistas membros na corte de Castela, Valentín Dionis, Andrés Barros e Luis Núñez.<sup>221</sup>

Seja como for, em 1615 D'Elvas arrematou o contrato da Guiné. No ano seguinte os de Angola e Cabo Verde. Entre 1615-1623 tinha o contrato de fornecimento para o Brasil. Sabe-se ainda que seu sogro tentou arrematar o das Ilhas de São Tomé em 1616, mas foi impedido pela Junta da Fazenda que entendeu que eram da mesma família. Logo depois, o lugar se tornou holandês frustrando de vez os planos de monopólio da família. O contrato previa o pagamento de 120 mil ducados anuais, com a cota mínima de 3.500 e máxima de 5.000 peças por ano, nos portos autorizados.<sup>222</sup>

É amplamente aceita a ideia de que o contrato de Delvas inaugurou um novo tempo na história dos contratos, um tempo de massiva introdução de mão de obra nas Índias, de forma legal e clandestina. Ana Hutz argumenta que foi um dos primeiros assentos a oferecer lucro ao assentista. Enriqueta Vilar, afirma que entre 1617-1619, a América assistiu o auge sem precedentes no volume da trata. Miguel Geraldes Rodrigues, observou que havia uma

---

<sup>220</sup> HUTZ, 2015.

<sup>221</sup> VILA VILAR, 1977.

<sup>222</sup> HUTZ, 2015.

correlação entre as campanhas militares em Luanda e o incremento do tráfico nos domínios dos Habsburgo.<sup>223</sup>

Geraldes Rodrigues elenca uma combinação de fatores que culminaram na entrada massiva de africanos na América espanhola durante o assento de D'Elvas, tais como: o crescimento da oferta impulsionado pelas guerras em Angola, promovidas por Mendes de Vasconcelos, e a disponibilidade de capital e embarcações para realização do transporte.

No entanto, para Geraldes Rodrigues não havia uma grande cumplicidade entre o empresário e o governador de Angola, Mendes de Vasconcelos, dialogando com a hipótese traçada por Luiz Felipe de Alencastro. E aponta que na verdade existia rivalidade entre ambos, D'Elvas era vinculado aos Solis, Mendes de Brito e Rodrigues de Évora, enquanto o governador era do núcleo dos Caldeiras. Aparentemente, os Solis e Caldeiras estavam disputando a mesma fatia do mercado de escravos, e portanto não se entendiam bem.<sup>224</sup>

Em fins do século XVI, os patriarcas das famílias Solis e Caldeiras estavam em franca disputa pelo contrato de abastecimento dos navios da Carreira das Índias Orientais. Na primeira metade do século XVII a disputa se deslocou para o Atlântico, onde os Caldeiras participavam do comércio negreiro por vias extra legais, burlando os contratos dos assentos, em oposição ao *factor* de D'Elvas em Angola, o seu cunhado Jerônimo Rodrigues Solis. Em uma das queixas remetidas à Casa de Contratação sobre os abusos e ilegalidades cometidas pelo núcleo D'Elvas-Solis em Angola, o então governador sugeriu a substituição de Jerônimo como *factor*, devido aos transtornos causados no sistema de pagamentos das mercadorias embarcadas.<sup>225</sup>

A prosperidade de D'Elvas foi seguida por escândalos de contrabando<sup>226</sup>, e possivelmente a entrada irregular de escravos tenha saído do controle, levando-o a declarar a falência em 1621, quando foi preso por não honrar o valor acordado em contrato, e precisou do fiador Manuel Gomes D'Elvas para sair da prisão.<sup>227</sup>

---

<sup>223</sup> RODRIGUES, Miguel Geraldes. **Between West Africa and America : the Angolan slave trade in the Portuguese and Spanish Atlantic empires (1560-1641)**. European University Institute, Florence, 2019.

<sup>224</sup> *Id. Op.Cit.*

<sup>225</sup> A queixa está na exigência do *factor* de pagamento adiantado para o embarque das “peças” no porto de Luanda. Essa prática não era comum, o pagamento vinha depois da venda, isto é, era realizado nas Américas ou no reino. Conforme o costume, o governador argumentava que os mestres e capitães não levavam consigo dinheiro, apenas as mercadorias. A exigência “inédita” fazia as embarcações esperarem mais tempo que o normal no porto, consequentemente atrasando as partidas. Essa informação pode ser confirmada nas *avensas* acertadas com D'Elvas, pois nos seus cadernos de contas referentes ao contrato de Angola, observamos que alguns pagamentos eram acertados na Bahia. Ver em: RODRIGUES, 2019. p.359.

<sup>226</sup> NEWSON, Linda A.; MINCHIN, Susie. **From capture to sale: the Portuguese slave trade to Spanish South America in the early seventeenth century**. Leiden: Brill, 2011.

<sup>227</sup> RODRIGUES, 2019.p.308.

Após sua morte em 1622, o responsável por liquidar os seus negócios em Cartagena, nomeado pela sua esposa Elena de Solis, foi o já mencionado cunhado Francisco Rodrigues de Solis, que levou aproximadamente quatro anos para resolver as pendências.<sup>228</sup> Aparentemente, o cunhado teria dado continuidade às atividades da família, inserindo-se em redes de traficantes sefarditas, negócio interrompido pela prisão em 1636. Os herdeiros de D'Elvas nomearam ainda Cristobal de Medina para cuidar dos negócios em Madri.<sup>229</sup> Ao que tudo indica, as pendências se arrastaram pelo menos até o ano de 1629, quando encontramos notícias dos filhos executando bens para a quitação das contas do contrato de Angola, devido a introdução incontrolada de cativos nas Índias.<sup>230</sup>

Além das irregularidades, outros elementos conjunturais poderiam ter contribuído para a falência de Antonio Fernandes D'Elvas. Segundo Edgar Pereira, a década de 1620 foi especialmente difícil para os empresários que detinham contratos de natureza público-privada no Atlântico, sobretudo depois da retomada das hostilidades com os Países Baixos em 1621 e o ataque à Bahia em 1624.<sup>231</sup> A partir daí, boa parte dos recursos da Coroa dos Habsburgo foi aplicada em gastos militares, impactando os grupos que forneciam crédito e aqueles responsáveis pela logística e transportes, por exemplo.<sup>232</sup>

A guerra sufocava os bolsos dos contratantes de variadas formas. Se por um lado os corsários provocavam perdas significativas em ataques praticados em alto mar, por outro a política econômica impunha o embargo dos seus fornecedores oriundos do norte da Europa, cujos barcos estavam proibidos de atracarem nos portos ibéricos, inclusive sob as bandeiras consideradas neutras no conflito.<sup>233</sup> Os empresários deveriam ainda ajudar no confronto oferecendo navios e suprimentos para as campanhas militares.

Contudo, do ponto de vista da Coroa, não era bom que o empresário terminasse seus dias na prisão por não cumprir os compromissos firmados em contrato, porque a prisão inviabilizaria de vez a quitação dos prejuízos. Para que houvesse a flexibilização ou revisão

---

<sup>228</sup>VILA VILAR, 1977. p.112.

<sup>229</sup> *Id. Op.Cit.*

<sup>230</sup> Trata-se de uma cópia da carta escrita pelos herdeiros em 20 de outubro de 1629, em que davam conta do rendimento de 220.000 maravedis provenientes da execução dos bens do dito contrato. Fonte: “Cópia da carta dirigida ao marquês de Maensa sobre a execução feita aos herdeiros de António Fernandes de Elvas, pela quantia de 220.000 maravedis, de alcance e pena de não terem dado contas da receita dos escravos negros que se levaram às Índias.” ANTT. Corpo Cronológico, Parte I, mç. 117, nº 177. (documento com representação digital).

<sup>231</sup> O termo “contratos de natureza público-privada” eram aqueles celebrados entre o monarca e um empresário, de acordo com Pereira. Ver em: PEREIRA, 2019.

<sup>232</sup> PEREIRA, Edgar. **The Ordeals of Colonial Contracting: Reactions to and Repercussions of Two Failed State-Private Ventures in Habsburg Portugal (1622–1628)**. Itinerário, v. 43, n. 01, p. 63–87, 2019.

<sup>233</sup> A proibição de desembarque destes navios se deu sob acusação de serem inimigos holandeses navegando disfarçados. *Id. Op.Cit.*

do prazo ou da quantia que seria paga pelo contratador, a Coroa avaliava a capacidade do empresário de conseguir pagar e a confiabilidade envolvida nessa parceria.<sup>234</sup>

Por todas essas razões, ter um contrato de parceria público-privada com o Estado significava assumir muitos riscos, inseguranças, lucros incertos e eventualmente a falência do contratante e do seu fiador. Para além de uma eventual má gestão do contrato, incluindo irregularidades e desvios, há ainda a conjuntura política desfavorável, além de outros fatores que poderiam explicar a falência de D'Elvas.

## 2. Os contatos de Antonio Fernandes D'Elvas

### 2.1. Os *factores*

Os *factores*, como mencionamos acima, eram os agentes do assentista distribuídos por diversos portos das Américas, da Península até a costa ocidental africana. Dentre suas funções estavam a venda de licenças, arrecadação dos direitos, a intervenção nos despachos e o monitoramento dos trâmites relativos à logística das armações. No dia a dia eram homens com amplos poderes, não sendo possível controlá-los. Alguns operaram em negócios paralelos por conta própria.

Como mencionado anteriormente, agentes estabelecidos em certos portos eram parte de uma estrutura sólida, de tal maneira que mudava-se o assentista, mas nem sempre o *factor*. Segundo Ana Hutz, isto pode ser explicado pelas relações de confiança amplamente consolidadas como o exemplo da atuação da família Gramajo nesse ramo em Cartagena das Índias.<sup>235</sup>

Sabemos que D'Elvas manteve seus negócios quase sempre dentro do círculo familiar. Em Sevilha, foi representado pela dupla Agustín Pérez e Enrique de Andrada<sup>236</sup>. Após sua morte, a família nomeou Cristóvão de Medina para acertar as contas naquela cidade. Já em Portugal, quem corria com seus papéis era o cunhado Francisco Gomes Solis. Em Cabo Verde e Angola, foi nomeado outro cunhado, Jerônimo Rodrigues Solis.<sup>237</sup>

No Brasil entre 1618-1623, Francisco Dias Bayão cuidava das relações entre a Bahia e a Costa da África.<sup>238</sup> Para Cartagena das Índias enviou seu filho, Jorge Fernandes D'Elvas

<sup>234</sup>*Id. Op.Cit.*

<sup>235</sup>Ver em: VILAR, Enriqueta Vila. **Extranjeros en Cartagena (1593–1630).** Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas, v. 16, n. 1, 1979. e HUTZ, 2019.

<sup>236</sup>VILA VILAR, 1977.

<sup>237</sup>RODRIGUES, 2019.p.308.

<sup>238</sup>Segundo informações encontradas nos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL CU\_005,CX.3.DOC.294 e 279.

(1619-1621)<sup>239</sup>, e depois da sua morte seu outro cunhado Francisco Rodrigues Solis. Enquanto que para Buenos Aires tinha como correspondente o famoso Duarte Dias Henriques.

Duarte Dias Henriques é um dos casos mais característicos do comerciante no Novo Mundo. Tinha habilidade para mudar o curso dos seus investimentos e mobilidade para morar em várias cidades importantes do circuito econômico da época.<sup>240</sup> Em fins do século XVI se encontrava como senhor de engenho em Pernambuco, entre os anos de 1607-1615 assumiu o contrato de Angola, quando decidiu que por fim voltaria à Europa, pediu carta de autorização em 1627 para instalar-se em Madrid.<sup>241</sup>

Embora não pesasse sobre D'Elvas a suspeita de ser observante da lei de Moisés, de acordo com Ana Hutz, o assentista manteve em seu círculo de amizades comerciantes de origem cristã nova, tais como Diogo Lopes Ulhoa e Luís Gomes D'Elvas. Para Jonathan Israel, as conexões transatlânticas dos sefarditas eram parte das práticas culturais desse grupo, que tinha no comércio a principal ligação, por onde estabeleciam posteriormente laços familiares e religiosos, conforme observamos adiante.<sup>242</sup>

## 2.2. Outros contatos

No caderno de contas de Antonio Fernandes D'Elvas encontramos dívidas dos fretes de navios, despesas com carregamentos<sup>243</sup>, comissões por venda, *avensas*<sup>244</sup> e algumas operações com letras de câmbio. Acreditamos que uma parte dos nomes listados são dos

<sup>239</sup> VILA VILAR, 1977.

<sup>240</sup> Ana Hutz em sua tese listou algumas características comuns ao grupo dos cristãos novos que seriam: 1) As conexões familiares através de alianças de casamento; 2) A diversificação dos negócios, com as mudanças no investimento a depender de qual circuito se apresentava mais lucrativo; 3) A organização das suas atividades em redes de comércio; 4) E a busca pela nobilitação como estratégia para fugir às investigações do Santo Ofício. Daniel Strum defende que os arranjos comerciais celebrados pela comunidade judaica na rota do açúcar não eram endogâmicos, pois a depender do risco da operação o mercador escolhia as pessoas de dentro ou fora do grupo para atuarem em seu nome no além mar, conforme discutido no capítulo 1 desta tese. Ver em: HUTZ, 2019 e STRUM, Daniel. **Resiliência da diáspora e expansão do mercado de agentes ultramarinos no comércio atlântico moderno: os agentes dos mercadores judeus e cristãos-novos na rota do açúcar.** Anais de História de Além-Mar, v. 14, p. 145–176, 2013.

<sup>241</sup> SILVA, Janaína Guimarães da Fonseca. **Cristãos-Novos no negócio da Capitania de Pernambuco: relacionamentos, continuidades e rupturas nas redes de comércio entre os anos de 1580 e 1630.** Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2012.

<sup>242</sup> Essa observação se refere à comunidade dos portugueses cristãos novos perseguidos pelo Tribunal da Inquisição em Nova Espanha, no começo do século XVI, mas acreditamos que poderia ser generalizada para outros grupos nas Índias Ocidentais. Ver em: ISRAEL, Jonathan Irvine. **Diasporas within a diaspora: Jews, Crypto-Jews and the World Maritime Empires (1540-1740).** Leiden: Brill, 2002. (Brill's series in Jewish studies, 30).

<sup>243</sup> Gastos com suprimentos em farinha. Ver em: AHU\_ACL CU\_005,CX 3.DOC.294.

<sup>244</sup> Eram os contratos particulares firmados entre o assentista e o comprador da carga, onde ficava estipulado o número de cativos, o preço e outras condições firmadas entre as partes. Ver em: VILA VILAR, Enriqueta. **Hispanoamérica y el comercio de esclavos: los asientos portugueses.**

capitães e mestres de navio que transportavam papéis e valores para os credores estabelecidos em outras partes, embora o documento só revele a localização nas letras de câmbio. O agente do credor era orientado a navegar até a Bahia, local acordado para realização do pagamento.

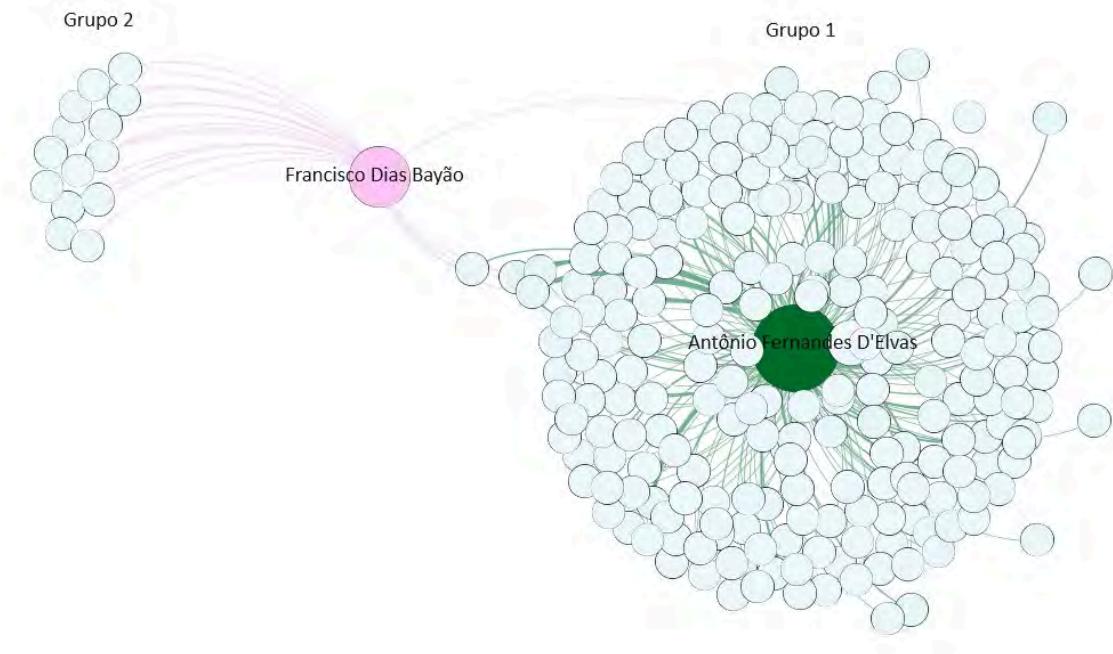
As letras de câmbio “em terceira”<sup>245</sup>, transcritas após a morte de D’Elvas na Casa dos Contos, em Salvador, seguindo as ordens do provedor-mor Pedro Viegas Giraldes, quem obrigou Francisco Dias Bayão, morador na Bahia e antigo feitor do contrato de Angola, a prestar conta de tudo que foi enviado e recebido durante a vigência do contrato, incluindo as letras e os carregamentos de açúcar. As diligências se deram contra os filhos de D’Elvas, herdeiros de todas as dívidas do contrato com a Real Fazenda.

Acreditamos que os nomes registrados nas letras de câmbio “em terceira” eram de comerciantes de Lisboa, prestamistas e financiadores da empresa de Delvas. Construímos esta hipótese depois da observação do *grafo* com as ligações entre D’Elvas e os seus credores, nele notamos a divisão entre dois grupos: de um lado uma nuvem indecifrável em torno de D’Elvas, composta pelos credores que foram acertar as contas em Salvador (*Grupo 1*), e do outro um pequeno grupo de homens de negócios citados nas letras de câmbio residentes no reino (*Grupo 2*). Os grupos praticamente não compartilham nenhum vínculo, exceto pelo feitor Francisco Dias Bayão e alguns outros nomes.

---

<sup>245</sup> O documento fala em letra de câmbio “em terceira”, porque não teria sido “pago pela primeira nem pela segunda”. AHU\_ACL CU\_005,CX 3.DOC.294.

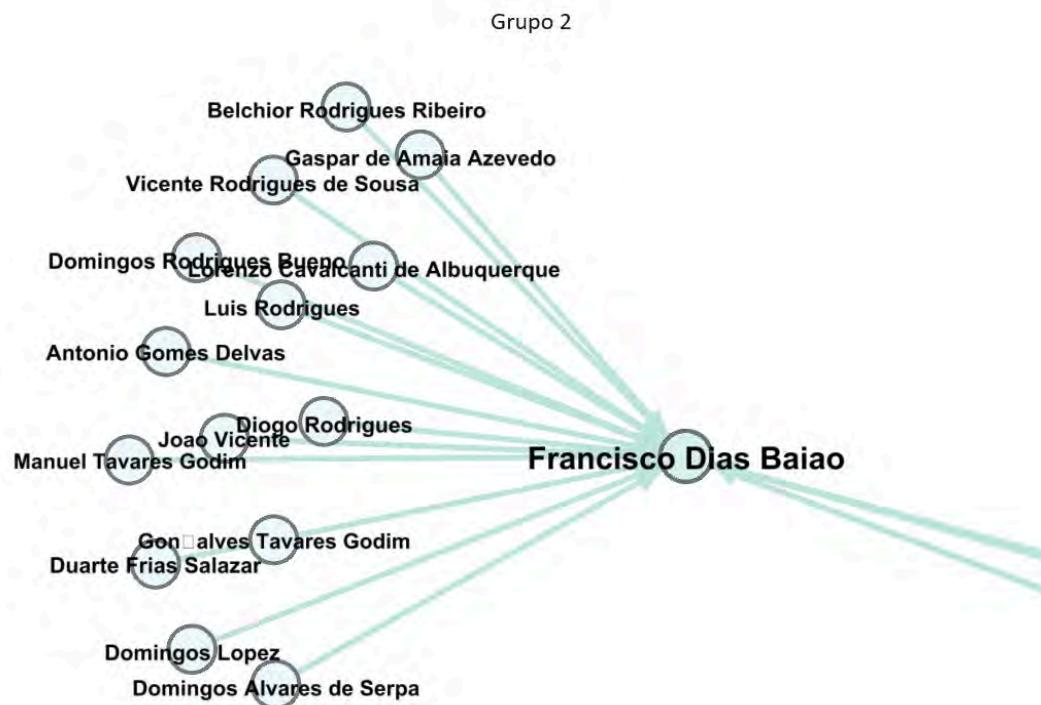
**Grafo 3.1:** Os contatos de Antonio Fernandes D'elvas 1618-1623



**Fonte:** AHU\_ACL CU\_005,CX. 3.DOC.294 e 279.

Se a nossa hipótese estiver correta, no *grupo 2* estariam os prestamistas ou banqueiros de D'Elvas, como a família Ulhoa, citada com bastante frequência na condição de sacado e beneficiário de algumas letras. Após a morte de D'Elvas e o Ulhoa pai, o dinheiro deveria ser remetido ao Ulhoa filho e Mariana Duarte, a viúva.

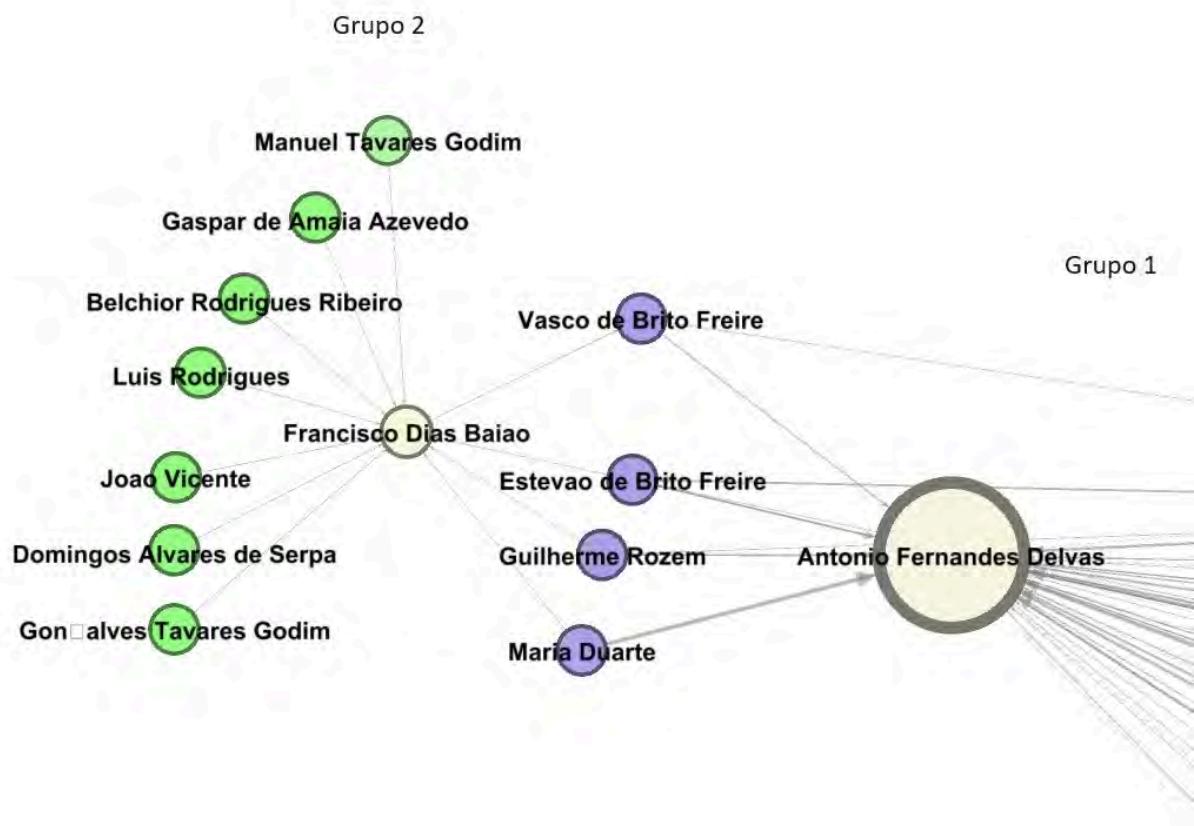
**Grafo 3.2:** “Peixe grande”: Os prestamistas de D’Elvas 1623 (*Grupo 2*)



**Fonte:** AHU\_ACL CU\_005,CX. 3.DOC.294 e 279.

Maria Duarte, a viúva de Ulhoa, foi uma das poucas pessoas da rede de D’Elvas (*Grupo 1*) que teve contato com os homens de negócio do grupo seletivo (*Grupo 2*), isso ocorreu porque muito provavelmente D’Elvas e Ulhoa eram sócios e compartilhavam os mesmos contatos na corte. Os demais agentes que estabeleceram a intercessão entre os grupos 1 e 2 estão representados abaixo na cor azul, eram eles: Vasco de Brito Freire, Estevão de Brito Freire, Guilherme Hozan e Maria Duarte.

**Grafo 3.3:** As intercessões entre os *grupos 1 e 2*



**Fonte:** AHU\_ACL CU\_005,CX. 3.DOC.294 e 279.

No “sobrescrito” das letras de câmbio encontram-se os beneficiários e seus respectivos procuradores, citados em caso de ausência do principal (por morte, doença etc) no momento do pagamento. Em todas elas os beneficiários estavam na Península, por isso acreditamos que se tratava de uma elite mercantil com sede em Lisboa, de onde mantinham seus investimentos no Atlântico. Já a nuvem indecifrável em torno de D’Elvas eram comerciantes de todo tipo, desde homens do mar, de negócios até grandes figuras como o próprio Ulhoa. Consideramos que no primeiro grupo estão os homens do comércio complementar entre Salvador-Angola, inclusive pela natureza da fonte que apresenta as

contas do contrato de Angola.<sup>246</sup> Enquanto no segundo, estão aqueles que ofereciam crédito para que D'Elvas tocasse o negócio.

Cabe ressaltar a centralidade do nome de Diogo Lopes Ulhoa, que ocupava uma posição de destaque nas relações comerciais de D'Elvas mesmo após a morte de ambos.<sup>247</sup> Diante das circunstâncias, os negócios foram tocados pelas viúvas e herdeiros desses homens. Ao que tudo indica, as viúvas não só administraram como assumiram os compromissos dos falecidos. Em 1623, os registros mostram que Elena de Solis tinha uma dívida de cerca de 500\$000 réis com Maria Duarte, com prazo de quatro meses para quitação, tudo isso pelas operações ainda de 1620.<sup>248</sup>

Ao observarmos as ligações fortes dessa rede, na imagem a seguir, obtemos apenas cinco nomes: João Francisco, Vicente Roiz de Souza, Domingos Roiz Boino, Maria Duarte e Diogo Lopes de Ulhoa, os dois últimos já citados.

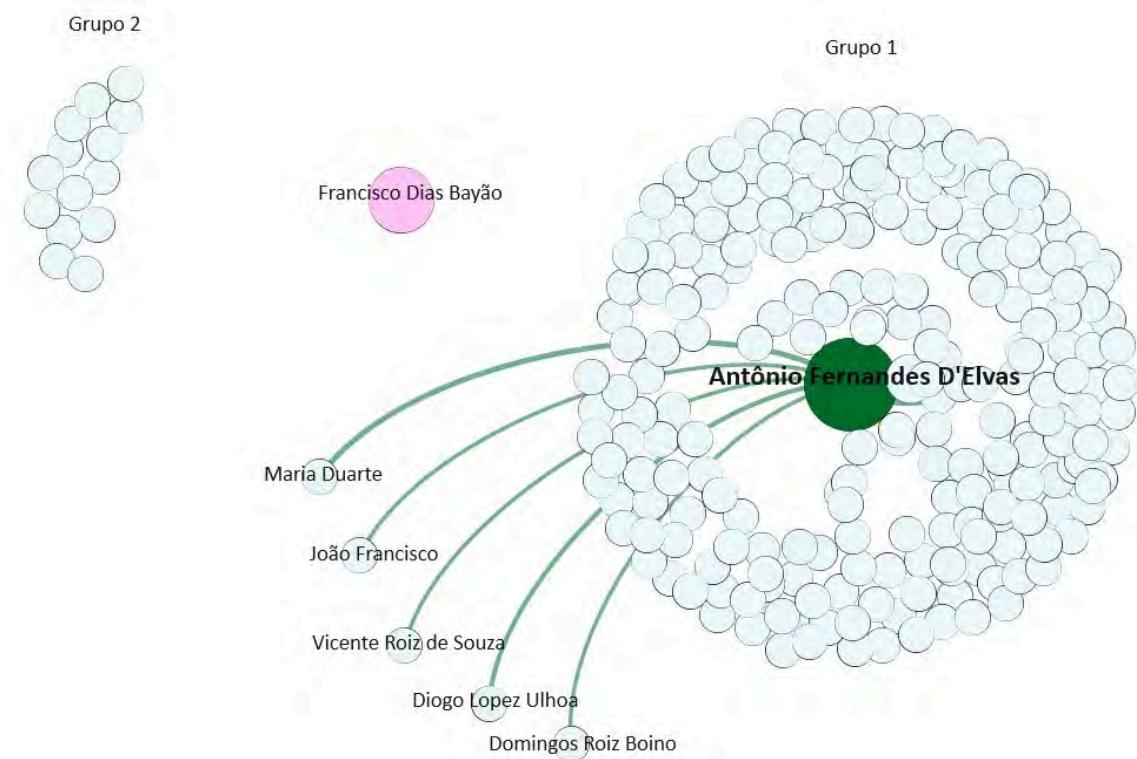
---

<sup>246</sup>Tomei de empréstimo a ideia de comércio complementar entre Bahia e Angola de Charlotte de Castelnau-L'Estoile, que afirmou em seu epílogo quando discutia o conceito de História das Circulações, o diálogo direto entre Luanda e Salvador, seriam os pontos centrais para todo tipo de gente e negócios, como missionários, escravizados, comerciantes, traficantes, etc. CASTELNAU-L'ESTOILE, 2020.

<sup>247</sup>Esse grafo foi construído usando as relações direcionadas de D'Elvas para com os devedores, isto é, as ações partiram do agente central sobre outros, de modo que os grafos representam a estrutura do documento. São ao todo 253 pessoas estabelecendo 318 ligações, destas 207 foram consideradas fortes pelo software *Gephi*. Dentre elas podemos considerar Ulhoa um agente que desempenha papel proeminente na rede, visto que muitas das interações de D'Elvas eram dirigidas a ele, sua esposa ou seu filho de nome homônimo.

<sup>248</sup> AHU\_ACL CU\_005,CX 3.DOC.294.

**Grafo 3.4:** Os contatos comerciais frequentes de Antonio Fernandes D'Elvas 1618-1623



**Fonte:** AHU\_ACL CU\_005,CX. 3.DOC.294 e 279.

Apesar da imensa rede de pessoas listadas nos cadernos de contas de Antonio Fernandes D'Elvas, seus contatos mais importantes se reduziram a um núcleo de cinco pessoas, sendo duas delas parte de uma mesma família, os Ulhoa. Dentre eles está João Francisco, de quem sabemos apenas ser mestre de navio e morador em Lesa, em 1619. Na documentação Francisco foi mencionado em 1620 e 1622, navegando com a embarcação Nossa Senhora dos Remédios para a Bahia, com propósito de cobrar a quantia de 275\$400 réis na primeira ocasião e 202\$560 réis em 1622.<sup>249</sup>

Outrossim, Vicente de Roiz Souza foi citado de 1619 a 1623, mas como credor apenas em duas oportunidades: a primeira em 1619, quando cobrou sua comissão sobre um montante de 116.000 réis, e a segunda em 1620, quando a dívida era estimada em 282.500 réis.<sup>250</sup> Por

<sup>249</sup> AHU\_ACL CU\_005,CX.3.DOC.294.

<sup>250</sup> *Ibid.*

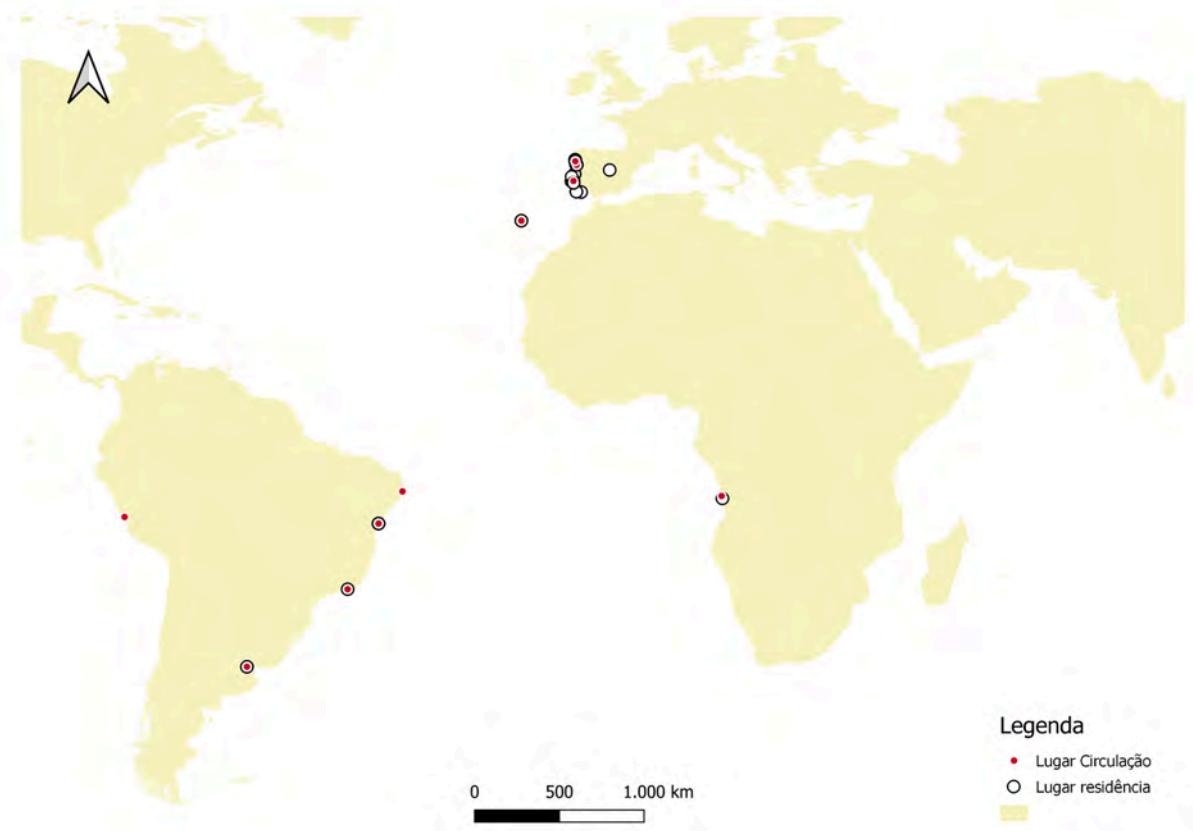
fim, de Domingos Roiz Boino, temos registro de atividade em 1622-23, em que passou letra sob D'Elvas em benefício de Maria Duarte.

### 2.3. O local de residência e a circulação dos contatos de D'Elvas 1618-1623

O total de registros levantados pelo feitor Francisco Dias Bayão, em 9 de novembro de 1623, na cidade da Bahia, era de 512 operações. Destas, há informação de moradia de apenas 81 listados. Há ainda referências espaciais da circulação desses agentes, um total 77 lugares citados.

Como não sabemos os detalhes dos acordos, os termos e condições estabelecidas nas transações que citaram esses lugares, optamos por categorizá-los sob o rótulo genérico “lugar de circulação dos credores” ou contatos de D'Elvas.

**Mapa 3.1:** O lugar de residência e a circulação dos contatos de D'Elvas 1618-1623



**Fonte:** AHU\_ACL CU\_005,CX. 3.DOC.294 e 279.

A maior parte dos contatos citados nos livros de D'Elvas declararam residir em Portugal, como mostram os numerosos e sobrepostos pontos em cor branca no mapa acima. É possível que os comerciantes volantes e os banqueiros vinculados ao empresário se encontrassem na Península. No entanto, devido a sua condição, esses mercadores precisavam circular pelos principais portos para realizar as operações e o transporte de cargas (representados em pontos de cor vermelha), como: Ilha da Madeira, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Rio da Prata, Peru e Angola .

**Mapa 3.2:** O lugar de residência e a circulação dos contatos de D'Elvas em Portugal  
1618-1623



**Fonte:** AHU\_ACL CU\_005,CX. 3.DOC.294 e 279.

Os pontos em cor branca (lugar de residência) indicam que os contatos listados nos livros de D'Elvas estavam espalhados por vários pontos da Península, embora não revele muito sobre esses comerciantes e mestres de navio, uma vez que poderiam mudar de casa de acordo com a necessidade, portanto o que temos nesta imagem é apenas o registro de *vecinato* entre os anos de 1618-23. Por outro lado, o lugar de circulação estava concentrado nas praças de negócios de Lisboa, Porto e Viana.

**Mapa 3.3:** A circulação dos contatos de D'Elvas no Atlântico 1618-1623

**Fonte:** AHU\_ACL CU\_005,CX. 3.DOC.294 e 279.

Enquanto no Atlântico o volume das ocorrências se dava entre Bahia e Angola, representados por pontos verdes em tamanho proporcional ao número de citações. Uma das explicações para a centralidade do eixo Bahia-Angola pode estar no viés da fonte, pois os cadernos eram da época do contrato de Angola com pagamento acordado na Bahia. Além disso, o levantamento das contas estava sendo feito pelas autoridades da Real Fazenda da Bahia, e era ainda o local de residência do antigo feitor do contrato, Francisco Dias Bayão.

Segundo Miguel Geraldes Rodrigues, a conexão bilateral entre África e Brasil nem sempre deixou documentos em cartórios peninsulares, e não podem ser encontrados em grandes bases de dados como o *Slave Voyages*, por se tratarem de acordos firmados entre mercadores, cujo registro cada um levava consigo em suas cadernetas.<sup>251</sup> Desse modo, as *avensas* e contratos firmados representados no mapa acima, podem ser de operações que escapavam aos registros peninsulares.

<sup>251</sup> RODRIGUES, 2019, p.326.

Os livros de contas foram encomendados pelo provedor-mor do Brasil, Pedro Viegas Giraldes, onde pedia a revisão das contas e *sobrescritos*, a fim de recuperar o dinheiro das irregularidades praticadas durante o período do assento.<sup>252</sup> Francisco Dias Bayão deveria dar conta de todo açúcar carregado nas embarcações, e também das letras de câmbio recebidas naquela praça. Do Conselho de Estado do Rei, Luis da Silva, vedor-mor, enviou carta a Salvador pedindo sequestro de todo dinheiro arrecadado, que deveria ser remetido ao Conselho para quitar a dívida de Elena de Solis com a Fazenda, pelos contratos de Angola e Cabo Verde.<sup>253</sup> Conforme as declarações do próprio provedor-mor, os produtos em circulação na ponte Bahia-Angola eram açúcar e escravos.

Para além desses produtos, encontramos objetos em prata que podem explicar a circulação (pontos em vermelho no *mapa 3.1*) do Rio da Prata ao Vice-Reino do Peru. Os mercadores envolvidos nas operações com produtos de prata eram todos homens do mar, mestres e proprietários de embarcações com mais de um registro nos cadernos de contas.

Dentre eles estavam, Brás de Afonso, vizinho de Sesimbra, mestre de navio, com nome registrado entre os anos de 1618 a 1622. Pascoal Luiz, vizinho de Lisboa, mestre de navio que fez viagens em 1618-19. Francisco Miz Cravo, com casa em Lisboa, navegou rumo à Bahia em 1618, 1619 e 1620, na embarcação por nome Nossa Senhora de Nazaré. No nome de João Barbudo de Lagos encontramos duas “pinhas de prata” e uma *avensa*. João Teixeira<sup>254</sup>, dono da embarcação Nossa Senhora de Guadalupe, vizinho de Sesimbra, é listado em 1619, com caixas de açúcar e prata, e foi à cidade cobrar uma *avensa* e a sua comissão por vendas. Andrés Gonçalves, em 1619, vizinho de Matosinhos, circulou pelo Peru levando pinhas, castiçais, pratos, saleiros e copos de prata, na embarcação Nossa Senhora da Boa Viagem, que realizou outras oito viagens todas com mestres diferentes para carregar os produtos de D’Elvas.<sup>255</sup>

Havia figuras muito conhecidas na Bahia que aparecem nas contas do empresário. É o caso de Sebastião da Rocha Pita, homem de carreira na administração régia que ocupou, inclusive, o posto de vereador na câmara, sem perder de vista os negócios, sendo o próprio senhor de engenho.<sup>256</sup> Outros nomes ilustres da cidade não pagavam pelos escravos

---

<sup>252</sup> A ordem era começar a partir de 6 de setembro de 1618, quando entrou por Salvador a primeira avensa referente ao contrato de D’Elvas. Ver em: AHU\_ACL CU\_005,CX.3/DOC.279

<sup>253</sup> *Ibid*;

<sup>254</sup> Acreditamos que se trata de um nome homônimo ao do escrivão dos Feitos e Fazenda do rei em 1623. *Ibid*;

<sup>255</sup> AHU\_ACL CU\_005,CX.3.DOC.294

<sup>256</sup>Sobre os Rocha Pita, ver a introdução do livro do historiador Sebastião da Rocha Pita (homônimo ao que me refiro nas contas de D’Elvas), ver em: PITA, Rocha. **História da América portuguesa**. Senado Federal, 2011. (Edições do Senado Federal). Ver também em: KRAUSE, 2015. p.75-94. Vimos também a atuação de uma parte

adquiridos de D'Elvas, porque eram membros de ordens religiosas e estavam isentos dos encargos. É o caso de Rui Mendes em 1619; de Vasco de Mergulhão, vigário geral; e Diogo Mendonça Fajardo, do hábito de São Pedro, em 1623.<sup>257</sup>

Por último, cabe apontar os registros de irregularidades no desembarque de produtos em Salvador durante a vigência do contrato de D'Elvas. Em 1619, o fisco confiscou determinado número de peças levadas por Jerônimo Nunes Moreno, acusado de não pagar as devidas taxas. A *avensa* foi avaliada no total de 929\$000 réis, e os escravos estavam encomendados a um tal Francisco da Rocha.<sup>258</sup>

Em 1620 houve um naufrágio na barra de Jaguaripe. Segundo o mestre Miguel de Azevedo só teriam sobrevivido 55 cativos, dos quais provavelmente tentou passar sem licença naquela cidade. Outrossim, foram os registros de Damião Frz e Francisco Mendes Fontes, mestres e *avensadores* que tinham inicialmente o Rio de Janeiro como destino, mas que por alguma razão foram a Bahia acertar as contas. Em 1622, Francisco Pires declarou abertamente que antes de desembarcar em Salvador estava negociando no Rio da Prata, apesar daquele ser um porto proibido para o desembarque dos escravos.<sup>259</sup>

Segundo Henrique Vilar observou para a América Espanhola, os casos de fraudes nos portos de desembarque de cativos eram numerosos. Não faltavam histórias de naufrágios e arribadas forçadas em portos menos vigiados. Neles, os negreiros esperavam a noite para desembarcar os escravos que excediam o número máximo permitido nas licenças, geralmente escondidos debaixo de cobertas. Dessa maneira, é possível que os casos mencionados fossem tentativas de burlar a fiscalização aduaneira.

### 3. Negreiros de Cartagena das Índias perante o Tribunal do Santo Ofício

Os negreiros em Cartagena das Índias são um tema de pesquisa bastante visitado pela historiografia, e obriga o pesquisador a tratar de vários outros assuntos transversais, dentre eles, os estrangeiros nas Índias, basicamente o fluxo de portugueses e luso-brasileiros, sobretudo a partir de 1580. É obrigatório ainda falar sobre as irregularidades praticadas neste comércio, a começar pela própria situação dos estrangeiros, quase sempre desembarcados da Costa Ocidental africana sem permissão ou documento legal que lhes garantisse a

---

da família Rocha Pita no comércio do açúcar com a Ilha da Madeira através das cartas trocadas por Diogo Fernandes Branco e João Velho Godim, filho de Sebastião, no *capítulo I* desta tese. Ver em: VIEIRA, 1996.

<sup>257</sup> AHU\_ACL CU\_005,CX. 3.DOC.294 e 279.

<sup>258</sup> AHU\_ACL CU\_005,CX. 3.DOC.294.

<sup>259</sup> AHU\_ACL CU\_005,CX. 3.DOC.294 e 279.

permanência nas Índias de Castela. Uma vez nas Índias, as redes comerciais nas quais se inserem são um tema bastante atrativo, inclusive com muitos exemplos de trajetórias de sucesso econômico, seguido da conquista do poder político com a penetração dos portugueses em instituições de poder adquirindo cargos da administração local, os *cabildos*.

Nas Índias, os grupos sefarditas depois de bem consolidados incentivaram outros familiares a migrar para as Américas. Alguns negreiros se conheciam desde muito antes, dos tempos em que aprendiam como entrar no tráfico na África. Em muitos casos aprendiam lições sobre o comércio e as leis de Moisés nos tempos em que passaram em terras africanas.<sup>260</sup> Na década de 1630, uma boa parte dessas histórias tiveram um desfecho trágico com a grande perseguição promovida pelo Santo Ofício, um outro tema bastante investigado. As hostilidades se estenderam pelo menos até a década 1640, com o estigma que recaia sobre os “homens da nação” que permaneceram em terras castelhanas, conforme observamos nos capítulos anteriores.

Em suma, quando se trata do comércio e comerciantes de escravos em Cartagena, temos pelo menos os seguintes tópicos: o estatuto de português nos domínios da América espanhola, a questão dos cristãos novos, a penetração irregular e os mecanismos de regulamentação, o contrabando, o Santo Ofício de Cartagena e Panamá, o que significava ser judaizante, o tráfico, o comércio legal o sistema dos *asientos*, os mecanismos financeiros dos *tratantes*, o translado, a infraestrutura para as armações, a corrupção das autoridades locais etc.

Não poderíamos portanto, realizar uma síntese de todos os temas citados dada a complexidade do fenômeno e seus desdobramentos. Faremos apenas uma breve contextualização a respeito das perseguições promovidas pelo Tribunal no período de 1630, conhecido como “a grande cumplicidade”, porque nos ajudará a entender a companhia estabelecida entre os comerciantes Andrés de Vanquésel e Juan Rodrigues Mesa. Além disso, o documento consultado foi produzido nos autos do processo de Mesa.

Ricardo Escobar Quevedo argumenta que Portugal desde o século XV reunia boas condições para atrair os grandes responsáveis pelo comércio de escravos nas Américas, os cristãos novos. Em terras portuguesas os mercadores contavam com certa proteção das autoridades, além de usufruírem das novas rotas à ultramar que teria garantido-lhes prosperidade.

---

<sup>260</sup>ISRAEL, Jonathan Irvine. **Diasporas within a diaspora: Jews, Crypto-Jews and the World Maritime Empires (1540-1740)**. Leiden: Brill, 2002.

A grande chance para esses homens veio a partir de 1540, com o cultivo da cana de açúcar na Ilha da Madeira (ver capítulo 1). Desde muito cedo os cristãos novos estavam presentes na Guiné e em Cabo Verde, de modo que quando a coroa portuguesa fez os primeiros esforços para organização do tráfico, na segunda metade do século XVI, delimitando as zonas de resgate em Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Angola, o grupo já detinha o controle desse comércio. Inclusive, a implementação do sistema de *asiento* não tirou o monopólio das suas mãos. O único abalo na situação foi a Restauração de Portugal em 1640, cujo tráfico passou para as mãos dos holandeses.<sup>261</sup>

Segundo Enriqueta Vila Vilar, no período da União das Coroas, a migração lusa para as possessões de Castela se intensificou. A entrada e permanência de estrangeiros era regulamentada por três mecanismos: As *cartas de naturaleza*; as licenças individuais, quando o sujeito tinha uma habilidade profissional importante que justificava a migração; e as *composiciones*, o pagamento de dada quantia sobre o valor total dos bens do sujeito. De acordo com a autora, o número de permissões e regulamentações expedidas pela Coroa dependia muito das necessidades financeiras da Real Fazenda.<sup>262</sup>

Como os cristãos novos controlavam o comércio de escravos, era prerrogativa dos mesmos a escolha da sua tripulação, de modo que muitos homens desembarcaram de navios negreiros, sem autorização em Cartagena.<sup>263</sup> A partir de 1580 teve início a migração em massa dos homens da nação, o que teria estimulado a criação do Tribunal da Inquisição em 1610. Segundo María Cristina Navarrete Peláez, um dos argumentos usados pelo Inquisidor de Lima, Antonio Ordóñez, para convencer à Coroa da necessidade da implementação de um Tribunal em Cartagena em 1600, era justamente o grande contingente de estrangeiros, sobretudo os portugueses, considerados perigosos por serem quase todos judeus, e sob o risco de propagarem as heresias entre os *criollos*.<sup>264</sup>

Aparentemente, a tolerância e anuênciam das autoridades locais durou até 1630, data da perseguição dos mercadores ricos.<sup>265</sup> Sabe-se que uma vez nas Índias, não era preciso comprovar a limpeza de sangue, requisito necessário nos mecanismos legais. Essa brecha desagradava aos mercadores de Sevilha, pois para passarem as Índias precisavam cumprir as

<sup>261</sup> ESCOBAR QUEVEDO, Ricardo. **Inquisición y judaizantes en América española (siglos XVI-XVII)**. 1. ed. Bogotá, D.C., Colombia: Editorial Universidad del Rosario, 2008. (Colección Textos de ciencias humanas).p.211-212.

<sup>262</sup> VILAR,2019.

<sup>263</sup> A partir de 1612, se tentou proibir que a tripulação das embarcações fosse negra, pois era uma das práticas frequentes de contrabando, quando os traficantes faziam os escravizados sem licença passarem como grumetes, marinheiros etc. VILA VILAR, 1977.

<sup>264</sup> NAVARRETE, 2010.p.109.

<sup>265</sup> VILAR, 1979.

exigências legais enquanto os portugueses não. Consequentemente, as acusações de “judaizante” beneficiam os mercadores da Casa de Contratação, reduto dos rivais, e que estavam por fora desse monopólio.<sup>266</sup>

Em 1630, com o retorno da cobrança das taxas de *Composiciones*, observamos alguns portugueses desembarcados em navios negreiros em Cartagena, inclusive dentre eles, pessoas com passagem pelo Brasil.<sup>267</sup> Quevedo chama atenção para o viés desse documento, pois eram taxados apenas os homens de negócio comuns, não contemplando os mais abastados que entravam nas Índias com toda documentação necessária, uma vez que tinham apoio de pessoas influentes na Corte.

O segundo problema era que os listados declararam possuir menos patrimônio do que de fato tinham, a fim de pagar menos impostos. Sendo assim, as *composiciones* em Cartagena de 1630 registraram apenas os mais pobres, e os valores pagos de taxa não refletiam o valor real dos bens do comerciante.<sup>268</sup>

Seja como for, Cartagena das Índias tornou-se um ponto de convergência das redes sefarditas que atuavam de costa a costa do Atlântico. Eram os grandes articuladores do comércio intercolonial e estabeleciam companhias visando cobrir as áreas de Cartagena, Panamá, Portobelo a Lima, além daqueles que se dedicavam às operações entre África, Cartagena e Veracruz.<sup>269</sup>

Os mercadores cristãos novos eram alvos frequentes de denúncias e reclamações por parte dos colonos, as acusações eram de fraudar a Real Fazenda. As formas mais conhecidas para burlar o fisco eram: a primeira, era transportar um número de cativos superior ao permitido na licença, conforme revelado no livro Antonio Fernandes D’Elvas; e a segunda, eram as *arribadas* forçadas, onde desembarcaram as peças excedentes escondidas, contando em alguns casos até mesmo com ajuda das autoridades locais, mediante ao pagamento de suborno, para o sucesso do desembarque.<sup>270</sup>

Havia ainda outras formas de descaminhos, como introduzir mercadorias em determinados trechos da viagem com objetivo de vendê-las nos portos de destino, apesar do

---

<sup>266</sup> BOTTCHER, 2003.p.41.

<sup>267</sup> As taxas de composição foram suspensas em 1600 e retornaram em 1630. Os desembarcados em Cartagena vindos do Brasil, estavam em Pernambuco. AGI: **Jueces de comisión y visita**. Audiencia de Santa Fé. Leg. 56B, n.73. 1631. (PARES).

<sup>268</sup> ESCOBAR QUEVEDO, 2008. p 249.

<sup>269</sup> *Id. Op.Cit.*

<sup>270</sup> Quando uma embarcação vinha de *arribada* era necessário que as autoridades julgassem se era boa ou ruim, isto é: maliciosa ou accidental. Mediante o julgamento era concedida a permissão para venda total e/ou parcial do carregamento. No entanto, a carestia de mão de obra nas Américas fazia com que a população pressionasse o *Cabildo* para aceitar “o carregamento”. Ver em: VILA VILAR, 1977.

escravo ser considerado a mais lucrativa delas.<sup>271</sup> Para Alfonso W. Queiroz, os traficantes não se restringiram apenas ao comércio de escravos e estenderam suas atividades no ramo das pérolas, diamantes, esmeraldas, cacau, açúcar e até vinho.<sup>272</sup> No inventário dos bens sequestrados pelo Santo Ofício, do já referido Juan Rodrigues Mesa, cuja fortuna foi feita no tráfico negreiro, encontramos transações com panos, anil, caixas de açúcar e pau brasil.<sup>273</sup> Em 1644, um tal Cristobal Rodriguez cobrou 23 meses de aluguel por uma bodega em que Mesa guardava somente um tipo de produto, o pau brasil.<sup>274</sup>

As autoridades pactuaram com toda sorte de ilicitudes. Essa parceria entre os oficiais reais e os negreiros pode ser entendida como uma demonstração do poder alcançado pelos homens do tráfico nessa sociedade. Jorge Fernandes D'Elvas, *factor* e filho do assentista, visitava as embarcações no porto cartagenero antes mesmo da fiscalização aduaneira, com propósito de combinar com o mestre do navio quantas peças deveriam ser ocultadas.<sup>275</sup> O próprio assentista Antonio Fernandes D'Elvas foi obrigado a tomar providências no ano de 1619, quando denunciou às autoridades que um tal Juan de Campos teria sacado de Angola cerca de 358 cativos, tendo licença para passar somente 120. O mesmo teria vendido as peças sem autorização em Pernambuco, Jamaica e Honduras.<sup>276</sup>

Diante desse contexto de ilegalidade, os inquisidores do Tribunal de Cartagena decidiram realizar as inspeções nos navios nos anos 1634-1635.<sup>277</sup> Havia ainda outras motivações para tal atitude, como as querelas e embates entre o Tribunal e as autoridades seculares daquela cidade. Em 31 de julho de 1635, a embarcação vinda de Cacheu, do mestre Luiz Gomes de Silva (morador em Lisboa), tinha 140 escravos com licença e outros 650 irregulares. Segundo a denúncia, os negociadores da carga, Manuel Alvarez Prieto e Blas de Paz Pinto, de quem falaremos adiante, aguardavam a embarcação para acertar como seria feita a entrada das “peças” clandestinas. O acordo envolvia ninguém menos que Francisco de Murga, o então governador da cidade. Não faltam, portanto, exemplos de corrupção no círculo dos altos funcionários da administração colonial e o seu envolvimento no comércio de escravos.

Para Nikolaus Bottcher, todos os comerciantes de grande relevo de Cartagena praticavam o contrabando, todos faziam parte de uma estrutura muito bem consolidada,

---

<sup>271</sup>*Id. Op.Cit.*

<sup>272</sup> QUIROZ, 1985.

<sup>273</sup> Inventário de bens de Juan Rodriguez Mesa. PARES: AHN. INQUISICIÓN, Ex.34, 1601.(PARES).

<sup>274</sup> AHN. INQUISICIÓN, Exp.40, 1601. Fólio nº19 (PARES).

<sup>275</sup> VILA VILAR, 1977.p.164

<sup>276</sup> Essa informação se encontra em uma nota de rodapé da página 171. *Id. Op.Cit.*

<sup>277</sup> Realizaram ao todo sete visitas. Ver em: BOTTCHER, 2003.

zelando pelos pagamentos, subornos e alianças. A estrutura envolvia desde oficiais da coroa, passando por capitães, pilotos, donos de embarcações, membros da tripulação e até governadores.

O autor vai além ao afirmar que os inquisidores desejavam uma parte deste montante, por isso promoveram as inspeções aos navios. Bottcher levanta a hipótese de que havia uma correlação entre as visitas de 1634-35 e a grande perseguição promovida no ano seguinte. Aparentemente, os inquisidores teriam se atraído mais pela prosperidade daquele comércio, pensando em como transformá-lo em uma fonte de ingresso, do que a perseguição ao judaísmo propriamente dita. As dificuldades financeiras enfrentadas pela instituição em 1634 reforçariam a motivação dos arrestos e sequestros de bens dos cristãos novos.<sup>278</sup>

Nessa mesma linha, Alfonso W. Queiroz considerou que a expropriação dos portugueses cristãos novos guardava relação direta com a consolidação do Tribunal do Santo Ofício enquanto instituição autônoma política e financeiramente. O Tribunal do Santo Ofício nas Américas estava limitado pelo Conselho da Suprema e submetido às ordens diretas do Rei. Desse modo, não tinham autonomia política e financeira. Coincidencialmente, alcançaram a estabilidade econômica após os períodos de auge dos sequestros promovidos no México, Lima e Cartagena.<sup>279</sup>

Juan de Mañozca y Zamora, inquisidor ambicioso e fundador do Tribunal de Cartagena foi um dos responsáveis por arquitetar o plano dos *arrastos e sequestros*. Em 1624, depois de se ambientar em Cartagena, sofreu acusações de corrupção, mudando-se para Lima, de onde iniciou as investigações que ficaram conhecidas como a “grande cumplicidade”.<sup>280</sup>

Contudo, Queiroz não descarta o peso dos fatores político e ideológico nas perseguições. No cenário político mais amplo, na década de 1640, os inquisidores encontraram uma brecha que amparou a perseguição, sobretudo depois da queda do ministro de Filipe IV, o conde Duque de Olivares, conhecido pela tolerância com os cristãos novos. Enquanto na conjuntura local, as perseguições da década de 1630 exploravam o medo da população acerca da suposta cooperação entre os “homens da nação” e os holandeses, um sentimento antilusitano que cresceu principalmente após o ataque de 1624 na Bahia.<sup>281</sup> Não raro os autos dos processos fazem referência aos comerciantes “judaizantes” como

---

<sup>278</sup> *Id. Op.Cit.*

<sup>279</sup> Em Nova Espanha o auge foi em 1642-49; em Lima 1635-41 e Cartagena 1636-38. QUIROZ, 1985. *Passim*.

<sup>280</sup> Em 1642-45 com o mesmo empenho seu primo conduziu a perseguição no México. Não satisfeito, por considerar o governador benevolente para com os “conversos”, levantou publicamente a suspeita de que o Conde Duque de Escalona, vice-rei de Nova Espanha, tinha sangue de cristão novo. *Id. Op.Cit.*

<sup>281</sup> Esse pânico generalizado nas Américas pode ser observado no já citado trabalho: SCHWARTZ, Stuart B. **Panic in the Indies: The Portuguese threat to the Spanish empire**, 1640-50. *Colonial Latin American Review*, v. 2, n. 1-2, p. 165-187, 1993.

financiadores da Companhia das Índias Ocidentais - WIC, conforme o depoimento de um dos envolvidos na “grande cumplicidade”, o mercador Manuel de Fonseca Enríquez, reproduzido no trabalho de María Cristina Navarrete Peláez.

“(...) Agregó que Rodríguez Mesa también era cofrade y que tenía en su poder el libro de la Cofradía que “...era grande y aforrado en esterlín colorado y que era el tesorero de ella y que tenía correspondencia con un portugués judío que reside en Holanda, a quien remitía el dinero, que contribuía para hacer armadas contra este puerto y para el del Brasil...”. Añadió que cuando Juan Rodríguez Mesa le enviaba el libro de la Cofradía para que lo firmara, había visto numerosas firmas de portugueses, entre ellos Blas de Paz Pinto, Juan Rodríguez Mesa, Manuel Álvarez Prieto, Luis Gómez Barreto y muchos otros de los que no recordaba los nombres.”(PELÁEZ, 2010, p.143-144)

Segundo Israel, os judeus espalhados entre o México e o Caribe formavam o mesmo grupo e compartilhavam uma experiência comum: a perseguição.<sup>282</sup> Como resultado disso, encontramos as sociedades celebradas entre os comerciantes de origem cristã nova em Cartagena, com objetivo de comercializar e se proteger. Ao que tudo indica, o negócio era próspero, uma vez que os mercadores teriam colocado em prática um circuito comercial sofisticado e promissor capaz de equilibrar interesses privados com as demandas da Coroa, mas foi interrompido pelos arrastos e confiscos engendrados em várias partes da América Espanhola.<sup>283</sup>

#### **4. Sequestros, arrastos, contas e burocracias: o Tribunal do Santo Ofício como um banco**

Os sequestros dos bens dos acusados produziram muitas fontes, dentre elas os inventários das propriedades apreendidas; as *almonedas*, o leilão público dos bens do acusado e um sem fim de papéis burocráticos elaborados durante e após a prisão do acusado, tais como contas, cobranças, disputas de credores, correspondências e outras pendências.<sup>284</sup>

Os inquisidores, fiscais e licenciados tinham bastante trabalho para resolver as questões acarretadas após a prisão dos comerciantes. Primeiro porque surgiam vários *pleitos* civis de sócios e credores que exigiam sua parte do negócio paralisado nas mãos dos licenciados, causando consequentemente, prejuízos às operações que exigiam dinheiro em

<sup>282</sup> ISRAEL, Jonathan Irvine. **Diasporas within a diaspora: Jews, Crypto-Jews and the World Maritime Empires (1540-1740)**. 2002. p.97

<sup>283</sup> A comparação do sistema inovador inaugurado pelos Cristãos Novos está em oposição ao que o autor Alfonso W. Quiroz, chamou de mercantilismo burocrático dos mercadores do Consulado de Sevilha. QUIROZ, 1985.

<sup>284</sup> *Id. Op.Cit.*

caixa, fosse para a aquisição de produtos quanto para despesas em geral.<sup>285</sup> Era imprescindível, portanto, mobilizar a rede de financiadores, sócios e agentes para dar continuidade ao empreendimento quando um dado comerciante caía nas mãos do Tribunal.

A prisão de um comerciante representava um abalo em toda rede, pois com uma das partes inoperantes dificilmente as companhias poderiam cumprir seus acordos. Aqueles que se sentissem lesados poderiam apresentar queixa diante dos inquisidores, as chamadas *manifestações*, a fim de reaver o dinheiro, para isso deveriam ter a dívida reconhecida, ou seja, provar por meio de *escripturas*, memórias, contratos, letras etc.

Os sócios e credores ainda deveriam apresentar testemunhas perante as juntas formadas exclusivamente para julgar as *manifestações*. Todavia, nem sempre as transações eram oficializadas em papel, algumas eram firmadas apenas na palavra. Nesses casos, as diligências eram mais morosas, levando à mesa do Tribunal muitas testemunhas para confirmar a versão de quem solicitava o reconhecimento da dívida. Em determinados casos o desfecho aconteceu anos mais tarde, quando o acusado já se encontrava reconciliado ao grêmio dos cristãos.

O Santo Ofício se envolveu em vários conflitos de natureza jurisdicional ao confiscar os bens de mercadores presos em Cartagena, mas com residência declarada fora do limite de ação daquele tribunal. Ao passo que cresciam as prisões, crescia a tensão com a Inquisição de Lima, que pode ser observada na troca de correspondência entre os Tribunais, onde cada qual reivindicava os bens dos acusados para si.<sup>286</sup> Depois de mais de dez anos do confisco dos bens de Manuel Bautista Perez, o Tribunal de Lima ainda enviava cartas a Cartagena exigindo o pagamento de dívidas antigas do acusado.<sup>287</sup> Como podemos notar, a questão não era simples: como definir o lugar de residência dos cristãos novos considerando a mobilidade enquanto característica inerente da atividade mercantil?

Do lado dos cristãos novos, a tensão era saber de onde viriam as acusações em virtude da ampla teia de contatos que possuíam, poderiam ser denunciados em qualquer parte do mundo católico onde houvesse a presença do Tribunal ou de familiares do Santo Ofício.

Por volta do ano 1627, Juan Rodriguez Mesa andava tão prevenido, devido a informação que recebeu de que o Tribunal limenho teria acatado denúncias contra ele, que recusou-se a abrigar na sua casa um grupo de mercadores cristãos novos, recém-desembarcados de Angola, por medo de chamar atenção. Embora, não os tenha

---

<sup>285</sup> *Op.Cit.*

<sup>286</sup> ESCOBAR QUEVEDO, 2008.

<sup>287</sup> NEWSON; MINCHIN, 2011.

desamparado por completo, encaminhou-os à casa de outras “pessoas da nação” em Cartagena.<sup>288</sup> Em vista disso, chama-nos atenção os laços de solidariedade e cooperação existentes entre os traficantes, capazes de oferecer proteção que se estendia desde o ramo dos negócios até eventos cotidianos, como a escolha de um lugar para hospedagem, por exemplo.

Nos autos das visitações Juan Rodriguez Mesa foi considerado “rabi” por ter em sua residência um grande fluxo de cristãos novos vindos de vários portos negreiros, o que teria reforçado a hipótese dos inquisidores de que se tratava de um grande doutrinador na *lei de Moisés*, além de encobridor dos judeus que vinham aquela cidade desde Guiné.<sup>289</sup> Conhecemos duas estratégias de defesa da comunidade cristã nova na cidade, usadas inclusive no caso de Mesa.

A primeira foi o vazamento da informação. Um dos depoimentos revelou que Mesa teria sido avisado com duas horas de antecedência da sua prisão.<sup>290</sup> A outra estratégia era não manter todos os bens móveis debaixo do mesmo teto, mas distribuí-los entre as casas de outros mercadores, justamente porque temiam os *arrestos e seqüestros*.

Os bens ficavam sob a guarda de outros cristãos novos com menos notoriedade perante o Tribunal, na casa de Juan Rodriguez Mesa tinham bens dos mercadores, Luís Gomes Barreto e Luis Fernando Suárez, em contrapartida o Tribunal suspeitava que Manuel Alvarez Prieto encobriu algumas coisas de Mesa.<sup>291</sup> Sabe-se ainda que o irmão de Mesa teria encoberto cerca de 30.000 pesos na Espanha.<sup>292</sup> Essa estratégia não funcionou na década de 1630, como veremos adiante, pois muitos *conversos* terminaram no cárcere delatando uns aos outros.<sup>293</sup>

## 5. As operações da companhia de Mesa e Vanquésel entre os anos de 1634-1636

O capitão Andrés de Vanquésel era um mercador rico de origem flamenca estabelecido em Cartagena das Índias, onde alcançou fortuna e poder. Sabe-se que dentre seus negócios estava o empréstimo de capitais aos traficantes de escravos. Ademais, é conhecida

<sup>288</sup> Esse depoimento foi tomado na visita de Pedro Medina Rico à Cartagena das Índias nos anos de 1636-1651. AHN. INQUISICIÓN. Exp.18, 1601. Fólio.80 (PARES) . Segundo María Cristina Navarrete Peláez, se tratava de Duarte López um dos hóspedes recusados. Ver em: NAVARRETE, 2010.p.143.

<sup>289</sup> AHN. INQUISICIÓN. Exp.18, 1601. Fólios: .80-90 (PARES).

<sup>290</sup> AHN. INQUISICIÓN. Exp.18, 1601. Fólio:84 (PARES).

<sup>291</sup> *Ibid*;

<sup>292</sup> ESCOBAR QUEVEDO, 2008.p.257.

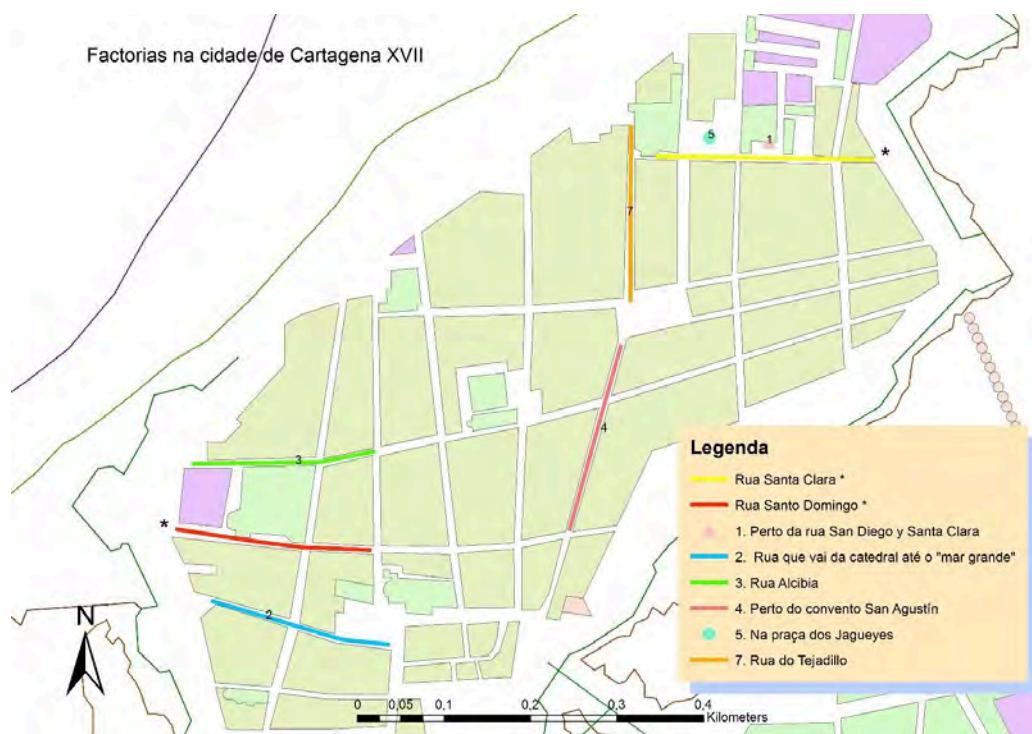
<sup>293</sup> Segundo Navarrete Peláez, Juan Rodríguez Mesa estava esperando a acusação vir de Lima, por parte de Jorge de Silva, que teria o acusado perante o Tribunal. NAVARRETE, 2010. p.143.

sua atuação na administração colonial, quando alcançou o posto de o *regidor* da cidade, rendendo-lhe o atributo de “capitão”.<sup>294</sup>

Em 1636, data da prisão de Juan Rodriguez Mesa, Vanquésel fez uma manifestação no Tribunal pedindo metade dos bens de Mesa, isto é: metade de todas as escrituras, contas, receitas das partidas de escravos e algumas pérolas. Na petição, informou que ambos possuíam uma sociedade com lucros divididos meio a meio, para comprovar sua versão apresentou várias testemunhas, através delas conhecemos um pouco sobre a vida de Mesa e a companhia formada por estes empresários.<sup>295</sup>

Juan Rodrigues Mesa, nascido em Extremos, foi descrito por Juan Ortiz, fiscal do Santo Ofício, como homem de estatura mediana, fraco, de pouca barba e bigode, que teria chegado à cidade em um navio negreiro de Angola<sup>296</sup>, se estabeleceu em uma casa na *calle Santo Domingo*<sup>297</sup>, uma rua conhecida por ser lugar de *factoria* de escravos, conforme o mapa a seguir.

**Mapa 3.4:** As ruas das principais *Factorias* de Cartagena das Índias XVII



<sup>294</sup> RIVERA, Julián B. Ruiz. **Una banca en el mercado de negros de Cartagena de Indias.** Temas Americanistas, p. 3–23, 2004.

<sup>295</sup> AHN, INQUISICIÓN, Exp.2, 1608 (PARES).

<sup>296</sup> Visita de Pedro Medina Rico 1636-1651. AHN. INQUISICIÓN. Exp.18 (PARES).

<sup>297</sup> Segundo a testemunha por nome de Marcos Gutierrez, Alferes, *vecino* em Cartagena de Índias. AHN, INQUISICIÓN, 1608. Exp.2., Fólio 242 (PARES).

**Fonte:** CASTILLO MATHIEU, Nicolas del. **La llave de las Indias.** Bogotá: Planeta, 1997.  
(Elaboração própria)

Segundo Escobar Quevedo, Juan Rodrigues Mesa era de origem abastada, seus irmãos membros da elite mercantil da corte portuguesa, onde conseguiram arrematar o contrato de Angola em 1628-1636. Fernando Arias de Mesa, seu irmão, foi conselheiro do reino de Nápoles; Manuel Rodriguez Extremos, seu tio, foi um teólogo renomado da Ordem de São Francisco; e Simón Rodríguez Bueno, seu padrinho, era um importante comerciante em Sevilha.<sup>298</sup>

Enriqueta Vilar definiu Mesa como uma das principais figuras do comércio em Cartagena, tinha *carta de naturaleza* pelo menos desde 1625, com permissão para tratar e contratar.<sup>299</sup> Tinha fragata própria que usava na navegação entre Santo Domingo, Cuba, Caracas, Ilhas de Barlovento, Maracaibo e Veracruz. Enviava a Espanha tabaco, corante, cacau, gengibre e como já citamos, pau brasil.<sup>300</sup> Seu sequestro em 1638 foi avaliado em mais de 60.000 pesos, mas como vimos esse valor poderia ser maior, uma vez que o Tribunal continuava recebendo os montantes dos devedores dos prisioneiros, sem contar o patrimônio que era descoberto gradualmente, escondido com outros “homens da nação”.<sup>301</sup>

De acordo com testemunhas, era de conhecimento público a companhia firmada entre os ditos mercadores, responsável por abastecer uma boa parte da demanda da cidade desde 1634, pelo menos. A sociedade teria sido muito rentável para Mesa, dado que obtinha empréstimos em condições especiais, mais vantajosas que para outros homens de negócios.<sup>302</sup> O trato era: Vanquésel entrava com o dinheiro, enquanto Juan Rodriguez Mesa coordenava toda logística de compra, acomodação e venda das peças.<sup>303</sup>

Para Diego de Rebolledo, testemunha, Mesa só teria logrado tamanha riqueza graças à boa reputação do nome do capitão Vanquésel nas Índias. A testemunha argumentou que um mercador com um *caudal* de aproximadamente 7.000 a 8.000 pesos, para um investimento inicial, não poderia movimentar tanto dinheiro quanto Mesa fazia.<sup>304</sup> E deu detalhes precisos

<sup>298</sup> ESCOBAR QUEVEDO, 2008.p.259.

<sup>299</sup>VILA VILAR, 1977.

<sup>300</sup> VILAR VILAR, 1979. p.164.

<sup>301</sup> Enriqueta Vilar estimou o sequestro em 65.000 pesos, enquanto Escobar Quevedo 63.293 pesos. Ver em: VILAR VILAR, 1979. p. 164-165 e ESCOBAR QUEVEDO, 2008.p.257.

<sup>302</sup> Testemunha ouvida pelo licenciado Domingo Velez de Asas y Argos e o secretário Joan de Uriarte: Don Gonçalo de Herrera (37 anos) , *assentista* em Cartagena. AHN.INQUISICIÓN, Exp.2, 1608.(PARES)

<sup>303</sup> Quem disse isso foi Bernabé Gonçalves (53 anos), em 26 de julho de 1636, *vecino* de Cartagena. AHN.INQUISICIÓN, Exp.2, 1608. (PARES).

<sup>304</sup> Diego de Rebolledo tinha 40 anos mais ou menos. AHN.INQUISICIÓN, Exp.2, 1608. Outra testemunha, um tal Juan Ruiz de la Vega (60 anos) disse que Mesa teria trazido às Índias entre 10.000 a 12.000 pesos para abrir o negócio. AHN.INQUISICIÓN, Exp.2, 1608. (PARES).

da vida de Mesa, que teria desembarcado pela primeira vez no porto havia dez anos (em 1626), optando por viver ali na segunda viagem. Diego de Rebolledo conhecia de perto a história da companhia, pois era cliente havia quatro anos.

De acordo com as informações, a companhia comprava quase todos os escravos de Angola e Rios de Guiné desembarcados no porto da cidade.<sup>305</sup> Mesa usava a própria casa como depósito, lugar em que os seus clientes habitualmente o procuravam<sup>306</sup>. O grande negócio era a venda nos reinos do Peru, onde contava com ajuda dos seus primos e correspondentes, Jorge de Silva e Juan Rodriguez de Silva.<sup>307</sup> Anualmente, Mesa e Vanquésel sentavam-se para acertar as contas do empreendimento, geralmente depois da partida das frotas.<sup>308</sup>

Vanquesel solicitou não apenas a metade que lhe correspondia sobre os bens confiscados de Mesa, como também a cobrança das escrituras daqueles mercadores presos pelo Tribunal de Lima, com dívida ativa na companhia. E explicou que a sociedade não poderia ter o dinheiro congelado, pois ambos possuíam outros empreendimentos, cujos prazos deveriam ser honrados.

Após a prisão de Mesa, Don Juan de Luricay<sup>309</sup>, o genro de Vanquesel e cavaleiro do hábito de Santiago, não recuperou o investimento de cerca de 19.504 pesos feito na companhia, para a compra de uma partida de escravos.<sup>310</sup> Curiosamente, nessa operação Luricay tinha como sócio o cunhado do antigo *assentista* Antonio Fernandes D'Elvas, o próprio Francisco Rodrigues de Solis, que por sua vez, não pôde tentar recuperar sua parte na empresa, pois também se encontrava preso.<sup>311</sup>

Pelo tamanho das movimentações da companhia seria compreensível a prática de tomar dinheiro a crédito até mesmo para um prestamista como Vanquésel. Segundo Alfonso W. Queiroz, o uso do crédito era disseminado nestas transações, um mecanismo importante tanto para o pequeno quanto para o grande comerciante.<sup>312</sup> Apenas no ano de 1635, a companhia fez 22 partidas de escravos, rendendo um total de 808.401 pesos.<sup>313</sup> Este número é

<sup>305</sup> Esse ponto foi consenso nos depoimentos de Francisco López Nieto (51 anos) e Juan Antonio Sabariego (de mais de 70 anos), capitão da infantaria espanhola. *Ibid*.

<sup>306</sup> Essa informação pode ser encontrada no depoimento de Juan Antonio Sabariego. *Ibid*

<sup>307</sup> ESCOBAR QUEVEDO, 2008.p. 257-258.

<sup>308</sup> Segundo a testemunha, Gabriel de Carrero (38 anos), *assentista* em Cartagena por sete anos em 1636. *Ibid*.

<sup>309</sup> Não temos certeza sobre a grafia do nome, pode ser Luricay, Luricary ou Curicay.

<sup>310</sup> O próprio genro de Vanquésel abriu uma manifestação cobrando o seu dinheiro. AHN.INQUISICIÓN, Exp.2, 1608. Fólio nº. 96.

<sup>311</sup> Há um valor citado que teria sido levantado por Luricay e Francisco Rodrigues de Solis, cerca de 25.288 pesos. Provavelmente os 19.504 pesos eram da parte que cabia apenas a Luricay. *Ibid*. Fólio nº. 111.

<sup>312</sup> QUIROZ, 1985.

<sup>313</sup> AHN.INQUISICIÓN. 1608. Exp.2. Fólio. nº.111.

impressionante, mas seria o suficiente para afirmar que a companhia monopolizou a compra dos escravos desembarcados no porto de Cartagena? Vejamos os números das operações declaradas pelo capitão Vanquésel em 1634, 1635 e 1636.

**Tabela 3.1:** Operações da companhia de Vanquésel e Mesa no comércio de escravos em 1634

1634		Nº escravos	Valor total peso	Valor total reales
	Venda	432	135082	
	Compra	424	59301	
	Gastos em geral		2940	
	Dívidas passivas		61325	
	Outras receitas		77425	104

**Fonte:** Pleito civil de Andres Vanquesel contra os bens de Juan Rodriguez Mesa. PARES: AHN.INQUISICIÓN, Leg. 1608. Exp.2.

A tabela acima reúne todas as operações manifestadas pelo Capitão Andrés de Vanquésel nos autos, oriundas do comércio de escravos. Os “gastos em geral” compreendem despesas com as *escripturas*, alimentação dos escravos até a venda e um certo pagamento não especificado. As “dívidas passivas” eram as dívidas da companhia contraídas com outros mercadores. Enquanto as “outras receitas” eram os ingressos recebidos pelo pagamento de dívidas anteriores, chamado no documento de “ajustamento de contas”.

Observamos que no ano de 1634 a companhia comprou 424 peças em um único lote, pagando a quantia de 59.301 pesos, logo após, investiram mais 360 pesos em gastos com alimentação, além de 80 pesos na organização e venda. No entanto, nota-se que foram vendidos oito escravos a mais que o número adquirido, o que eventualmente reforça a existência do depósito para abrigar os escravos de lotes anteriores. Nas vendas desse ano a companhia teve um lucro de mais de 70.000 pesos, o suficiente para recuperar o dinheiro investido na compra e demais despesas mencionadas no documento.

Se compararmos apenas a fonte de ingresso de “outras receitas” (77.425 pesos), com os valores declarados nos confiscos de bens de alguns acusados, tais como Juan Rodriguez Mesa (65.000 pesos), Blás de Paz Pinto (50.000 pesos) e Francisco Rodrigues de Solis (40.000 pesos)<sup>314</sup>, chegaremos a conclusão de que o patrimônio apreendido não representava a dimensão dos negócios destes mercadores de escravos.

Só de “dívidas passivas” na praça, em 1634, a companhia tinha mais de 60.000 pesos. Em termos de comparação, um comerciante era considerado rico diante do Santo

<sup>314</sup>Avaliação feita em 1638. Ver em: VILA VILAR, 1977.

Ofício quando tinha seus bens avaliados em 60.000 pesos, isso quer dizer que, só a dívida anual da companhia equivalia ao patrimônio acumulado de uma vida inteira de um comerciante nas Índias.

**Tabela 3.2:** Operações da companhia de Vanquésel e Mesa no comércio de escravos em 1635

1635		Nº escravos	Valor total peso	Valor total reales
	Venda	54	7665	
	Compra	653	109815	4484
	Gastos em geral			
	Dívidas passivas		49588	18
	Outras receitas		1920	
	Total da partida		127507	

**Fonte:** Pleito civil de Andres Vanquesel contra os bens de Juan Rodriguez Mesa. PARES: AHN.INQUISICIÓN, 1608. Exp.2.

Para o ano de 1635, o capitão disse ter realizado 22 partidas avaliadas em 800.000 pesos.<sup>315</sup> Acreditamos que esse foi o total desembolsado para a compra de armações na África, mas por algum motivo que desconhecemos, as tais partidas não foram apresentadas ao tribunal, de modo que não constam na relação manifestada pelo comerciante. Todas as operações declaradas na ocasião estão representadas na *tabela 3.2*.

Nota-se que as “vendas” declaradas foram pouco mais de 50 “peças”, em contrapartida foram “comprados” 653. As outras 599 peças, isto é , a diferença entre o número de peças compradas e vendidas, não foram declaradas nos autos. Já o valor “total da partida” não temos a informação do número de cativos, apenas o valor final da remessa, impressionantes 127.507 pesos.

Desse modo, se considerarmos apenas o número declarado de escravos comprados naquele ano, concordamos parcialmente com a afirmação de uma das testemunhas do pleito civil, sobre a companhia adquirir todos os cativos desembarcados no porto, pois 653 almas é um número bastante significativo. Para o ano de 1634, o contrato dos escravos estava nas mãos dos assentistas Gómez Angel e Méndez Sosa, cuja cota anual autorizava a entrada de 2.500 peças nos portos legalizados, que eram Veracruz e Cartagena<sup>316</sup>. Em termos do comércio legal, significa dizer que apenas no ano de 1635, no porto de Cartagena, a companhia foi responsável por cerca de 26% de todo comércio de escravos permitidos nas

<sup>315</sup> Pleito civil de Andrés de Vanquesel contra Juan Rodríguez Mesa. AHN. INQUISICIÓN, 1608, Exp.2. Fólio nº. 111. (PARES).

<sup>316</sup> VILA VILAR, 1977.

Índias de Castela. Esse dado seria confiável se não fosse a possibilidade de introdução dos escravos por meio de contrabando, escapando completamente de qualquer tentativa de quantificação. Seja como for, o fato de dois homens sozinhos concentrarem uma fatia de 26% do tráfico legalizado, não é pouca coisa.

O panorama político da segunda metade do século XVII propiciava as excepcionalidades no comércio de escravos, sobretudo após a retomada das hostilidades entre os Habsburgo e os holandeses, que converteu o Atlântico numa zona de conflitos, acarretando sérios prejuízos à navegação e ao comércio regular.<sup>317</sup> Segundo Enriqueta Vila Vilar, o período entre 1631-40 foi marcado pela crise no sistema dos assentos e o maior descontrole do contrabando. As embarcações atracavam com frequência nos portos pouco fiscalizados, onde cometiam toda sorte de excessos.

Finalmente, na relação das contas de 1635 (*Tabela 3.2*), uma nova informação é acrescentada, o valor de cada “peça” comprada ou vendida. Nas compras, observamos que os lotes foram adquiridos de fornecedores diferentes. A companhia adquiriu em média 19 peças em cada operação, pagando cerca de 270 pesos em média por cada escravo.<sup>318</sup> Em cada operação era descontado determinado valor por eventuais danos a carga, totalizando 3.350 pesos abatidos sobre todas as transações daquele ano.<sup>319</sup> Já o preço médio da venda foi de 296 pesos por escravo, embora não conheçamos os detalhes das condições de pagamento.<sup>320</sup>

A companhia não se limitou a comprar os lotes desembarcados no porto, pois atuou ainda na armação das embarcações para sacá-los diretamente da África. Juan Rodriguez Mesa era um dos donos da embarcação São Vicente, comprada em sociedade com os traficantes de Cartagena, Andrés de Montesinos e Manuel Alvarez Prieto. Em 24 de setembro de 1635, enviaram à Costa da Guiné um barco equipado com 17 tripulantes sob o comando do mestre Juan Dias Capote, de onde levaram 211 escravos, embora só 150 tenham sobrevivido à travessia.<sup>321</sup>

Aparentemente, a companhia estava em franco desenvolvimento na década 1630, inclusive, com indícios de envolvimento no contrabando. Nas inspeções realizadas pelo Santo Ofício às embarcações (1634-35), Mesa e seus parceiros de negócios estavam envolvidos em

---

<sup>317</sup> *Id. Op. Cit.*

<sup>318</sup> Nem todos os registros apresentaram o valor unitário das peças, das 31 operações de compra, apenas 23 têm essa informação. AHN. INQUISICIÓN, 1608. Exp.2. (PARES).

<sup>319</sup> O valor mais alto do desconto foi de 271 pesos e o mais baixo de 16 pesos. Temos informações dos descontos em 23 operações. *Ibid.*

<sup>320</sup> Nós só temos os valores de quatro operações de venda neste ano. *Ibid.*

<sup>321</sup> Os outros 61 (28,9%) não sobreviveram à travessia. Essa viagem está registrada no <<https://www.slavevoyages.org/>>, código da viagem: 29640. O dado foi retirado: Archivo General de Indias - AGI, Contratación, Leg. 2891 e AGI, Contaduría, Leg. 1399.

irregularidades. Em julho de 1634, encontraram no barco de Manuel Alvarez Prieto, sócio de Mesa, cerca de 200 escravos sem licença.<sup>322</sup> Em novembro daquele ano, Manuel Prieto teria sido pego novamente, dessa vez trazia à bordo Manuel de Matos, outro sócio de Mesa, na condição de passageiro clandestino, além de 170 peças sem registro oriundas de Luanda.<sup>323</sup>

No ano seguinte (1635), veio de Angola, sem licença, um tal Luiz Nunez, sócio de Mesa, em uma embarcação com mais de 320 cativos, tendo licença apenas para 130.<sup>324</sup> Em julho, Andres de Montesinos, portugues de nação, dono de duas embarcações em parceria com Mesa e Prieto (*São Vicente e Nossa Senhora de Candelária*), trouxe à cidade mais um carregamento suspeito de Luanda. E por fim, em julho, um navio vindo de Cacheu trouxe à cidade o traficante Simón Rodríguez, sócio de Mesa em Veracruz, além de outros 650 escravos, dentre os quais só poderiam passar 140.<sup>325</sup>

Todavia, em 1636 os rumos dos negócios da companhia sofreram mudanças. A maior parte do capital da companhia estava nas “**dívidas ativas**”, isto é, nas dívidas por escrituras que os outros comerciantes contraíram com Mesa e Vanquésel, conforme podemos observar na tabela abaixo.

---

<sup>322</sup> Eram 100 licenças trazidas para 300 escravos contidos na embarcação. Ver em BOTTCHER, 2003.p.45.

<sup>323</sup> Eram 117 peças com registro contra mais 170 sem a documentação. Tentaram passar as 170 por vias ilegais, através de um acordo com Francisco de Murga, o então governador de Cartagena, mas a Inquisição foi mais rápida. *Id.Op.Cit. Loc.Cit.*

<sup>324</sup> No mês de maio de 1635. *Id.Op.Cit. Loc.Cit.*

<sup>325</sup> Só trouxe licença para 140 escravos. As negociações para passagem desse contingente clandestino foram feitas por Manuel Alvarez Prieto e Blas de Paz Pinto. *Id.Op.Cit.*

**Tabela 3.3:** Operações da companhia de Vanquésel e Mesa no comércio de escravos em 1636

<b>1636</b>		<b>Nº escravos</b>	<b>Valor total peso</b>
	Venda	274	88104
	Compra	413	114153
	Gastos em geral		5737
	Dívidas passivas		26828
	Dívidas ativas		247168

**Fonte:** Pleito civil de Andres Vanquesel contra os bens de Juan Rodriguez Mesa. PARES: AHN.INQUISICIÓN, 1608. Exp.2.

O crescimento da “dívida ativa” da companhia no ano de 1636, pode estar ligado à grande perseguição movida pela Inquisição contra os comerciantes cristãos novos. É possível que a companhia tenha sido afetada pelo menos de duas maneiras, a primeira seria a redução do volume da compra e, consequentemente, da venda dos escravos, porque uma parte dos capitais de investimento estaria congelada durante o confisco dos bens. Além do mais, o mercado consumidor eventualmente sofreu o impacto da ação da Inquisitorial no Vice-reino do Peru, onde viviam muitos mercadores cristãos novos. Em segundo lugar, os próprios devedores da companhia deveriam ser “homens da nação”, que em 1636 encontravam-se presos pelo Tribunal, sem conseguir arcar com os compromissos, gerando assim o efeito de estagnação nos negócios dos negreiros.

**Tabela 3.4:** Relação dos devedores da companhia em 1636

Nome	Valor total peso
Bernardo Drago	13003
Christoval Perez de Herrera	8800
Enrique Fernandez	3000
Fabian de Fuentes	957
Fernando Gutierrez	64884
Francisco Suarez	6674
Gregorio Rodrigues Pinto	25761
Jorge Rodriguez de Silva	1650
Juan de Campos	3324
Juan Ramos	7588
Juan Ramos Perez	3830
Luis Gomes de Silva	2170
Manuel Dias Franco	9000
Mariana de Soto e Cervante	3300
Melchior Rendon	1100
Miguel de Erasso	600
Pablo Ferrera	21768
Pedro de Alarcon	1500
Pedro de Cerqueira	3758
Pedro de Retes	3904
Pedro Duque de Estrada	32010
Pedro Farias	23137
Pedro Gonçalves	1050
Pedro Lopez Solano	4400

**Fonte:** Pleito civil de Andres Vanquesel contra os bens de Juan Rodriguez Mesa.  
AHN.INQUISICIÓN, 1608. Exp.2. (PARES).

Pedro Gonçalves era *vecino* no Getsemaní, e Gregório Rodrigues Pinto, em Lima, ambos compraram da companhia desde o ano de 1634. Juan de Campos e Pedro Cerqueira desde 1635 pelo menos. Outros apresentaram ainda informações sobre o local de residência: Cristobal Perez de Herrera e Pedro de Alarcón viviam no Panamá; Pedro Farias em Lima e um tal Pedro Solano em Tolu, enquanto Manuel Dias fez duas aparições, uma em 1636 na condição de devedor da companhia<sup>326</sup>, e a outra em 1619. Curiosamente, há um homônimo a Manuel Dias nas contas de Antonio Fernandes D'Elvas, cujo registro o apresentava como *avensador* que teria ido à Bahia cobrar determinada dívida.<sup>327</sup>

A tabela 3.4 revela ainda a parceria entre uma companhia de traficantes e o próprio contador do Tribunal do Santo Ofício, Fernando Gutierrez. Não é segredo, conforme discutimos anteriormente, o interesse dos oficiais e licenciados no negócio da *trata negreira*.

<sup>326</sup> AHN.INQUISICIÓN, 1608. Exp.2. (PARES).

<sup>327</sup> AHU\_ACL CU\_005,CX 3.DOC.294.

Segundo Ricardo Escobar Quevedo, o próprio inquisidor Juan Ortiz estava envolvido na venda de um lote de escravos que tinha confiscado do dito Juan Rodriguez Mesa.<sup>328</sup>

Fernando Gutierrez (34 anos), morador em Cartagena, estava registrado de variadas formas nos papéis da companhia, inclusive serviu de testemunha nos autos, para comprovar a sociedade entre Vanquésel e Mesa. Em certa ocasião, comprou de uma única vez 141 escravos pagando 49.812 pesos.<sup>329</sup> Gutiérrez também era comerciante, pois fez três vendas de azeite para Vanquésel<sup>330</sup>, e há informação de que seu parceiro de negócios era um tal de Domingos de Silva.<sup>331</sup> E por fim, são listadas algumas de suas dívidas por *escripturas* para com a companhia.

Finalmente, podemos conjecturar que no ano de 1636 a companhia perdeu fôlego, devido aos seguintes indícios: 1) O número de peças adquiridas (“compras”) caiu de 653 no ano de 1635, para 413 peças em 1636; 2) Os gastos de manutenção do negócio aumentaram, (“gastos em geral”) de 2.940 pesos em 1634, para 5.737 pesos em 1636; e 3) Em 1636 a companhia não teve como fonte de ingresso as “outras receitas”, que eram provavelmente os juros recebidos pelas vendas anteriores, também chamados de “ajustamentos de contas”. Tudo isso aponta para uma tendência de declínio nos negócios dos mercadores dos cristãos novos, apesar da *trata* continuar um negócio atrativo, uma vez que o lucro das vendas do ano de 1636 foi superior a 80.000 pesos (*Tabela 4.3*).

O capital Vanquésel não foi preso por heresias, e segundo Alfonso W. Quiroz, teria se tornado um grande credor dos comerciantes cristãos novos depois da fase de expropriação do Tribunal.<sup>332</sup> No pleito civil movido contra os bens confiscados de Mesa, é possível observar sua participação no negócio de pérolas preciosas de Riohacha, trazidas por Rafael Gomes Herrera. Em sua defesa, argumentou que eram de uso pessoal da sua esposa Floriana Vanquésel, e por isso as queria de volta, porém ao longo das audiências se descobriu que estavam sob a guarda de Mesa para serem vendidas.<sup>333</sup> Em vista disso, não restam dúvidas quanto à prosperidade alcançada pelo Capitão e do seu papel na companhia, responsável pelo “pontapé” inicial do empreendimento, cuja cabeça era seu sócio Juan Rodriguez Mesa.<sup>334</sup>

<sup>328</sup> E teriam vendido outros 40 escravos confiscados dos bens do terceiro representante da família Gramajo em Cartagena, Jorge Fernandez Gramajo. Ver em: ESCOBAR QUEVEDO, 2008. p. 277.

<sup>329</sup> Registros das compras de Gutiérrez no *pleito civil* : na primeira pagou 1.330 pesos, na segunda ocasião 21.768 pesos e na última os 49.812 pesos citados. AHN.INQUISICIÓN, 1608. Exp.2. (PARES).

<sup>330</sup> Vendeu três vezes, mas sabemos os valores exatos apenas de duas operações, em que 15 arrobas custaram 1312 pesos, e 1.010 arrobas cerca de 3.030 pesos. *Ibid.*

<sup>331</sup> Essa sociedade é revelada no registro de Juan de Campos que informou ter comprado escravos da dupla. *Ibid*

<sup>332</sup> Segundo Rivera, o destino de Vanquésel não teria sido tão bom assim, pois foi acusado por um crime cometido pelo seu filho, e acabou preso pela justiça secular. RIVERA, 2004.

<sup>333</sup> AHN. Inquisição, leg 1608. n° 2. Folha 3. (PARES).

<sup>334</sup> *Ibid*, Folha 7.

## 6. As vendas de escravos da companhia no Panamá 1625-40

Se o pleito civil de 1636 nos permitiu observar a história e as operações da companhia dos mercadores Juan Rodriguez Mesa e Andrés de Vanquésel, a visita de Don Martin Real, membro do Conselho Geral da Inquisição de Cartagena e Lima, em 1644-45, revelou-nos acerca do mercado consumidor da companhia no Panamá.

A visita de 1644-45 tinha como objetivo revisar escrituras referentes aos reconciliados pelo Tribunal da Inquisição de anos anteriores, eram estes: Juan Rodriguez Mesa, Blas de Paz Pinto, Francisco Rodriguez de Solis, Francisco de Heredia, Francisco Piñero, Duarte Lopez, Juan del Campo, Pedro Duarte, Sebastian Cutino, Phelipe Alvarez, Duarte Pereira (ou Andrés de Saldaña), Manuel Franco Dias e Manuel Alvarez Prieto.<sup>335</sup> Uma comissão foi criada para levar a cabo as diligências no Panamá, sob a liderança de Don Alonso de Agilar. Na prática os registros apresentam os nomes de pessoas que adquiriram escravos e outras mercadorias entre os anos 1625 a 1640.

O visitador Martin Real tinha a seu favor conhecimento prévio a respeito da atuação dos negreiros da cidade, devido às informações apresentadas por aqueles comerciantes que se manifestaram contra os bens apreendidos dos acusados na década de 1630. Luís Gomes Barreto, depositário geral em Cartagena, responsável pelos escravos apreendidos do contrabando e envolvido com todos os negreiros da cidade<sup>336</sup>, disse que queria a substituição dos poderes do contrato de negros da coroa de Portugal que estava de posse de Mesa em 1635.<sup>337</sup> Blas de Paz Pinto fez uma demanda em que citava ninguém menos que o governador geral de Angola, Manuel Pereira Coutiño (1630-35) em negócios realizados com Mesa.<sup>338</sup> O fiscal do Santo Ofício, Juan Ortiz, estava implicado nas ações de tráfico, pois cobrou uma conta de Juan Rodriguez Mesa, referente ao ano de 1633, pelos gastos com os enterros no cemitério local de cativos que não sobreviveram à travessia.<sup>339</sup> Ciente de todas essas informações, o fiscal da Inquisição iniciou em 1644 as cobranças dos devedores de Juan R. Mesa no Panamá.

<sup>335</sup> *Ibid*, Fólio nº. 1.

<sup>336</sup> É um nome muito conhecido, porque alcançou poder dentro da administração colonial ao mesmo tempo que usava dessa posição para construir seus negócios. Tinha sociedade inclusive com o poderoso Manuel Bautista Perez. Sabe-se que antes de viver em Cartagena teve passagem pelo Brasil. VILA VILAR, Enriqueta, 1997, p.119; QUEVEDO, Escobar, 2008, p.222; NEWSON; MINCHIN, 2011; e MATA, Simão Castro Feijó Araújo da. **A Presença portuguesa na América espanhola do século XVII: Luís Gomes Barreto e os cristãos novos de Cartagena das Índias.** p. 305–333, 2019.

<sup>337</sup> Não temos conhecimento do documento referido nos autos do processo. Ele foi citado apenas a título de curiosidade. AHN. INQUISICIÓN, leg 1601. nº 40. Fólio nº11.

<sup>338</sup> *Ibid*, Fólio nº. 9.

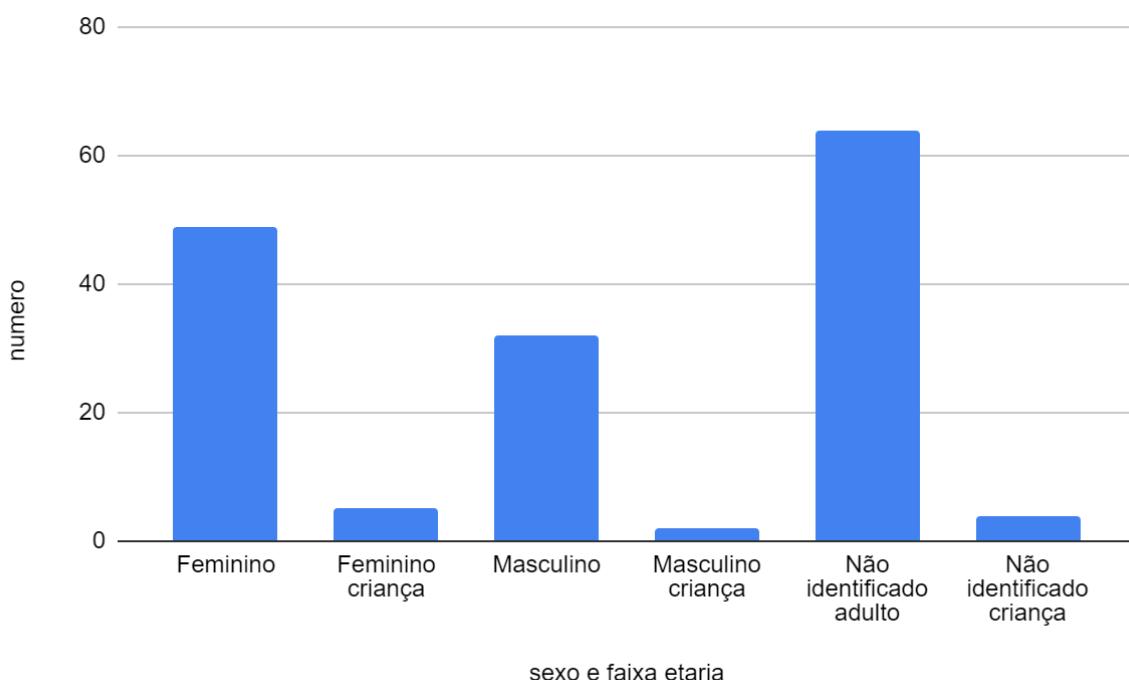
<sup>339</sup> *Ibid*, Fólio nº. 8.

### a) Os clientes dos traficantes no Panamá

A visita revelou que os consumidores da Companhia no Panamá tinham um perfil diferente daqueles encontrados no pleito civil movido por Vanquesel contra Mesa. A maior parte dos clientes comprava apenas um escravo, preferencialmente do sexo feminino. No total foram 157 registros levantados, sendo 105 provenientes de operações de venda de escravos. Dos 105 registros, 84 (80%) eram de pessoas que compraram apenas uma “peça”.

Em todas essas operações foram vendidos 156 escravos entre 1625 e 1640, dos quais 54 (34.6%) eram do sexo feminino, enquanto 34 (21.7%) do sexo masculino, e outros 68 (43.5%) não foram identificados. Havia ainda algumas crianças que os documentos citam como *negrito/negrita*. Das 54 escravas vendidas, cinco eram meninas. Dentre os 34 escravos do sexo masculino, apenas 2 eram crianças. Dos 68 cativos que não tiveram o sexo identificado, sabemos que 4 eram *negrito/negrita*.

**Gráfico 3.1:** Sexo e faixa etária dos escravos vendidos pela companhia no Panamá 1625-1640

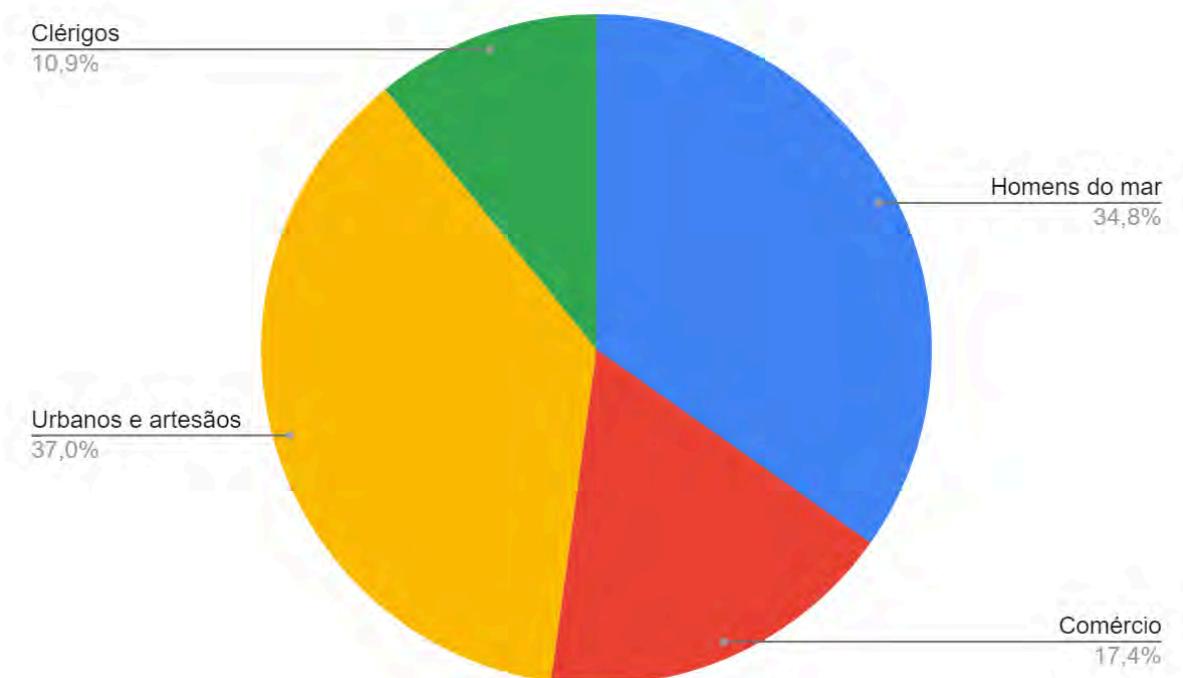


**Fonte:** AHN. INQUISICIÓN. Leg.1601. n°44 (cálculos próprios)

Em linhas gerais, esse número de escravas poderia indicar que a demanda do mercado no Panamá não poderia pagar ou não precisava da mão de obra masculina adulta. Provavelmente, as escravas adquiridas seriam usadas como uma fonte de renda do núcleo familiar urbano, empregadas em atividades do comércio, serviços e artesanato. Em termos da estratégia de vendas da Companhia, é possível pensar que enquanto os lotes de escravos homens-adultos eram destinados ao mercado limenho, as mulheres e crianças, por outro lado, eram reservadas ao Panamá. O primeiro caso pode ser explicado pela necessidade de mão de obra no árduo labor das minas de extração de prata, ao passo que o segundo responderia às demandas da economia predominantemente urbana. Para verificar esta hipótese, observamos os dados da ocupação declarada pelos compradores das “peças”.

Quase sempre os compradores eram pessoas ligadas ao meio urbano. O primeiro grupo mais expressivo era composto por trabalhadores de serviços urbanos e artesãos, tais como barbeiros, sapateiros, alfaiates, plateros, pulpeiros, ferradores, confeiteiros e médicos; seguido pelos homens do mar, pilotos, mestres e até marinheiros; o terceiro era constituído por comerciantes e tratantes; além disso, havia ainda homens de baixa patente militar e alguns clérigos.

**Gráfico 3.2:** As ocupações dos compradores da companhia no Panamá 1625-1640



Fonte: AHN. INQUISICIÓN. Leg.1601. nº44 (cálculos próprios)

Encontramos na documentação casais que juntos assumiram a dívida pela compra de um escravo, mencionando inclusive, o nome atribuído a ele. Isso indica que era um empreendimento familiar, cuja unidade de produção seria o casal e talvez os filhos, que vêem no cativo uma oportunidade de incremento da renda. Além disso, denominá-lo, antes mesmo de liquidar a dívida, aponta para um papel de agregado que este cativo desempenharia no núcleo. E por último, as formas de pagamento, mostram a dificuldade para aquisição deste bem, e portanto, a existência de no máximo dois escravos para cada família artesã.

Em janeiro de 1639, os *pulpeiros* Joan Duran e Ana Pérez, tinham uma dívida ativa de 235 pesos (de oito reales) pelo resto da compra de uma escrava adulta, deveriam pagar em duas parcelas: a primeira para fim de maio de 1639 e a segunda para maio de 1640.<sup>340</sup> Luis de Vargas e sua esposa deviam 280 pesos (de oito reales), em abril de 1628, pela compra de uma escrava adulta de origem Angola que atendia pelo nome de Cristina, até aquele ano o casal já tinha pago 340 pesos (de oito reales), o restante ficou acordado para o fim de maio de 1629.<sup>341</sup> Alonso Bravo de Laguna e Catalina Rodriguez, em outubro de 1628, deviam 320 pesos (de oito reales) pela compra de uma negra da Terra Angola, por não apresentarem fiador deram a própria cativa em hipoteca da dívida, que deveria ser paga até fins de julho de 1632.<sup>342</sup>

Encontramos ainda algumas referências de compras realizadas por escravas livres, chamadas nos documentos de “morena livre”, “mulata”, “mestiça” e “zamba”. No total foram 13 compras feitas por libertos, sendo 12 mulheres. Em geral, as libertas compravam outras mulheres, somente em quatro transações foram vendidos escravos adultos do sexo masculino, eram as compradoras: Maria Deçarate<sup>343</sup>, em abril de 1628; Catalina Gonçalves<sup>344</sup>, em fevereiro de 1630; Dorotea Sanches<sup>345</sup>, em fevereiro de 1632; e Antonia Hernandez<sup>346</sup>, em

---

<sup>340</sup> O casal já tinha pago 305 pesos de oito reales, faltavam 235 pesos. A escritura era em favor de Pedro Duarte, sócio de Simon Ley Grave. AHN. INQUISICION. Leg.1601. nº44. (PARES).

<sup>341</sup>O casal adquiriu a escrava de Juan Rodriguez Mesa e seu sócio Jorge de Silva. *Ibid.*

<sup>342</sup> Comprado de Juan Rodriguez Mesa e seu sócio no Panamá, Jorge de Silva. *Ibid.*

<sup>343</sup>Maria Deçarate, morena livre, devia em abril de 1628, a quantia de 357 pesos pela compra de um escravo Angola, a primeira parte a ser paga em abril de 1628 e a segunda em setembro de 1630. *Ibid.*

<sup>344</sup>Catalina Gonçalves, morena livre, tinha acabado de contrair a dívida de 400 pesos de oito *reales*, em fevereiro de 1630, e deveria pagá-la até o natal daquele mesmo ano. *Ibid.*

<sup>345</sup> Dorotea Sanches, morena livre, em fevereiro de 1632 estava devendo uma pequena quantia de 75 pesos pela compra de um escravo, com prazo até maio de 1633 para liquidar a dívida. *Ibid.*

<sup>346</sup> Antonia Hernandez, mulata, tinha uma dívida de 200 pesos em junho de 1633, seu prazo era até a partida da Armada do Peru em fins de maio de 1634. *Ibid.*

junho de 1633. Das 13 transações, apenas duas precisaram hipotecar algum bem, como a liberta Esperança de Castillo e a mulata Francisca Ortiz.<sup>347</sup>

De acordo com os registros de visita, o preço médio do escravo adulto, no Panamá nos anos 1625-40, era de 327.9 pesos, enquanto as escravas adultas custavam cerca de 318.8 pesos. Diante disso, pode-se pensar que as libertas tinham um negócio próprio que as permitia arcar com a compra, tendo em vista que não recorreram a um fiador e, em apenas dois casos, precisaram dar algum bem em hipoteca.

O prazo para liquidar as dívidas com os negreiros de Cartagena reforça a hipótese de que no mercado panamenho as vendas eram feitas a varejo, destinadas a trabalhadores urbanos, que não poderiam pagar à vista pelo produto.

O tempo médio entre a data do registro e o pagamento da primeira parcela era de cerca de nove meses, enquanto o tempo médio entre o pagamento da primeira e a segunda parcela era de seis meses. Em alguns registros é possível saber o valor das parcelas. O ferrador Gaspar Nunes pagaria 400 pesos pela compra de um escravo em três parcelas: a primeira no valor de 100 pesos um mês após a compra; a segunda, de 150 pesos, sete meses após a primeira e a última, de 150 pesos, cinco meses após o pagamento da segunda parcela.<sup>348</sup>

O sargento Pedro Fernandes Colmenero adquiriu uma cativa no valor de 385 pesos (de oito reales) em abril de 1630, o prazo da escritura era de duas parcelas de 192 pesos, a primeira oito meses depois da data da compra e a segunda cinco meses depois do pagamento da primeira parcela.<sup>349</sup> Geralmente o mês de partida da armada do Peru definia o calendário dos pagamentos.

Do ponto de vista do traficante, conforme observamos até aqui, era necessário capital disponível em mãos para arcar com uma série de despesas inerentes ao tráfico, tais como armações de embarcações, gastos com a aquisição de lotes, despesas com alimentação, medicina e armazenagem do desembarque até o momento da venda. Acrescenta-se a isso, o capital de reserva que precisavam ter enquanto aguardavam o tempo de retorno do investimento nas compras parceladas, como acontecia no mercado do Panamá.

---

<sup>347</sup> Esperança de Castillo estava no final da sua dívida, referente a compra de uma escrava dos rios de Guiné, avaliada em 70 patacones, em maio de 1627, deveria liquidá-la no fim de maio de 1627. Francisca Ortiz, em março de 1628, devia 175 pesos (de oito reales) pelo resto da compra de uma escrava Angola, com prazo de 12 meses. *Ibid.*

<sup>348</sup> Ele comprou o escravo de Juan Rodriguez Mesa e seu sócio no Panamá Jorge de Silva. AHN. INQUISICIÓN. Leg.1601. nº44. Fólio nº.35.

<sup>349</sup> *Ibid.*

Diante disso, acreditamos que a sociedade firmada com Vanquesel era uma base sólida para Juan Rodriguez Mesa, permitindo-o operar em pequena e grande escala. Em grande escala tinha acesso a crédito suficiente para compra e venda de grandes lotes, por outro lado, não abandonava a venda a varejo em mercados como o Panamá, onde contava com a sociedade do capitão Jorge de Silva, que gerenciava as vendas e recebia os pagamentos.

## 7. As sociedades entre os traficantes

Acreditamos que as sociedades entre os traficantes dependiam do porte das operações e do lugar onde eram realizados os negócios. Como observamos acima, o negócio de Mesa e Vanquésel movimentava muito dinheiro, na divisão das funções dentro da companhia, o primeiro oferecia seu conhecimento do mercado negreiro, enquanto o segundo colocava o capital necessário à disposição.

Podemos ir além ao ponderarmos que as sociedades estabelecidas por Mesa tinham uma característica de complementaridade. Se por um lado, as vendas no Panamá levavam em média nove meses para recuperação do capital investido, por outro lado, a companhia com Vanquesel oferecia recursos para amortizar as despesas referentes a eventuais carregações e outras despesas. Dito de outra maneira, com o capitão Jorge de Silva, Juan Rodriguez Mesa vendia as peças no mercado do Panamá, enquanto na sociedade com Vanquesel tinha a confiança necessária para obter financiamento de suas atividades paralelas ou não à Companhia principal.

Desse modo, não há nenhuma contradição entre transações pequenas e grandes nos negócios desse comerciante, Juan Rodriguez Mesa poderia simultaneamente vender mais de 100 escravos em uma única ocasião, a quase 50.000 pesos, sem deixar de cobrar uma parcela da dívida restante, no valor de 135 pesos, pela venda de apenas um cativo no Panamá.<sup>350</sup>

A iniciativa desses empresários estava ao mesmo tempo em escala local e Atlântica. Em escala local, observamos fortes indícios da ligação de Vanquesel e Mesa com a comunidade cristã nova em Lima, para onde as “peças” eram remetidas. Em escala Atlântica, a sociedade entre Juan Rodriguez Mesa e Manuel Alvarez Prieto, aponta a conexão Caribe-Costa Ocidental africana, uma vez que levantavam o dinheiro para fazer armações e sacar os escravos diretamente da fonte. Inclusive, o próprio irmão de Mesa, Andrés

---

<sup>350</sup>A venda dos 141 cativos em uma única ocasião foi feita para o já citado Fernando Gutierrez. Enquanto o exemplo de venda pequena é do piloto Juan de Torres em 1630. AHN INQUISICIÓN. 1608 Exp.2. e AHN. INQUISICIÓN. Leg.1601. nº44 (PARES).

Rodrigues Extremos, era contratista do *asiento* de Angola, entre 1628-1636, o que poderia ter facilitado as coisas para o negreiro.

Em Lima, os responsáveis pelas operações eram seu primo, Juan Rodriguez Silva<sup>351</sup>, e em Veracruz contava com Simon Rodriguez<sup>352</sup> e ocasionalmente Jorge Fernandez de Oliveira. Simon Rodriguez também era representante de outro negreiro famoso de Cartagena, o já mencionado Luis Gómez Barreto.

Da parte de Andrés Vanquésel obtivemos informações de algumas de suas parcerias. Era ligado ao grande traficante de Lima, Manuel Bautista Peres<sup>353</sup>, pelo menos desde 1634, tinham inclusive amigos em comum, como o comerciante Simón Vaz Enriquez.<sup>354</sup> É sabido que Vanquesel e seu genro Luricay mantinham vínculos com o antigo feitor e cunhado de Antonio Fernandes D'Elvas, Francisco Rodrigues de Solis, em 1635.<sup>355</sup> Ambos estavam associados ainda a Manuel Fonseca Enríquez, mercador acusado de contribuir com a Companhia das Índias Ocidentais - WIC no ataque a Pernambuco, em 1636.<sup>356</sup> E por fim, tinham uma sociedade firmada com Rafael Gomes de Herrera para atuar no negócio de pérolas de Riohacha.

Tomaremos aqui o caso de Francisco Rodrigues de Solis como um exemplo de continuidade dos negócios da família D'Elvas de uma ponta a outra do Atlântico. Francisco Rodrigues de Solis era de uma família de negociantes, tendo seu pai atuado no comércio da pimenta, conforme observamos no início deste capítulo. Logo depois da morte do seu cunhado foi designado a Cartagena para liquidar os negócios do finado cunhado. Uma vez no porto se atraiu pela prosperidade da *trata*, e inseriu-se nas redes dos cristãos novos, permanecendo ali até a sua prisão no período da “grande cumplicidade”. Ao que tudo indica, deu continuidade aos negócios do cunhado no tráfico de cativos, em 1625-1628. Há registros seus como credor no Panamá<sup>357</sup>, onde vendeu algumas peças em parceria com Pedro Duarte, provavelmente irmão de Sebastian Duarte, o grande sócio de Manuel Bautista Peres em Lima.<sup>358</sup>

No pleito civil de Vanquésel contra Mesa, Solis foi citado ao menos seis vezes. Em 1635, por uma escritura de compra de determinado lote de escravos, cujo valor final era 5.783

<sup>351</sup> ESCOBAR QUEVEDO, 2008.p.257-258.

<sup>352</sup> BOTTCHER, 2003.

<sup>353</sup> AHN.INQUISICIÓN. Leg.1608 Exp.2. (PARES).

<sup>354</sup> Sabe-se que Simon Vaz Enriques era do círculo comercial de Manuel Bautista Pérez através da leitura de NEWSON; MINCHIN, 2011 e ESCOBAR QUEVEDO, 2008. p. 237-240.

<sup>355</sup> AHN. INQUISICIÓN.Leg.1608. Exp.2. (PARES).

<sup>356</sup> NAVARRETE, 2010.p.143.

<sup>357</sup> AHN.INQUISICIÓN,1601,Exp.44. (PARES).

<sup>358</sup> Sabemos do parentesco entre os Duarte através da leitura: NEWSON; MINCHIN, 2011.

pesos. Em 1636, vendeu a Companhia um lote de 76 “peças” avaliado em 14.986 pesos, e nas seguintes menções consta como credor desta escritura. Nos registros seguintes aparece a observação de que o dito se encontrava preso naquele Tribunal.<sup>359</sup> Ele foi denunciado pelo já citado, Manuel Alvarez Prieto<sup>360</sup>, considerado suspeito porque frequentava a casa do médico Mendo Lopez del Campo.<sup>361</sup>

Manuel Alvarez Prieto também foi preso pelo Tribunal da Inquisição em 18 de abril de 1636. Seus negócios foram detalhados na visita do inquisidor Pedro Medina Rico à cidade. Nas diligências feitas pelo visitador descobriu-se que Prieto tinha residência localizada na portaria do convento da Monja de Santa Clara, e havia contraído dívida por escritura com Luis Fernández Suárez (Terceira geração dos Gramajo em Cartagena), Álvaro Lopes Mesa, Juan Rodriguez Mesa e outras seis memórias no nome do governador de Cabo Verde.<sup>362</sup>

A serviçal da família de Prieto, a morena livre, Clara Gonzalez, compareceu ao Tribunal para pedir que lhes devolvesse a sua caderneta de ouro que estaria no inventário de bens de determinado *pulpero* de Santa Catalina, preso e arrastado pelo Santo Ofício. Clara teria hipotecado a caderneta para cobrir as despesas no momento em que ficou enferma, no entanto, antes que ela pudesse reavê-la o Tribunal confiscou junto com os bens do acusado. Algumas testemunhas foram ouvidas para confirmar a versão de Clara, um deles revelou detalhes curiosos a respeito dos negócios da família de Prieto.<sup>363</sup>

Disseram ser Clara a antiga escrava do sogro de Prieto, o traficante francês Álvaro González, que vivia nos Reinos de Guiné. Gonzalez teria levado Clara, em uma de suas viagens para Cartagena havia 15 anos, por essa época ainda era cativa. Logo a escrava tornou-se uma das pessoas de confiança do francês, cuidando inclusive de alguns negócios do patrão naquela cidade. Segundo uma testemunha, ambos tinham um caso antigo, e dessa relação teriam um filho.

Sabe-se que Clara participava das vendas, e por aquele tempo teria liquidado os últimos cinco escravos remetidos desde a Guiné pelo seu patrão. Contudo, na época da enfermidade se encontrava sozinha na cidade, uma vez que Manuel Alvarez Prieto, com quem mantinha bom relacionamento, estava em viagem. Por esse motivo, recorreu ao empréstimo com o *pulpero* não identificado. Clara confessou estar com medo de que o filho

<sup>359</sup> Neste ano de 1636, Solis foi listado como credor de Pedro Faria, que devia também aos principais mercadores da cidade: Andres de Vanquésel, Juan Rodriguez Mesa e Luís Fernandes Gramajo. O próprio Pedro Faria se encontrava preso no Tribunal de Lima. AHN. INQUISICIÓN. Leg. 1608 nº.2.(PARES).

<sup>360</sup> Eram, na verdade, parte da mesma rede de mercadores presos pela Inquisição no que ficou conhecido como a “grande cumplicidade.” Ver: SPLENDIANI; SÁNCHEZ BOHÓRQUEZ; LUQUE DE SALAZAR, 1997.

<sup>361</sup> NAVARRETE, 2010.p.136.

<sup>362</sup> AHN. INQUISICIÓN, 1601, Exp. 18 (PARES).

<sup>363</sup> *Ibid.*

legítimo do francês desse por falta da caderneta quando desembarcasse na armada da Espanha.<sup>364</sup>

Um detalhe curioso deste caso é a relação de Clara e Prieto. Quando Pietro tomou conhecimento de toda história, questionou-a: por que pedir ajuda de um estranho e não a Juan Rodriguez Mesa, sócio e amigo da família? Essa história reforça a cumplicidade entre os cristãos novos, além de revelar a participação de libertos como Clara no comércio de escravos da cidade.

Ao que tudo indica, os negócios da família de Prieto tinham ramificações na Guiné, sendo ele próprio dono de algumas embarcações usadas neste circuito, como observamos anteriormente. Ele mesmo teria vivido a maior parte da sua vida em Angola, antes de mudar-se para Cartagena.<sup>365</sup> E perante o Tribunal confessou ter passagem e trato com pessoas de muitos lugares. Foi acusado de pertencer à cofradía de Holanda, onde teria contribuído financeiramente com o corso dos neerlandeses sob a bandeira da WIC no Atlântico.<sup>366</sup>

## Considerações finais

Observa-se aqui os laços de continuidade dos negócios do empresário Antonio Fernandes D’Elvas entre as Américas portuguesa e espanhola, sem deixar de lado a fonte dos seus ingressos que era a Costa africana. A atuação do seu cunhado, Francisco Rodrigues Solis, em Cartagena mostra que não havia limites para ação dos traficantes e negreiros nos espaços Atlânticos.

A continuidade e reorganização nos negócios de família podem ser considerados uma das estratégias dos cristãos novos diante dos desafios impostos pela conjuntura. O processo de nobilitação também era uma parte importante da estratégia, tendo o próprio D’Elvas estabelecido contatos através da união dos seus filhos, possibilitando assim o bom relacionamento com as elites ibéricas e autoridades políticas.

No que diz respeito às operações do contrato de Angola, registadas nos cadernos na Bahia, pelo seu antigo feitor Francisco Dias Bayão, observamos a divisão da rede de D’Elvas em pelo menos dois grupos. De um lado, temos um grupo mais seletivo, a quem consideramos prestamistas e homens de poder residentes em Lisboa, a quem provavelmente D’Elvas

---

<sup>364</sup> AHN. INQUISICIÓN, 1601, Exp. 18 (PARES).

<sup>365</sup> Ele era de origem portuguesa, foi preso pela Inquisição no ano de 1636, aos 42 anos de idade, quando declarou ter passado 20 deles em Angola. FERNÁNDEZ, Manuel Tejado. **Aspectos de la vida social en Cartagena de Indias durante el seiscientos**. Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 1954.p.185.

<sup>366</sup> VILA VILAR, 1979.

recorria para obter capital das suas operações, utilizando da sua origem nobre e seus contatos como garantias.

De outro lado, encontramos um grupo numeroso de homens que realizavam o transporte, se encarregaram da compra e venda de cativos. Essa massa tinha ordens para acertar as contas, as *avensas* e comissões em Salvador, e praticamente não tinham vínculo com o grupo seletivo de Lisboa. Seu raio de atuação concentrou-se entre a Bahia e Angola. Na Bahia, D'Elvas também mantinha seus contatos com a nobreza local, pois há menção de transações com as famílias dos Rocha Pita e Ulhoa.

Após a morte de D'Elvas encontramos seu cunhado em Cartagena das Índias, onde foi integrado às redes dos comerciantes sefarditas. Os negreiros dessa cidade acabaram presos pelo Tribunal do Santo Ofício, gerando um conjunto de documentos que permitiram-nos conhecer algumas das suas operações e associações.

Nos centramos nas contas da companhia de Andrés de Vanquesel e Juan Rodriguez Mesa, por uma razão simples: o pleito civil movido contra os bens apreendidos de Mesa, rendeu um auto com mais de 300 fólios. Além disso, as operações da companhia envolviam os principais negreiros da cidade, inclusive o cunhado de D'Elvas, Solis. As contas e pendências de Mesa tiveram desdobramentos pelo menos até a década de 1640, quando os visitadores levantaram as contas de Mesa no Panamá.

A companhia tinha clientes bem estabelecidos financeiramente, uma vez que compravam e vendiam grandes lotes de escravos. Alguns poderiam até mesmo sacar as peças diretamente da costa africana, arcando com todas as despesas de armar a embarcação e prover as necessidades básicas dos escravos do desembarque até a venda. Encontramos também uma gama de negócios variados que iam desde pau brasil até pérolas preciosas.

O empreendimento prosperou até 1635, mas no ano seguinte, com a mudança no cenário político e econômico, cresceram as dívidas ativas dos outros mercadores para com a companhia. Simultaneamente, a ação do Tribunal se intensificou em 1636, prejudicando os negócios dos cristãos novos. De todo modo, a companhia sozinha foi responsável por uma parcela significativa do comércio legal de escravos naqueles anos.

Por fim, observamos o comportamento do mercado consumidor do Panamá, onde os negreiros vendiam a varejo para aqueles que procuravam incrementar a renda do núcleo familiar com suas atividades predominantemente urbanas. Vimos que eram vendidas preferencialmente escravas do sexo feminino, e que as formas de pagamento revelam um tempo longo de retorno do investimento dos traficantes, em alguns casos com necessidade de hipoteca e fiador.

Do ponto de vista dos traficantes, operar nesse mercado a varejo significava ter dinheiro em caixa para aguardar o tempo de amortização da dívida. Esses recursos poderiam vir das sociedades estabelecidas com outros homens de negócio, tal como Vanquésel, ou do montante arrecadado nas vendas em mercados como o Peru, onde o pagamento era realizado em prata. Lima era um mercado cobiçado pelos negreiros, o que não significa que tivessem deixado de abastecer os demais. Pelo contrário, tiveram lucro vendendo escravas mulheres no Panamá, enquanto os homens certamente eram direcionados às minas de prata, em uma espécie de demanda complementar. Seja como for, para os comerciantes do século XVII, toda venda era venda, e os seus negócios se estendiam de uma ponta a outra do oceano Atlântico sem nenhuma limitação.

## CAPÍTULO IV

### ***Ni de aqui, ni de allá:<sup>367</sup> os negócios de João Rodrigues de Vasconcelos, o segundo conde de Castelo Melhor, de prisioneiro em Cartagena das Índias à governador-geral do Brasil***

#### **INTRODUÇÃO**

O segundo conde de Castelo Melhor, João Rodrigues de Vasconcelos (1593-1658), é lembrado sempre por seus feitos militares, pela sua trajetória na administração portuguesa e pela participação na Restauração de Pernambuco. Quando muito, é mencionado como exemplo de fidalgo leal à monarquia portuguesa, sobretudo ligado a D.João IV, quem lhe agraciou com mercês e bens. Imortalizado nas campanhas militares, acabou sempre mais lembrado por ser pai de Luís de Vasconcelos e Sousa, o terceiro conde de Castelo (1636-1720), valido de D. Afonso VI, que por seus próprios feitos. E de modo teleológico, as interpretações consideram que o filho viria a consolidar o legado da casa Castelo Melhor, como se o pai fosse um degrau necessário para que seu herdeiro alcançasse a glória da casa nobiliárquica.

Normalmente, as narrativas se concentram nos períodos mais bem documentados da sua vida, em 1641 quando fugiu da prisão em Cartagena das Índias, e em 1650-54, quando fez ofício na governação-geral do Estado do Brasil. De todo modo, os grandes feitos políticos dos homens de governança se sobrepõem quase sempre às outras esferas da vida, primeiro porque são atrativos e segundo porque a maior parte do material deixado é de cunho institucional administrativo, oferecendo por conseguinte mais material aos investigadores.

Como nas palavras do padre Antônio Vieira em carta ao Conde de Castelo, em um tom intimidador, falando sempre por metáforas, às quais deu o nome de advertências por amor e verdades como uma dádiva, que nos tempos de “hoje” teriam de ser procuradas de vela acesa na mão<sup>368</sup>, onde fica claro o destaque do seu papel político. “(...) Por isso, nos grandes são mais exaltados os erros porque errão com grandeza, ignoram com presunção; mais gravemente enferma o que logra melhor disposição que o que nunca deixou destes

<sup>367</sup> O título é uma referência a letra do cantor, compositor e escritor argentino Facundo Cabral.

<sup>368</sup> **Cartas do Padre Antonio Vieyra ao Exmo. Conde de Castello Melhor** [Livro]. Loc. original I-15,02,037 - Manuscritos Biblioteca Nacional (Brasil) Autor/Criador VIEIRA, Antônio, 1608-1697. Coleção: Castelo Melhor Folha 6.

ataque a razão (...)"<sup>369</sup>.

Os documentos privados feitos pelos mestres de navios, responsáveis por condicionar as cargas nas embarcações ancoradas na Baía de Todos os Santos, conforme vimos anteriormente, permitiu-nos conhecer a atividade econômica por trás da figura política de Castelo Melhor. Neste capítulo discutimos as relações entre o governador e seus correspondentes em Lisboa, Porto, Viana, Ilha Terceira, São Miguel e Ilha da Madeira. Também contemplamos algumas informações sobre a carga: o valor declarado, o volume e o valor de fretes e avarias pago aos mestres. A nossa hipótese é que Castelo Melhor aproveitou-se da estadia na Bahia para entrar no negócio do açúcar, e por isso, no primeiro ano ainda havia flutuações nos preços dos fretes cobrados, visto que não conhecia ainda as pessoas certas, porém, nos anos seguintes, o gasto com o transporte se estabilizou e o número de correspondentes se concentrou. Parece que foi o tempo que necessitava para se ambientar com produtores e mercadores para conseguir acesso a rede.

No primeiro momento nos dedicamos ao episódio da sua passagem, prisão e fuga em Cartagena das Índias, independente dos reais motivos que levaram a armada a desembarcar no porto, fosse pelas condições de navegação, “as violencias do tempo”<sup>370</sup>, pelos interesses nos negócios que lá se faziam ou em cumprimento de ordens régias, chegaram no período de agitação política e hostilidade entre portugueses e castelhanos.

Buscamos entender as ações de Castelo Melhor no contexto do levante português, movimento que deixou os súditos à ultramar na obrigação de escolherem a quem seriam leais, se à Filipe IV ou a D.João IV. Embora louvado pela sua fidelidade à causa de D. João IV, até 1641 não era possível afirmar que Castelo Melhor tivesse uma posição definida, se considerarmos que o pai de João Rodrigues Vasconcelos, o capitão general de Tânger, Rui Mendes de Vasconcelos contou com o apoio dos Habsburgo para alcançar o título de primeiro conde de Castelo Melhor em 1611.

Mais tarde, o próprio João Rodrigues lutou lado a lado com os castelhanos para expulsar os ingleses da Ilha da Providência em nome de Filipe IV. A decisão de apoiar os Bragança não pode ser considerada um caminho natural, baseada na sua naturalidade, exemplo disso está na relação verdadeira dos sucessos do conde que aponta a colaboração de inimigos e a conspiração por parte de membros da mesma nação. Castelo Melhor foi delatado

<sup>369</sup> *Id. Op. Cit.* Folha 9.

<sup>370</sup> **Relação verdadeira dos sucessos do Conde de Castel Melhor, preso na cidade de Cartagena de Indias, & hoje livre, por particular mercê do Ceo, & fauor del Rey Dom João IV. nosso Senhor, na cidade de Lisboa** [Livro] Loc. original 060B,003,034 - Obras Raras Imprenta Lisboa [Portugal] : Officina. de Domingos Lopes Rosa, 1642. Descrição original [24] p. : il., brasão ; 20 cm (4to). Biblioteca Nacional (Brasil) Coleção Real Biblioteca. folha A2.

por um português, salvo por uns castelhanos do presídio, transportado por holandeses e afeito aos franceses de Tortuga durante o caminho de volta. Essa fidelidade é colocada ainda mais à prova quando sabemos do conteúdo da carta escrita por Castelo Melhor enquanto estava na cidade, dizia-se grato ao então soberano castelhano e preocupado com as notícias que recebeu de Lisboa, onde deixou mulher e filhos.

Analisamos dois documentos produzidos quase em simultâneo sobre os feitos do conde na cidade de Cartagena para realizar um contraponto entre a versão de Portugal, exaltando os feitos do herói, contra a dos súditos castelhanos dando conta da conspiração e prisão dos réus para a Audiencia de Santa Fé.

O primeiro é um folheto chamado a “Relação verdadeira dos sucessos do conde de Castel Melhor preso na cidade de Cartagena de Indias & hoje liure por particular merce do ceo, & fauor del Rey Dom João IV. nosso Senhor, na cidade de Lisboa”, produzido em 1642, por Jorge de Carvalho, que posteriormente deu origem a comédia escrita por Antônio de Almeida “La desgracia mas felice” de 1645, obra singular na história do teatro luso.<sup>371</sup> O segundo, uma carta do capitão e sargento-mor de Cartagena Antonio Maldonado de Texeda, dando “cuenta del intento de sublevación del conde de Castilmelhor” em doze de agosto de 1641, com todo rigor da burocracia buscando apresentar as evidências que o levaram a decidir pela prisão.<sup>372</sup>

Ambas narrativas oferecem uma visão interessante de como enxergavam a si e ao outro, e usaram o ocorrido com o conde para expressarem suas críticas mútuas as práticas políticas em cada reino, como no trecho em que o escritor português condena a venda de cargos em Castela, argumentando que isso comprometeria o exercício da justiça.

---

<sup>371</sup> GOMES, João Pedro. **Os portugueses de Cartagena das Índias e a Restauração. O resgate de D. João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, Conde de Castelo Melhor.** Revista 7 mares. Niterói. nº 5. p. 10–27, 2014. e RODRÍGUEZ RODRÍGUEZ, José Javier. **De la relación a la comedia: La desgracia más felice (1645), de António de Almeida.** v. 116, p. 63–90, 2012. Este último é um trabalho sobre o teatro português, onde o autor apontou as diferenças entre o folheto da Relação e a peça, destacando os trechos onde se alteraram, ampliaram ou suprimindo os acontecimentos do papel original, para atender o público diante do tablado . O seu argumento é de que o texto da peça tem objetivo de atrair os espectadores com monólogos engraçados, criando um núcleo de personagens paralelos que contribuem para a trama central, suprimindo por razões estéticas da comédia os acontecimentos mais “pesados” como o tormento do Conde, pormenorizado na Relação.

<sup>372</sup> **Jueces de comisión y visita: Audiencia de Santa Fe.** AGI. Santa Fé. Leg. 57. n.59. Ano 1641. (PARES).

“O ouuidor tam pouco atento ao apurado com que se conseruão as maos da justiça, que dos bens do Conde se valeo de tudo o q achou mais acomodado para o seruïço de sua caza nam respeitando, que se o preso tinha culpa pertencia ao fisco real, o que elle confiscou auarento, & se estaua inocente não era razão (...) e que se os juizes auiam de ser herdeiros de todos os acriminados, fora sepre a inocencia culpa, & se castigara mais pela riqueza, que pelos delictos. Foy necessario ao Conde para dezembargar duzentas patacas, deixar lhe cem de soborno, que como deuia ter coprado o officio, como se via em Castela (...)"(ROSA, 1642. Folha A4)<sup>373</sup>

As críticas revelam menos sobre a identificação com o lugar de nascimento e mais propriamente a conjuntura de conflito que suscitou o rancor e a hostilidade entre súditos que até a década de 1640 não tinham contrastes fortes. Talvez os eventos políticos e a crise econômica do complexo de Potosí, tenham levado os *vecinos* de Cartagena ao conflito com a comunidade até então aceita.

## 1. A Casa Castelo Melhor

A trajetória de sucesso da Casa Castelo Melhor começou com os esforços de D. Martim Moniz ainda no século XII, destacando-se na luta contra os infiéis em Lisboa. Moniz morreu em 1147, mas seus feitos ficaram conhecidos por muitos anos, coube ao seu filho primogênito D. Pedro Martins a multiplicação do patrimônio da família, fazendo-o com êxito.<sup>374</sup> O prestígio viria com o antecessor de João Rodrigues Vasconcelos, a quem Filipe III concedeu o título de primeiro conde de Castelo Melhor em 21 de março de 1611, foi o capitão- general de Tânger Rui Mendes de Vasconcelos, casado com D. Isabel Galvão.<sup>375</sup>

Anos antes, em 1460, teriam sido outorgadas a Rui Mendes as mercês dadas a seu falecido pai João Rodrigues Ribeiro, que dispunha de 9.000 reais anuais em cobranças de tributos na região entre Minho e Douro, mas antes de apoderar-se da mercê, deveria pagar a dívida que o pai não liquidou em vida, levando a deixar terra de Nóbrega em penhor pelo valor de 110.000 reais, ainda que endividado mantinha o reconhecimento de fidalgo da Casa Real e alcaide-mor de Penamacor.<sup>376</sup>

<sup>373</sup> ROSA, Domingos Lopes, **Relação verdadeira dos sucessos do Conde de Castel Melhor (...).** Obras Raras Imprenta Lisboa [Portugal], 1642. folha: A4.

<sup>374</sup> Segundo Dantas, “Entre os séculos XIII e XVI incorporaram em seus domínios as alcaldias de Coimbra , os senhorios de Figueiró, Moita e Pedrógão.” Ver em: DANTAS, Vinícius Orlando de Carvalho. **O Conde de Castelo Melhor: Valimento e razões de Estado no Portugal seiscentista (1640-1667).** Niterói, 2009. p.180.

<sup>375</sup> MONTEIRO, Helena Maria Matos. **A Chancelaria Régia e os seus oficiais : 1464-1465.** Universidade do Porto, Porto, 1997. p.21.

<sup>376</sup> Os requerimentos feitos tanto por Rui Mendes de Vasconcelos quanto pelo seu pai, assim como os valores e propriedades administradas pela família se encontram: Arquivo Nacional Torre do Tombo – ANTT. Chancelaria

Como o capitão Rui Mendes não deixou descendentes, o título deveria ficar com o esposo da sobrinha, D. Mariana de Lencastre, e para manter o título na família, escolheu um parente, o desafortunado Francisco de Sousa Vasconcelos, que morreu antes do casamento, passando o acordo para seu segundo irmão, João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa. A decisão não foi unânime e descontentamentos se levantaram por parte de outros membros da casa Vasconcellos. Foi preciso a intervenção do próprio monarca sinalizando em favor de João Rodrigues, que em troca exigiu recursos para conter a guerra em Pernambuco.<sup>377</sup> De todo modo, o título foi solicitado em 11 de junho de 1634 e recebido no ano seguinte.<sup>378</sup> Três anos mais tarde, o conde em pessoa fez campanha militar em Pernambuco onde permaneceu até 1639.

Ao que tudo indica João de Vasconcelos conquistou a confiança dos familiares da sua esposa, segundo indica o autor da *Relação*, pois os aguardavam com grande alegria no retorno a Lisboa depois do episódio no Caribe:

“(...) o festejaram com grandes extremos de amor: os parentes, & os amigos, falauam mais nos braços, com as lagrimas, que com as vozes (...) Entraram em huma falua, com o Conde, seu conhado Capitam, Ruy Fernandes de Almada Prouedor da Casa da India, seu primo Lopo Furtado de Mendonça, & seus irmaos Reuerendissimo Padre Geral de Sam Bento Frey Pedro de Sousa, & o muyto Reuerendo Padre Frey Rodrigo de Sousa Religioso da Sanctissima Trindade.” (ROSA, 1642. Folha C3-C4)<sup>379</sup>

O casamento com D. Mariana de Lencastre parece ter sido uma união harmoniosa, tiveram quatro filhos, dentre eles o famoso valido de D. Afonso VI, Luís de Vasconcelos e Souza (1636-1720). Além disso, foi ela a principal parceira nos negócios do conde, respondia pela maior parte das mercadorias que o então governador-geral enviava para Lisboa.<sup>380</sup> O mesmo folheto da *Relação* oferece duas passagens sobre a duradoura união. A primeira após a corte tomar conhecimento da prisão do conde, enviando uma embarcação para resgatá-lo.

---

de D. Manuel I, liv. 27, fl. 6. Ano 1496.“A Rui Mendes de Vasconcelos, Fidalgo da Casa Real e Alcaide-mor de Penamacor, foi dada confirmação de uma carta de padrão.”

<sup>377</sup> DANTAS, 2009. p. 179-183.

<sup>378</sup> Sabemos da existência do documento, no qual João Rodrigues de Vasconcelos solicita a mercê à Filipe III, em 1634, através do catálogo dos documentos *avulsos* do Arquivo Histórico Ultramarino, não tivemos acesso pasta onde se encontra, (AHU ACL CU\_035,CX.1, D.7). Há um trabalho que menciona o referido manuscrito: DIAS, Erika Simone de Almeida Carlos; BELLOTTO, Heloísa Liberalli; Fundação Calouste Gulbenkian (LISBOA. **Catálogo dos documentos manuscritos avulsos existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa /IICT/Portugal, 1581-1834: referentes a Ultramar, Serviços de Partes, Visita do ouro, Contratos do sal, Brasil-geral.** Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 2011.

<sup>379</sup> ROSA, Domingos Lopes, **Relação verdadeira dos sucessos do Conde de Castel Melhor (...).** Obras Raras Imprenta Lisboa [Portugal], 1642. Folhas C3-C4.

<sup>380</sup> Base de dados própria, construída a partir dos manuscritos: **Registro das declarações dos mestres de navios à carga na Bahia de Todos os Santos, nos anos de 1650-1654.** [S.l.: s.n.]. Disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional - BN Digital. Acesso em 10 de julho de 2020.

Na ocasião, “A senhora condeça lhe mandou muitos regalos, assi para o seu trabalho [O Alferes Antonio de Abreu], como para a jornada do Conde”.<sup>381</sup> A segunda, sobre como teria se sentido quando o reencontrou:

“(...) & virandose ao Conde [o rei] lhe disse, que naum era razão que o detuesse, fazendo elle mal a Condeça: ideuos descansar, & outro dia me vereis de vagar. Com isto se sahio & era tanta gente, que mal pode fazer cortesia a senhora Codeça sua mulher, que estaua no quarto das damas para o poder ver (...) Delhe Deos todas as felicidades, que eu lhe desejo [o autor], todos os bens que a fortuna parece que lhe promete, & todas as honras, & acrecentamentos, que a senhora Condeça folgara de ver.”<sup>382</sup>

## 2. As tensões e conflitos entre o governador geral de Cartagena das Índias e a Armada do Brasil 1640-41

A aventura narrada na “Relação Verdadeira dos Sucessos do conde” informa que o fidalgo integrava a armada do conde da Torre, Dom Fernando Mascarenhas, que teria partido de Lisboa com muitos homens de valor, nobres, para combater os inimigos no Brasil. Em algum momento não específico teriam enfrentado uma tempestade:

“ (...) as violencias do temporal, inclinando as velas, para onde guiauão os fados que forcejaram as do nauio que leuaua o Conde de Castel-melhor, a tomar a costa de Siara rigurosamente cobatidos dos mares, & aqui mal hospedados do Indio, que desejara fazer de todos hum sabroso banquete a sua fereza.”(ROSA, 1642. Folha A2).

O motivo que os levou ao porto de Cartagena das Índias não é claro, seria apenas uma estratégia de proteção. Assim como também não foi precisado os números, quantos homens estavam na infantaria, quantas embarcações integravam o comboio, a rota que tomaram etc. Talvez fosse uma estratégia consciente de exaltar aquilo que convinha à causa do governo de D. João IV, uma vez que o próprio autor reconheceu a lacuna: “Enfim não contarei as miudezas desta verdadeira historia, fiando que as chronicas o digam dilatadamente, como merecem tam singulares proezas.”<sup>383</sup>

A folha seguinte se centra nos feitos do conde na guerra de expulsão dos ingleses na Ilha de Santa Catalina, compreendia San Andres e ilha da Providência, região histórica de confronto, que abrigava os corsários inimigos dos interesses de Castela, conforme se verá nas correspondências dos oficiais e o governador. As ilhas eram estratégicas, primeiro porque

<sup>381</sup> ROSA, 1642. Folha B2.

<sup>382</sup> ROSA, 1642. Folha C4.

<sup>383</sup> *Op.Cit.* Folha: A2.

ofereciam recursos naturais, os "víveres" para o sustento das tropas que poderiam passar longas temporadas ali ancoradas, e segundo porque serviam de base para espreitar os galeões de prata saídos do Vice-reino do Peru. A segurança das frotas da Carreira da Índia também estava em perigo, principalmente a de Terra Firme, cujo destino era Portobello, mas fazia escala em Cartagena, devido a insalubridade do istmo, a falta de água e o calor excessivo.<sup>384</sup>

A fonte de preocupação do monarca eram os danos a Fazenda Real, pois necessitava a todo custo se livrar dos inimigos, principalmente ingleses, constante ameaça a praça de Cartagena, invadida, saqueada, incendiada e sempre necessitada de recursos para proteção. Aparentemente, não era a primeira vez que os ingleses derrotados ou expulsos procuravam abrigo próximo às ilhas, tornando-se fonte inesgotável de preocupação pelo menos até o século XVIII, quando o tema ainda dominava a documentação produzida pelas autoridades locais, atualmente arquivada no fundo “assuntos estrangeiros” do Arquivo Nacional de Bogotá.<sup>385</sup>

A batalha contra os corsários e inimigos da monarquia católica no Caribe é o ponto crucial para entendermos o motivo que levou a armada do conde da Torre a deixar o litoral do Brasil em 1640, em pleno sítio neerlandês a Pernambuco, para arribar em Cartagena, descartando assim, a causa accidental narrada pelo escritor da relação Jorge de Carvalho. Havia um motivo muito claro e intencional, a união e a cooperação militar entre os exércitos de Castela e Portugal. A presença militar portuguesa e os eventos políticos ocorridos ao longo da estadia no presídio da cidade de Cartagena explicam em parte a prisão de Castelo Melhor, vinculada a interesses locais e a ultramar, em um jogo de poder de Don Melchor de Aguilera e do capitão general e do sargento-mor Antonio Maldonato Texeda.

O governador general Melchor de Aguilera escreveu em 18 de maio de 1640 uma carta ao rei dando conta dos autos “(...) de enbio de la información sobre los libelos e otros

---

<sup>384</sup> CALVO, Alfredo Castillero. *La carrera, el monopolio y las ferias del trópico*. In: *Historia general de América Latina*. [Madrid] : París: Editorial Trotta ; Ediciones UNESCO, 1999, p. 75–124.

<sup>385</sup> Os ingleses eram maioria, mas também há registros de ataques franceses e até dinamarqueses. A maior parte dos assuntos relativos a estrangeiros de “nação portuguesa”, como os irregulares e as listas de *composición*, datam de fins do XVI e começo XVII. Estavam geograficamente dispersos pela costa (Cartagena, Riohacha e Santa Marta), mas também presentes no interior neogranadino em Mompox, Cáceres e Mariquita. Caso interessante é de uma “quadrilha de negros” apreendida em Cáceres, cujos proprietários eram portugueses traficantes devedores do fisco. Ver en: AGN - Archivo General de la Nación, fondo: Negocios-exteriores legajo 42, carpeta 4. É completamente possível que os portugueses participassem do fornecimento de mão de obra Africana para a região mineradora do território (Cáceres, Zaragoza e Remédios) o que coincide com o período de extração de ouro, que contou com pelo menos três fases, cujo auge seriam os primeiros anos do século XVI. Esgotando-se a mão de obra indígena, em 1580 passou-se ao emprego maciço de africanos. COLMENARES, Germán. *Historia económica y social de Colombia*. 5. ed. Santafé de Bogotá: TM, 1997. (Biblioteca Germán Colmenares). p.266-272.

particulares de la infantería de la armada del Brasil”<sup>386</sup>, que segundo ele teriam cometido excessos contra a figura do rei durante a campanha na Ilha de Santa Catalina. Pelo tom que introduz o assunto, logo se percebe que os feitos da armada eram apreciados pelo rei, e por isso as acusações do governador foram dosadas com o uso de palavras corteses, reconhecendo o serviço prestado pelos soldados, uma vez que ele por suas próprias forças já tinha tentado sem sucesso controlar as ameaças.

“(...) Dijo que habiendo su Mrd propuesto a los señores generales dela armada de Castilla y de Portugal la ymportancia de la Ysla de Santa Catalina que tiene ocupada el enemigo ynfesta estas costas y a gran servicio que se haria a su magd en esta faccion y pedidoles para ella dela gente nauios y artilleria que troxeron de la Resulta del Brasil la neçessaria combeniente para lo qual se hiço junta de los dhos señores y su mrd de que resulto ressluebe la dha jornada en atencion de las grandes combenienças que pareçen seguirse della como consta.” (AGI. Santa Fe. Leg. 40.R.3. n.87. Ano 1641).<sup>387</sup>

Em seguida, expressa sua preocupação com uma possível rebelião dos soldados portugueses, provocada pelas palavras de desacato de alguns dos seus superiores, palavras que poderiam gerar descontentamento e desencorajar aqueles que serviam em amor ao rei, ocasionando um motim ou rebelião. Parte da preocupação era por uma questão de jurisdição, pois a armada de Portugal, ou armada do Brasil como os oficiais se referiam, não estaria sujeita ao controle direto do governador como os soldados do presídio de Cartagena eram submetidos ao Cabildo.

Tudo teria começado no dia dez deste mesmo mês e ano, com a recusa dos almirantes, governadores e infantaria de embarcar na jornada para Santa Catalina, em descumprimento da real ordenação, colocando cada vez mais em sacrifício os *vecinos* da cidade naquela luta, segundo o governador.<sup>388</sup> Uma testemunha ouvida em 18 de maio de 1640 assegurava que o governador não teria pougado esforços para convencer a “facção” do Brasil, como eram chamados estes militares, de participar da guerra, principalmente o capitão Francisco de Villa Gomes, um dos capitães das Companhias do Terço da Armada. A testemunha disse ainda que o próprio vedor-geral da esquadra do Brasil teria ouvido a conversa e poderia confirmar a versão.<sup>389</sup>

No mesmo ano, um acontecimento levou o governador a investigar os foráneos. Tratava-se de um caso de difamação da pessoa do rei, com a publicação de folhetos pregados

<sup>386</sup> Autos dos excessos da armada portuguesa em Cartagena das Índias, em: **Cartas de Gobernadores**. AGI. Santa Fe. Leg. 40.R.3. n.87. Ano 1641. (PARES).

<sup>387</sup> *Ibid.* Primeira folha dos Autos de 18 maio de 1640.

<sup>388</sup> *Ibid.*, folha número 4 frente-verso e 9 frente.

<sup>389</sup> *Ibid*; folha 11 verso.

nos lugares principais da cidade, inclusive na Igreja Maior e convento de São Francisco, contendo desacatos que foram atribuídos aos soldados "traidores". Uma das testemunhas ouvidas no decorrer daquele mês disse em auto:

“(...) Que como es cabo de esquadra de la compañía del capan Melchior Nunes de Roças y estaba de guardia a quella mañana al amanecer salio a reconoçer en las partes publicas por lo que se tiene de costumbre si abia alguna novedad y vio a un muchacho leyendo el dicho papel fixado en la parte que tiene referido este testigo (en la porta principal de la yglesia mayor desta ciudad)”(AGI. Santa Fe. Leg. 40.R.3. n.87. Ano 1641. F.10 verso (PARES).<sup>390</sup>

O episódio foi motivo suficiente para abertura de averiguação, exame de testemunhas e diligências para punição dos transgressores. Um morador da cidade por nome Juan Garcia Suarez deu conta do alvoroço causado pelos informes na cidade, sendo ele mesmo responsável por tirá-los de circulação:

“(...) Y enfrente de las casas del Capitan Don Joan Bonifaz bio un papel fixado en la puerta de la dicha yglesia que lo estaban leyendo unos moços barberos que bienen tienen una tienda de las casas del dicho capitan Don Joan Bonifaz y con ellos estaban dos negros del seruiçio de la yglesia y como este testigo lo vio allego y quito el dicho papel y lo rasgo por medio en dos pedaços como esta el mismo que se le a mostrado (...).” (AGI. Santa Fe. Leg. 40.R.3. n.87. Año 1641. F.11 verso (PARES).<sup>391</sup>

O depoimento do vedor e contador geral da Armada do Brasil, Jacinto Fernandes, alarmou ainda mais as autoridades locais, pois apontava o responsável por incitar a rebeldia dentro da facção e criar a resistência ao cumprimento do dever. Fernandes não exitou em decidir de que lado estaria, reconheceu a autoridade do governador de Cartagena sobre “(..) dela armada de Castilla y dela corona de Portugal”<sup>392</sup>, e usou sua posição de influência dentre os outros militares, depois disso, integrou-se à junta da cidade explicitamente. Ele reiterou as acusações contra o capitão Villa Gomes, acusado de protesto e incitação do motim, disse ter ouvido dele, “boto [rogo] a dios que que no me tengo de embarcar sin mi bandera y dixo que estaua de hacer una protesta al general porque no se hazia esto con horden del rey y que no hauian hecho caso los dichos señores generales de los capitanes”, e teria Fernandes o reprimido pois lhe “parecio muy mal”.<sup>393</sup>

O governador-geral se encontrava em uma situação delicada, precisava lidar ao mesmo tempo com os problemas externos, a pirataria, e os internos, como o conflito entre as

---

<sup>390</sup> *Ibid.* Folha 10 verso.

<sup>391</sup> *Ibid.* Folha 11 verso.

<sup>392</sup> *Ibid.* Folha 16 frente.

<sup>393</sup> *Ibid.* Folha 16 frente e verso.

armadas e o temor da população diante dos rumores do contingente cada vez maior de soldados indisciplinados vivendo ali. Somadas a estas preocupações estaria o dever de enviar ao rei as notícias sobre as medidas de segurança adotadas, tais como chamar a população a pegar em armas, pagar os socorros às armadas, colocar gente de confiança no presídio e na administração da gente de guerra, construir e manter as muralhas etc. Não faltaram queixas dos soldados sobre a fome e a nudez por falta de pano, também abundam as denúncias de desvio dos recursos por parte do governador preso em 1642 em Sevilha com confisco de todos os bens.<sup>394</sup>

Indesejados, mas necessários, eis que em junho surge a primeira ameaça da armada deixar o porto, logo depois da disseminação da notícia da insurreição. Foi testemunha um morador da cidade<sup>395</sup> que observando o movimento do porto e das embarcações resolveu perguntar o motivo.

“(...) yendo este testigo a la playa pocos dias despues de haber parecido los libelos contenidos en el dicho auto, bio que se estauan embarcando en los nauios que estauan en el puerto desta ciudad la ynfanteria de la corona de portugal que estaua en ella y lo estauan encarcando los senores generales y sus oficiales (...)”(AGI. Santa Fe. Leg. 40.R.3. n.87. Año 1641. PARES. Folha 18 frente)

Depois de ouvir a versão de dois ou três soldados, a testemunha se convenceu de que embarcavam a contragosto, porque cumpriam ordens superiores, daquele que foi considerado pelo governador o inimigo capital, o já referido Francisco Villa Gomes.

“(...) embarcarlos era por el rumor que habian ocasionado los dichos libelos y que nadie tenia la culpa dellos de toda la ynfanteria sino solo el Capitan Francisco de Villa Gomez (...)” (AGI. Santa Fe. Leg. 40.R.3. n.87. Ano 1641. PARES. Folha 19 verso)

Em outro depoimento, é possível notar que se fazia pública e notória a tensão a ponto do alcaide ordinário de Cartagena, Juan de Salazar, e o capitão geral da gente de mar e de guerra, Baltasar de Agaia<sup>396</sup>, serem recebidos com vaias por um grupo da armada de Portugal que se recusava a transportar o ferro, e os impedia de seguir adiante com a fragata. Na tentativa de fazer cessar a gritaria, prometeram dar a eles pólvora, mesmo assim o motim não permitiu a passagem.

---

<sup>394</sup> AGI: **Real Disposición.** INDIFERENTE,435,L.11,F.162 R-162 V Ano. 1642 (PARES).

<sup>395</sup> Trata-se do alferes Antonio Pereira Ribeiro. AGI. Santa Fe. Leg. 40.R.3. n.87. Ano 1641. (PARES). Folha 18 frente.

<sup>396</sup> O depoimento do próprio Baltasar de Agaia, responsável por uma das oito naus da armada portuguesa, se encontra na folha 26 dos autos. AGI. Santa Fe. Leg. 40.R.3. n.87. Ano 1641. (PARES).

“(...) Leuantando la bos muchos de los soldados que alli estauan con gritos y con formacion dixeron una y muchas veces que no querian yr a Santa Cathalina sino les dauan plata y que les diesen seis pagas y que por enbiar la gente sin pagar ya perecer suçedian tan mal todas las cosas: y que aquella jornada se hazia sin licencia ni horden de su magestad y por voluntad del gouernador y por ser assi que el gouernador les pagasse y que por malos generales y malos gouernadores se perdian las armadas y mientras los unos deçian estos cosas otros estauan gritando otras de peor calidad nombrando plata plata denos plata (...)” (AGI. Santa Fe. Leg. 40.R.3. n.87. Año 1641. PARES. Folha 23 frente e 24 verso)

Na versão de Baltasar de Agaia sobre o ocorrido, notamos que era uma situação delicada, por um lado, porque os soldados rebeldes tomaram a liberdade de patrulhar a costa, dando voltas próximo do castelo em uma charua, ordenando que as outras embarcações não seguissem para Ilha de Santa Catalina, na tentativa de pressionar as autoridades locais por melhores condições.

Por outro lado, ficava escancarada a situação miserável das tropas, mortos de fome e desnudos, prometendo ir onde o Governador quisesse, desde que recebessem seis pagas atrasadas. A recusa de lutar era mais em função da situação a que estavam submetidos do que um suposto sentimento de fidelidade à causa dos portugueses. A batalha foi ganha, inclusive, graças a portugueses e espanhóis confinados em trincheiras, guerreando lado a lado. Na mesma terra onde os Vasconcelos derramaram sangue fidalgo, também ficaram gente comum de Cartagena.

Em oito de agosto deste mesmo ano, Aguillera ofereceu mais 40 soldados para a causa, todos da facção do seu inimigo Francisco de Villa Gomes, que seriam liderados pelo capitão Thomé Matoso, figura conhecida dos portugueses na cidade. Essa atitude pode ser interpretada como um ato de represália ao capitão anterior, tirando dele seus homens? Sim. Pode ser a nomeação de Jacinto Fernandes de Salazar, para o ofício de vedor geral e contador, não apenas da armada de Portugal, mas também de Castilla, uma recompensa pela delação feita contra Villa Gomes? também pode. O certo é que nesta data oficialmente foi:

“(...) formado en Cartagena de las Yndias de la Compañía de infantería del capitán Thome Matoso a el cargo de dicho C. General Don Rodrigo Lobo una de las nombradas p<sup>a</sup> yr a desalojar los enemigos Piratas de las Yslas de Santa Catalina (...)” ( AGI. Santa Fe. Leg. 40.R.3. n.87. Año 1641. PARES. Folha 31 verso)<sup>397</sup>

<sup>397</sup> Na relação dos sucessos do Conde de Castelo a figura do Capitão General Rodrigo Lobo é aliada da armada portuguesa, porque estariam todos acatando as ordens do Conde da Torre, responsável por enviar o socorro a Cartagena a pedido do monarca. Ver também: ROSA, Domingos Lopes, **Relação verdadeira dos sucessos do Conde de Castel Melhor (...).**Obras Raras Imprenta Lisboa [Portugal], 1642.

Em janeiro de 1641, o então governador reiterou suas contendas em uma nova carta, indicando desse modo que o incômodo com a artilharia “intrusa” não fora solucionado, em uma delas, porém, narra um novo acontecimento. Às vésperas da partida dos soldados ao combate na Ilha, teria circulado no quartel dos portugueses uns “papelitos” incitando os soldados à rebelião, mesmo depois de terem recebido o pagamento. E revela ter sido pego de surpresa por tal atitude, jogando a culpa do problema no castelhano Don Juan de Vega, responsável por pagar a infantaria. Teria Juan de Vega caído na trapaça dos portugueses que os ameaçavam com os papelitos e difamações pregadas em praça pública. O objetivo, segundo ele, era arranhar a imagem de Vega, com quem o capitão Francisco Villa Gomes tinha inimizade por diminuir os socorros da infantaria, mas o próprio Don Juan de Vega não quis que os autos prosseguissem, embora tenha sido obrigado a comparecer à averiguação.<sup>398</sup>

Na mesma ofensiva o governador relatou que durante a partida para a batalha, o capitão Francisco Villa, um dos nomeados para jornada, teria dito: “(...) que no seabia de embarcar supersona donde nose enbarcaua su bandera y hablo enesto publica y descompuestamente procurando rreduzir los demas cappnes a la misma opinion conrraones y consequencias demala calidad (...)<sup>399</sup>” Justificava que a atitude do capitão o teria forçado a substituí-lo, embora todos os seus homens tenham embarcado.

Ainda em campanha incriminatória, em busca de um culpado para os excessos e descaminhos que possivelmente acometeram o erário régio em sua administração, mesmo depois da vitória em Santa Catalina, Aguillera não só manteve como reforçou sua história sobre os papelitos, na carta de setembro de 1641 dava mais detalhes sobre o suposto plano.

“(...) y que antes dela resolución se hauian hallado en el quartel de los portugueses unos papelillos que se arrosoaron ali y en outras partes exhortando alos soldados que no reciuíssen otro socorro por que la junta de los amigos estaua tratando que se remediarlse la maldad que con ellos les aihua sobre que no se hizo averiguación ningunos y que dentro de pocos días se auia buelto a reconocer el animo y yntento del dicho Capitán (...)” (AGI. Santa Fe. Leg. 40.R.3. n.87. Año 1641. PARES. Folha 33 frente).

E reforça a atitude do oficial Don Juan de Vega que mesmo tendo sido insultado pelos libelos recusou-se a prosseguir com a averiguação, obrigando o próprio governador a tomar parte no caso. Dizia Aguillera que no caso do “pagamento extra” dado a infantaria portuguesa ele nada podia ter feito para evitar, porque estava fora da sua jurisdição, mas o delito de

<sup>398</sup> AGI. Santa Fe. Leg. 40.R.3. n.87. Ano 1641. (PARES). Folha 1 verso.

<sup>399</sup> *Ibid.* Folha 1 frente.

difamação em praça pública contra um oficial real era um tema que merecia investigação, ainda que o próprio prejudicado não quisesse participar. No final da carta indica o nome das três pessoas que poderiam dar “mayores notícias y inteligençia”<sup>400</sup> sobre o assunto os capitães Don Juan de Vega, o general Don Geronimo de Sandoval e Don Luis Fernández de Córdoba.

Não tardou para os indicados enviarem suas versões sobre o ocorrido. O primeiro foi Don Fernandes de Córdoba no dia 28 do mesmo mês.<sup>401</sup> A narrativa segue a mesma ordem daquilo que fora descrito pelo governador, em alguns momentos usando as mesmas palavras nos temas sobre o pagamento extra, a resolução de não levar bandeiras à guerra em Santa Catalina, a desobediência do capitão Villa Gomes e as infâmias contra o capitão Don Juan de Vega. A segunda parte do documento é mais interessante porque revela os pormenores dos acontecimentos.

Disse que tudo aconteceu antes da chegada da armada das Índias à cidade de Cartagena, quando Don Juan de Vega foi encarregado de cuidar do abastecimento das tropas, ocasião em que se pôs aflito por não ter nada mais que “biscocho” para alimentar a tropa, porque nem “(...) podrido ni las caxas reales auia para socorrer ni la tiera que dar les (...)”.<sup>402</sup> E nessa situação recorreu ao governador que ordenou que certos vecinos dessem de comer a eles, e posteriormente seriam pagos com o dinheiro da Fazenda Real. Os soldados contestaram a resolução do oficial, dizendo “(...) desberguencias esto fue la nacion portuguesa que otro ninguno no (...)”<sup>403</sup>. Com isto, é possível inferir que todos os soldados da cidade, independente da armada ou facção que serviam, encontravam-se igualmente famintos, e nas palavras de Don Fernandes Cordoba, “desnudos”.

Entre os gritos de protesto ouviu dos soldados que nem mesmo o inimigo poderia causar tanto mal quanto aquele que lhes tirava a comida. E havia seis anos de soldos atrasados. Alguns pediam para que não aceitassem o socorro do oficial da cidade, e esperassem “(...) que se auia de remediar en la junta de amigos (...)”<sup>404</sup> e que só depois disso, apareceram os papéis difamatórios em praça pública. E que ele, Fernandes Cordoba, não viu nem ouviu nada a respeito do capitão Francisco de Villa Gomes ter pendurado os papéis nas portas principais, mas sim a descortesia que o capitão teria feito ao governador da cidade, ao dizer que era um homem muito experiente e antigo em carreira, assim como os outros capitães daquela armada, e como tal não poderia concordar em receber ordens de um

---

<sup>400</sup> *Ibid.* Folha 34 verso.

<sup>401</sup> *Ibid.* Folha 36 frente e 37 verso.

<sup>402</sup> *Ibid.* Folha 37 verso.

<sup>403</sup> *Ibid.* Folha 38 frente.

<sup>404</sup> *Ibid.*

“muchacho sin puesto”<sup>405</sup>, referindo-se ao oficial designado pelo governador sem citar nome, opinião endossada pelo próprio redator da carta assinando embaixo um “(...) y con razón (...)”.<sup>406</sup> Ao contrário do que pode parecer, Fernando de Córdoba estava contra Aguillera, denunciou que o governador estava ofendido e pediu com má intenção para que ele enviasse essa notícia ao rei.

Córdoba acusa Aguillera de pressionar a pessoa de Don Juan de Vega para que abrisse uma investigação sobre o caso, com esperança de incriminar o capitão Francisco Villa Gomes, que pertencia a armada da qual Vega era responsável. Tomando partido pelo capitão Gomes, afirma ser este um homem honrado, porque quando o senhor rei deu a ordem para que o socorro saísse de Lisboa para a luta em Pernambuco, muitos homens se esconderam, mas este mesmo sendo oficial reformado embarcou “(...) muy galan e con plumas (...)”<sup>407</sup>. Ele teria embarcado e lutado bravamente no Brasil ao lado de ninguém menos que o famoso Don Antonio de Oquendo, de linhagem militar amplamente reconhecida pelos serviços prestados à Espanha desde o século XVI.

A segunda testemunha indicada pelo próprio Melchior de Aguillera também ficou do lado do capitão Villa Gomes. Don Juan de Vega Basan confirmou as suspeitas de que a inimizade nada teria a ver com a origem do capitão, embora Aguillera tentasse fazer passar como um levante portugues nas Índias contra os Habsburgo. O intento fracassou desde o começo. Por que razão Francisco Villa Gomes carregava a bandeira de Portugal se era italiano de nascimento? E por que lutaria em ambas as campanhas no Brasil e no Caribe, ao lado de castelhanos, se fosse ele súdito fiel de Portugal? Claramente, o governador se amparou nos eventos externos como aclamação de D. João IV, em dezembro de 1640, para sustentar seu argumento nas cartas, mas não foi suficiente para impedir sua prisão ainda em 1641.

Da prisão não escapou nem mesmo Don Juan de Vegas, que em 10 de outubro de 1641 escreveu a sua versão do ocorrido, disse ter chegado à cidade no comboio que saiu de Pernambuco cumprindo as ordens primeiramente do rei e depois do Don Fernando Mascarenhas, o governador do Brasil, o qual todos os maiores obedeciam. Teriam desembarcado em 17 de março de 1640 com três galeões o Santa Ana Maria, São Marcos Jesus Maria, ambos de Castilha, e mais o São Felipe cujo capitão era português. E detalhou que logo depois do desembarque a caravela de Mascarenhas, com *recomasa e matalotage*<sup>408</sup>

<sup>405</sup> *Ibid*;

<sup>406</sup> *Ibid*;

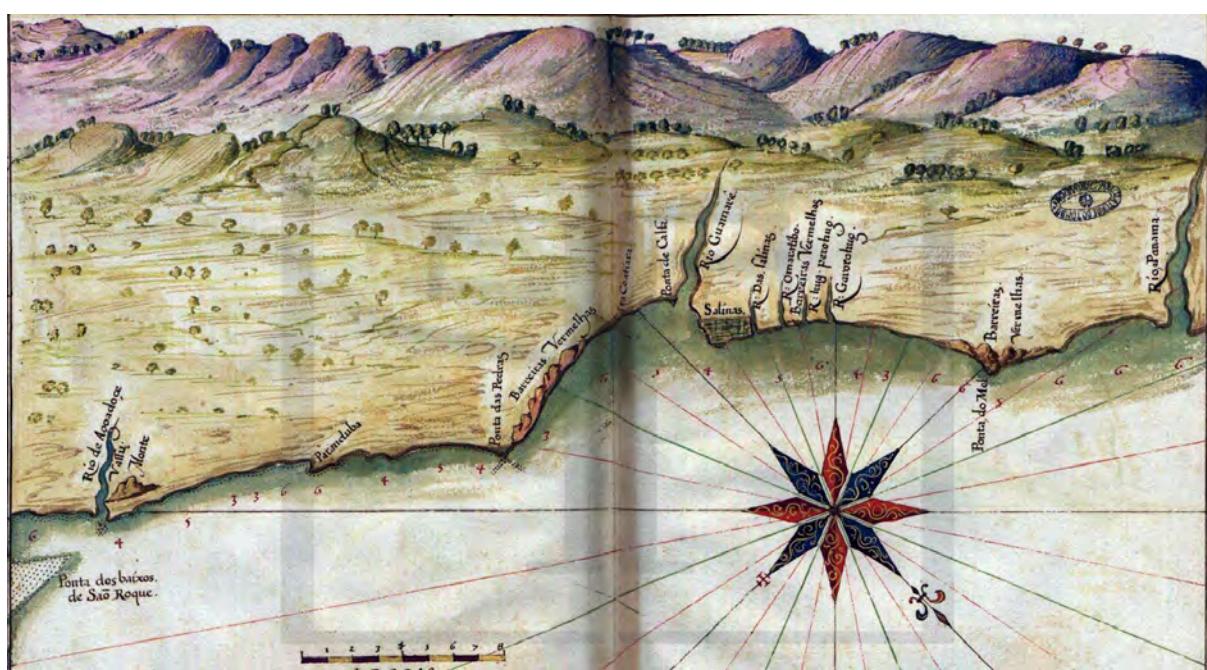
<sup>407</sup> *Ibid*. Folha 39 verso.

<sup>408</sup> A palavra significa aquilo que se leva em pagamento ou dinheiro fora do salário. Ver em: DE NOCEDA, J.;

foi posta à venda ao público em geral, conforme as ordens do próprio chefe da armada.<sup>409</sup>

Antes, de deixarem a costa do Brasil foram surpreendidos por quarenta naus dos holandeses contra suas míseras sete ou oito na altura das “capitanias de baixo” de São Roque, localizado na capitania do Rio Grande, região que Don Juan de Vega chamou de o último porto do Brasil, conforme o mapa abaixo.<sup>410</sup>

**Mapa 4.1:** São Roque Capitania Rio Grande 1626-27



**Fonte:** ALBERNAZ, João Teixeira. Mapas. In: MORENO, Diogo de Campos. **Livro que dá razão do Estado do Brasil**, [com mapas de João Teixeira Albernaz]. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Instituto Nacional do Livro, 1968.

A batalha travada antes de desembarcarem em Cartagena durou quatro dias, com baixa de 11 embarcações do adversário, mas a viagem foi adiada devido à necessidade de recuarem até o Rio Grande onde havia a força real para ajudá-los.<sup>411</sup> Quando chegaram ao destino, Vega com o intento de contribuir se pôs a cargo da administração do socorro da infantaria de Portugal. Recebeu ordens do governador assim que assumiu o ofício, de “minorar” o socorro, passando de três libras como “(...) era costumbre en aquella tierra

DE SAN LUCAR, P. **Vocabulario de la lengua tagala, trabaxado por varios svgetos doctos, y graves, y últimamente añadido, corregido, y coordinado.** [s.l.]. Nicolas de la Cruz Bagay, 1754. p.71.

<sup>409</sup> AGI, Santa Fe, Leg. 40.R.3, n.87, Ano 1641, (PARES), Folha 41.

<sup>410</sup> Informações consultadas no verbete: PEREIRA, Levy. **Albernaz, 1626/1627.** In: Biblio Atlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em [http://lhs.unb.br/atlas/\(Albernaz,\\_1626/1627\).](http://lhs.unb.br/atlas/(Albernaz,_1626/1627).) Data de acesso: 16 de novembro de 2021.

<sup>411</sup> AGI, Santa Fe, Leg. 40.R.3, n.87, Ano 1641, (PARES), Folha 41, frente.

(...)"<sup>412</sup> para um. Vega notou que Aguillera pagava menos, mas dava contas do valor integral ao rei, adulterando os registros e elevando as tensões na praça. Depois de minorar o pago mandou carta ao rei com indícios da suposta culpa imputada ao capitão Francisco Villa Gomes, de quem tinha boa opinião.

No início do encargo, ele teria colaborado com o governador que reclamou de pagar-lhes os 30 mil pesos acordados inicialmente, que seriam destinados aos “*bastimentos*” dos oito galeões que ali arribaram, a quantia deveria ser descontada do valor dos produtos importados do reino e vendidos na cidade. Vega teria segurado a tripulação por oito dias com os mantimentos que sobraram da viagem.<sup>413</sup>

Ao final dos oito dias realizou a cobrança em nome dos soldados mais uma vez, mas ouviu uma negativa de Aguillera, que teria insinuado que Vega tinha a intenção de desviar o dinheiro para benefício próprio. Em sua defesa Vega disse: “(...) y quan acepto le servi a este serbio[n]o nada apruecho (...).”<sup>414</sup> A sugestão-acusação ganhou contornos sérios quando o almirante Don Juan de Novia e o capitão Don Francisco de Castregon, que segundo a “relação verdadeira dos sucessos do conde de Castelo...”, era um inimigo ferrenho dos portugueses em Cartagena<sup>415</sup>, decidiram fazer coro às palavras de Aguillera. E provocaram ainda mais a tensão, disseram que a difamação pública dos papéis pregados nas paredes da cidade tinham origem em rancores como estes contra a figura do governador.

No período de maior tensão, temendo uma insurreição, Vega ofereceu às tropas um bolo de milho, cozido e pesado, que julgava ser melhor que o *cazabe* dado de costume, cuja descrição do preparo é um dos pontos curiosos da carta, pois tinha ele uma chance de ser ouvido e talvez libertado, mas foi detalhista e gastou duas linhas com a observação da cultura alimentar nas Índias sendo ele peninsular, talvez menos por curiosidade e mais em razão da auto-propaganda sobre os cuidados que tomou quando ocupou o cargo.<sup>416</sup> Os soldados, porém, recusaram o alimento e partiram para as ameaças, disseram “liberdades” a ele e outros três castelhanos e mais dois portugueses considerados inimigos, “(...) que se estropees [trecho danificado] luego a los castellanos y con los portugueses se disimule por parecerme que combenia (...).”<sup>417</sup> Pensando em reverter o quadro e acalmar os ânimos da infantaria deu-lhes

---

<sup>412</sup> *Ibid.*

<sup>413</sup> *Ibid.*

<sup>414</sup> *Ibid.* Folha 42, verso.

<sup>415</sup> ROSA, 1642. Folha A4, verso.

<sup>416</sup> “(...) que se haze en aquella tierra de maíz molino y echo bollos que siendo fresco es bueno y se come muy ordinario (...) conser doblado el peso que al caçabe (...).” *Op.Cit.Loc.Cit.*

<sup>417</sup> *Ibid.*

como paga uma libra de baca<sup>418</sup>, com a promessa do envio de outros socorros pelo rei, só depois disso deram para sossegar, a situação foi controlada até o dia que partiram para Santa Catalina.

Ainda de acordo com Vegas, o outro assunto que havia circulado nos papelitos do quartel eram ameaças de morte a sua pessoa, e mesmo com medo, não quis dar seguimento nas averiguações, porque prometera desde que chegara a cidade não intervir nos conselhos, e ademais estes assuntos não lhe tocavam, sendo o general Don Rodrigo Lobo mais que qualificado para cuidar do caso. Ele descartava a hipótese da conspiração por parte dos capitães da infantaria, porque os papéis não eram compatíveis com a posição que estes fidalgos ocupavam. Na sua opinião era obra de um qualquer no intento de causar furor e escândalo, obrigando a cidade a aumentar a paga dos soldados. Investigou por sua conta e fez algumas diligências, ouvindo um suspeito, um “criollo y mercader” não identificado, que por ser pouco prático, quando inquirido por letra não conseguia entender pois não era castelhano e tampouco conhecia a língua. Decidiu então oferecer 500 pesos de recompensa a quem tivesse informação sobre o motim, além de perdão total, mas ainda sim ninguém apareceu. De modo a concluir que tudo não passou de uma quimera, e nunca uma junta de motim da nação portuguesa. E termina com o pedido de que não os deixassem voltar para Portugal, porque seria de grande dano à população local a ausência.

“(...) la gente portuguesa que buene en aquella armada porque es muy buena y ay entre ella muchos soldados de valor experimentados en enemigo y en los trabajos y los capitanes son todos hombres de espíritu y de probecho y seran de mucho dano si se van pasando a Portugal cosa que ja lo reçelo de todos (...)” (AGI. Santa Fe. Leg. 40.R.3. n.87. Ano 1641. PARES. Folha 44, verso).

Em meio a tantas frentes de conflitos abertas pelo governador de Cartagena, não seria estranho que o caso da conspiração de João Rodrigues de Vasconcelos tenha sido incluído nos autos sobre os excessos da armada portuguesa. A posição do governador era ambígua. É certo que uma das preocupações de Aguillera era impressionar o monarca se valendo dos sucessos da reconquista da Ilha de Santa Catalina, mas ao mesmo tempo denunciava aqueles que tinham lutado nela. A única maneira de entender essa atitude é a necessidade que tinha Aguillera de se livrar das acusações de desvio, chamando atenção para os portugueses que

<sup>418</sup> Na comédia “La Buena Casada” do século XVIII, em um diálogo sobre a escassez de moeda, onde aparece a comparação que três libras de vaca equivaleria a apenas a uma de arroz, guardados os cem anos que separam as situações e a natureza literária da fonte, podemos ter uma ideia do valor da libra de vaca. Havia outros tipos de escambo usando como referência o peso em relação a libra de pão, a de lã, o vinho, o azeite, o cordeiro etc. ver em: LAVIANO, Manuel Fermín de. **La buena casada : Comedia nueva en tres actos**. En Barcelona: En la imprenta de Carlos Gibert y Tutó; En Madrid : En la librería de Manuel Quiroga. [entre 1775-1796].

permaneceram na cidade.

A atitude de Filipe IV ao solicitar as tropas de Pernambuco em pleno cerco holandês para a formação de uma junta em Cartagena das Índias, demonstra a prioridade e a urgência da causa por razões óbvias. A Ilha representou maior risco para a segurança da Carreira da Índia, além dos possíveis danos que poderiam ser causados a navegação dos galeões de prata com destino a Espanha.

Diante disso, viu o governador geral uma chance de criar um inimigo capital, conforme o capitão Francisco Villa Gomes, atribuindo-lhe várias culpas e, inclusive, jogando com a situação da política externa, como o temor do monarca de uma possível onda a ultramar em consequência do levante de D. João IV.

A situação da cidade de Cartagena parecia tão delicada que deixou em segundo plano a desobediência do conde de Castelo. Embora não tenha sido mencionado nos autos sobre os excessos cometidos pela armada de Portugal, a sua prisão gerou impacto pelo menos um ano depois da fuga, ocasião em que o secretário Gabriel de Ocaña y Alarcón ordenou duas vezes, no ano de 1642, que fossem levados a metrópole os autos de causa de Castelo Melhor.<sup>419</sup> Em 1643, o Conselho das Índias mantinha uma comissão para investigar, descobrir e punir os culpados por dar fuga ao conde João de Vasconcelos, e nomearam como ouvidor da Real Audiência a Fernando de Velasco y Gamboa, para substituir Bernardino de Prado y Beltrán, que não tinha feito progresso na causa até então, e que se pagasse o salário integral de ouvidor ao novo indicado não apenas durante a comissão, mas também para os desdobramentos possíveis.<sup>420</sup>

Há menção da casa dos Castelo Melhor em registros castelhanos pelo menos até 1661 na guerra entre Portugal e Espanha, quando teria liderado um exército de mercenários internacionais com ajuda de Mariscal Schomberg, na luta que pôs fim à batalha no limite de Elvas, que teve início ainda em 1659.<sup>421</sup>

---

<sup>419</sup> AGI. Indiferente.435, L.11, F.164R e F.173R.

<sup>420</sup> Não tive acesso ao manuscrito, apenas ao conteúdo disponibilizado no catálogo PARES (Portal de Archivos Españoles). **Salario del oidor Fernando de Velasco y Gamboa.** AGI. Panama. Leg. 238, L.15, F.322V e 323V.

<sup>421</sup> Provavelmente, tratava-se do seu filho, Luís de Vasconcelos e Souza que em 1658, com a morte do pai, recebeu o título de 3º Conde de Castelo Melhor, dando continuidade à tradição militar da família. Não tive acesso ao documento, apenas o resumo do conteúdo pelo catálogo. Archivo Histórico Nacional – AHN, DIVERSOS-COLECCIONES,197,N.11. Ano 1664. (PARES).

### 3. De aliado a inimigo: A guerra de reconquista de Santa Catalina

Na relação verdadeira dos sucessos do conde de Castelo Melhor em Cartagena, há uma página dedicada à batalha em Santa Catalina<sup>422</sup>, em que o autor exalta a coragem do herói, imagem já consolidada quando Carvalho escreve seu folheto em 1642, e a trágica morte do seu irmão, Nicolau de Sousa, vingado ali mesmo no campo de batalha.<sup>423</sup>

O desembarque da armada do conde da Torre na cidade de Cartagena é descrito como produto do acaso, pois teria sido arrastado pelo temporal. Antes de *arribar*, enfrentou as desventuras de lutar contra os holandeses, o que teria provocado a dispersão do comboio espanhol, consoante a descrição relatada na carta de Juan de Vega. A *Relação* faz esta única referência a Bazan, agregado de portugueses e castelhanos, que na campanha cumpria as ordens dos Habsburgo.

Podemos observar exemplos da integração de militares da península nas guerras atlânticas, como a presença dos capitães de origem portuguesa à frente das armadas espanholas. Tomé Matoso, citado várias vezes como perseguidor dos “homens da nação”, era capitão da infantaria espanhola servindo na armada do Brasil, cuja trajetória, inclusive, revela o engajamento em Pernambuco, antes de fixar residência em Cartagena, onde faleceu por volta de 1660.<sup>424</sup> O alferes Francisco de Caldas Barbosa, homem citado na genealogia dos ilustres de Nova Granada, “(...) que fue soldado en la Armada Real, y otras partes, y el año de 1625 se hasso en la restauración de la Bahía de Todos Santos en el Brasil (...)”<sup>425</sup>.

Seguindo a descrição da *Relação*, que confirmam alguns detalhes da carta de Vega, os soldados tiveram de recuar até “(...) a costa de “Siarà rigurosamente cobatidos dos mares (...)”<sup>426</sup> e talvez por estilística, para enfatizar a coragem do conde, acrescenta um detalhe a carta de Vega, “(...) & aqui mal hospedados do indio, que desejava fazer de todos hum saboroso banquete a sua fereza.”<sup>427</sup> Superadas as infelicidades:

<sup>422</sup> Providence Island ou Ilha de Santa Catalina é uma das conquistas dos puritanos geralmente ignorada pela literatura, que destaca apenas as conquistas de New England e Chesapeake. É interessante a visão integrada do todo colonial proposta pela autora Karen Ordahl Kupperman, a respeito do assunto. A autora destaca que a simultânea ocupação de Santa Catalina e a Baía de Massachusetts, empregando inclusive o mesmo sistema de agricultura, uso de mão de obra africana e dedicação à prática da pirataria. De certo modo, em Santa Catalina a preocupação com a segurança tomava grande parte da pauta dos colonos, visto que eram uma pequena Ilha em meio a um mar controlado pelos Ibéricos. Ver em: KUPPERMAN, Karen Ordahl. **Providence Island, 1630-1641: the other Puritan colony**. Cambridge New York: Cambridge University Press, 1995.

<sup>423</sup> ROSA, 1642. Folha A2, verso.

<sup>424</sup> **Bienes de difuntos: varios portugueses.** AGI – Archivo General de Indias. CONTRATACIÓN,555,N.1,R.4

<sup>425</sup> Há outras referências à cidade de Salvador. Ver em: OCÁRIZ, Juan Flórez de. **Genealogías del Nuevo Reino de Granada** - Tomo I, Colombia:Madrid: Joseph Fernández de Buendía, impresor de la Real Capilla de su Magestad, 1674.

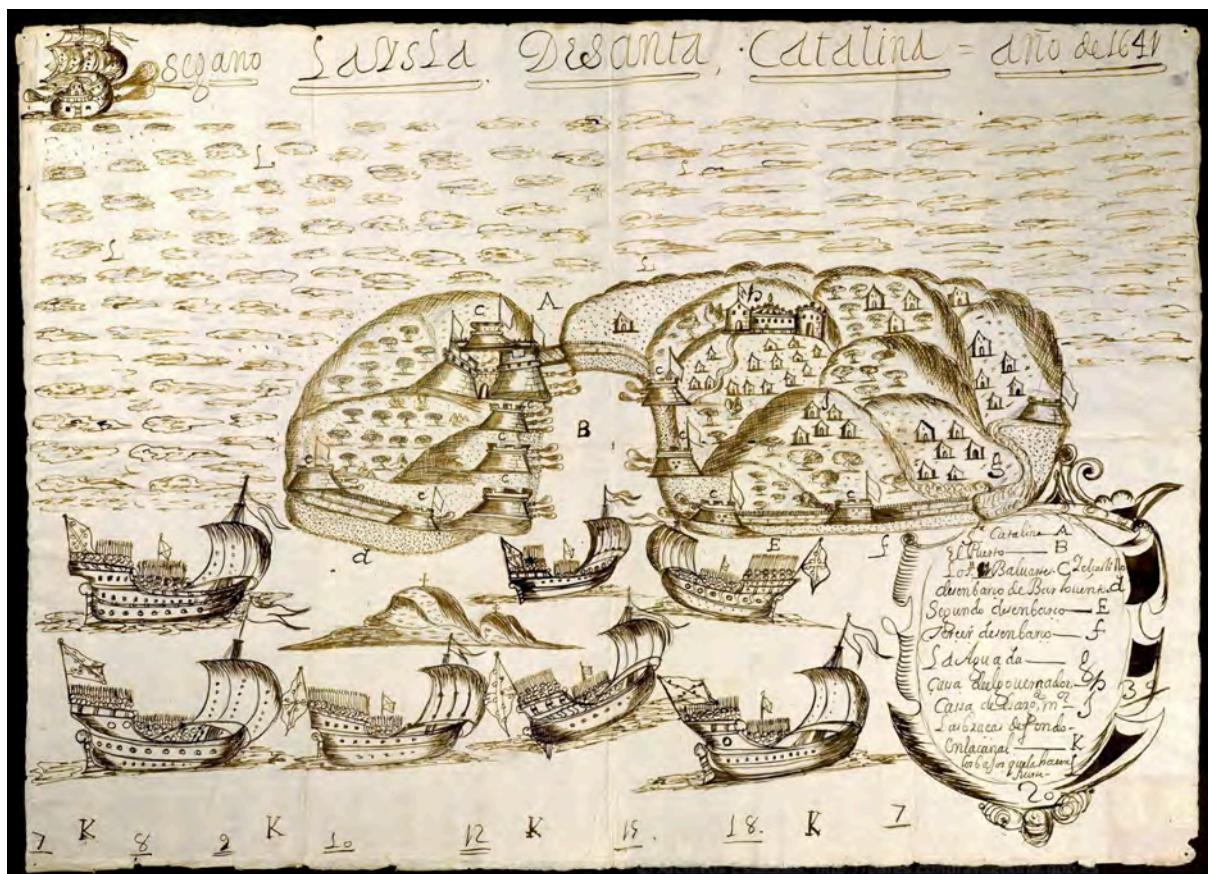
<sup>426</sup> ROSA, 1642. Folha A2, frente.

<sup>427</sup> *Op.Cit.*

“(...) chega lo o Conde a Cartagena, partio soldado raso, na copania de seu irmão Nicolao de Sousa, na jornada que barbaramente ordenou o Castelhano, para desalojar o Ingres da Ilha da Prouidencia, chamada Santa Catherina, cuja praya lançou de noite duzentos homes, sem ter noticia de terra, & o inimigo estando [pre] reparado cõ os muros da natureza, que sam as dificuldades do sitio, & com o aspero do lugar, fazendo os nossos trincheiras dos peitos, & baluartes dos corpos, com que morre o Capitaõ Nicolao de Sousa, servindo a coroa de Portugal (...).” (ROSA, 1642. Folha A2, verso)

À primeira vista, haveria fundamento nas reclamações dos soldados sobre a tirania do governador de Cartagena que sem ordens do rei os mandou à guerra, embora a citação não revele o nome deste castelhano de atitude bárbara. O segundo ponto, é que os registros sobre a batalha, conforme falaremos adiante, não mencionam a origem dos ocupantes da Ilha, no lugar foram usados termos “piratas” e “inimigos”. E terceiro, este sítio não foi fácil, porque as condições do terreno estavam contra eles. A razão para a derrota na primeira investida é explicada pelas testemunhas nos autos como evidência das péssimas condições em que se encontrava a infantaria, mortos de fome e desnudos, opinião reiterada por outras testemunhas. Já os êxitos na segunda incursão foram atribuídos à coragem do capitão Francisco Dias Pimenta, que teria levado consigo a planta do arquipélago, essencial para o planejamento e sucesso do ataque.

**Mapa 4.2:** Mapa atribuído ao capitão Francisco Dias Pimenta, nomeado “Se gano la ysla de Santa Catalina año de 1641”



**Fonter:** Archivo General de Indias. Mapas, planos, documentos iconográficos y documentos especiales. Panamá, Santa Fe y Quito. Título atribuido: “Mapa de la Ysla de Santa Catalina, situada 80 leguas de Cartagena y 40 de Portobelo.” AGI. MP-Panama, 66. (PARES).

Segundo a *Relação*, a mesma batalha vitimou muitos homens, dentre eles o irmão do conde, Nicolau de Sousa. Após sua morte a infantaria teria se desorientado, obrigando os soldados a baterem em retirada. A segunda jornada, que o conde “(...) voltou a fazer a este lugar infausto (...)”<sup>428</sup>, apenas para vingar-se, castigando os ingleses hereges “(...) em que o esforço Portuguez, ajudado do Conde, deixando assombrados os Castelhanos, q nesta facção virão os touros de paláque, renderão os Ingreses, com espantosa valentia, q os Hespanhoes chamauão temeridade.”<sup>429</sup> Em um discurso com claras finalidades políticas, certamente.

Em 12 de setembro, escrevia o capitão e sargento-mor Don Antonio Maldonato Texeda sobre a batalha na Ilha, insistiu ter embarcado na jornada liderada pelo capitão Francisco Dias Pimenta, apenas por ordem e amor à vossa majestade. E que a escolha do capitão Pimenta foi acertada, elogiando-o por ser homem experimentado e grande soldado,

428 *Ibid.*

429 *Ibid.*

pessoa muito prática que teria levado consigo o necessário para alcançar a vitória, opinião não compartilhada, segundo ele, pelo governador Aguilera, que o menosprezou no começo.<sup>430</sup>

Para Maldonato, eram necessárias averiguações sobre o estado como se encontravam aquelas praças depois da guerra, porque a falta de recurso impediria defendê-las em caso de um novo ataque. O sargento-mor que estava agora contra o governador, acusou-o de mandá-lo à guerra sem uma resolução real, e quando voltou descobriu que Aguillera tinha o denunciado por omissão durante a campanha militar. E atribuiu a miséria da cidade aos atos corruptos, principalmente os deslizes do governador, que agia sempre segundo sua própria vontade. E que os *vecinos* de Cartagena eram extorquidos e sofriam a violência que não mereciam por serem leais a Deus e ao rei. Teria o governador usado uma *charua* enviada para servir a junta para fins pessoais, ao que tudo indica em plena campanha militar. Sugere ainda que a Ilha de Santa Catarina tivesse uma armada fixa para o bom despacho da prata do Peru, visto que por suas boas condições naturais se fazia refúgio para os piratas que poderiam voltar a tomar o lugar.<sup>431</sup>

E no mês seguinte, em uma nova carta queixava-se que a situação tinha ficado ainda pior, porque o até então elogiado capitão Francisco Pimenta, o havia sacado 100 soldados da melhor satisfação do presídio da cidade para atuar em uma nova campanha com aval régio, “(...) me intimo una R cedula de V.M en que fui servido demandar a los gobernadores destas partes que silanecessidad lo permitiese se dies enpresissamente al dicho general asi deste como de otros presidios la infantería que hubiese (...).”<sup>432</sup> Em troca teria deixado 200 soldados portugueses que não couberam na tripulação, ora para quem temia a onda de revoltas lusas, deixar a cidade sob os cuidados de tantos estrangeiros armados parecia um ato de confiança e integração.

Neste momento o sargento se esqueceu de todos os elogios feitos ao capitão Pimenta, acusando-o de oportunismo, pois teria aproveitado-se da emergência da guerra para levar-lhes os homens bons da praça, que valiam, na sua opinião, muito mais que os portugueses deixados para trás. E sinalizava certa preocupação com a integridade da cidade em caso de conluio entre os soldados de origens diferentes, e que para procurar remédio teria deixado a cidade sob ordens de um castelhano de sua confiança. No último apelo, na condição de recém-nomeado governador-geral de armas, assumia como seu dever zelar pela segurança da praça que simbolizava, ao cabo, a estabilidade de toda Fazenda Real.<sup>433</sup> E foi dada resolução

<sup>430</sup> **Jueces de comisión y visita: Audiencia de Santa Fe .AGI. Santa Fe, 57. n.58. Ano 1641. (PARES).**

<sup>431</sup> AGI. Santa Fe, 57. n. 58. Ano 1641. (PARES). Folha 2, verso.

<sup>432</sup> AGI. Santa Fe, 57. n. 60. Ano 1641. (PARES). Folha 2, frente.

<sup>433</sup> *Ibid.* Folha 3, verso.

em 14 de julho de 1643, três anos depois do levante, embora ainda houvesse gente da nação portuguesa que deveria ser retirada o quanto antes, advertia o Conselho.<sup>434</sup>

Nas cartas do governador o caso de Castelo Melhor não foi mencionado, mas as de Texeda relatam desde a prisão até a fuga, interpretava o intento como uma das tantas ameaças vindas da armada portuguesa. Devemos atentar para o fato de que o aumento do contingente no quartel representava a dor de cabeça dos oficiais do rei, obrigados a garantirem o sustento de soldados fixos e agregados, sendo assim, a razão por trás da hostilidade aos portugueses era a necessidade de livrarem-se deles e das despesas o quanto antes, diminuindo inclusive as chances de uma rebelião.

No mesmo 12 de setembro, dia em que escreveu sobre a expulsão dos inimigos em Santa Catalina, deu conta do “intentó de sublevacion del Conde de Castillmellor”.<sup>435</sup> Segundo o sargento, o plano foi arquitetado levando em conta a ausência do general Francisco Pimenta, que estava em viagem a Portobelo cumprindo a ordem real de levar as notícias do estado das coisas naquela praça após a guerra. O capitão Pimenta levou consigo cinco galeões e um patacho, deixou o general Don Rodrigo Lobo encarregado de cuidar da gente do serviço de portugal e tomar conta das “capitanas” Santo Domingo e San Phelipe, e mais algumas embarcações que por essa época atracaram no porto com o almirante Don Lorenzo de Córdoba y Zuñiga, que trazia alguns papéis da Espanha a “su cargo”.<sup>436</sup>

Disse ter se inteirado do plano do conde na manhã de nove de agosto quando o capitão da infantaria do Terço de Portugal António de Azevedo, delatou o levante com a vantagem de duas horas de antecedência para as tropas locais armarem um plano de defesa. Azevedo disse que estava em sua casa quando chegaram Castelo Melhor e o capitão Pedro Jacques, este último apareceu nas correspondências do mercador Diogo Fernandes Branco na Ilha da Madeira em 1649 (capítulo 1), contando os detalhes do plano que executariam na noite seguinte. Consistia em levantar-se com o arrabal do Getsemaní, apoderar-se de todo arsenal que era guardado nesta parte da cidade, munir os soldados e levar os mantimentos para os barcos Santo Domingo e San Phelipe, além dos outros que ali se encontravam, para fazerem viagem a Portugal.

Assim que soube do plano, Azevedo avisou ao ouvidor Bernardino de Prado para que tomasse medidas, vigiar os postos do Getsemaní convocando os castelhanos, colocar gente nos presídios da cidade, armar as companhias do batalhão e guarnecer os portos da muralha,

---

<sup>434</sup> *Ibid.* Folha 1, frente.

<sup>435</sup> AGI. Santa Fe, 57. n. 59. Ano 1641 (PARES).

<sup>436</sup> *Ibid.* Folha 2, frente.

porque tinha notícia que viria aquela praça 60 velas do inimigo.<sup>437</sup>

Depois da denúncia, fizeram uma *junta* com o governador, os oficiais reais e outros criados do monarca para mandar prender o conde. E foi preso não apenas ele, mas também todos seus criados e outros cinco capitães considerados seus cúmplices no delito. As averiguações foram dadas por Don Hartuño de Aldape e o almirante, que tinha por esse período decidido ficar em Cartagena, Don Francisco de Castrejón, com suporte do general Rodrigo Lobo, seu companheiro na armada do conde da Torre.

O sargento-mor não deu mais detalhes sobre o que ocorreu depois da prisão, visto que nesta carta ele fez menção às averiguações preliminares que já tinha enviado sobre o caso, apenas dizendo terem dados tormentos demonstrando nestes ter muita culpa o dito conde. E pede reconhecimento pela lealdade de Azevedo, o delator, que por amor ao Rei deveria ser exemplo para os outros súditos, leia-se por “outros súditos” a comunidade portuguesa remanescente nas Índias de Castela.<sup>438</sup>

Durante o período de estância em Cartagena é sabido que o conde enviou cartas ao Conselho de Madri, dentre elas uma em 7 de fevereiro de 1641<sup>439</sup> onde jurou lealdade a Filipe IV, dizendo-se satisfeito em servi-lo assim como fizeram seus antepassados, e suas ações poderiam confirmar o testemunho, e que toda a comunidade lusa dali tinha o mesmo desejo. Além dele, outros capitães prometeram lutar na causa dos Habsburgo se preciso fosse até mesmo contra os rebeldes em Portugal, provavelmente visando apaziguar os ânimos. No caso de Castelo Melhor, como apontou João Pedro Gomes, havia ainda outra razão, temia que seu patrimônio localizado na península sob administração da esposa estivesse em risco.<sup>440</sup>

Do que aconteceu no cárcere conhecemos apenas a versão dos portugueses da relação dos sucessos de Castelo Melhor, que apesar de propagandista, revela alguns pontos interessantes. Há críticas explícitas sobre a condução dos assuntos políticos de Castela nas Índias, como a conduta dos oficiais, a compra de cargos, a indiscrição, insubordinação, os descaminhos e subornos para enriquecimento próprio, etc. De certo, estas “denúncias” faziam parte da propaganda Bragancista embora não deixem de refletir o estado das coisas.

---

<sup>437</sup> *Ibid.* Folha 3, frente.

<sup>438</sup> *Ibid.*

<sup>439</sup> Sabemos da existência de três cartas guardadas no Archivo General de Simancas, graças ao trabalho de João Pedro Gomes, mas não tivemos acesso ao manuscrito, porque não estão disponíveis para consulta em linha. Em: **Consulta sobre tres cartas del conde de Castil millor, del capitan esteuan de Brito i del capitan Baltasar dagara Artur, portugueses, escritas desde cartagena de las Indias, lamentandose del suceso de Portugal.** AGS. Estado, leg. 2614. Ano 1641.

<sup>440</sup> GOMES, 2014. p. 15-16.

#### **4. A prisão e a fuga de Castelo Melhor de Cartagena das Índias**

Sem perder de vista a finalidade da *Relação*, um ponto interessante é a irrelevância do lugar de origem dos personagens nos eventos que sucedem a prisão. Jorge Carvalho guardou sua retórica para descrever com mais detalhes a fuga e o retorno para Lisboa, mas vejamos quem eram os sujeitos centrais da trama da perspectiva portuguesa. O grande vilão, aquele que delata a suposta conspiração era ninguém menos que o capitão da Infantaria do Terço de Portugal, Francisco de Azevedo. Os benfeiteiros do conde na prisão, que aliviavam as duras penas da fome, eram os soldados castelhanos Antonio de Abreu e Domingos Silva. Um dos encarregados de realizar as diligências foi seu próprio companheiro de frota, o capitão Rodrigo Lobo. A origem da armada responsável pelo resgate em Cartagena foi a mesma que juraram combater em Pernambuco, os holandeses.<sup>441</sup> Mostrando novamente que não importava quem eram, mas de que lado estavam, e o “lado” variava de acordo com as circunstâncias.

De acordo com Carvalho, o motivo da prisão do conde, de todos os seus empregados e mais cinco capitães suspeitos de participação no intento, foi o surgimento de embarcações suspeitas no porto da cidade. Se fosse apenas esta razão as autoridades não teriam alertado toda a cidade, convocando os moradores a pegarem em armas contra um possível levante. Não foi sem dramatismo a versão dada pelo capitão e sargento-mor Maldonado sobre o plano, o objetivo do conde, segundo ele, era roubar roubar os galeões usados na batalha de Santa Catalina, e quantos outros estivessem ancorado no porto, escalar o castelo de Santa Cruz para pegar pólvora, invadir o arrabal do Getsêmani, onde armazenavam toda da munição e bastimentos, e tudo isto na calada da noite. E acrescentou que o réu manifestava o desejo de oferecer tudo a Dom João, seu senhor, e por esta causa estaria resoluto a lutar até mesmo contra as forças de Francisco Dias Pimenta.<sup>442</sup>

E que a ausência de Francisco Dias Pimenta, que tinha ido a Portobello com navios de pouca importância, era um bom momento para provocar baixas nas forças de Filipe levando aquilo que tinha valor na praça. Entretanto, ainda que o próprio documento sugira a finalidade e explique a motivação para a existência deste plano, o autor concilia muito bem a suposta contradição, balanceando entre “o poderia acontecer, mas nunca existiu”, inclusive em um trecho durante o tormento “(...) a que respondeo, que os juízes tinham poder para lhe retirar a vida, & para primeiro atormentar lhe o corpo, mas que lhe não dera Deus jurisdiçao

---

<sup>441</sup> ROSA, 1642.

<sup>442</sup> *Op.Cit.* Folha A3.

para obrigarem a alma a que confessasse.”<sup>443</sup> Em um cenário hipotético, considerando que tinha o conde intenção, quem poderia garantir que o rendimento do saque se transformaria em fidelidade à D. João IV, tendo em vista que o próprio conde escreveu carta manifestando apoio aos Habsburgo no mesmo ano?

De todo modo, continuou a *Relação* a descrever o sofrimento dos acusados nos meses seguintes, principalmente ao trato desumano dado a Pedro Jacques deixado deixado praticamente sem vida, e o seu criado Antonio Rodrigues. O único identificado a serviço do conde era Jacinto Lobo, que intimidado atribuiu toda culpa aos seus amos, piorando a situação. No mês de setembro chegou à cidade o capitão Pimenta, que fez da vida do fidalgo um novo inferno, dando tormenta com dois soldados que se revezavam nos cordéis, e quando cansados apanhavam para manter a valentia.

A causa foi passada ao auditor da Armada e a dois ouvidores, um deles teria levado todos os bens que o réu tinha de posse, provocando a ira do autor do folheto que atribuiu-lhe a qualidade de “fariseu”. O ouvidor Bernardino de Prato não teria medido esforços para dizer aos quatro ventos que seu poder era ilimitado, porque conseguia imputar culpa a qualquer um que desejasse. Já o outro ouvidor, que teria perdido sua fazenda em Santo Domingo, passando as partes de Cartagena depois do fracasso, era o bárbaro mais indômito que nem merecia descrição em respeito aos futuros leitores do folheto.<sup>444</sup> Para ele, a justiça tinha falhado, pois não deram o mesmo tratamento que de costume se dava aos fidalgos daquela praça, e sem ter chance de defesa, por pouco caso que fizeram de suas apelações de nulidade, foi sentenciado a morte natural diante do auditor da armada Dom Francisco Rege, o governador geral das armas e paz Dom Antonio Maldonado e o almirante inimigo dos portugueses Dom Francisco de Castrejón.<sup>445</sup>

Não satisfeito com os danos, Castrejon mandou chamá-lo para dizer “(...) que da morte não podia eximirse sua senhoria, porem que dos tratos si se quizesse escuzar aquelle tormento, manifestando os cônplices (...)”<sup>446</sup>, depois da recusa foi dado novo tormento de três horas que lhe estragou em permanente a mão esquerda por falta de um cirurgião que lhe negaram. No outro dia saíram os soldados a espalhar que tinha o conde entregue todos os envolvidos, com objetivo de que novos acusados se entregassem. A sentença livrava os supostos cúmplices que por descuido do capitão Pimenta conseguiram voltar para a armada,

---

<sup>443</sup> *Ibid.* Folha B1.

<sup>444</sup> *Ibid.* Folha A4.

<sup>445</sup> *Ibid.* Folha A4, verso.

<sup>446</sup> *Ibid.* Folha A e B, verso e frente;

deixando o conde sozinho.<sup>447</sup>

Aqui, o autor condena o comportamento de todos os seus companheiros da armada que “(...) sem fazerem memoria delle seus companheiros, que assim pagaõ agora as obrigações assi correspondem os fauores.”<sup>448</sup> Exceto alguns guardas do presídio compadecidos da situação lhe davam de comer como símbolo de retribuição, conforme as palavras do castelhano que acobertou a sua fuga, de Antonio Rodrigues “(...) verdadeiro pay dos soldados, que tanto tinha gastado com elles, nam eram necessarios outros premios, mais que conhecer elle os merecimentos do Conde; & ter o gosto de lhe fazer esse seruço (...).”<sup>449</sup> Antonio Rodrigues, existindo ou não, cumpriu na propaganda o papel de um portugues de coração, como reconhecido pelo próprio rei na chegada a Lisboa. Com isso, o autor sinalizou em 1642 que todo aquele que quisesse se juntar ao levante seria aceito pelo rei.

Depois de restabelecido da saúde, João de Vasconcelos se pôs a planejar uma fuga, tentando convencer os amigos do presídio sem sucesso, pois se acovardaram diante da ideia, afastando-se dele. Enquanto isso, os soldados inimigos circulavam no presídio aos gritos, comentando as derrotas de Portugal “(...) como lhe faltam obras, com que nos offendão, se valem das palavras com que se consolam, & assi leuantam testemunhos que os entretenham, enquanto nos alcançamos vitorias (...).”<sup>450</sup>

Quando tudo parecia ir mal, seu único amigo foi o frei Ambrósio do Espírito Santo, monge de São Bento e seu confessor desde a Bahia, que pedia esmolas e fazia todo tipo de sacrifício para levar a comida diariamente. Por esse tempo o clérigo soube do socorro enviado pelo rei, uma frota sob a liderança do companheiro de Armada António Abreu, com apoio do alferes Domingos da Silva, com vistas a resgatá-lo. Porém, com a transição no governo das armas assumido por Artuño de Aldape, as regras para o preso foram reforçadas, impedindo inclusive a presença de frei Ambrósio que elaborou um plano para manter a comunicação. Disse ele ao sentinela que estava entristecido pelo conde não poder comungar no dia do Baptista coisa gravíssima para aqueles que se diziam cristãos, em tom de crítica aos Habsburgo, e por isso passaria a Caracas abandonando o acusado à própria sorte. O plano consistia em ameaçar deixar de suprir as necessidades do preso, fazendo recair as despesas na conta do governador, “(...) persuadindose, q com esta ninharia se eximiam de alimentar o Conde.”<sup>451</sup> E como o planejado, Don Gregorio Castrejon conseguiu a permissão para a visita

---

<sup>447</sup> *Ibid.*

<sup>448</sup> *Ibid.* Folha B1, verso.

<sup>449</sup> *Ibid.* Folha B4.

<sup>450</sup> *Ibid.* Folha B2, verso.

<sup>451</sup> *Ibid.*

do frei à cela do condenado.

Logo se puseram a tramrar a fuga, dando conta o frei de que Antonio de Abreu estava escondido em sua casa, e os demais ancorados a pouca distância do porto, e que o teriam encontrado graças ao maltrapilho vigia dos portões da cidade que pela informação recebeu suborno de um peso. Começaram a pensar em quem poderiam cooptar para acobertar a fuga, decidindo por Antonio Rodrigues. Outra peça fundamental do estratagema foi o soldado Antônio Ferreira, com quem acertaram os detalhes da posição onde a lancha de resgate deveria ancorar, também coube a este enviar um sinal avisando o momento certo.

Enquanto isso na frota de resgate ancorada na Ilha de Baru, os outros marinheiros aguardavam algum sinal da terra firme. Por duas vezes quase colocaram tudo a perder, ou pelo menos foi esse recurso usado pelo autor para provocar a expectativa de um desfecho vertiginoso e digno de nota, levando o leitor a pensar que o resgate poderia não ter acontecido. Na primeira ocasião, planejaram descer a terra e entrar na cidade para procurar notícias de Antônio Rodrigues quando este demorou para voltar. A lentidão do percurso fazia parte do plano, pois para não ser notado na entrada da baía remava em um barco pequeno. Fez isso pelo menos cinco vezes entre idas e vindas para se comunicar com seus homens. Desistiram da ideia de procurá-lo em uma dessas travessias, assim que viram o alferes saindo pelo cano de despejo da cidade, causando repulsa e admiração pelo comprometimento na causa.<sup>452</sup>

Na segunda ocasião, o risco não estava nas mãos da impaciência, mas do acaso, pois foram surpreendidos com uma fragata de piratas *pichilingues* com artilharia e equipagem completa. Diante da situação não tinham grandes chances de defesa, e ao que tudo indica depois de rendidos, o capitão do navio pirata devolveu os passaportes que o alferes carregava imaginando que fossem falsos, e não sofreram maiores danos.

Os detalhes da fuga foram acertados de última hora porque um certo fulano espalhou a nova “(...) à em Cartagena em algumas casas corria, que auiam nauios em Bocachiqua que vinham buscar o Conde (...)”<sup>453</sup> Combinaram então com os soldados do presídio, esperariam numa fragata em Bocachica, de onde aguardaram o sinal para enviar a lancha até a enseada.

E como tudo nessa história, a primeira tentativa não foi fácil, a embarcação ancorou com atraso e “(...) desencontrados nos postos Antonio Rodrigues & Antonio Ferreira [soldado cooptado] (...)”.<sup>454</sup> Mais tarde, Ferreira mandou avisar que o infortúnio era parte do plano da

---

<sup>452</sup> *Ibid.* Folha B4, frente.

<sup>453</sup> Tratava-se de Bernabé Caldeira, natural de Vila Viçosa, que teria sido corrompido nas terras dos Habsburgo. *Ibid.* Folha B4, verso e folha C, frente;

<sup>454</sup> *Ibid.* folha B4, verso;

Providência divina, pois no dia anterior tinham mais sentinelas que o normal no castelo. A fuga aconteceu na noite de 16 de junho de 1642, quando o conde deu a ordem. Saíram da cidade também pelo cano de despejo o padre acompanhado de um dos criados de Castelo Melhor, chegando à praia já havia nove pessoas esperando o evento previamente anunciado.

No momento da fuga estavam no castelo 50 soldados que deram falta do prisioneiro no romper da aurora, quando já estava a bordo da nau chamada *San Petre*. Encontrava-se o conde em precárias condições de saúde, quase desrido, e a mão esquerda inutilizada. Depois de comemorar com os holandeses, ouviu o disparo vindo de uma das torres do castelo, seguido da convocação para que os *vecinos* acudissem o presídio.

“(...) porem as tres embarcações feitas já ao mar voltarão sobre a Cidade, & lhe derão as cargas de toda artilharia ao som de trobetas, que alegraao os nauegantes, deixando atemorizada a Cartagena, de ver q Rey tam poderoso, que ousou tirar os presos mais seguros, das forças de Castela (...).” (ROSA, 1642. Folha C, verso)

A volta para casa é uma aventura vivida entre “pequenos mundos” testando mais uma vez a resiliência do herói, digno do personagem *Cândido* de Voltaire, sempre otimista apesar das adversidades.<sup>455</sup> Logo na saída um vento quebrou o mastro central de uma das embarcações que foi abandonada na altura da Jamaica, mas antes atearam fogo para evitar que o inimigo se utilizasse de alguma peça.

Em cinco de agosto cruzaram com uma escuna espanhola carregada de açúcar e outras mercadorias com destino a Cartagena, dando a entender que os holandeses da frota a teriam assaltado, oferecendo a relação detalhada das mercadorias: 150 caixas de açúcar que não fizeram uso, pois “A fragata meteu a pique, com todas as doçuras de Castela, leuando os marinheiros de Olanda adescubrir nouos caminhos nos ceos mais retirados do mar (...)<sup>456</sup> Depois dos danos causados pelo mar, tiveram de parar na Ilha de Cuba, para conserto do mastro e das velas, seguindo então para Tortuga, a Ilha dos franceses, que gentilmente os ajudaram no reparo mais minucioso da embarcação, mas partiram em oito de setembro, por ser muito grande a falta de água ali.

Navegaram pelos mares *Caico* e *Mayagoana*<sup>457</sup> temidos pelos espanhóis e abrigo dos marinheiros estrangeiros. Em dez de outubro chegaram à Ilha Terceira, onde não pouparon

<sup>455</sup> Não me refiro à crítica do otimismo dirigida a filosofia de Leibniz, objetivo principal de Voltaire quando escreveu esta sátira, mas sim a estrutura da narrativa que colocava o personagem à prova sempre que este passava por “mundos” diferentes. VOLTAIRE. M. de. **Candide ou l'optimisme**. Trad. Mário Laranjeira. [s.l] Penguin Companhia, 2012.

<sup>456</sup> ROSA, 1642. Folha C2, frente.

<sup>457</sup> Entre os arquipélagos das Bahamas.

elogios ao então governador-geral Manuel de Sousa Pacheco e a corte reproduzida fielmente à lusitana, dizendo que soube ele fazer uso da mão de obra dos naturais da terra, pois eram grandes servos do rei e todas as coisas corriam bem por ali. Talvez o autor tenha incluído esses detalhes na descrição da região de Acores para celebrar a vitória que tinham alcançado sobre os espanhóis no cerco da fortaleza de São Filipe ainda no início de 1642. Finalmente, no dia 18 de outubro chegaram a Lisboa, onde aconteceram os festejos e honrarias.<sup>458</sup>

## 5. A repercussão e o estado da praça de Cartagena após 1640

A celebração da figura de Castelo Melhor parece ter ficado restrita à memória lusa no processo de Restauração, pelo menos no imediato após fuga entre setembro e outubro de 1641. De acordo com o número de cartas escritas pelo capitão e sargento-mor da praça Antonio Maldonado de Texeda, apenas duas tratavam diretamente a respeito da fuga do fidalgo<sup>459</sup>, silêncio questionável se levarmos em conta o interesse do secretário do Conselho das Índias, Gabriel de Ocaña, um ano depois do ocorrido, solicitando os autos que deveriam ser entregues pelo capitão Pimenta conforme vimos acima.<sup>460</sup> Talvez a armada portuguesa fosse o foco das preocupações do governador-geral Aguilera naquele momento.

O certo é que em doze de setembro Texeda escreveu duas cartas<sup>461</sup>, a primeira sobre a expulsão dos inimigos da Ilha de Santa Catalina, reservada para exaltar os feitos do General Francisco Pimenta e a segunda dando conta dos intentos de Castelo Melhor. Já em 6 de outubro enviou três cartas<sup>462</sup>, em uma delas queixava-se do seu novo herói o general Pimenta, na outra informava o estado miserável que a praça teria ficado depois da retirada dos ditos 100 homens para servirem na nova campanha do general, a quem o rei teria dado plena liberdade para escolher os presídios onde prestaria serviço. Na última, dava conta das novidades sobre *Castilmellor*. Não sabemos como foi narrada a fuga, nem por parte de Texeda, tampouco pelo seu substituto Don Artuño de Aldape. Também não sabemos se estes autos chegaram à Espanha, conforme solicitado pelo secretário.<sup>463</sup>

<sup>458</sup> ROSA, 1642. Folha C3, frente.

<sup>459</sup> Consultas y pareceres dados a S.M. en asuntos de gobierno de Indias , AHN. Códices, L.752. n.515. (PARES)

<sup>460</sup> Orden a Francisco Díaz Pimienta. AGI. Indiferente, 435, L.11, F. 164R. Ano 1642. (PARES). Orden para la remisión de la causa del conde de Castilmillor. AGI. Indiferente, 435, L.11, F.173R. Ano 1642 (PARES).

<sup>461</sup> Jueces de comisión y visita: Audiencia de Santa Fe. AGI. Santa Fe, Leg. 57, n.58 e 59. (PARES).

<sup>462</sup> Jueces de comisión y visita: Audiencia de Santa Fe. AGI. Santa Fe. Leg.57, n. 60, 61 e 62. Ano 1641 (PARES).

<sup>463</sup> Isto não significa que o documento não exista, apenas que não o encontrei na pesquisa realizada no portal PARES. Há possibilidade de que os autos do processo não tenham saído de Nova Granada. Caso os oficiais do Cabildo de Cartagena tenham enviado cópia para Santa Fé, então é possível que os documentos estejam nos

A última informação que encontramos foram as “novidades” de 6 de outubro de 1641, em que o sargento-mor não dedicou mais de três páginas, acrescentando nada ou quase nada a respeito do caso.<sup>464</sup> Nela, o general Pimenta voltou a ser elogiado, dizendo ser aquele um piloto prático que foi a Portobello para a graça da Real Fazenda, com cinco galeões e um *patacho*. Ao contrário da *Relação*, não foram descritos como de pouco valor, além de outras embarcações que teriam chegado com Don Lourenço de Córdoba. E reescreve o suposto plano delatado por Antonio de Azevedo conforme a penúltima carta.

Nota-se que nem nas cartas do oficial, nem na *Relação dos Sucessos* do conde, é mencionado como parte do plano do conde o sequestro do galeão de prata de Potosí como encontramos em alguns trabalhos.<sup>465</sup> Do lado espanhol admitir a falha na segurança do escoamento da prata seria um tanto vexatório, e portanto compreensível se fosse ocultado dos documentos. Entretanto, do ponto de vista português só teria a acrescentar a história de sucesso, pois seria um plano ainda mais audacioso, à altura dos feitos de João Rodrigues de Vasconcelos para com D. João IV.

“(...) auia llamado el conde de Castel Millor estando rrecolido ensucassa y le dijo viniendo acompañado del capitán Pedro Jaques como estaua rresuelto conalgunas consifidentes suyos aleuantarse con el arrual degesemani la noche siguiente y con las fuerzas queay enel y apoderandose luego delos almagasenes donde el general tenia los petrechos y bastimentos de Vrā Real armada aprestar y amunisionar las descapitanas santo Domigo y San Phelipe y conellas y los demas nauios que pudisen irse aportugal (...)” (AGI. Santa Fe. 57, n.61. 1641. PARES).

Seja como for, para um assunto que não mereceu mais que três páginas do punho do sargento-mor, a reação da cidade frente a prisão de Castelo Melhor seria no mínimo desproporcional, tais como:

“(...) reforzar los puestos de la ciudad y getsemaní y los castillos del puerto ordenando a sus castellanos se fuesen a ocuparlos con toda brevedad enviando allos mas gente que los guarnece y con las mismas diligencia dehe unbando para mas bien disimular el caso por entonces ordenando se armesen todas las compañías del batallón y guarne siesen los puestos de la muralla por auer tenido nueba venia sobre esta plaza del enemigo y prevenido todo en tiempo de dos oras como mas conuño di quenta al general Don Rodrigo Louo y consu acuerdo y el de una junta que se hizo de D. Hartuño de Aldape gobernador delo presidio Vrōs oficiales R [reais] y demás criados que se tenéis en esta plaza (...)” (AGI. Santa Fe. 57, n.61. 1641.PARES. Folha 3)

---

fundos da Real Audiência do Archivo General de la Nación – AGN. O que podemos afirmar é que não estão nas pastas do fundo “negócios estrangeiros”, onde julgávamos que poderiam ser catalogados.

<sup>464</sup> AGI. Santa Fe. 57, n.61. 1641 (PARES).

<sup>465</sup> DANTAS, 2009. e LENK, 2009.

Oposto ao tom sucinto adotado na carta, houve um grande movimento na cidade em função do ocorrido, tudo isso com duas horas de antecedência para execução do suposto plano. Fica claro o temor de que o plano de Castelo Melhor estivesse amparado por outros inimigos de Filipe conforme o trecho que frisa a permanente vigilância em que se encontrava a praça desde então. De todo modo, o assunto da prisão engrossou as queixas sobre a segurança nas cartas seguintes.

Em seis de outubro, Texeda enviou uma carta apenas para reforçar a reclamação feita na anterior, dizendo ser a situação caótica, e desculpando-se pela insistência. Dizia ser dever dos criados de sua majestade informar sem causar moléstias. "(...) Han sido tantas las nouedades inquietudes y aluerosos [alvoroços] destan cppca [Republica] que no nesessitan de otro apoyo qualche ellas mismas porar a entender por los autos y papeles que de ellas van pediendo su remedio cuya necesidad representó a su magd (...)"<sup>466</sup> E deixou implícito que não pedia nada para ele, mas para o bem comum, visto que sua recompensa eram os 37 anos de serviço prestado ao rei.

Mesmo que Maldonado Texeda estivesse exagerando, o curto espaço dos dias entre as cartas poderia atestar a urgência do caso, pois quatro dias mais tarde voltou a dar queixa sobre a segurança daquela costa e, principalmente, da vulnerabilidade da cidade, carta que foi respondida somente em 14 de julho de 1643, dois anos depois! E relembra como as coisas chegaram a tal ponto. O problema teria começado quando o governador da Ilha de Santa Catalina, figura até então não mencionada nos documentos consultados, pediu ajuda do sargento-mor para manter a segurança da praça que ao que tudo indica, não conseguia se manter sozinha, precisava das forças de outros presídios, gerando desfalques nas tropas da região.

A Junta enviada à Ilha, sob o comando do capitão Pimenta, ainda não tinha voltado a Cartagena, porque os oficiais da praça se recusaram a enviá-los até que fosse dada resolução real sobre o caso. Maldonado pedia, para efeito, que se pagassem com 200 homens da guarnição de Santa Catalina. Disse ter notícias do retorno dos ingleses à região com intuito de reaver as Ilhas, e que as autoridades locais tinham deixado alguns prisioneiros da guerra fugirem. Se isso for verdade, a coroa estaria diante de uma crise de segurança sistemática, porque os homens do presídio poderiam mudar de lugar, mas o contingente permanecia o mesmo. Não poderiam garantir a segurança do território reconquistado sem deixar as outras praças sob o risco de uma invasão inglesa, portuguesa, francesa etc.

---

<sup>466</sup> AGI. Santa Fe, 57. n. 62. (PARES).

## 6. João Rodrigues de Vasconcelos, o governador-geral do Estado do Brasil 1650-54

Claro que depois de acumular feitos, méritos, honras e mercês, não havia ninguém mais indicado que Castelo Melhor para ocupar um dos postos mais importantes do Império, o de governador-geral do Estado do Brasil. Sem dúvida ele soube aproveitar os esforços dos seus antecessores, levando mais prestígio e riqueza à família. Quando voltou à Península foi nomeado governador das Armas na província entre Minho e Douro em 1644, e em 1645-46 governador das Armas dos exércitos do Alentejo, três anos antes de embarcar para o Brasil.<sup>467</sup>

A indicação para o ofício de governador geral era assunto da alta política, envolvia as preferências da corte, do Conselho de Estado e claro, do próprio rei. Era necessário ser experimentado na guerra, ser natural do reino, ter sangue limpo, prudência e bons costumes.<sup>468</sup> Esta figura deveria representar o rei em terras do além mar, com estatuto diferente dos governadores de Goa, que gozavam de prerrogativas de um vice-rei, como na América Espanhola.<sup>469</sup> Era sua função ser o elo entre os súditos e o rei, deveria buscar o consenso e harmonia, aplicar a justiça, ouvir as pessoas, proteger os clérigos, proteger a economia e a população.<sup>470</sup>

Nesse modelo administrativo a câmara municipal era central na cena política, tinha o poder de se fazer ouvir desde o governador até os altos cargos da República, também cuidava dos assuntos pertinentes à vida local. No início foi composta por uma mesa de vereação, dois juízes ordinários, três vereadores e um procurador, posteriormente agregaram o “mestre”,<sup>471</sup> e no século XVII no contexto de limitação dos poderes municipais, foi inserido o “juiz de fora”. Havia ainda os desembargadores da *Relação*, vistos como interventores diretos do poder central nos periféricos, sobretudo nos assuntos fiscais, dando conta de possíveis danos ao Erário Régio por oficiais mal intencionados, tal como as ouvidorias criadas em 1690 também para supervisão.<sup>472</sup>

Desse modo, era esperado do governador uma boa relação com os poderes locais, amplamente reconhecidos e respaldados graças a sua lealdade demonstrada perante o rei.

---

<sup>467</sup> DANTAS, 2009.

<sup>468</sup> COSENTINO, Francisco Carlos. **Construindo o Estado do Brasil: Instituições, poderes locais e poderes centrais.** In. FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÉA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Brasil colonial.** 1a edição. Vol I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 546.

<sup>469</sup> PUNTONI, 2013.

<sup>470</sup> KRAUSE, 2015. p. 185.

<sup>471</sup> PUNTONI, 2013. p 53.

<sup>472</sup> *Op.Cit.* p.59.

Porém, na realidade não faltaram conflitos e embates entre a Câmara e o governador, principalmente quando o assunto era a arrecadação do donativo para cobrir as despesas da guerra contra os inimigos do Império. O sistema da Fazenda Real compreendia um provedor-mor, um ouvidor-geral e um alcaide-mor.<sup>473</sup>

Assim como em Cartagena, manter uma infantaria na cidade significava assumir os riscos de rebelião dos soldados quando escasseavam os víveres ou o soldo. O valor para cobrir os gastos vinha majoritariamente das taxas sobre o açúcar e a imposição dos vinhos, isto é a dízima sobre produção e mercadorias.<sup>474</sup> Em 1642 estima-se que os custos do presídio representavam de 15 a 20% da produção local.<sup>475</sup> Além disso, havia outras despesas, como a folha de pagamento do clero, dos funcionários da fazenda e governo, um total de 76% de todo valor arrecadado com o imposto.<sup>476</sup> Há discussões sobre os privilégios que tinham certos grupos com a isenção no pagamento dos impostos, incluindo um livro que registrava o nome das propriedades que gozavam da *liberdade*, consultado quando o seu produto chegava à alfândega, conforme vimos no capítulo anterior. Os detentores de hábitos de ordem militar, clérigos, conventos e até a Santa Casa da Misericórdia, também não queriam pagar.<sup>477</sup> Sendo assim, o ônus recaiu sobre os menos abastados.

É claro que muitos caminhos foram inventados para fugir a normatização fiscal, algumas licenças eram fraudadas, algumas tinham seu prazo de validade vencido, embora o proprietário a continuasse usando, em outros casos os trapiches se faziam passar por engenhos buscando enquadrar-se nos benefícios e incentivos reais, outros proprietários deixavam os engenhos sem manutenção com objetivo de pedir isenção na hora da reforma, dentre outras artimanhas.<sup>478</sup> Ainda na primeira metade dos seiscentos um alvará proibia a emissão de certidões por parte de oficiais e autoridades que não fossem o provedor-mor.<sup>479</sup>

O provedor-mor era encarregado de todo e qualquer assunto sobre o tesouro, deveria supervisionar o pagamento dos impostos, incluindo a “*siza*”, imposto sobre a compra e venda que onerava a circulação das mercadorias<sup>480</sup>, que talvez fosse menos desigual, visto que todo

---

<sup>473</sup> *Op.Cit.* p.68.

<sup>474</sup> *Op.Cit.* p.71.

<sup>475</sup> LENK, Wolfgang. **Fiscalidade e administração fazendária na Bahia durante a guerra holandesa**. História Econômica & História de Empresas, v. 13, n. 2, 2012. Ver também: *Id*, 2009. p. 1–19.

<sup>476</sup> A arrecadação de todas as capitanias ajudava a cobrir o déficit daquelas que gastavam mais que poderiam recolher. As Capitanias do norte, com exceção do Rio Grande, permitiram que essa conta fechasse, visto que algumas do centro estavam sempre no vermelho e a Bahia gastava tanto quanto coletava em 1612. PUNTONI, 2013. p 75.

<sup>477</sup> LENK, 2012;

<sup>478</sup> PUNTONI, 2013; p.79;

<sup>479</sup> *Op.Cit.* p.78.

<sup>480</sup> *Op.Cit.* p. 81.

aquele que consumia deveria pagar. A provedoria também dava conta do fluxo nos portos, cobrando uma taxa de entrada ou saída de 10% sob o valor da mercadoria.<sup>481</sup> Ele também cuidava das despesas e não poderia deixar pendências para quem o sucederia, a mesma regra servia para tesoureiros e almoxarifes.

Diante de tanta responsabilidade não é de se estranhar a existência de conflitos entre a figura do provedor e os governadores, estes últimos acusados de atuarem em benefício de facções locais, os seus favoritos, em determinadas ocasiões. Como parte da contabilidade poderia seguir por fora dos registros oficiais, não era clara a origem das despesas. Alguns oficiais subalternos respondiam ao provedor com indisciplina de intocáveis dependendo da conjuntura. Como se não bastasse, os provedores poderiam ser odiados até mesmo pelo clero, caso seguissem à risca seu regimento, como aconteceu com Francisco Soares de Abreu (1629-32) que foi excomungado.<sup>482</sup> Além disso, eram cobrados pelos generais da guerra. Pressionado para pagar a armada portuguesa em Cartagena, Abreu terminou incriminado e preso pelo governador Aguilera.

Quando Castelo Melhor chegou a Salvador para o governo, a situação fiscal tinha mudado, pois desde de 1640 a Restauração Portuguesa buscava suavizar a carga tributária, a fim de evitar possíveis conflitos, optando pela taxação direta como a cobrança da vintena e do donativo<sup>483</sup>, arrecadação extraordinária oferecida pelos vassalos, mas que com o passar dos anos ganhou contornos de obrigação.<sup>484</sup>

A Câmara conduzia o assunto, mas não sem conflitos. O Senado foi palco da disputa dos interesses locais em diálogo constante com o reino, onde procurava garantir vantagens e mercês como retribuição pelo serviço prestado. A segurança era um dos pilares da concepção corporativista de um governo<sup>485</sup>. Quando o vassalo tomou essa tarefa sobre si, o fez por voluntariado, assim como aconteceu em Cartagena quando os inimigos de Aguilera davam conta das extorsões dos *vecinos* com suposto objetivo de armar a praça, sem contar na convocação direta de moradores e clérigos para pegar em armas durante a prisão e fuga de Castelo Melhor.

Sem dúvida, os moradores da Bahia arcaram com os custos da segurança pelo menos

---

<sup>481</sup> Havia impostos extras para proteção das embarcações escoltadas por armada no contexto da Guerra em 1650, como a taxa de 140 réis por arroba transportada. *Op.Cit.* p. 83-84.

<sup>482</sup> LENK, 2012.

<sup>483</sup> *Id. Op.Cit.*

<sup>484</sup> KRAUSE, 2015. p. 182-220

<sup>485</sup> Usando a metáfora do corpo, que funciona bem quando todas as partes estão em harmonia. HESPANHA, António Manuel; SUBTIL, José Manuel. **Corporativismo e Estado de polícia como modelos de governo das sociedades euro-americanas do Antigo Regime**. In: **O Brasil Colonial 1443-1580**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, v. I, p. 129.

desde a retomada em 1625, sendo o Tribunal da Relação extinto sob a justificativa de enxugar os gastos na Capitania, deixando essas funções para o ouvidor-geral e o governador.<sup>486</sup> Em 1631, os 1.800 soldados exigiram mais recursos<sup>487</sup>, pois toda guerra é geradora de pressão fiscal com que se pagam os gastos.

Similar situação vivia a Nova Espanha (1609-1648), quanto o custeio dos presídios que faziam a segurança de toda região chamada Grande Caribe<sup>488</sup>, palco das disputas dos países europeus e espaço chave para a segurança de toda a América. A maior contribuição vinha da *Caja Real* do México, responsável por cerca de 95% do financiamento de toda a defesa do império espanhol no ocidente.<sup>489</sup> O *situado* era um valor fixo que deveria ser pago anualmente para o sustento das principais praças militares.<sup>490</sup>

Com a Guerra dos Trinta Anos, a demanda do fisco aumentava, porque agora o inimigo tinha a seu favor experiência naval e força econômica. A partir de 1624 a ameaça era constante e em múltiplas frentes. Os holandeses instalaram-se no Caribe, de onde promoviam o bloqueio naval da Espanha, atacaram o Brasil e as *factorias* portuguesas na África para monopolizar o contingente de escravizados no mercado.<sup>491</sup> Entre 1624-33 cerca de 390 embarcações portuguesas e espanholas caíram nas mãos dos rebeldes. Não escapou nem o *situado* enviado a Puerto Rico em 1636, assaltando de uma única vez o acumulado de três anos.<sup>492</sup>

Também era necessário manter uma infantaria para proteger as frotas da Carreira da Índia. Para isto propuseram a criação da Armada de Barlovento em 1635 no valor de 600.000 pesos todo ano durante 15 anos, dividido entre os vice-reinos do Peru e Nova Espanha, 58% e 42% respectivamente.<sup>493</sup> A medida levantou protestos e necessitou de muitas negociações com os principais grupos locais representados no Cabildo, porque além da manutenção,

<sup>486</sup> KRAUSE, 2015. p. 188 e SCHWARTZ, Stuart B; VARGAS, Berilo. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

<sup>487</sup> Sete anos mais tarde a praça recebeu 3.400 homens durante o cerco do Conde de Nassau. Ver em: KRAUSE, 2015. p. 194;

<sup>488</sup> Compreendida “(...) del Golfo de México con la península de la Florida al nororiente y la costa norte de la península de la península de Yucatán, y la segunda del mar Caribe con las Antillas Mayores y Menores, las costas de Tierra Firme y Centroamérica hasta las orillas meridionales de la península yucateca.” Ver en REICHERT, Rafal. **Entre la paz y la guerra, el gasto militar novohispano en la región del Gran Caribe (1609-1648)**. In: CARRARA, Angelo Alves; SÁNCHEZ SANTIRÓ, Ernest (Orgs.). **Guerra y fiscalidad en la Iberoamérica colonial (siglos XVII-XIX)**. Primera edición. Juiz de Fora: Editora UFJF ; México, D.F. : Instituto Mora, 2012.

<sup>489</sup> *Op.Cit.* p.42.

<sup>490</sup> As principais praças militares do Grande Caribe: San Agustín de La Florida, La Habana, Santo Domingo e Puerto Rico. *Op.Cit.* p. 46.

<sup>491</sup> *Op.Cit.* p. 50-51.

<sup>492</sup> Cerca de 136.717 pesos. *Op.Cit.* p.52.

<sup>493</sup> *Op.Cit.* p. 67.

deveriam ser levantados fundos para o pontapé inicial do projeto. A fonte desses recursos em Nova Espanha viriam de incrementos de antigas taxas como *alcabalas* e o *estanco dos naipes*, e com a criação de novos à medida que necessitavam de mais recursos, comprometendo desse modo o comércio interno e externo.<sup>494</sup>

Em Salvador, a própria tropa era usada pelo governador para pressionar a Câmara no pagamento do donativo, dizendo que soldados descontentes poderiam causar danos à cidade.<sup>495</sup> Além disso, os grupos locais estariam em constante tensão com os oficiais que segundo eles tinham mais empenho em enriquecer sua fazenda que servir ao rei. Foi este clima de tensão encontrado por Castelo Melhor em 1650, com uma elite local ganhando espaço e expandindo sua capacidade de mobilização construída nos governos que antecederam o seu.

Castelo Melhor fez um governo conciliador e assim como seu antecessor, manteve o diálogo com a Câmara e apoiou as decisões dos vassalos, muito elogiados pelo zelo ao serviço real, conforme em uma carta escrita logo após a chegada a Salvador contando suas primeiras impressões. Atendeu reivindicações antigas como “pagamento de propinas em sete procissões anuais aos oficiais do Senado. Também uniu sua pena à reivindicação da municipalidade de recriação do Tribunal da Relação.”<sup>496</sup> Avançou na discussão sobre os impostos de determinados bens monopolizados pela Companhia Geral de Comércio, o vinho, o azeite e o bacalhau. Porém em 1650, a Câmara insistia que o imposto da vintena (5% sob a produção) fosse revogado argumentando que prejudicava os produtores e livrava os comerciantes. Propuseram então, o agravo na imposição de vinhos que foi rejeitada porque desagradava os diretores da Companhia. Ainda assim, Castelo Melhor manteve sua boa reputação por ter ficado ao lado dos camaristas.<sup>497</sup>

No governo dele, a Câmara passou institucionalmente a cuidar do abastecimento do presídio local, que por determinação do conde ficaria restrito a 2.000 homens para diminuir os gastos. Em contrapartida teriam autonomia para realizar a arrecadação. De modo que ficava vedada as costumeiras pressões por recursos extraordinários feitas pelos governadores sob os camaristas, resolvendo por um lado, os desgastes e desavenças com o governador, mas criando, por outro lado, a obrigatoriedade de manter os soldados.<sup>498</sup> Em busca de solução para

<sup>494</sup> *Op.Cit.*p. 74-77.

<sup>495</sup> KRAUSE, 2015.p. 192.

<sup>496</sup> *Op.Cit.* p. 214.

<sup>497</sup> *Op.Cit.* p. 215.

<sup>498</sup> Segundo Pedro Puntoni, o Conde teria pedido à câmara que aumentasse o valor repassado para 96.000 cruzados por ano, provocando a revolta dos súditos. Diante desta situação, o provedor-mor justificou que não se tratava de um descaminho do dinheiro, pois se assim desejasse tinham liberdade de tomar o encargo sobre si. Ver em: PUNTONI, 2013, p. 94. Ver também em: KRAUSE, 2015. p.216.

reduzir os custos e valendo-se do seu poderio militar, a elite local jogou o ônus do acordo sobre as capitaniais do sul que foram obrigadas a especializar-se na produção de farinha com apenas um comprador, a um preço fixo, a Câmara de Salvador.<sup>499</sup>

De todo modo, pelas boas relações travadas com os grupos locais, Castelo Melhor alcançou o posto de provedor da Santa Casa da Misericórdia, garantindo acesso ao crédito a algumas figuras ilustres da capitania<sup>500</sup>, dentre eles Jerônimo de Burgos, o mesmo que despachou açúcar isento dos impostos na alfândega do Funchal em 1640, além de Bernardo Ravasco, que o teria criticado em carta dizendo ser mais afeito e cortês o conde aos mercadores que a ele, o secretário do Estado do Brasil.<sup>501</sup>

## 7. De fidalgo a mercador: a rede de contatos do conde em Salvador

Os produtos do Brasil chamaram atenção do conde de Castelo anos antes de se tornar governador geral do Brasil, possivelmente quando embarcou na jornada da Armada do conde da Torre em 1638. Neste mesmo período enviou à Ilha da Madeira dois fechos de açúcar branco, que chegaram na primeira embarcação atracada no Funchal no ano de 1640, a Nossa Senhora do Rosário de Santo Antonio, do mestre Gonçalo Nunes Fragoso (capítulo 2). O mestre deixou os fechos com Tiodosio de Mattos encarregado de levá-los aos oficiais da alfândega, livre do pagamento de taxas, anotava o escrivão Cardoso no canto esquerdo superior da folha 34 do manuscrito: “Tiodosio de Mattos pelo conde Castelo Melhor fechos 2 B”<sup>502</sup>, e no registro completo:

“Em dito dia atrás nesta alfandega despachou Tiodosio de Matos dois fechos de asuquar branquo e neles oito@ netas não pagou direitos pelo mestre Gonçalo Nunes Fragoso jurou q os mandaria o Conde de Castelo Milhor p<sup>a</sup> a sua mulher a Lisboa.” (ANTT- Direitos sobre o açúcar e mais géneros do Brasil. Cota atual: Alfândega do Funchal, livro I. p 116, folha 34)

As operações do conde passam de um registro tímido dos registros da alfândega para mais de cem partidas nos manuscritos privados feitos pelos mestres e capitães de navio à carga na Baía de Todos os Santos em 1650-54. Grande parte desses produtos tinha como receptora a condessa de Castelo Melhor, em Lisboa, quem recebia e distribuía a quem mais

<sup>499</sup> Estima-se que para o ano de 1642 eram necessários 1.150 kg de farinha para o abastecimento de 2.000 militares. PUNTONI, 2013.p. 93.

<sup>500</sup> KRAUSE, 2015. p. 216.

<sup>501</sup> PUNTONI, 2013.p. 148.

<sup>502</sup> Direitos sobre o açúcar e mais géneros do Brasil - Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq. Cota atual: Alfândega do Funchal, livro I. p 116, folha 34.

“seus negócios fizer”<sup>503</sup>. Desse ponto de vista, a preocupação demonstrada pelo conde ainda em Cartagena sobre os negócios da sua família em caso de rebelião em Portugal, parece muito justificada, porque era a condessa a principal responsável por administrar a fazenda do clã. É claro que contavam com o apoio de uma rede bem estruturada com pessoas que recebiam e faziam correr suas mercadorias por várias praças, como se vê abaixo na tabela 2.1, com os nomes e o número de vezes em que os agentes foram designados para receber as mercadorias em cada porto.

**Tabela 4.1:** Os agentes de Castelo Melhor por praça 1650-54

Ano	Lugar	Nome	Vezes
1650	Ilha da Madeira	Afonso Gomes Peres	3
1650	Ilha da Madeira	Lopes Andrade	1
1650	Ilha da Madeira	Manoel Mendes Duro	20
1651	Ilha da Madeira	Diogo Lopes de Andrade	1
1651	Ilha da Madeira	Manoel Mendes Duro	10
1651	Ilha da Madeira	Mateus da Gama	13
1652	Ilha da Madeira	Mateus da Gama	16
1653	Ilha da Madeira	Mateus da Gama	22
1654	Ilha da Madeira	Mateus da Gama	8
1650	Ilha Terceira	Afonso Gomes Peres	10
1651	Ilha Terceira	Afonso Gomes Peres	25
1651	Ilha Terceira	Domingos Vaz de Brito	1
1652	Ilha Terceira	Afonso Gomes Peres	16
1653	Ilha Terceira	Afonso Gomes Peres	22
1654	Ilha Terceira	Afonso Gomes Peres	8
1650	Ilha Terceira e demais Ilhas	Afonso Gomes Peres	10
1650	Lisboa	Afonso Gomes Peres	1
1650	Lisboa	Condessa de Castelo Melhor	17
1650	Lisboa	Dom Felipe de Moura	5

<sup>503</sup> ANTT- Registro das declarações dos mestres de navios à carga na Bahia de Todos os Santos, nos anos de 1650-1654. Disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional - BN Digital. Acesso em 10 de julho de 2020.

1650	Lisboa	Frei e esmoler mor Luís de Souza Geral da Graça	6
1650	Lisboa	Jorge de Taide	2
1650	Lisboa	Manoel de Amaral	2
1650	Lisboa	Maria de Raiolos	1
1651	Lisboa	Condessa de Castelo Melhor	15
1651	Lisboa	Frei e esmoler mor Luís de Souza Geral da Graça	1
1651	Lisboa	Geronimo Gomes Pessoa	9
1651	Lisboa	Simão Roiz Chaves	6
1652	Lisboa	Condessa de Castelo Melhor	14
1652	Lisboa	Frei e esmoler mor Luís de Souza	2
1652	Lisboa	Simão Roiz Chaves	30
1653	Lisboa	Bernardo Sudorpe	1
1653	Lisboa	Condessa de Castelo Melhor	20
1653	Lisboa	Frei e esmoler mor Luís de Souza	2
1653	Lisboa	Simão Roiz Chaves	3
1654	Lisboa	Condessa de Castelo Melhor	2
1654	Lisboa	Simão Dias Machado	1
1650	Porto	Antonio da Fonseca Guedes	24
1651	Porto	Antonio da Fonseca Guedes	5
1651	Porto	Domingos Lopes Ferreira	9
1651	Porto	Thomas Ferreira	11
1652	Porto	Domingos Lopes Ferreira	2
1652	Porto	Simão Roiz Chaves	1
1652	Porto	Thomas Ferreira	14
1653	Porto	Domingos Lopes Ferreira	3
1653	Porto	Thomas Ferreira	20
1654	Porto	Domingos Lopes Ferreira	8
1650	São Miguel	Domingos Vaz de Brito	20
1651	São Miguel	Domingos Vaz de Brito	24
1652	São Miguel	Domingos Vaz de Brito	16

1653	São Miguel	Domingos Vaz de Brito	22
1654	São Miguel	Domingos Vaz de Brito	8
1651	São Miguel e demais Ilhas	Domingos Vaz de Brito	1
1650	Viana	Manoel FRZ Barbosa	22
1651	Viana	Antônio de Salinas	13
1651	Viana	Manoel FRZ Barbosa	2
1651	Viana	Manoel FRZ Barbosa	8
1651	Viana	Manoel Tinoco Barbosa	2
1652	Viana	Antônio de Salinas	1
1652	Viana	Manoel FRZ Barbosa	11
1652	Viana	Manoel Tinoco Barbosa	13
1652	Viana	Simão Roiz Chaves	2
1653	Viana	Manoel FRZ Barbosa	3
1653	Viana	Manoel Tinoco Barbosa	19
1654	Viana	Manoel FRZ Barbosa	8

**Fonte:** Registro das declarações dos mestres de navios à carga na Bahia de Todos os Santos, nos anos de 1650-1654. Disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional - BN Digital. Acesso em 10 de julho de 2020.

## 7.1. Correspondentes em Lisboa

De acordo com a tabela, o número de agentes do conde em Lisboa caiu de sete, em 1650, para quatro em 1651, restando apenas dois em 1654, o que indica a concentração das remessas em poucas mãos durante os últimos anos em que viveu na Bahia. Alguns agentes poderiam ser nomeados apenas em certas ocasiões, como Don Felipe de Moura escolhido unicamente em 1650. Caso se trate do mesmo Felipe de Moura (Phelipe Moreno), residente em Salvador, poderíamos supor que tenha se encarregado das mercadorias do conde durante uma de suas viagens a Lisboa. Se por um lado é difícil verificar a sua atividade como procurador, por outro, há indícios concretos de seu envolvimento em operações financeiras, uma vez que cobriu o seguro de todas as caixas embarcadas por Sebastião FRZ, carregador de açúcar nos conhecimentos de carga entre 1650-54.

Ainda segundo a tabela, Afonso Gomes Peres foi um dos correspondentes do conde com atuação simultânea entre praças diferentes, no primeiro ano de negócios do fidalgo em

Salvador. Cabia a ele cobrir Lisboa, a Ilha da Madeira e Terceira. Em 1651 concentrou-se apenas nesta última. O ano de 1652 foi o ponto alto da concentração de designações nas mãos de poucas pessoas da praça de Lisboa, ao todo foram 46 nomeações divididas entre a condessa, o frei Luís de Souza e Simão Roiz Chaves. A condessa foi uma das principais receptoras, perdendo apenas para Simão Roiz Chaves, 14 contra 30 vezes em que confiou a mercadoria a este último.

Simão Roiz Chaves mantinha vínculos com Miguel Pereira Leão, negociante preso pelo Tribunal do Santo Ofício de Coimbra, cujo livro de contas possuía operações no período entre 1647 a 1658, e compartilhava alguns dos seus contatos com o conde de Castelo por esse tempo.<sup>504</sup>

Miguel Pereira Leão foi um negociante portuense acusado e preso por proposições heréticas. Seu livro de contas foi apreendido no processo e continha transações ativas até o último ano de 1658. Entre seus papéis havia, inclusive, outro herói da Restauração Portuguesa, ninguém menos que o conde de Cantanhede, que na ocasião fora tomador da letra de câmbio emitida por Miguel Leão sobre Jorge Nunes Neto, em benefício de Antonio de Amaia, no valor de 60 réis, em 1654.<sup>505</sup> Provavelmente Castanhede mantinha uma conta com o beneficiário, cabendo a Amaia movimentá-la. Outro conhecido de Cantanhede era o já mencionado mercador madeirense, Diogo Fernandes Branco, que o considerava um amigo influente e que intercedeu por ele junto aos credores na metrópole durante a falência do seu finado pai, ajudando-o a recuperar a credibilidade da Casa dos Branco.<sup>506</sup>

As operações de Miguel Leão incluem as praças de Viana, Rio de Janeiro, Bahia, Recife, Flandres, Alemanha, Hamburgo e Amsterdam.<sup>507</sup> Por essas rotas circulavam panos finos e rudimentares, meias, lãs, estopas, peles brancas, pardas e negras, linhas, fitas de cetim, pergaminhos, queijos flamengos, centeio e grãos em geral, açafrão, alcaparras, goma de anil, bacalhau, azeite, pão, açúcar, caixas de confeito etc. O pagamento era feito não só com letras

<sup>504</sup> Pelo nome na capa do livro trata-se de Miguel Pereira de Leão, essa suspeita se confirmou depois de encontrarmos um bilhete avulso colocado dentro da contracapa do livro, que foi escrito por Antônio Vaz, mercador de vinho, e enviado desde a Ilha da Madeira para Miguel Pereira Leão. Ver em: **Livro de Contas Correntes**, Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Coimbra, liv. 774. Ano 1647 a 1658. O processo completo de Miguel Pereira de Leão está em: ANTT – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Coimbra, proc. 4591.

<sup>505</sup> Apesar da data 1654, provavelmente a letra foi contraída antes. Ver em: **Livro de Contas Correntes**, Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Coimbra, liv. 774. Ano 1647 a 1658. Folha 24.

<sup>506</sup> Carta de 1650, ver em: VIEIRA, 1996. p. 10.

<sup>507</sup> As primeiras menções às cidades no livro de contas: Viana (folha 16); Rio de Janeiro (folha 34); Bahia (Folha s/n entre a 56 e 57 e verso da folha 60) e Recife (folha não numerada, entre a 8 e 9); Flandres (f.23); Alemanha, Hamburgo e Amsterdã (f 31, folha não numerada e 32). **Livro de Contas Correntes**, Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Coimbra, liv. 774. Ano 1647 a 1658.

de câmbio, mas também com moedas de ouro, prata e produtos. Leão realizava ainda empréstimos e anotava os rendimentos usando como base do cálculo o valor do produto, como as caixas de açúcar. Incluía nas dívidas os custos e despesas com armação, frete e taxas pagas nas praças.

Simão Roiz Chaves aparece em algumas letras de câmbio do negociante portuense. Em 22 de janeiro, Miguel Leão sacou sobre ele uma letra de 100 réis.<sup>508</sup> Em cinco de março, Chaves sacou sobre Leão uma no valor de 300 réis<sup>509</sup> e foi sacado em outra de 100 U réis<sup>510</sup>. No mesmo ano sacou letra de 135U150 réis sobre Leão<sup>511</sup>, e em seguida foi beneficiário de uma outra no valor de 100U.<sup>512</sup>

Voltando aos demais correspondentes do conde em Lisboa, apesar da concentração de destinatários observada nos anos seguintes, temos em 1653 o surgimento pontual de um novo agente, era Bernardo Sudorpe que não voltou a ser mencionado nos documentos. Sabemos que Sudorpe era um mercador flamengo que viveu na Bahia em algum momento em razão de uma consulta movida por sua viúva, Mariana de Brito Pinheiro, no Conselho Ultramarino em 1665, onde pedia a substituição do desembargador Cristóvão de Burgos, responsável pela execução contra o secretário geral do Brasil, Bernardo Vieira Ravasco.<sup>513</sup>

## 7.2. Correspondentes no Porto

No Porto a situação era inversa à Lisboa, o número de correspondentes subiu de um para três em 1651, indicando possivelmente a necessidade de mudança nos arranjos daquela praça, embora, sem alteração, no número total de designações, de 24 para 25 respectivamente. Praticamente, o mesmo número de designações fracionado entre mais pessoas. Em 1650, o único destinatário de Castelo Melhor foi Antônio da Fonseca Guedes, que mais tarde dividiu o encargo com Thomas Ferreira, quem se tornaria um dos principais correspondentes entre 1652-53. O único agente que cruzou três dos quatro anos, operando em nome do conde no Porto, foi Domingos Lopes Ferreira, ainda que por presença pequena (em número de designações), mas constante.

Tanto Antonio da Fonseca Guedes quanto Thomas Ferreira estavam listados, por essa mesma época, no caderno do negociante apreendido pela Inquisição, sendo o primeiro mais

<sup>508</sup> *Ibid.*

<sup>509</sup> *Ibid.* Folha 50.

<sup>510</sup> *Ibid.* Folha 45.

<sup>511</sup> *Ibid.*

<sup>512</sup> *Ibid.*

<sup>513</sup> AHU, Bahia-LF, Cx.18, D. 2087.

vinculado a Miguel Leão que o segundo. Guedes apareceu pela primeira vez nas anotações do ano de 1651 quando foi designado beneficiário de uma letra no valor de 107U.<sup>514</sup> Em 1652 foram anotadas outras três letras, uma de 67U que deveria receber de Pascoal Cordeiro (sacado)<sup>515</sup>, outra em cinco de abril, sacada sobre ele em benefício de Antonio Mendes de Leão, e em 28 de julho, como sacado em uma letra de 100U a serem pagos ao mesmo Antônio de Leão.<sup>516</sup>

Em 1653, uma letra de 100U foi sacada sobre Guedes a valor de Gabriel Vaz, constando no livro como dívida pendente.<sup>517</sup> A dívida parece não ter abalado seus negócios, pois no ano seguinte foi dado como beneficiário de uma letra de 62.180 (réis?), sacada sobre Henrique Mendes da Costa.<sup>518</sup> Enquanto Thomas Ferreira, também correspondente do conde, foi listado no livro em 1649, como beneficiário da letra sacada por Henrique Mendes da Costa sobre o próprio dono do livro, no valor de 135U150.<sup>519</sup>

### 7.3. Correspondentes em Viana

Em 1650, o único responsável por receber a carga do conde em Viana foi Manoel FRZ Barbosa. No ano seguinte juntaram-se à tarefa Antônio de Salinas e Manoel Tinoco Barbosa, este último apesar da semelhança com o nome do primeiro correspondente acreditamos que eram pessoas distintas.<sup>520</sup> Seja como for, em 1651, Antônio Salinas se tornou o agente mais solicitado, com o total de treze destinações de cargas, porém no ano seguinte sua participação caiu drasticamente, com apenas um carregamento enviado em seu nome. Já Manoel Tinoco foi o correspondente de maior destaque no ano de 1652, responsabilidade que cresceu ainda mais no ano seguinte, quando deixou para trás o primeiro agente do conde em Viana, o Manoel FRZ Barbosa.

É interessante observar a repetição do nome de Simão Roiz Chaves em 1652, visto que também apareceu no Porto e em Lisboa. No Porto fez poucas operações, foi designado apenas uma vez em 1652, enquanto em Lisboa 39 vezes entre 1651-53. Pelo número de

<sup>514</sup> ANTT - **Livro de Contas Correntes**. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Coimbra, liv. 774. Ano 1647 a 1658. Folha 52.

<sup>515</sup> *Ibid.* Folha 55.

<sup>516</sup> *Ibid.*

<sup>517</sup> *Ibid.*

<sup>518</sup> *Ibid.*

<sup>519</sup> *Ibid.*

<sup>520</sup> Em uma das instruções dadas ao mestre João Borges da Bahia, em 3 de abril de 1651, Conde de Castelo faz diferença entre os dois “Em Viana entregar a Manoel Tinoco ausente a Manoel Barbosa”. Folha: 49 do manuscrito. **Registro das declarações dos mestres de navios à carga na Bahia de Todos os Santos, nos anos de 1650-1654.**

incidência com que foi designado poderíamos pensar que a sua principal praça de atuação era Lisboa, apesar de se locomover aqui e lá pelo conde.

Os anos de 1653-54 não abriram espaço para entrada de gente nova na correspondência. As vinte e duas nomeações se dividiram entre os já conhecidos Barbosas. No último ano registado houve a redução de vinte e duas para oito designações, todas concentradas em Manoel FRZ Barbosa, isto é, terminaram com quem começou a receber os carregamentos neste porto, indicando que apesar da diversificação dos arranjos era necessário sempre um nome de confiança.

#### **7.4. Correspondentes na Ilha Terceira, São Miguel e Ilha da Madeira**

Na Ilha Terceira o homem de confiança era Afonso Gomes Peres. Em 1651, Peres dividiu o encargo pontualmente com Domingo Vaz de Brito, que depois disso não voltou a aparecer na Terceira, restringindo-se apenas à São Miguel. Afonso Gomes Peres circulou por várias praças em nome do conde (Lisboa, Ilha Terceira e Madeira), mas a partir deste mesmo ano fixou-se na Terceira, talvez porque era residente no arquipélago, conforme as anotações do mercador Miguel de Leão que se referiu a ele como “*Afº Gomes Peres da Ilha Tzº*”, que na ocasião tinha passado sobre Leão uma letra de 68U120 réis, supostamente cobrada por engano na sua conta, pois na verdade deveria ter sido descontada de Antonio Roiz Morgadouro.<sup>521</sup>

Na Ilha da Madeira para 1650, havia três nomes: Afonso Gomes Peres, Lopes de Andrade e Manoel Mendes Duro, sendo este último quem mais correspondências acumulava. Em 1651, o número de correspondentes foi mantido, substituindo apenas Afonso Gomes Peres por Mateus da Gama, que junto com Manoel Mendes Duro passaram a dividir as remessas na Ilha. A participação de Lopes de Andrade permaneceu tímida.

Manuel Mendes Duro é uma figura conhecida. O primeiro registro que temos das suas operações data de 1620. Na ocasião foi mestre de um navio que transportava açúcar de Salvador à Península. O documento notarial de Amsterdam deu conta de que havia um negociante residente na praça chamado Diogo Nunes Belmonte, que moveu a justiça quando se sentiu lesado em receber uma caixa de açúcar mascavo no lugar de uma de açúcar branco. Para as devidas averiguações, o mercador precisou dar detalhes do trajeto ao escrivão. Disse que teria recebido as caixas do mestre António Henriques, e que tinham sido compradas em

---

<sup>521</sup> **Livro de Contas Correntes.** ANTT – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Coimbra, liv. 774. Ano 1647 a 1658.

Lisboa de Bento Henriques, que por sua vez, as teria recebido de Manuel Mendes Duro no navio São Lourenço, todas vindas da Baía de Todos os Santos no Brasil.<sup>522</sup> Em 1640, surgiu na alfândega do Funchal portando uma licença de meio direito da senhora de engenho Violante Araújo, no mesmo período tratou Diogo Fernandes Branco e Belchior Berengue, o escrivão.<sup>523</sup> Em 1650 foi dado como procurador do conde, pois certamente era comerciante experimentado e tinha uma rede de contatos consolidada.<sup>524</sup>

De 1652 em diante, Mateus da Gama, ou “Mateo Gama da Isla da Madeira” de acordo com a informação do censo de estrangeiros de Cartagena das Índias em 1630<sup>525</sup>(capítulo I), foi o único responsável pelo açúcar de Castelo Melhor na Ilha. Tanto Mateus da Gama quanto Manoel Mendes Duro tinham em comum o longo tempo de permanência na atividade mercantil e a ligação com praças distantes.

## 8. Análise da rede do conde de Castelo Melhor

Até aqui, a análise se baseou na relação e na frequência que foram designados os correspondentes do conde de Castelo em cada porto. Pensamos que a dispersão/concentração dos agentes foi uma estratégia adotada para adaptar-se às mudanças nos rumos dos negócios. No início, em Lisboa e na Ilha da Madeira, o conde nomeou mais de um destinatário, mas os reduziu para fins do seu mandato de governador. Já as cidades do Porto e Viana passaram da concentração para a dispersão, enquanto São Miguel e Ilha Terceira mantiveram apenas um único agente em quatro anos.<sup>526</sup>

O aumento do número de destinatários (dispersão) poderia indicar a demanda por diversificar e multiplicar os acordos e, consequentemente, não confiar todos os bens dos navios a uma única pessoa. Por outro lado, a concentração apontaria a necessidade de

<sup>522</sup> A declaração dizia que foram três caixas de branco e duas de mascavado, mas ele teria recebido duas de branco e três de mascavado. Deu fé o escrivão Silbando Cornélio que a caixa de nº 60, com 17,5 arrobas era mesmo fraudada. Registros notariais Amsterdam 1620, folha 997. Cheguei a esse documento graças ao verbete: "Manuel Mendes Duro". In: Base de Dados BRASILHIS: Redes pessoais e circulação no Brasil durante o período da Monarquia Hispânica (1580-1640). Disponível em: <https://brasillhis.usal.es/pt-br/node/5792>. Data de acesso: 09/03/2022.

<sup>523</sup> Direitos sobre o açúcar e mais géneros do Brasil - ANTT – Alfândega do Funchal, livros 416 e 417.

<sup>524</sup> Registro das declarações dos mestres de navios à carga na Bahia de Todos os Santos, nos anos de 1650-1654.

<sup>525</sup> VILA VILAR, 1979.

<sup>526</sup> O número de envios com destino a Lisboa em 1650 (34 vezes); 1651 (31); 1652 (46), 1653 (26) e 1654 (3). Porto em 1650 (24); 1651 (25); 1652 (17); 1653 (23); 1654 (8). Viana em 1650 (22); 1651 (25); 1652 (27) 1653 (22) e 1654 (8). Ilha da Madeira em 1650 (24); 1651 (24); 1652 (16); 1653 (22); 1654 (8). Ilha Terceira em 1650 (20); 1651 (26); 1652 (16); 1653 (22) e 1654 (8). São Miguel em 1650 (20); 1651(25); 1652 (16); 1653 (22) e 1654 (8). Registro das declarações dos mestres de navios à carga na Bahia de Todos os Santos, nos anos de 1650-1654.

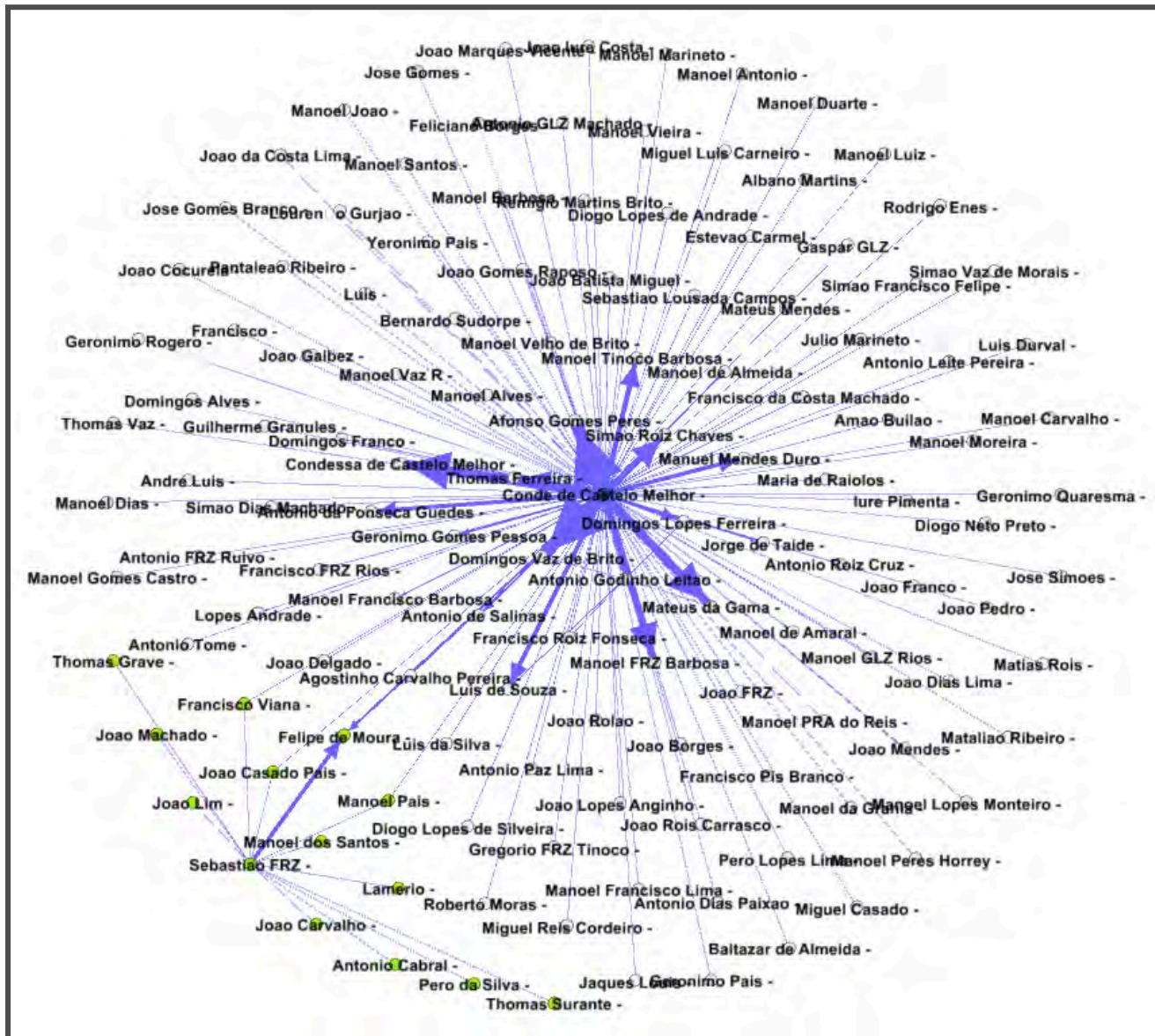
proteger seus interesses no mercado em expansão que admitia a entrada de muitas pessoas com participações até mesmo esporádicas, tal como vimos no arquipélago da Madeira. Nesse sentido, o conde fez três movimentos, o primeiro de se inserir na rede, o segundo estruturá-la e por fim, buscou consolidar os vínculos antes de voltar para Portugal.

Contudo, essa análise segmentada espacialmente, cidade a cidade, não nos permite conhecer os graus de interação dentro do grupo. Para solucionar o problema criamos visualizações de rede (os grafos) com os nomes daqueles citados nos manuscritos. Nas imagens abaixo as setas partem do sujeito que iniciou a ação sobre o vizinho, em que o grau de interação é proporcional ao tamanho das linhas e os elementos de destaque são aqueles que concentram a maior parte das ligações.

É necessário ter em vista que não se trata de um documento exclusivo da carga enviada por Castelo Melhor, provavelmente havia outros conhecimentos de carga feitos na Bahia durante os quatro anos de seu governo. Aqui, porém, falaremos apenas daqueles que encontramos nas fontes da Biblioteca Nacional, cujo nome mais citado era o de João Rodrigues de Vasconcelos.

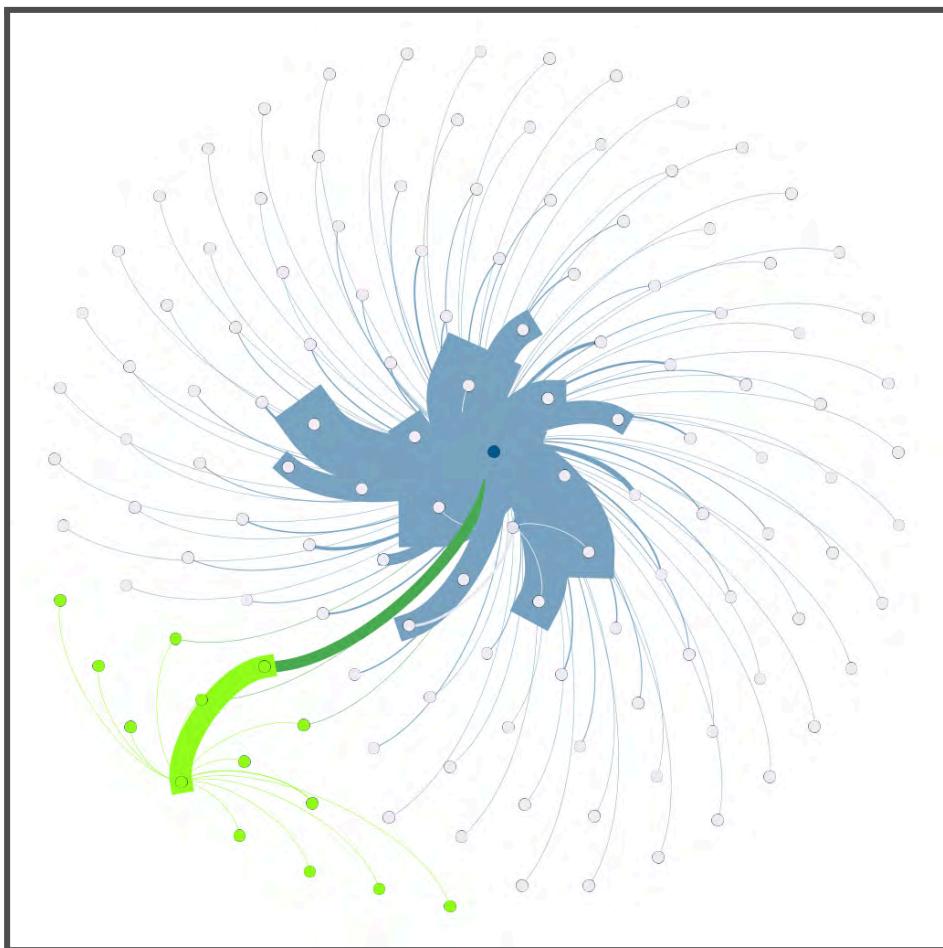
Como se trata de um documento privado, com cópia em três vias (para quem carregava, quem receberia e o mestre da embarcação), fica em aberto a possibilidade de surgirem novas informações sobre os carregamentos feitos nestes ou em outros anos, nestes ou em outros navios, desses ou de outros mestres, destas e de outras embarcações, enfim, as possibilidades são inesgotáveis tanto quanto as viagens feitas ao longo do século XVII. Isso significa que a rede não está completa, a representação não é estática, porque estes agentes que encontramos poderão receber, eventualmente, novos atributos à medida que novas fontes sejam encontradas sobre seus vínculos e atividades.

**Grafo 4.1:** A rede com os nomes listados nos conhecimentos de carga feitos pelos mestres em Salvador entre 1650-54



**Fonte:** Registro das declarações dos mestres de navios à carga na Bahia de Todos os Santos, nos anos de 1650-1654. S.l.: s.n.]. Disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional - BNDigital. Acesso em 10 de julho de 2020.

**Grafo 4.2:** Os principais carregadores das embarcações de Salvador entre 1650-54



**Fonte:** Registro das declarações dos mestres de navios à carga na Bahia de Todos os Santos, nos anos de 1650-1654. S.l.: s.n.]. Disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional - BNDigital. Acesso em 10 de julho de 2020

Nas imagens acima foram representados os sujeitos nas condições de correspondentes do porto de destino, encarregados secundários, quem cuidaria da carga em caso de ausência ou morte do destinatário principal, e todo aquele que fazia cumprir a vontade do proprietário expressa no documento. Não encontramos, no entanto, os fretadores no estrito sentido da palavra. Interpretamos que eram aqueles que entregavam a carga ao mestre, devido a anotação que este fazia: “confesso ter recebido de Conde de Castelo...”, também não há a palavra *segurador* e nem menção de seguro ou prêmio, apenas “por conta e risco de...”. De todo modo, conseguimos observar nas imagens os movimentos, a interação e a profundidade dos laços entre os sujeitos. A distribuição se dava do centro para as extremidades, sendo Castelo Melhor o centralizador de quase todas as interações, exceto por um subgrupo ao lado esquerdo na cor verde, que era o de Sebastião FRZ, o segundo carregador dos navios, indiretamente ligado aos contatos de Castelo Melhor.

Sem dúvida o governador tinha o maior número de ligações e concentrava a maior parte das saídas, portanto, era a pessoa mais influente da rede, com poder de ter suas vontades espelhadas nas ações dos demais agentes. Sua posição garantiu a oportunidade de escolher e ser escolhido de volta, por ser um nome frequentemente lembrado. O peso da figura política e militar são atributos que poderiam influenciar no destaque perante a comunidade local, fazendo seu nome permanecer como preferência dos mercadores e produtores na hora de fazer uma operação. Nesse ponto, está a dificuldade de distinguir claramente se João de Vasconcelos era dono de tudo aquilo que acondicionou debaixo das cobertas dos navios, ou se trabalhava como representante de uma casa comercial, se tinha algum sócio, ou se operava em todas essas frentes simultaneamente.

No canto esquerdo da imagem, na cor verde, está Sebastião FRZ, figura ligada ao núcleo de maneira indireta, o único a dividir os porões com os produtos de Castelo Melhor. Em uma comparação do volume carregado em arrobas, só no ano de 1650, Castelo Melhor carregou aproximadamente 4.200 arrobas entre fechos e caixas, contra apenas 360 arrobas distribuídas entre dezessete caixas de Sebastião FRZ, isto é, doze vezes menos que o governador.

A ligação mais relevante entre Sebastião e o núcleo da rede era Felipe de Moura, ou o capitão Dom Felipe de Moura, provavelmente uma pessoa conhecida e confiável, pois atuou como segurador de todas as caixas enviadas por Sebastião, como correspondente em Lisboa, nomeado por ele quatro vezes no ano de 1650; e como proprietário, pois em duas ocasiões Sebastião FRZ disse ao mestre do navio que a carga estava em nome de Felipe de Moura, sugerindo assim que era o dono do carregamento e estava em Lisboa a negócios. Nesta

mesma ocasião, inclusive, Moura operou pelo conde de Castelo.

O *grafo 4.3* apresenta outros três nomes em comum entre o conde e Sebastião FRZ, todos mestres de navio. Manoel Pais, do navio “Nossa Senhora da Graça e Santo Antônio”<sup>527</sup>, *vecino* de Lisboa, que esteve nesta rota pelo menos duas vezes, uma em 1650 e outra com o mesmo navio em 1652. O mestre João Casado Pais, morador em Viana, tripulando o navio “Nossa Senhora do Desterro”<sup>528</sup>, com dois registros em Salvador, um em 1650 outro em 11 de fevereiro de 1651, o primeiro com destino a Viana e o segundo a cidade do Porto, este último contando com dispensa no pagamento das taxas de avaria no reino. E por último, Francisco Viana de Lisboa, mestre e proprietário do seu navio por nome “São Francisco”<sup>529</sup>. O que eles teriam em comum além da sua ocupação? O nome de Felipe de Moura aparece nos manuscritos dos três.

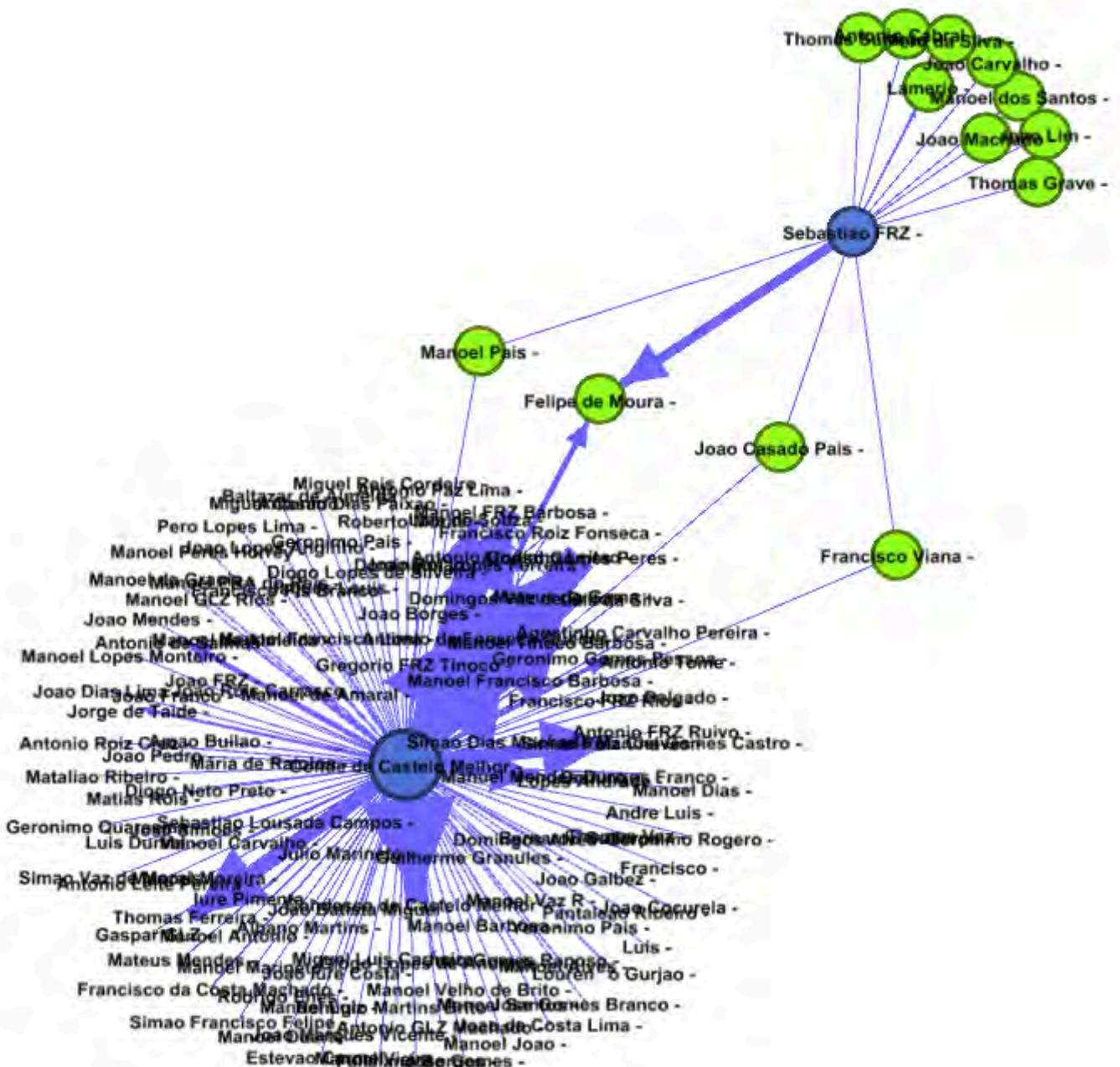
---

<sup>527</sup> Registro das declarações dos mestres de navios à carga na Bahia de Todos os Santos, nos anos de 1650-1654. Folhas 19 e 75.

<sup>528</sup> *Ibid.* Folhas 19 e 33.

<sup>529</sup> *Ibid.* Folhas 3 e 13.

**Grafo 4.3:** Os carregadores compartilhados entre Castelo Melhor e Sebastião FRZ

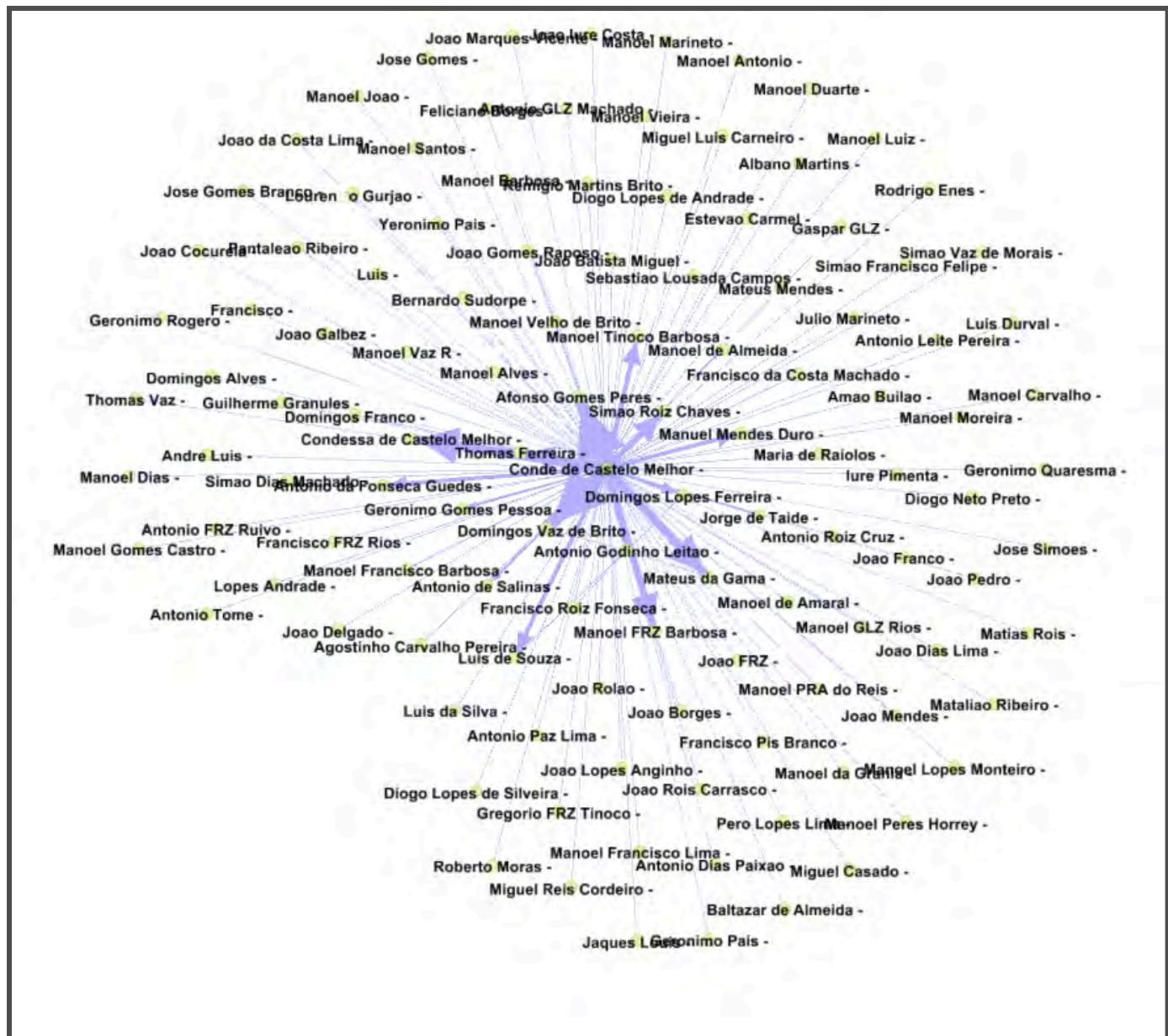


Fonte: Registro das declarações dos mestres de navios à carga na Bahia de Todos os Santos, nos anos de 1650-1654. [S.l.: s.n.]. Disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional - BNDigital. Acesso em 10 de julho de 2020. (elaboração própria)

Embora compartilhasse agentes com o conde, Sebastião FRZ mantinha exclusividade sobre alguns de seus homens, ou seja, aqueles que não tinham acesso direto aos demais membros da rede se não fosse por intermédio do próprio Sebastião. Eram estes: Manoel dos Santos, Thomas Grave, Thomas Surante, Pero da Silva, João Lim, Antonio Cabral, Lamerio, João Carvalho e João Machado, (destacados em verde nos *grafos 4.1 e 4.2*), todos mestres de navio, exceto Lamerio, que foi correspondente da carga enviada na embarcação do mestre inglês João Lim em 1650. O subgrupo formado por estes sujeitos dependiam de Sebastião para se comunicarem com o núcleo rede, onde circulavam os recursos e informações. Tratava-se na verdade um grupo paralelo ao de Castelo Melhor (em azul).

Sebastião não compartilhou alguns dos seus mestres e capitães de navio com Castelo Melhor, mas isto não significa que poderia garantir a exclusividade deles em relação aos outros mercadores da Bahia. Como vimos acima, a carga de Sebastião não era das mais volumosas, e portanto, sozinha não ocuparia os navios, indicando a existência de outros fretadores ainda em 1650. Podemos dizer que a saída do subgrupo de Sebastião (em verde), não alteraria a estrutura de funcionamento da rede, em azul. Tanto Castelo Melhor quanto Sebastião coexistiam autonomamente, sem que um atrapalhasse o outro, como observamos no *grafo 4.4* ao fragmentar o subgrupo verde do núcleo.

**Grafo 4.4:** A rede do conde de Castelo (1650-54)

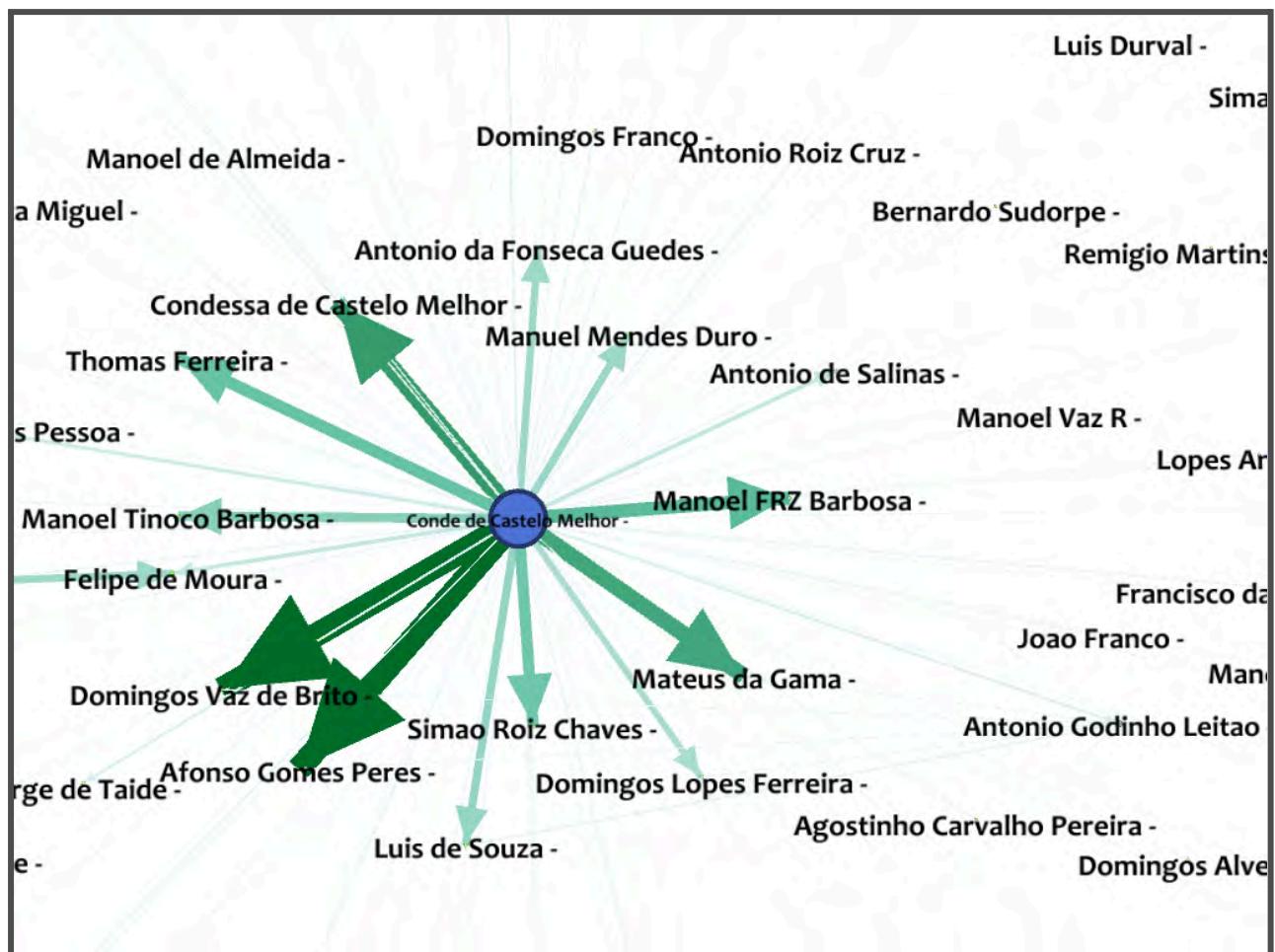


Fonte: Registro das declarações dos mestres de navios à carga na Bahia de Todos os Santos, nos anos de 1650-1654. [S.l.: s.n.]. Disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional - BNDigital. Acesso em 10 de julho de 2020. (Elaboração própria)

A imagem acima também poderia ser chamada de rede do conde de Castelo, pois com a saída do grupo de Sebastião, temos apenas os vínculos diretos entre João de Vasconcelos e seus parceiros comerciais. Observamos nas extremidades uma nuvem indecifrável de nomes ligados ao centro por linhas finas que indicam o grau de interação com o núcleo. Quanto mais afastado do núcleo, mais frágeis e pontuais eram as ligações, que poderiam passar por mestres e capitães de navios citados uma única vez. A quantidade de pessoas em torno do núcleo se justifica pelo número de conhecimentos de carga. São mais de 100 nomes que não se repetem, isto é, mestres que faziam uma única viagem com os produtos do fidalgo.

Portanto, as pessoas com relações pontuais dentro da rede desempenham uma função equivalente e substituível, porque outros tantos poderiam executar a mesma tarefa, o que certamente dificultou as tentativas de aproximação com o elemento central, o conde, que por sua vez dispunha de um leque amplo de alternativas. Quanto mais próximo do centro, mais difícil seria uma eventual substituição do agente, porque estariam integrados a rede, conheciam mais membros, desenvolveram alto grau de confiança com o centro e controlavam um fluxo maior de recursos, embora a possibilidade de mudança não saísse do horizonte, conforme discutido anteriormente.

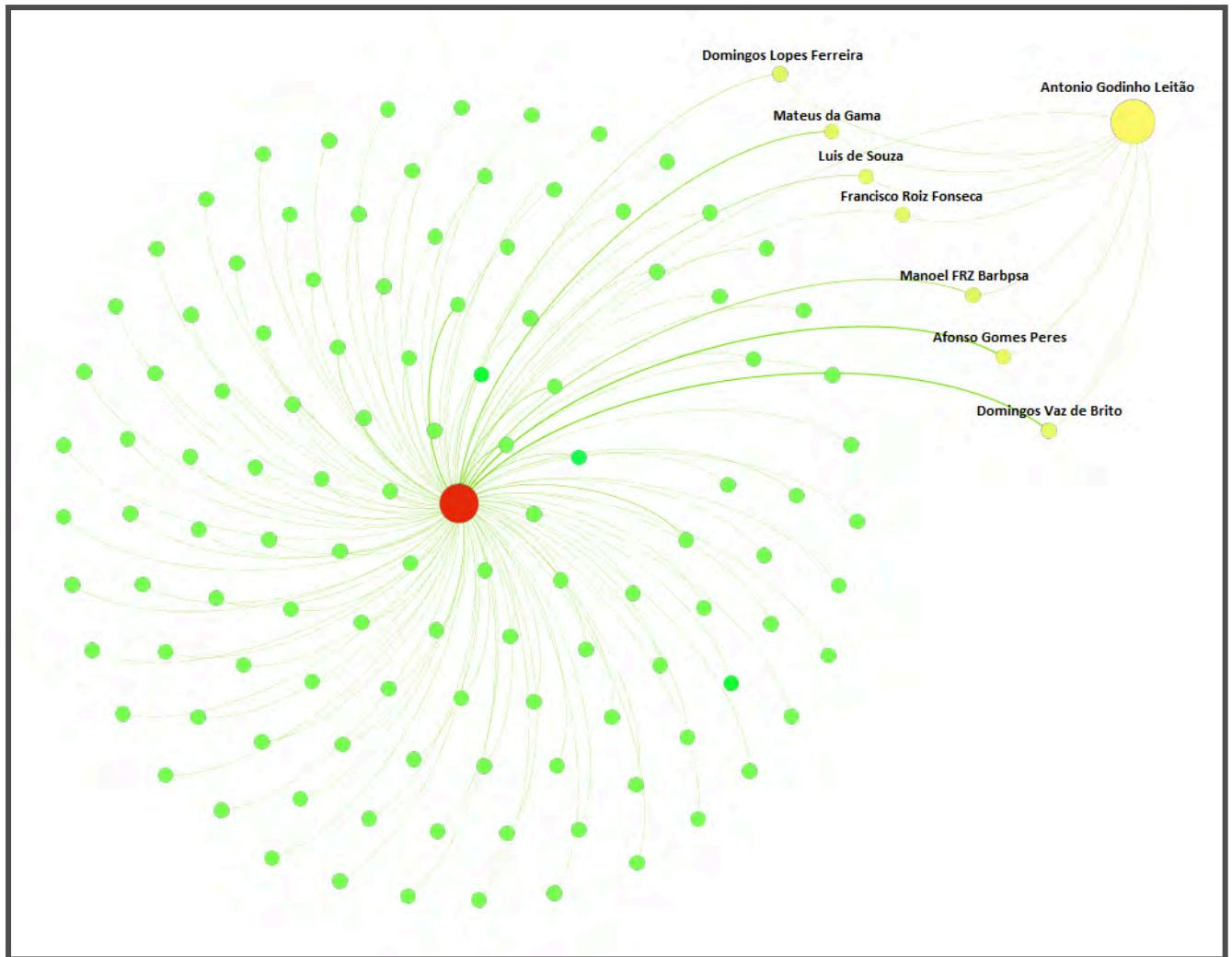
**Grafo 4.5:** Vínculos fortes de Castelo Melhor



Fonte: Registro das declarações dos mestres de navios à carga na Bahia de Todos os Santos, nos anos de 1650-1654. [S.l.: s.n.]. Disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional - BNDigital. Acesso em 10 de julho de 2020. (Elaboração própria)

Conforme destacamos até aqui, o capitão Felipe de Moura, um dos principais articuladores dos outros membros do grupo, estava ligado direta e indiretamente ao núcleo por vínculos fortes e fracos. Se por qualquer razão perdesse o vínculo com um dos membros, ainda restariam outros que poderiam estabelecer pontes com Castelo Melhor. O segundo articulador da rede foi António Godinho Leitão que por meio de sete pessoas se comunicava com o Governador (*Grafo: 4.6*). António Leitão assumiu por sua conta e risco os carregamentos enviados para os correspondentes do conde, representados no *grafo 4.6*, na cor amarela: Domingos Lopes Ferreira, Mateus da Gama, Luis de Souza, Francisco Roiz Fonseca, Manoel FRZ Barbosa, Afonso Gomes Peres e Domingos Vaz de Brito. Na prática isso significa que depois do conde, os sujeitos com maior poder de mobilizar os agentes nessa rede eram António Leitão e Felipe Moreno.

**Grafo 4.6:** Antonio Godinho Leitão, articulador da rede do Conde de Castelo Melhor

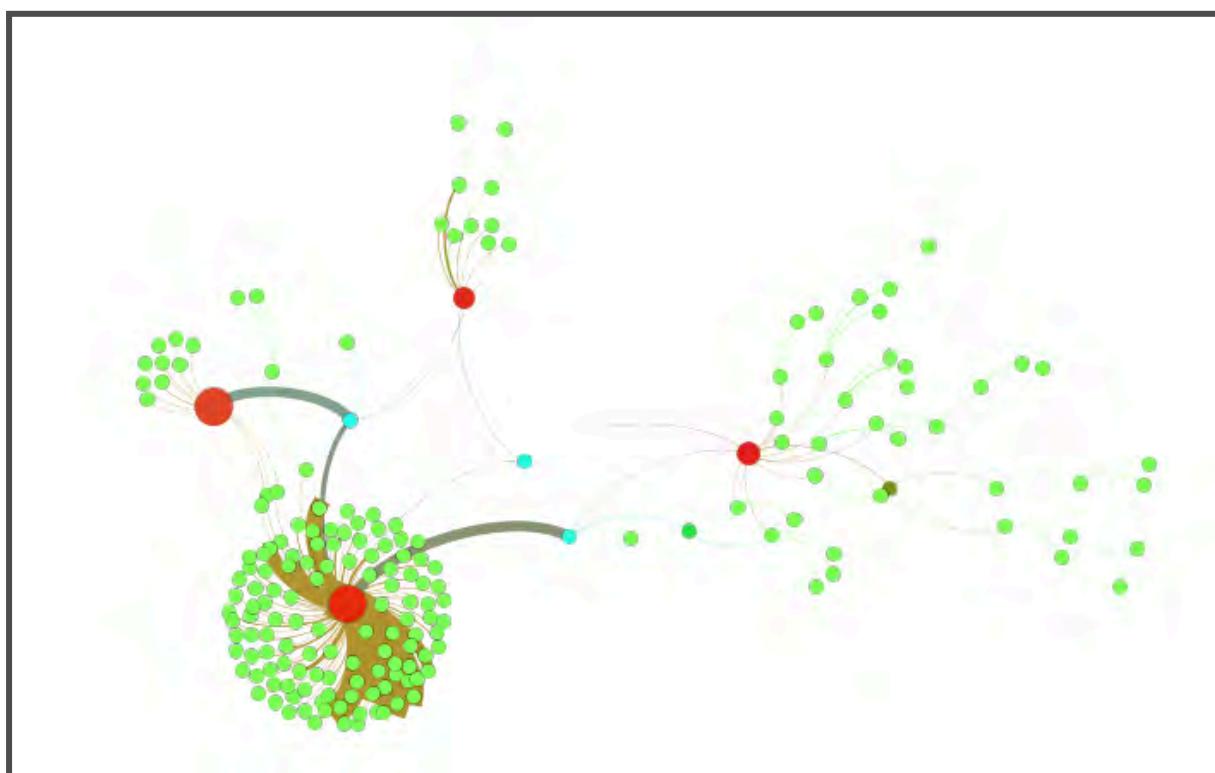


**Registro das declarações dos mestres de navios à carga na Bahia de Todos os Santos, nos anos de 1650-1654.** [S.l.:s.n.]. Disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional - BNDigital. Acesso em 10 de julho de 2020. (Elaboração própria)

## 9. A integração da rede de Castelo Melhor com os agentes da Ilha da Madeira

Os agentes de Castelo Melhor faziam parte de um universo maior, tangível quando acrescentamos novas informações aos nomes já conhecidos, de modo que cruzamos os nomes listados nos documentos alfandegários com os conhecimentos de carga da Bahia, para verificar a organização, a estrutura e o funcionamento da rede em largo espaço, e se os mercadores da Bahia usavam o arquipélago como um ponto de comunicação com outras cidades.

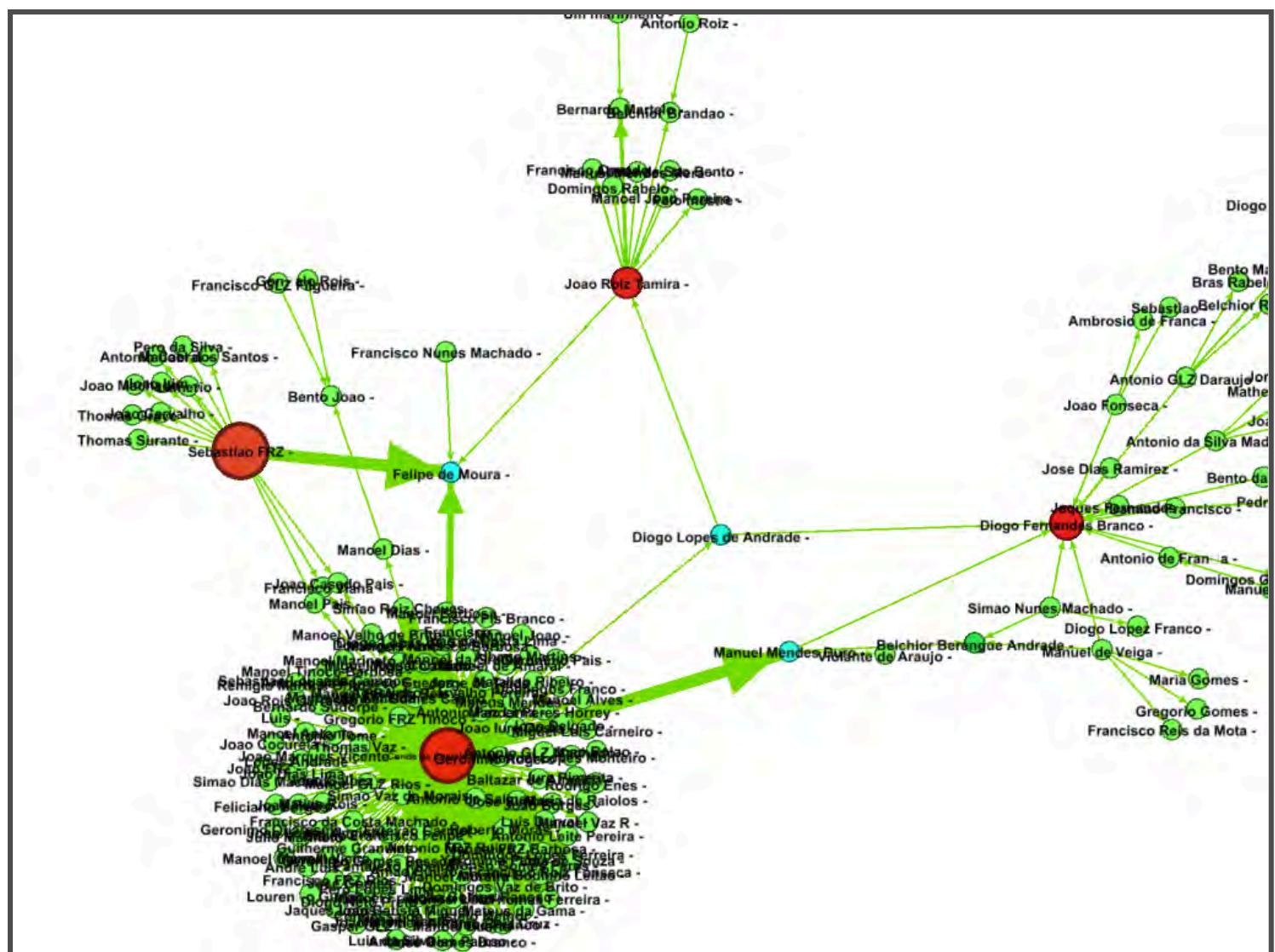
**Grafo 4.7:** As ligações entre os agentes de Salvador e a cidade do Funchal



**Fonte:** Registro das declarações dos mestres de navios à carga na Bahia de Todos os Santos, nos anos de 1650-1654. [S.l.: s.n.]. Disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional - BN Digital. Acesso em 10 de julho de 2020. e Direitos sobre o açúcar e mais géneros do Brasil - Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq. Cota atual: Alfândega do Funchal, livros 416 e 417. (Elaboração própria)

Na imagem acima, temos todos os sujeitos mencionados nos manuscritos em formato de pontos que variam de cor e tamanho dependendo da função desempenhada na rede. Enquanto os vínculos foram representados por arestas que mudam de cor e tamanho segundo o grau de interação dos agentes, reconstruímos os vínculos sempre quando a fonte permitiu. Ainda que não identificados, observamos que os pontos se agruparam em quatro grupos principais, cujos centros estão na cor vermelha. O grupo de Castelo Melhor é o do lado esquerdo da imagem, o mais robusto, com o maior número setas partindo do núcleo, e maior densidade nas relações entre os agentes (as linhas de cor marrom).

**Grafo 4.8:** As ligações entre os agentes de Salvador e a cidade do Funchal (com nomes)



**Fonte:** Registro das declarações dos mestres de navios à carga na Bahia de Todos os Santos, nos anos de 1650-1654. [S.l.: s.n.]. Disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional - BNDigital. Acesso em 10 de julho de 2020. e Direitos sobre o açúcar e mais géneros do Brasil - Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq. Cota atual: Alfândega do Funchal, livros 416 e 417. (Elaboração própria)

Quando a nuvem de nomes revela os agentes das posições de destaque em cada subgrupo, percebemos que Sebastião FRZ (em vermelho na parte superior do lado esquerdo da imagem) estava integrado com negociantes da Ilha da Madeira, sendo ele mesmo um dos principais representantes destes, estabelecendo uma ponte entre Salvador e as casas comerciais importantes do arquipélago como a de Diogo Fernandes Branco (em vermelho do lado direito da imagem). Ele precisou de Felipe de Moura (em azul) para estabelecer contato com o grupo de João Roiz Tamira (em vermelho na parte superior da imagem), um dos principais nomes a despachar no Funchal nos anos 1640 e 1671.

Os elementos em azul foram os responsáveis pelo funcionamento da rede, pois ligavam os subgrupos ao plano completo, integravam seguramente Salvador ao Funchal, além de outras praças que sequer sabemos. São nomes já conhecidos: Manuel Mendes Duro, Diogo Lopes de Andrade e o Capitão Felipe de Moura.

## **10. Os produtos em circulação na rede de Castelo Melhor (1650-54)**

João Rodrigues de Vasconcelos carregou produtos nos navios ancorados na Bahia desde o seu primeiro ano de governo no Brasil. Começou em sete de julho de 1650 e terminou em seis de julho de 1654, embora seu interesse pelo açúcar fosse antigo, pelo menos desde 1640, quando foi registrado na alfândega do Funchal um fecho em seu nome. De modo geral, embarcou açúcar, coco, madeira, tabaco e alguns cativos. Em certa ocasião chegou a enviar até sete barris de conserva, acompanhando o produto principal que era o açúcar, mais precisamente uma caixa e sete fechos de branco.

**Tabela 4.2:** Total de açúcar embarcado por Castelo Melhor 1650-54

Ano	Produto	Unidade	Volume em arroba
1650	açúcar branco caixa	154	3460
	açúcar branco fecho	103	398,5
	açúcar panela caixa	6	154
	açúcar mascavado caixa	5	69
	açúcar não especificado <sup>530</sup>		562
	total		4643,5
1651	açúcar branco caixa	175	3537
	açúcar branco fecho	112	335
	açúcar panela caixa	10	250
	açúcar mascavado caixa		
	açúcar não especificado		1040,6
	total		5162,6
1652	açúcar branco caixa	72	1041,5
	açúcar branco fecho	46	113
	açúcar panela caixa	247	6182
	açúcar mascavado caixa	7	173
	açúcar não especificado		788,5
	total		8298
1653	açúcar branco caixa	102	2034,5
	açúcar branco fecho	20	84,5
	açúcar panela caixa	111	2870
	açúcar mascavado caixa	8	183
	açúcar não especificado		430
	total		5602

<sup>530</sup> Considerei como “não especificado” em duas situações: A primeira quando o mestre anotava apenas “açúcar” sem especificar de qual qualidade se tratava. Segundo, quando não especificava o peso da caixa individualmente, acrescentava apenas o somatório do volume total, no final da página, sem fazer distinção do volume de cada unidade.

<b>1654</b>	açúcar branco caixa	8	
	açúcar branco fecho	49	210
	açúcar panela caixa		
	açúcar mascavado caixa		
	açúcar não especificado		251,5
	total		461,5
<b>sem ano<sup>531</sup></b>	açúcar branco caixa	13	271,5
	açúcar branco fecho	9	56
	total		327,5
<b>1650-54</b>	<b>total</b>		<b>24495,1</b>

**Fonte:** Registro das declarações dos mestres de navios à carga na Bahia de Todos os Santos, nos anos de 1650-1654. [S.l.: s.n.]. (Elaboração própria)

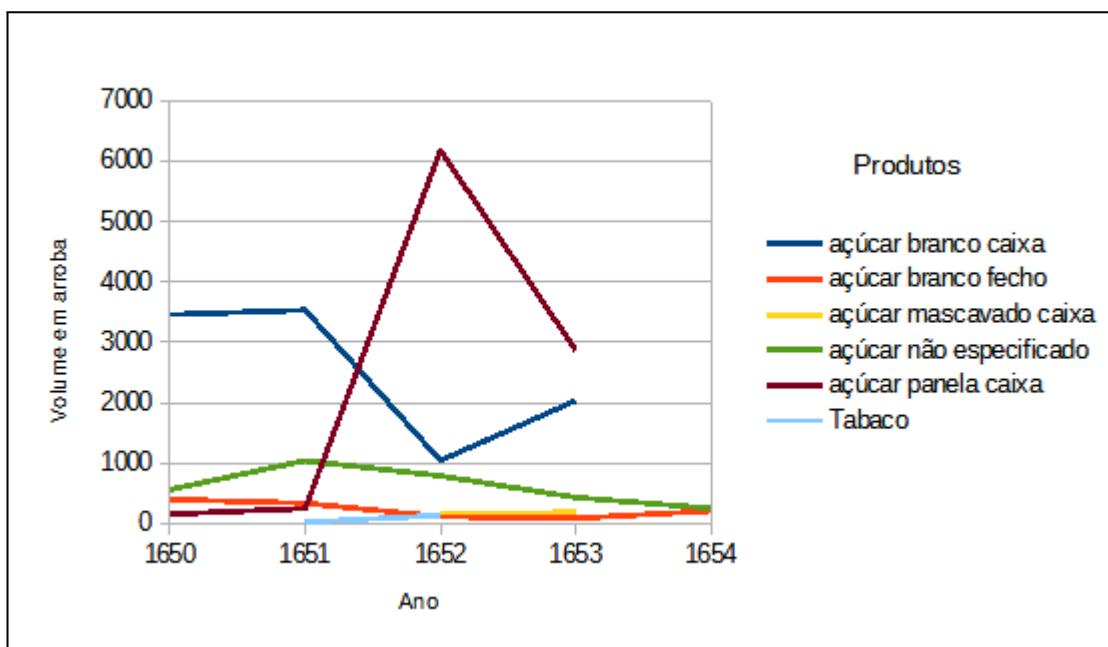
O volume total de açúcar em arroba enviado por Castelo Melhor era considerável já no seu primeiro ano de governo e ganhou fôlego nos seguintes, perdendo força, porém, no último ano da sua estadia na Bahia. Apesar dos distúrbios na capitania de Pernambuco, a economia açucareira baiana apresentava sinais de recuperação com aumento do preço das caixas no mercado externo na década de 1650. Castelo Melhor poderia ter interpretado o cenário favorável para impulsionar seu negócio.

A boa primeira impressão que causou entre os membros da elite local também poderia ter ajudado nestes anos iniciais do negócio, porque enquanto a Câmara se adaptava ao novo representante do rei, ocupando-se das discussões sobre o recolhimento do donativo, o governador dividia seu tempo entre as funções do cargo e o incremento da sua própria fazenda. Medidas que o tornaram popular, como a proposta de institucionalizar a administração e arrecadação dos fundos para infantaria a cargo da câmara, poderiam ter respaldo nas habilidades e experiências do fidalgo, como homem de guerra e de governo. Castelo Melhor tinha visto e vivido as tensões e revoltas dos súditos e soldados na praça de Cartagena às vésperas da separação das coroas, viu a população em miséria e a insatisfação generalizada canalizada nos estrangeiros. Tudo isso foi usado para contornar os assuntos da governança no Brasil.

---

<sup>531</sup> Aqueles que não possuem data se encontram em partes danificadas do documento com furos e borrões na tinta.

**Gráfico 4.1:** Produtos embarcados por Castelo Melhor 1650-54



**Fonte:** Registro das declarações dos mestres de navios à carga na Bahia de Todos os Santos, nos anos de 1650-1654. [S.l.: s.n.]. Disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional - BNDigital. Acesso em 10 de julho de 2020. (Elaboração própria)

A popularidade do governador convertida em lucro pessoal pode ser observada no gráfico 4.1, que apresenta o volume total em arrobas dos produtos embarcados em quatro anos de mandato. No início, o produto mais exportado era *açúcar branco em caixa*, porém, a partir do ano de 1651 foi ultrapassado pelo *açúcar panela em caixa*. As caixas de branco e panela foram as mais expedidas até 1653. Tanto o *açúcar branco em fecho* quanto o *não especificado* se mantiveram praticamente no mesmo volume ao longo dos quatro anos. Já o *tabaco* e o *açúcar mascavado em caixa*, apareceram pontualmente entre 1651-52 e 1652-53 respectivamente. No último ano o açúcar em caixas, tanto *branco* quanto *panela*, deram lugar a outros produtos tão volumosos quanto, os *coquos*<sup>532</sup>.

<sup>532</sup> Grafado tal qual o documento: *coquos*. Segundo Stuart Schwartz, a quem agradeço a informação e gentileza, seria o fruto do coqueiro, portanto optei por usar apenas “*coco*”.

**Tabela 4.3:** Outros produtos embarcados por Castelo Melhor 1650-54

Ano	Produto	Unidade	Tipo Unidade	Volume em arroba
1651	Tabaco	1	caixa	21
	Coco	620	unidade	
	Conserva	7	barril	
1652	Tabaco	6	caixa	135
	Coco	493	unidade	
1653	Jacarandá	22	rolo	
	Jacarandá	12	tábua	
	Canforeira	63	unidade	
	Escravizados	4	pessoa	
	“Padura”	72	caixa	
1654	Coco	700	unidade	
	Total			156

**Fonte:** Registro das declarações dos mestres de navios à carga na Bahia de Todos os Santos, nos anos de 1650-1654. [S.l.: s.n.]. Disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional - BNDigital. Acesso em 10 de julho de 2020. (Elaboração própria).

Por maior que fosse o volume do coco, o seu peso em arrobas ou toneladas foi ignorado no manuscrito, do mesmo modo que os rolos e as tábuas de madeira (Jacarandá e Canforeira). Ao todo foram enviados 1813 cocos que demos o nome genérico de “unidades” pressupondo que se tratava do fruto do coqueiro, pois não há informação sobre o condicionamento dessa carga. As escravizadas que aparecem são mãe e filha e outras duas molecas que iam para o serviço da condessa em Lisboa.<sup>533</sup> A *padura*, assim como a maior parte dos itens listados nesta tabela, não apresenta informação de peso, apenas o número de unidades, portanto, não sabemos se estariam incluídas no cálculo do frete. Optamos por deixar de fora da tabela os produtos que aparecem somente uma vez, como: um fecho de *farinha de guerra* e mais 100 *coquos* em 26 de novembro de 1652 enviado para Viana, além um volume não identificado de *coquos e goma branca* enviados para Lisboa em três de abril de 1651.<sup>534</sup>

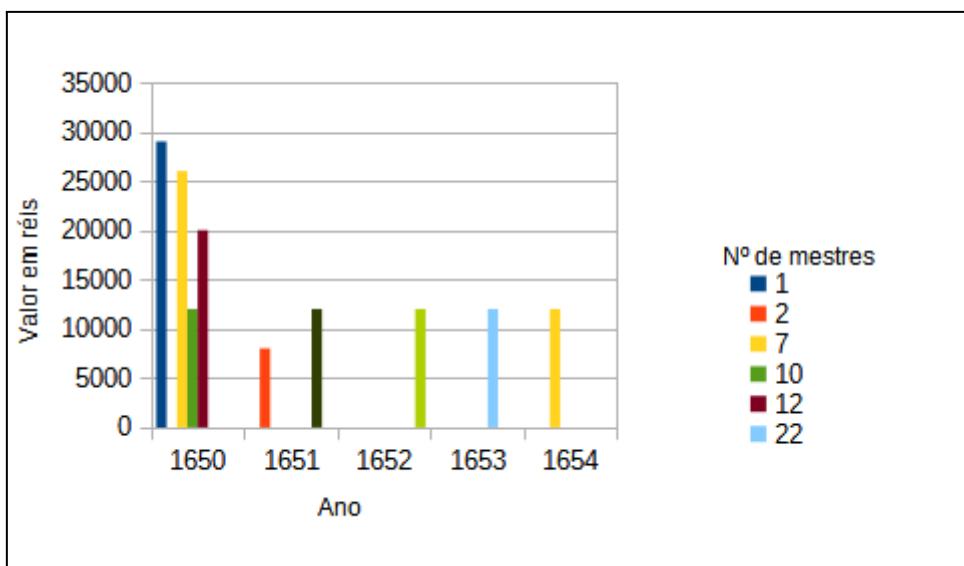
A média do valor do frete no ano de 1650 era de 14.500 réis por tonelada embarcada; em 1651 era de 10.000 réis; e de 1652 em diante se estabilizou em 12.000 réis por tonelada. A maior variação do preço se deu no começo do governo, o que pode indicar a dificuldade de inserção nos negócios locais e maiores custos de arranque e transação. Enfim, são infinitas as possibilidades de variáveis com influência sobre o valor, de fatores sociais, políticos, climáticos e até conflitos e invasões. O gráfico abaixo reuniu os valores cobrados pelos mestres em cada ano:

---

<sup>533</sup> O mestre retifica no final: “declaro que veio mais duas negras mae e filha uma por nome Isabel outra Maria” e “duas molecas uma por nome Lucrecia outra por nome Maria”. **Registro das declarações dos mestres de navios à carga na Bahia de Todos os Santos, nos anos de 1650-1654.**

<sup>534</sup> Base de dados própria construída a partir dos manuscritos. *Ibid.*

**Gráfico 4.2:** O valor do frete cobrado pelos mestres de navio



**Fonte:** Registro das declarações dos mestres de navios à carga na Bahia de Todos os Santos, nos anos de 1650-1654. [S.l.: s.n.]. Disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional - BN Digital. Acesso em 10 de julho de 2020. (Elaboração própria).

O gráfico acima apresenta a relação do número de mestres e o valor que cada um deles cobrou para levar a carga do conde de Castelo. Podemos observar que no primeiro ano não houve consenso quanto ao valor estipulado, pois 30 mestres cobraram quatro valores diferentes em 1650, oito deles pediram mais de 25.000 réis, enquanto 12 cobraram 20.000 réis por tonelada. Os valores se estabilizaram depois de 1651.

Há algumas observações escritas no fim da página com a função de corrigir ou acrescentar informações ao conhecimento de carga. Era comum que o mestre passasse a carga para outro: “declaro que este conhecimento se fez por erro porque estes fechos se carregaram no navio de Luis Deoval e Francisco Pis Branco (...)”<sup>535</sup>, “declaro que estas caixas se pesarao a Francisco condesa como adiante se vera”<sup>536</sup>, “Esse conhecimento se fez errado porque 3 fechos vao em outra embarcação”.<sup>537</sup> Não faltaram aqueles que receberam carga extra depois de terem escrito a declaração principal: “Declaro que levo mais 120 coquos”, “declaro que levo mais 1 fecho de farinha de guerra e 100 coquos”<sup>538</sup>, “Declaro que levo mais 120 coquos”<sup>539</sup> e “declaro que veio mais duas negras mae e filha uma por nome Isabel outra

<sup>535</sup> *Ibid.* Folha 156.

<sup>536</sup> *Ibid.* Folha 42.

<sup>537</sup> *Ibid.* Folha 156.

<sup>538</sup> *Ibid.* Folha 126.

<sup>539</sup> *Ibid.* Folha 44.

Maria”.<sup>540</sup> Aqueles que tiveram de acrescentar as mudanças de última hora por recomendação do proprietário: “sobre as caixas, vão procedidas da encomenda que trouxe Joao Barbosa”<sup>541</sup>, “Por conta e risco de Antonio Godinho Leitao 26 mais 53,5 arrobas”<sup>542</sup>, “Caixas de pesar buscada conta de Manoel Delgado”<sup>543</sup>, “Fica por conta do mestre caso ausencia do procurador no porto de destino”<sup>544</sup>, “Em Lisboa dar a entregar a quem seus negocios fizer”<sup>545</sup>, “Em Viana entregar a Manoel Tinoco ausente a Manoel Barbosa”<sup>546</sup>, “Entregar tudo em Lisboa a Simao Roiz Chaves ausente a quem seus negocios fizer no porto e em viana aos procuradores de Chaves”<sup>547</sup>.

Por algum motivo, o final da declaração do mestre e capitão Jacques Louis tinha uma justificativa que não se repetiu em nenhum outro documento, “o preço do frete não prejudicou o fretamento. Outro recibo nao vale”<sup>548</sup>. A ratificação anulou o primeiro registro e sugeriu a discordância entre as partes a respeito do valor do frete, que terminou acordado em 12.000 réis por tonelada, no dia 30 de agosto de 1650, e mais 100 réis por arroba de avarias no reino. Em duas ocasiões Francisco Costa Machado isentou o conde do pagamento dos dois fechos carregados no seu navio “Jesus Maria”<sup>549</sup>. O conde foi isento ainda do pagamento das avarias no reino em outras duas ocasiões, nos meses de abril e agosto de 1651, totalizando dez caixas com 235 arrobas livres de tributo.<sup>550</sup> A tabela abaixo apresenta a média do valor pago em avarias no reino sobre cada arroba desembarcada.

---

<sup>540</sup> *Ibid.* Folha 147.

<sup>541</sup> *Ibid.* Folha 49.

<sup>542</sup> *Ibid.* Folha 26.

<sup>543</sup> *Ibid.* Folha 45.

<sup>544</sup> *Ibid.*

<sup>545</sup> *Ibid.*

<sup>546</sup> *Ibid.* Folha 84.

<sup>547</sup> *Ibid.* Folha 142.

<sup>548</sup> *Ibid.* Folha 38.

<sup>549</sup> *Ibid.* Folha 15.

<sup>550</sup> *Ibid.* Folhas 46 e 49.

**Tabela 4.4:** A taxa média de avaria por arroba cobrada no reino

Ano	Média avaria por arroba	Moeda
1650	0,75	tostão
1650	4	vintém
1650	57,75	reis
1651	0,75	tostão
1651	45	reis
1652	0,75	tostão
1652	50	reis
1653	0,5	tostão
1653	50	reis
1654	50	reis

**Fonte:** Registro das declarações dos mestres de navios à carga na Bahia de Todos os Santos, nos anos de 1650-1654. [S.l.: s.n.]. Disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional - BNDigital. Acesso em 10 de julho de 2020. (Elaboração própria)

A tabela apresenta três frações de uma mesma moeda para calcular o imposto no reino, o *vintém*, o *mil réis* e a unidade de conta, o *tostão*. As flutuações, mais uma vez, se concentraram no primeiro ano, que inclusive foi o mais oneroso, enquanto o ano de 1652 foi mais barato e nos últimos dois anos se estabilizaram em 50 réis. Desse modo, ao que tudo indica, o governador gastou mais e carregou menos produtos em 1650, se considerarmos os valores do frete e tributos pagos em Portugal como indicativos. Provavelmente, nesse ano precisou costurar acordos, se integrar aos mestres e pessoas do ramo para alcançar um menor custo e aumentar, consequentemente, o volume remetido.

## **Considerações finais**

A trajetória de João Rodrigues de Vasconcelos, considerado um dos mais ilustres fidalgos da Restauração em Portugal, louvado pela coragem e fidelidade nas peças de teatros e folhetos propagandistas da época, vai além das conquistas militares, pois este reuniu outros atributos importantes, como a resiliência e a diplomacia, que o tornaram candidato ideal para conduzir os assuntos da política, designado governador-geral do Estado do Brasil anos mais tarde.

A experiência adquirida no tempo em que serviu junto à armada em Cartagena das Índias, onde esteve inserido nas tensões e disputas locais, de certo modo, foi fundamental para consolidar sua carreira na vida política. No entanto, quando as tensões eram ainda ameaçadoras, o conde oscilou na decisão de qual lado apoiar. Podemos cogitar que para os colonos seria difícil enfrentar a situação, pois muitas trajetórias estavam divididas entre espaços de circulação trans imperiais. Além disso, nesse caso específico, pesava ainda o fato de que a Casa Castelo Melhor ascendeu no reinado de Filipe IV, isto é, durante a União Ibérica. Aparentemente, o apoio à causa da Restauração foi uma mudança de decisão.

Não sabemos, no entanto, se a acusação por parte das autoridades de Cartagena tinha fundamento. Se sim, é ainda menos possível conhecer o motivo que teria levado Castelo Melhor a tomar o arrabal do Getsemaní. Poderia ser em benefício próprio, bem como por ideologia como os documentos desejam transparecer, o que parece menos crível.

Jamais saberemos se as acusações feitas a seu respeito eram verdadeiras ou se serviram como estratégia do governador da cidade, na tentativa de criar uma cortina de fumaça, para ocultar os seus desvios durante a condução da retomada da Ilha de Santa Catalina. Provavelmente, servia ao governador a narrativa da divisão entre soldados castelhanos e lusitanos, pois além de incitar a população contra os soldados do presídio, justificava a falta de soldo, devido à rebelião da “nação de Portugal”. O discurso de alteridade ganha força, coincidentemente, depois que Aguilera foi acusado de corrupção.

De todo modo, essa foi uma experiência impactante na vida de Castelo Melhor, visto que dentre as suas últimas vontades, o testamento escrito antes de embarcar para o Brasil, em 22 de outubro de 1649, deixou expresso que se mantivesse a esmola de 20\$000 réis para a festa de Santa Teresa das Freiras Carmelitas de Lisboa, pela promessa feita no tempo que esteve preso no Castelo de Santa Cruz em Cartagena de Índias.<sup>551</sup>

---

<sup>551</sup> ANTT, Feitos Findos, Inventários post mortem, Letra I J, mç. 347, nº 9. F 147-148. Agradeço a generosidade de Cândido Domingues não só pela indicação do documento, como também por compartilhar suas anotações a

Essa maleabilidade moldou a forma de governo adotada pelo conde na Bahia, mostrando-se conciliador, sabendo lidar com as pressões dos súditos. Aparentemente, tendia a favor da Câmara local quando mediava as situações perante o monarca. E aproveitou da sua posição para inserir-se nos negócios do açúcar, usando os contatos que fez ao longo dos anos. A oportunidade de ser um homem de negócios concretizou-se nos anos em que esteve à frente do governo, posicionando-se contra o monopólio da Companhia Geral do Comércio, ainda que tivesse embarcado para o Brasil no primeiro comboio da frota em 1649, alegando prejuízos aos interesses tanto dos moradores quanto dos mestres de navios.

Passado o primeiro ano, quando certamente já tinha consolidado sua presença nas redes mercantis locais e regionais, o fidalgo encheu muitos navios da Baía de Todos os Santos com toneladas de açúcar. Os receptores principais estavam no círculo familiar, a exemplo da condessa, correspondente em Lisboa. Caso sua senhora viesse a faltar, havia homens de confiança que assumiram eventualmente os negócios, dentre eles, inclusive, nomes listados nos cadernos de penitenciados pela Inquisição de Coimbra.

A estratégia de distribuição das mercadorias por correspondentes parecia responder aos imperativos da conjuntura, ora centralizados, ora dispersos. Não sabemos, no entanto, o motivo por trás desses movimentos, talvez seja pelo crescimento da pirataria, pela disponibilidade de produto, pelo preço do frete, pelos tributos ou todos estes fatores reunidos.

A trajetória de Castelo Melhor nos mostra com riqueza de detalhes a impossibilidade de separação dos impérios ibéricos, emaranhados pela circulação dos sujeitos por meio das redes mercantis, por envolvimento nas guerras e até mesmo na interdependência de assuntos de governo. A conexão de uma América a outra poderia ser realizada de forma direta e indireta, através do fluxo com a África Ocidental e as Ilhas Atlânticas. Não foi, portanto, o idioma ou as correntes de vento empecilhos para a integração destes espaços.

---

respeito desta fonte.

## CONCLUSÃO: NO EMARANHADO DOS IMPÉRIOS IBÉRICOS

A Ilha da Madeira e a Bahia estavam vinculadas, dentre tantas formas, pelo comércio do açúcar realizado pelos mercadores de várias partes do mundo. Os mercadores, por sua vez, mantinham múltiplas relações de agenciamento, poderiam ser correspondentes, agentes volantes, representantes e até mandatários dos produtores do recôncavo baiano. O arquipélago era um espaço propício para a formação de redes mercantis trans imperiais, devido a sua posição privilegiada pelas correntes dos ventos alísios. O primeiro produto que conferiu notoriedade à Ilha foi o açúcar, seguido pelo vinho. Há indícios de que os agentes encarregados do açúcar também tenham se dedicado ao comércio do vinho, como o caso de Mateus da Gama.

No que diz respeito aos proprietários do açúcar do Brasil, produto recebido na cidade do Funchal em 1640 e 1671, observamos que a maior parte eram lavradores ou senhores de engenho da Bahia, apesar de existirem homens da alta administração colonial, como os governadores de províncias. Descobrimos ainda que alguns proprietários poderiam ter mais de um correspondente no arquipélago e vice-versa, quando um mesmo procurador representava mais de um proprietário do Brasil.

Por outro lado, foi mais difícil traçar um perfil dos procuradores da Ilha, aqueles encarregados de receber o produto e pagar as devidas taxas na alfândega, por conta da ausência de informações na documentação. Sabemos que os nomes constantes nos registros quase não se repetem, e através desse dado da frequência de comparecimento, traçamos a hipótese de que essa atividade poderia ser amplamente disseminada, isto é de amplo acesso aos interessados, cujas barreiras de entrada no negócio poderiam ser baixas. Em outras palavras, o comércio de açúcar na Ilha estava longe de ser monopólico. Em contrapartida, um pequeno grupo de 6,2% de negociantes detinha a maior concentração de capital, o que significa que operaram com maiores volumes de açúcar. Desse modo, era um comércio aberto, onde muitos agentes atuavam com poucos volumes, uma vez que os valores mais significativos estavam a cargo de um núcleo de confiança.

A liberdade característica do comércio de açúcar no arquipélago nos permitiu pensar nas ligações externas por entre as vastas regiões dos impérios ibéricos com o mundo. Os agentes que se ocuparam do açúcar no Funchal foram encontrados em outras praças, como Cartagena das Índias, por exemplo. O já citado mercador madeirense Mateus da Gama, foi

encontrado em Cartagena das Índias em 1630; nos registros do Funchal em 1640, ocasião inclusive em que representou os interesses de Castelo Melhor; e na segunda metade da centúria quando se dedicava ao vinho no arquipélago.

Outrossim, as fontes mostram as ligações que o comércio de escravos abria entre os territórios ultramarinos, estabelecendo os vínculos entre a Bahia, as ilhas atlânticas, a costa africana e os territórios castelhanos, conforme observado nos negócios de Diogo Fernandes Branco, o moço. Este capítulo, portanto, destacou o papel da Ilha da Madeira como ponte para o contato indireto entre os produtores e mercadores do Brasil com o mundo. Do ponto de vista geográfico, acreditamos que uma viagem do nordeste do Brasil para o Caribe pode parecer inviável, mas uma escala nas ilhas atlânticas tornaria esse itinerário possível.

No capítulo II, vimos como os espaços do Caribe e o nordeste do Brasil compartilhavam um fluxo de informações e pessoas, sobretudo no que diz respeito aos assuntos militares, que impactavam diretamente na vida cotidiana dos súditos. A guerra deixou as viúvas no reino procurando por testemunhas sobre o destino dos seus companheiros nas Índias. Do mesmo modo, as batalhas mudavam os ritmos da vida, quando, por exemplo, um matrimônio precisava ser celebrado com brevidade por ocasião do noivo ter sido convocado a embarcar em uma frota.

As armadas se encontravam no hospital de Cartagena das Índias, onde eram tratados os enfermos das epidemias contraídas a bordo. Alguns dos combatentes do mar decidiram estabelecer-se na cidade, e ali dedicavam-se a outras atividades como o comércio, cujas pistas se encontram nos bens dos defuntos. Podemos dizer que a guerra aproximou as fronteiras no Atlântico sul, colocou os governantes do Caribe em alerta contínuo sobre as notícias do Brasil, principalmente depois da tomada de Pernambuco pelos holandeses. O Brasil Holandês foi um tema nas correspondências de vice-reis e cabildos, preocupados em se tornarem os próximos alvos dos corsários. A ameaça não tão longínqua impactou o orçamento dos governadores castelhanos com gastos mais expressivos em segurança e armamento daquelas praças.

Identificamos ainda, uma linha de continuidade nos negócios dos traficantes de escravos entre as praças da Bahia e Cartagena das Índias, usando como fio condutor a história da família D'Elvas. Antonio Fernandes D'Elvas foi responsável pelo contrato de quase todo comércio legal de escravos (1618-23). Sua atividade foi interrompida pelas irregularidades cometidas no tempo de seu assento, levando-o a consequente falência, posterior prisão e falecimento. Contudo, os negócios da família continuaram no Caribe com o seu cunhado,

Francisco Rodrigues Solis, que rapidamente foi inserido na rede dos traficantes cristãos novos, espalhados entre Lima e Cartagena.

No período da vigência do assento de D'Elvas, observamos que sua rede de contatos se dividia em duas partes, de um lado um grupo seletivo de prestamistas estabelecidos em Lisboa, com poucos vínculos com os demais agentes da rede. Do outro, um grupo composto majoritariamente por mestres e capitães de navio que tinham pendências com o feitor de D'Elvas, referentes ao contrato de Angola, e deveriam ser quitadas na Bahia. Há claros indícios do seu interesse pela prata, provavelmente de origem peruana, o que estende sua zona de influência até as áreas produtoras. Antonio Fernandes D'Elvas foi portanto um homem de fidalguia que não renunciou suas origens, pelo contrário, fez uso delas como estratégia, reflexo disso era o seletivo grupo de prestamistas peninsulares da sua rede de contatos. Por outro lado, depois da sua morte, a família permaneceu ativa nas operações cotidianas do assento de Angola, e entregou ao feitor Antonio Dias Bayão a responsabilidade de quitar as contas de fretamentos e comissões do referido contrato na cidade da Bahia.

Na década de 1630, Francisco Rodriguez de Solis se encontrava em Cartagena, onde foi enviado para liquidar as contas de D'Elvas, associando-se a poderosos empresários e traficantes, dentre eles, Andrés de Vanquesel e Juan Rodriguez Mesa. Estes, por sua vez, constituíram uma companhia consolidada que caiu nas malhas do Tribunal da Inquisição durante o período da grande perseguição promovida contra os sefarditas. A análise das operações da companhia nos revelou acerca da dinâmica do comércio negreiro e as formas de associação e colaboração entre os traficantes. A circulação e a penetração dos cristãos novos traficantes pelas diversas praças do mundo colonial foi uma das características sublinhadas neste capítulo.

A dita companhia foi responsável por comprar boa parte dos “lotes de africanos” desembarcados na cidade de Cartagena. Além disso, sabemos que Juan Rodriguez Mesa era proprietário de pelo menos duas embarcações, as quais se fez armação para buscar os cativos nos rios da Guiné. Além disso, os navios negreiros eram usados como mecanismos de migração irregular para os “homens de nação”. Muitos dos sócios de Juan Rodriguez Mesa, chegaram à cidade dessa forma, sem autorização. A África era o centro da aprendizagem para o comércio atlântico em geral, um ponto de encontro dos cristãos novos, de onde mantinham vínculos inclusive com o Brasil.

Posteriormente, o Tribunal da Inquisição realizou uma visita ao Panamá com intuito de levantar os devedores do já reconciliado Juan R. Mesa. Nesses documentos encontramos informações relevantes sobre o mercado consumidor da companhia naquela praça. O perfil

dos consumidores era formado basicamente por artesãos urbanos que buscavam complementar suas rendas com o emprego de escravizados. Portanto, compravam mulheres e crianças, parcelaram a aquisição em até três pagamentos e em alguns casos precisavam apresentar um fiador. Do ponto de vista da estratégia dos empresários, significava vender desde grandes lotes até “peças” unitárias, independente do tempo de retorno do investimento, pois possuíam capital disponível para cobrir as demais operações simultâneas.

Com ajuda das autoridades locais, algumas delas inclusive tinham envolvimento direto no tráfico, a companhia prosperou até o momento em que a Inquisição se interessou pela bonança. Com os confiscos e arrastos dos bens dos acusados, dificilmente os acordos poderiam ser honrados, inclusive alguns dos seus os credores ou devedores também encontravam-se presos pelo tribunal limenho ou cartagenero que agiram concomitantemente.

Por fim, no último capítulo conectamos as cidades de Salvador e Cartagena das Índias, por meio da análise dos acontecimentos militares, políticos e econômicos presentes na trajetória do conde de Castelo Melhor, que reúne todos os temas explorados nesta investigação. No primeiro momento, observamos como a armada ibérica, derrotada em Pernambuco, chegou à cidade de Cartagena das Índias, episódio que poderia ser considerado acidental, se não fosse pelas outras conexões apresentadas em capítulos anteriores.

Uma vez na cidade, cresceram as tensões contra os portugueses do presídio local devido ao contexto de crise política da união das duas coroas. Ainda sim, os militares foram recrutados para participar da expulsão dos ingleses da Ilha de Santa Catalina, onde muitos perderam a vida, inclusive o irmão de Castelo Melhor. Todos esses eventos criaram um cenário desolador na cidade, que tornou-se palco de uma das insurreições que marcaram a propaganda de D. João IV, a suposta tentativa de render o arrabal do Getsemaní para tomar um dos galeões de prata. Castelo Melhor foi apontado como mentor do plano e logo depois foi preso e torturado. Sua fuga dos cárceres, auxiliada por holandeses, ficou conhecida como uma atitude heroica em prol dos Bragança.

Nas Índias de Castela, os “homens de nação” tinham um estatuto ambíguo, entre tolerância e estigmatização. Ainda na década de 1630 circulavam os rumores de uma possível colaboração entre portugueses e holandeses, provocando um alarde geral nos súditos castelhanos. A desconfiança estava presente no jargão dos inquisidores ao questionarem se os comerciantes de origem portuguesa eram da cofradia de Holanda, no que ficou conhecido posteriormente como “a grande cumplicidade”.

Castelo Melhor soube usar da sua influência militar e a fama que adquiriu no episódio de Cartagena, como estratégia para alcançar o posto de governador geral do Estado do Brasil,

entre 1650-54. Na Bahia atuou como político hábil na resolução dos conflitos locais, sem abandonar os interesses pelo mercado de açúcar, tornando-se inclusive alvo de críticas do padre António Vieira, devido à sua inclinação ao comércio. A segunda parte do capítulo foi dedicada a sua intensa atividade comercial.

Sobre os seus negócios notamos que ele já havia mostrado interesse pelo açúcar, pelo menos desde 1640, quando encontramos o seu nome em um dos livros da alfândega do Funchal. Era dele a maior parte dos carregamentos feitos na Baía de Todos os Santos durante os quatro anos do seu governo.

Sabe-se ainda que contava com correspondentes para “correr com seus negócios” nas praças de Lisboa, Porto, Viana, Ilha Terceira, São Miguel e Ilha da Madeira. Em seu círculo de confiança mantinha a condessa, sua esposa, como elemento principal, além de outras figuras como Domingo Vaz de Brito, Afonso Gomes Peres e, o já citado, Mateus da Gama. Pode-se dizer que dentre todos os listados nos documentos, era Antonio Godinho Leitão, o grande responsável por estabelecer as pontes entre o conde e os demais agentes da rede.

O açúcar foi o produto proeminente nos registros, mas há menção a vendas de coco, tabaco e até de madeira. Os mestres de navio não entraram em um consenso quanto ao preço dos fretes cobrados à carga de Castelo Melhor, pelo menos não no seu primeiro ano na Bahia, onde a tendência a uniformização do preço do frete aconteceu a partir de 1651. É possível que esse tenha sido o tempo que o então governador levou para se familiarizar com os negociantes do recôncavo.

Nesta pesquisa, em linhas gerais, tratamos dos mercadores nas mais variadas facetas, desde os mais modestos como Felipe Lanzarote; os homens da administração colonial que simultaneamente ocupavam-se da política e comércio, como Castelo Melhor; até aqueles que construíram verdadeiras fortunas nas Índias com o tráfico de escravos, no caso D’Elvas, Vanquésel e Mesa. Todos esses homens têm em comum a ampla circulação nas bordas dos impérios atlânticos, e o tempo de permanência nos reinos da África como uma escola.

Do pequeno ao grande, apesar de que em muitos casos não era possível estabelecer essa classificação, a história desses mercadores apresentam elementos que permitem compreender aspectos que vão além do comércio propriamente dito, tal como as relações entre os agentes, os impactos das políticas de Estado sobre os empreendedores, os mecanismos e estratégias utilizados para superar as limitações impostas pelas formulações imperiais, as conexões trans imperiais estabelecidas pela ampla rede mobilizada em seus negócios, além de outras questões que poderão ser suscitadas com o passar do tempo ou que fogem do escopo desta investigação.

## **Fontes Primárias**

ARRAIS, Duarte Madeira. **Methodo de conhecer, e curar o morbo gallico: primeira parte pelo Doctor Duarte Madeira Arrais.** Em Lisboa: na oficina de Lourenço de Anueres, vol 2 ; 4º. Biblioteca Nacional de Portugal digital, 1642.

DE NOCEDA, J.; DE SAN LUCAR, P. **Vocabulario de la lengua tagala, trabaxado por varios svgetos doctos, y graves, y últimamente añadido, corregido, y coordinado.** [s.l]. Nicolas de la Cruz Bagay, 1754.

JIMÉNEZ, Lidio Nieto. **El vocabulario marítimo de 1696.** in. **Archivo de filología aragonesa.** CASTAÑER, Rosa M.ª Castañer; y ENGUITA, José M.ª (eds.). Vol. 59-60, 1, p. 655-670, 2002-2004.

LAVIANO, Manuel Fermín de. **La buena casada : Comedia nueva en tres actos.** En Barcelona: En la imprenta de Carlos Gibert y Tutó; En Madrid : En la librería de Manuel Quiroga. [entre 1775-1796]

PEREIRA, Levy. **Albernaz, 1626/1627.** In: Biblio Atlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em [http://lhs.unb.br/atlas/\(Albernaz,\\_1626/1627\)](http://lhs.unb.br/atlas/(Albernaz,_1626/1627)). Data de acesso: 16 de novembro de 2021.

ROSA, Domingos Lopes. **Relação verdadeira dos sucessos do Conde de Castel Melhor, preso na cidade de Cartagena de Indias, & hoje livre, por particular mercê do Ceo, & fauor del Rey Dom João IV. nosso Senhor, na cidade de Lisboa** [Livro] Loc. original 060B,003,034 - Obras Raras Imprenta Lisboa [Portugal]: Officina. de Domingos Lopes Rosa. Descrição original [24] p. : il., brasão ; 20 cm (4to). Biblioteca Nacional (Brasil) Coleção Real Biblioteca. 1642.

VIEIRA, Antonio. **Cartas do Padre Antonio Vieyra ao Exmo. Conde de Castello Melhor** [Livro]. Loc. original I-15,02,037 - Manuscritos Biblioteca Nacional (Brasil) Autor/Criador VIEIRA, Antônio, 1608-1697. Coleção: Castelo Melhor

WRIGHT, I. A.; VAN DAM, C. F. A. (Orgs.). **Nederlandsche zeevaarders op de eilanden in de Caraïbische zee en aan de kust van Columbia en Venezuela gedurende de jaren**

**1621-1648: Documenten hoofdzakelijk uit het Archivo general de Indias te Sevilla.** [s.l.]: Kemink en zoon, 1935. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=yglBAAAAYAAJ>>..

## Bibliografia

ANAYA HERNÁNDEZ, Luis Alberto. **El papel de los judeo-conversos canarios en la fundación de la comunidad judía inglesa y en el comercio anglo-canario.** In: *Anuario de Estudios Atlánticos*. V. I, n.41, p.439- 457, 1995.

ÁLVAREZ SANTOS, Javier Luis. Redes transfronterizas en un Atlántico dinámico: la inserción de la agencia portuguesa en América española a través de Canarias (1580–1640). **Anuario Latinoamericano – Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales**, v.10, n.1, 2020.

BONCIANI, “**Havendo escravos se restaurará tudo**”: trajetórias e políticas ibero-atlânticas no fim do século XVI. In: *Portuguese Studies Review*. Vol. 25, nº2, p. 17-53, 2017.

BOTTCHER, Nikolaus. **Negreros portugueses y la inquisición: Cartagena de Indias, siglo XVII.** In. *Revista Memoria*. Archivo General de la Nación. Bogotá. n.9, p.38–55, 2003.

CALVO, Alfredo Castillero. **La carrera, el monopolio y las ferias del trópico.** In: *Historia general de América Latina*. Madrid: París: Editorial Trotta ; Ediciones UNESCO, p. 75–124. 1999.

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. **Páscoa Vieira, uma escrava perseguida pela Inquisição.** 1ª Ed. S.l: Bazar do Tempo, 2020.

COLMENARES, Germán. **Historia económica y social de Colombia.** 5. ed. Santafé de Bogotá: TM, 1997. (Biblioteca Germán Colmenares).

COSENTINO, Francisco Carlos. **Construindo o Estado do Brasil: Instituições, poderes locais e poderes centrais.** In. FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÉA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Brasil colonial.** 1<sup>a</sup> edição. Vol I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

COSTA, Leonor Freire, **Merchant groups in the 17th-century Brazilian sugar trade: Reappraising old topics with new research insights**, v. 2 nº 1, 2004.

---

**O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663).** Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.

---

**Entre o açúcar e o ouro: permanência e mudança na organização dos fluxos (séculos XVII e XVIII).** In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antônio Carlos; CAMPOS, Adriana (org.). **Nas rotas do império: Eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português.** EDUFES, p.97-134, 2006.

COSTA, Leonor Freire; LAINS, Pedro; MIRANDA, Susana Münch. **An economic history of Portugal, 1143-2010.** Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 2016.

DANTAS, Vinícius Orlando de Carvalho. **O Conde de Castelo Melhor: Valimento e razões de Estado no Portugal seiscentista (1640-1667).** Dissertação (mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

EBERT, Christopher, **Between empires: Brazilian sugar in the early Atlantic economy, 1550-1630**, Leiden ; Boston: Brill, 2008.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade Dos Indivíduos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

---

**O Processo Civilizador (Uma História Dos Costumes)** Vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1996

---

**O Processo Civilizador Formação Do Estado E Civilização.** Vol. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

ELLIOTT, John Huxtable; BALCELLS, Marta. **Imperios del mundo atlántico: España y Gran Bretaña en América, 1492-1830.** Madrid: Taurus, 2006. (Taurus historia).

ESCOBAR QUEVEDO, Ricardo. **Inquisición y judaizantes en América española (siglos XVI-XVII)**. 1. ed. Bogotá, D.C., Colombia: Editorial Universidad del Rosario, 2008. (Colección Textos de ciências humanas).

GOMES, João Pedro. **Os portugueses de Cartagena das Índias e a Restauração. O resgate de D. João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, conde de Castelo Melhor**. p. 10–27, 2014.

FERNÁNDEZ, Manuel Tejado. **Aspectos de la vida social en Cartagena de Indias durante el seiscientos**. Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 1954

FRANÇOZO, Mariana. **De Olinda a Holanda: o gabinete de curiosidades de Nassau**. Campinas, SP, Brasil: Editora Unicamp, 2014.

FLORY, Rae; SMITH, David Grant. **Bahian merchants and planters in the seventeenth and early eighteenth centuries**. In: **The Hispanic American Historical Review**. Vol. 58, nº 4, p. 571-594, 1978.

GREIF, Avner. **Institutions and the path to the modern economy: lessons from medieval trade**. 1. publ., reprint. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2008. (Political economy of institutions and decisions).

GROESEN, Michiel van. **Amsterdam 's Atlantic: print culture and the making of Dutch Brazil**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2017. (The early modern Americas).

GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo: história de uma mundialização**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

GRUZINSKI, Serge. **Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories**. Topoi, Rio de Janeiro, mar. 2001.

---

**O historiador e a mundialização.** Conferência ministrada no ano 2007, como participação no Programa Cátedras. Fundação Ford. UFMG. p.1-14, 2007.

HANCOCK, David. **Oceans of wine: Madeira and the emergence of American trade and taste**. New Haven (Conn.): Yale University Press, 2009. (The Lewis Walpole series in eighteenth-century culture and history).

HESPANHA, António Manuel; SUBTIL, José Manuel. **Corporativismo e Estado de polícia como modelos de governo das sociedades euro-americanas do Antigo Regime.** In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Brasil colonial.** 1<sup>a</sup> edição. Vol I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, , 2014.

HUTZ, Ana. **Homens de nação e de negócios: redes comerciais no mundo ibérico (1580-1640).** Tese (doutorado em História Econômica), Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

\_\_\_\_\_ **Os cristãos novos portugueses no tráfico de escravos para a América Espanhola (1580-1640).** Dissertação (mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, SP, 2008.

ISRAEL, Jonathan I. **Dutch primacy in world trade, 1585 - 1740.** Reprint. Oxford: Clarendon Press, 2002.

\_\_\_\_\_ **Diasporas within a diaspora: Jews, Crypto-Jews and the World Maritime Empires (1540-1740).** Leiden: Brill, 2002. (Brill's series in Jewish studies, 30).

LAPA, José Roberto do Amaral, **A Bahia e a carreira da Índia**, ed. fac-similada. São Paulo: Ed. Hucitec, 2000.

LENK, Wolfgang. **Necessitas legem vincit: norma e prática da Fazenda Real na Bahia (1624-1654).** In: **VIII Congresso Brasileiro de História Econômica e 9<sup>a</sup> Conferência Internacional de História de Empresas.** Campinas. p. 1–19, 2009

\_\_\_\_\_ **Fiscalidade e administração fazendária na Bahia durante a guerra holandesa.** In. História Econômica & História de Empresas, v. 13, nº. 2, 2012.

LÓPEZ BELINCHÓN, Bernardo José. “Sacar la sustancia al reino”. **Comercio, contrabando y conversos portugueses, 1621-1640.** Revista Hispania, Madrid, v. 61, n.209, p.1017–1049, 2001.

MACHADO, Maria José Goulão. **Uma mundialização avant la lettre: a América hispânica e os portugueses.** In: “la puerta falsa de américa”: A influência artística portuguesa na região do rio da prata no período colonial. Tese (Doutorado em História da Arte). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: Coimbra, p.81-128. 2005.

MATA, Simão Castro Feijó Araújo da. **A Presença portuguesa na América espanhola do século XVII: Luís Gomes Barreto e os cristãos novos de Cartagena das Índias.** p. 305–333, 2019.

MONTEIRO, Helena Maria Matos. **A Chancelaria Régia e os seus oficiais : 1464-1465.** Universidade do Porto, Porto, 1997.

NAVARRETE, María Cristina. **La diáspora judeoconversa en Colombia, siglos XVI y XVII: incertidumbres de su arribo, establecimiento y persecución.** 1. ed. Cali: Universidad del Valle, 2010. (Colección Ciencias sociales).

\_\_\_\_\_ Los años inciertos del comercio esclavista a los reinos de indias: 1640-1680. **Historia Y Espacio**, v.11, n.45, p.11, 2016.

NEWSON, Linda A.; MINCHIN, Susie. **From capture to sale: the Portuguese slave trade to Spanish South America in the early seventeenth century.** Leiden: Brill, 2011.

ORTEGA, Antonino. **Cartagena de Indias y la región histórica del Caribe, 1580-1640.** Sevilla: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Escuela de Estudios Hispano-Americanos : Universidad de Sevilla : Diputación de Sevilla, 2002.

PEREIRA, Edgar. **The Ordeals of Colonial Contracting: Reactions to and Repercussions of Two Failed State-Private Ventures in Habsburg Portugal (1622–1628).** Itinerário, v. 43, n. 01, p. 63–87, 2019.

PÉREZ GARCÍA, Rafael M.; FERNÁNDEZ CHAVES, Manuel; PAIVA, Eduardo França. **Tratas, esclavitudes y mestizajes: una historia conectada, siglos XV-XVIII.** Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla, 2020. (Colección Historia, 367).

PITA, Rocha. **História da América portuguesa.** Senado Federal, 2011. (Edições do Senado Federal).

PUNTONI, Pedro. **O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial: 1548-1700.** São Paulo, SP: Alameda, 2013

QUIROZ, Alfonso. **The expropriation of portuguese new christians in spanish america 1635-1649.** In. *Ibero-Amerikanisches Archiv*, vol. 11, no. 4, p. 407–65, 1985.

RAULT, Didier. **La información y su manipulación en las relaciones de sucesos. Encuesta sobre dos relatos de batallas navales entre españoles y holandeses (1638).** In. *Critión*. n. 86, p. 97–115, 2002.

REICHERT, Rafal. **Entre la paz y la guerra, el gasto militar novohispano en la región del Gran Caribe (1609-1648).** In: CARRARA, Angelo Alves; SÁNCHEZ SANTIRÓ, Ernest (Orgs.). **Guerra y fiscalidad en la Iberoamérica colonial (siglos XVII-XIX).** Primera edición. Juiz de Fora: Editora UFJF ; México, D.F. : Instituto Mora, 2012.

RODRÍGUEZ RODRÍGUEZ, José Javier. **De la relación a la comedia: La desgracia más feliz (1645), de António de Almeida.** v. 116, p. 63–90, 2012.

RODRIGUES, Miguel Geraldes. **Between West Africa and America : the Angolan slave trade in the Portuguese and Spanish Atlantic empires (1560-1641).** European University Institute, Florence, 2019.

ROMANO, Ruggiero, **Coyunturas opuestas: la crisis del siglo XVII en Europa e Hispanoamérica,** 1. ed. México: Colegio de México : Fideicomiso Historia de las Américas : Fondo de Cultura Económica, 1993.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Centros e periferias no mundo luso-brasileiro,1500-1808.** *Revista Brasileira de História*. Vol. 18, nº 36, p.187–250, 1998.

SANTIRÓ, Ernest Sánchez. **La Armada de Barlovento y la fiscalidad novohispana (1636-1749).** In: **Guerra y fiscalidad en la Iberoamérica colonial (siglos XVII-XIX): Guerra e fiscalidade na Ibero-América colonial (séculos XVII-XIX).** 1. ed. Juiz de Fora: Editora UFJF ; México, D.F. : Instituto Mora, p. 65–90, 2012.

SCHAUB, Jean-Frédéric. **Portugal na monarquia hispânica: 1580 - 1640.** Lisboa: Livros Horizonte, 2001. (Temas de história de Portugal).

SCHWARTZ, Stuart B. **Panic in the Indies: The Portuguese threat to the Spanish empire, 1640–50.** *Colonial Latin American Review*, v. 2, n. 1–2, 1993.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550 - 1835,** 1<sup>a</sup>. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARTZ, Stuart B; VARGAS, Berilo. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o**

**Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SCHWARTZ, Stuart B. **Los Portugueses y las Antillas: Brasil azucarero y el Gran Caribe. Alternativas, competencias y modelos durante los siglos XVI y XVII.** NCLÍO, Año 91, Núm. 204, p. 197-228, 2022.

SCHWARTZ, Stuart B. **O nordeste açucareiro no Brasil colonial.** In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Brasil Colonial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol.II, p. 337–378. 2014.

SILVA, Janaína Guimarães da Fonseca. **Cristãos-Novos no negócio da Capitania de Pernambuco: relacionamentos, continuidades e rupturas nas redes de comércio entre os anos de 1580 e 1630.** Tese (doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2012.

SIMMEL, Georg; CALDAS, Pedro; SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. (Nova Biblioteca de Ciências Sociais).

SMITH, David Grant. **The mercantile class of Portugal and Brazil in the seventeenth century: A socio-economic study of the merchants of Lisbon and Bahia 1620-1690.** Tese (doutorado em História), University of Texas at Austin. Texas, 1975.

SPÍNOLA, Francisco Fajado. **Portugueses en Canarias en el siglo XVII. Una relación de 1626.** In: **XV Coloquio de historia canario-americana**, Las Palmas de Gran Canaria, p.310–320. 2002.

SPLENDIANI, Anna María; SÁNCHEZ BOHÓRQUEZ, José Enrique; LUQUE DE SALAZAR, Emma Cecilia. **Cincuenta años de Inquisición en el Tribunal de Cartagena de Indias, 1610-1660.** 1. ed. Santafé de Bogotá: Centro Editorial Javeriano : Instituto Colombiano de Cultura Hispánica, 1997.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia.** Modern Asian Studies, v. 31, n. 3, p. 735–762, 1997. (The Eurasian Context of Early Modern History of Mainland SouthEast Asia, 1400-1800).

**Connected history: essays and arguments.** 1st. ed. New York: Verso Books, 2022.

**Em busca das origens da História Global:** Aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013.

**O império asiático português, 1500-1700: uma história política e económica.** [s.l.]: DIFEL, 1995. (Memória e sociedade).

STUDNICKI-GIZBERT, Daviken. **A nation upon the ocean sea: Portugal's Atlantic diaspora and the crisis of the Spanish Empire, 1492-1640.** Oxford: Oxford university press, 2007.

STRUM, Daniel, **A lucratividade do comércio açucareiro e sua composição na década de 1620**, in: **Ramificações Ultramarinas. Sociedades comerciais no âmbito do Atlântico luso.**, Rio de Janeiro: Mauad Editora, p.25–50, 2017.

STRUM, Daniel. **O comércio do açúcar: Brasil, Portugal e Países Baixos (1595-1630).** Rio de Janeiro: Versal Editores, 2012

STRUM, Daniel. **Resiliência da diáspora e expansão do mercado de agentes ultramarinos no comércio atlântico moderno: os agentes dos mercadores judeus e cristãos-novos na rota do açúcar.** In. *Anais de História de Além-Mar*, v. 14, p. 145–176, 2013.

TORGAL, Luis Reis. **A literatura política da Restauração e o seu significado cultural e ideológico.** In: **Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração**. Vol. I. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1981.

VIEIRA, Alberto, **O Público e o Privado na História da Madeira. Correspondência particular do mercador Diogo Fernandes Branco (1649-1652).** Vol.1. Funchal: CEHA-Biblioteca Digital. 1996.

VILAR, Enriqueta Vila, **Extranjeros en Cartagena (1593–1630), Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas. Anuario de Historia de América Latina**, v.16, n.1, 1979.

VILA VILAR, Enriqueta. **Hispanoamérica y el comercio de esclavos: los asientos portugueses**. Sevilla: Escuela de estudios hispano-americanos, 1977. (Publicaciones de la Escuela de estudios hispano-americanos de Sevilla, 239).

VOLTAIRE. M. de. **Candide ou l'optimisme**. Trad. Mário Laranjeira. [s.l] Penguin Companhia, 2012.

WHEAT, David. **The first great waves: african provenance zones for the transatlantic slave trade to Cartagena de Indias, 1570–1640**. *The Journal of African History*, v. 52, n.1, p.1–22, 2011.

WHEAT, David. **Atlantic Africa and the Spanish Caribbean, 1570-1640**. Chapel Hill: Published for the Omohundro Institute of Early American History and Culture, Williamsburg, Virginia, by the University of North Carolina Press, 2016.

WHEAT, David. **Brasil en el tráfico de esclavos hacia las Antillas, Venezuela y Cartagena de Indias siglos XVI-XVII**. In: VII CLADHE Simpósio Temático 9 : El trafico de esclavos en el Atlántico ibérico, siglos XVI-XVII. Lima, 2022.

KUPPERMAN, Karen Ordahl. **Providence Island, 1630-1641: the other Puritan colony**. Cambridge New York: Cambridge University Press, 1995.

KRAUSE, Thiago. **A Formação de uma Nobreza Ultramarina: Coroa e elites locais na Bahia seiscentista**. Tese (doutorado em História). PPGHIS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

KLEIN, Herbert S.; HERNÁNDEZ, Sergio T. Serrano. **Was there a 17th century crisis in spanish america?** In: **Revista de Historia Económica. Journal of Iberian and Latin American Economic History** 37, nº. 1, p. 43–80, 2019.